COLEÇÃO AMAZÔNICA

SÉRIE JOSÉ VERÍSSIMO

ERNESTO CRUZ

HISTÓRIA DO PARÁ

2.º VOLUME

UNIVERSIDADE DO PARÁ

direção do

Prof. Arthur C. Ferreira Reis

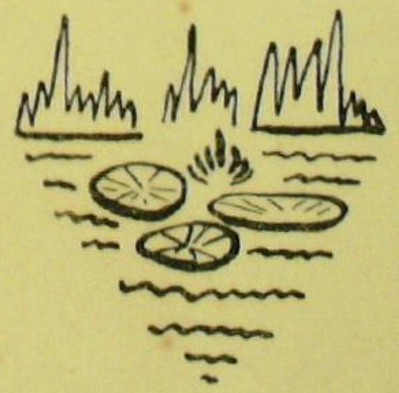
COLEÇÃO AMAZÔNICA

SÉRIE JOSÉ VERÍSSIMO

ERNESTO CRUZ

HISTÓRIA DO PARÁ

2.º VOLUME



UNIVERSIDADE DO PARÁ

HISTÓRIA DO PARÁ

CAPÍTULO OITAVO

I — PATRIMÔNIO MUNICIPAL

1ª Concessão

2ª Concessão

3ª Concessão

4ª a 11ª Concessões.

II — AS RUAS DE BELÉM. Significado Histórico e as denominações primitivas das velhas ruas da capital.

1. Rua da Cidade Velha

2. Rua da Campina.

III — ROCINHAS, SOBRADOS E SOLARES. O Palácio do Rei.

IV — CÓDIGO DE POSTURAS.

V — CONCEITOS E IMPRESSÕES DA CIDADE DE BELÉM.

1. de Antônio Ladislau Monteiro Baena

2. de Francisco José de Sousa Soares de Andréa.

3. do Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho

4. de Manuel de Frias e Vasconcelos

5. de Pedro Vicente de Azevedo.

6. de Alfredo Marc.

VI — OS ENFORCAMENTOS NA CAPITAL.

VII — MONUMENTOS HISTÓRICOS E ARTISTICOS. INSCRIÇÕES COMEMORATIVAS.

I

PATRIMÔNIO MUNICIPAL

1ª CONCESSÃO

A falta de documentos, de peças fundamentais correspondentes às primeiras etapas da vida colonial paraense, tem se constituído um impecilho à reconstituição da vida administrativa da Capitania.

Quando foi efetivamente instalado o Senado da Câmara de Belém?

Sabe-se que em 1627, era concedida uma légua de terras à Câmara da cidade. Assim tinha comêço o patrimônio municipal. Êsse documento ficou registrado no Livro de Cartas de Datas e Sesmarias, que se acha na seção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Público. Dêle não consta, porém, o nome dos Oficiais do Senado da Câmara. Contudo, naquele tempo, já era mencionado o — *Arquivo da Câmara* —, prova evidente de que o órgão municipal existia, estava instalado e tomava providências junto ao Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão Pará, em proveito da cidade.

O patrimônio municipal teve, pois, comêço, com a Carta de doação e Sesmaria de uma légua de terras concedida à Câmara de Belém, em 1 de setembro de 1627, por Francisco Coelho de Carvalho, Fidalgo da Casa Real, Senhor de Ouguela e Comendador de Idanha na Ordem de Cristo, Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão Pará, falecido na Vila Viçosa de Santa Cruz de Cametá em 15 de maio de 1635.

São têrmos dessa Carta:

«Francisco Coelho de Carvalho, do Conselho de Sua Majestade, Familiar do Santo Ofício nos reinos de

Portugal, seu Governador e Capitão General no Estado do Maranhão: Faço saber aos que esta minha Carta de doação e sesmaria virem que, havendo respeito ao que na petição atrás escrita, dizem os oficiais da Câmara desta Cidade, e vistas as causas que alegam, hei por bem e serviço de Sua Majestade e pelos poderes que dele tenho dar e doar dêste dia para todo sempre, por Carta de doação e sesmaria à dita Câmara desta Cidade uma légua de terra ao redor desta cidade, e tôdas as datas que dentro da dita légua estiverem dadas e o sejam adiante, e para que fique a dita légua de terra livre e isenta para o Conselho com tôdas as suas águas, lenhas, madeiras, serventias e pastos que na dita légua de terra houver, da qual não pagarão pensão, nem tributo algum, salvo dizimo a Deus Nosso Senhor, dos frutos que dela houverem, em esta minha Carta de doação e sesmaria que mando se cumpra e guarde inteiramente como nela e em meu despacho se contem.

E mando aos oficiais a que pertencer dêm posse e demarquem a dita légua de terra à Câmara desta Cidade ou a quem seu poder tiver, para que a logrem e possuam a dita Câmara e seus sucessores, e para que dela e em ela façam o que lhe bem aprover e estiver como coisa sua própria, que de hoje para sempre é e esta se registrará nos Livros dos Registros dela para que em todo tempo conste em como está feito esta mercê à dita Câmara desta cidade. Dada nesta Cidade de Belém sob meu sinal e sinete de minhas armas, em o primeiro de setembro de mil seiscentos e vinte e sete. E eu Teodoro Teixeira, escrivão das datas e demarcações das terras desta conquista, que escrevi. — Governador, *Francisco Coelho de Carvalho*. Fica registrada nos Livros dos Registros desta Câmara, a fôlhas trinta e três até trinta e quatro. Registrada a fôlhas cento e sessenta e uma do Livro nono que serve nesta Secretaria de Estado de datas e sesmarias. Pará, seis de novembro de mil setecentos e quarenta e seis. — *Matias Pais de Albuquerque.*»

A Câmara tomou posse da légua patrimonial no dia 29 de março de 1628.

Da cerimônia que então se procedeu, foi lavrado o seguinte auto:

«Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil seiscentos e vinte e oito anos, aos vinte e nove dias do mês de março da dita era, junta a Câmara desta Cidade, fomos à Campina dela, e sendo lá pelo vereador mais velho Gregório Pereira, por não estar o Procurador do Conselho presente, foi requerido a mim tabelião e ao meirinho Antônio Saraiva Soares, que por virtude de uma carta do governador dêste Estado em que fêz mercê à dita Câmara em nome de Sua Majestade de uma légua de terra para baldios dela, da qual constou por fé do escrivão da Câmara que presente estava como dito há, pelo dito vereador mais velho nos foi requerido lhe déssemos posse em virtude da dita Carta da dita légua e logo o dito meirinho e eu Tabelião investimos aos ditos oficiais da Câmara na dita posse da dita légua de terra, metendo na mão de cada qual dos ditos oficiais terra e ramos da dita terra e lançando-a para o ar, e o dito meirinho por três vêzes apregoou em voz alta se havia alguma pessoa que à dita posse da dita légua de terra viesse com alguns embaraços, e visto não haver pessoa alguma que viesse com embargos à dita posse, e não haver a ela contradição alguma, houvemos aos ditos oficiais, por metidos na dita posse e investidos nela, e de como assim tomaram a dita posse, assinarão aqui todos e o Ouvidor Pero Teixeira por mandado de quem fiz êste auto e assinou o dito meirinho Alcaide desta Cidade que presente estava. E eu *Francisco Fernandes* que o escrevi. — *Pero Teixeira, Antonio Saraiva Soares, Gregório Pereira, João Nunes Fragoso, Aires de Sousa Chichorro, Bernardo Pereira Serrão, Antonio de Oliveira, Francisco Guedes Aranha.*»

Foram chantados os marcos que assinalavam o patrimônio municipal.

Três quartos de século mais tarde, tudo havia desaparecido. Então, a Câmara requereu nova medição das suas terras, o que foi feito, como consta do Auto transcrito a seguir :

«Aos vinte dias do mês de agôsto de mil setecentos e três, nesta Cidade de Belém do Pará, pelo Procurador da Fazenda Real, Pedro Mendes Tomás, e mais oficiais e pessoas abaixo declaradas, foi medida e demarcada a légua de terra que pertence ao Conselho, cuja demarcação se fêz na forma abaixo declarada por estarem extintos os marcos que antigamente se tinham pôsto e dividiam a dita légua de terra por lhe ser requerida a dita demarcação pelo procurador do Conselho, José da Costa e Sousa, em virtude da Portaria do general dêste Estado, Dom Manuel Raulim de Moura, cujo teor é o seguinte: Visto o justo requerimento dos suplicantes, e atendendo a posse em questão das Câmaras Municipais dêste Estado, e de terem êles uma légua de baldios e haverem dado conta à Sua Majestade dêste particular, o Provedor da Fazenda Real os conserve na posse em que se acham enquanto o dito Senhor o não determinar. Belém, dois de novembro de mil setecentos e dois. Rubrica do General. — Em cumprimento da qual o dito provedor novamente fêz a dita demarcação e sendo em o dito dia, mês e ano, eu Escrivão da Fazenda adiante nomeado com o dito provedor e demarcador das terras desta Capitania, João Ribeiro Couto, com uma ampulheta de meia hora, e na forma do estilo partimos desta cidade pela terra dentro, e pela estrada Real que dela vai para o engenho Utinga, e sendo moídas duas ampulhetas requereu o Procurador José da Costa, que justamente veiu à dita demarcação, se puzesse o marco onde findava a dita légua de terra, e sendo lida a carta de data e posse que dela tinha o provedor, e a portaria do general dêste Estado, pelo Escrivão da Câmara, Jacob Corrêa de Miranda, perante as testemunhas que presentes se achavam — José da Veiga de Carvalho, o ajudante

Francisco Rodrigues da Silva e Theodoreto Soares Pereira, mandou o dito provedor pôr os marcos no mesmo lugar, onde algumas das testemunhas disseram que tinha estado o antigo, por ouvirem dizer assim a várias pessoas antigas e verdadeiramente findar no dito lugar a dita légua, a qual se pôs na Estrada Real que vai para o Utinga, *indo desta cidde à mão esquerda*, de Pau de girau e com o título que diz — *Rey*. E outrossim na mesma se demarcou e mediu a mesma légua de terra à beira-mar, por canoa e com a dita ampulheta, começando do pôrto desta cidade pelo rio acima, à mão esquerda e indo sempre à beira-mar da banda desta cidade, se achou findar a légua de terra onde está o marco do Engenho do Utinga, acima do igarapé Tucunduba, defronte da bocaina que descobre o sítio da Doutrina dos Padres de Santo Antônio de Guarapiranga, e bem assim da mesma forma se demarcou a dita légua de terra para a banda de baixo também em canoa. E com a dita ampulheta, indo à beira-mar da mão direita e da mesma banda desta cidade, se achou chegar a légua de terra a Val-de-cãs, junto às olarias dos Padres de Nossa Senhora das Mercês, no qual sitio e no acima dito rio do Guajará estiveram já os marcos antigos que naquele tempo se puseram e que hoje se não achavam, e na dita passagem mandou o dito provedor pôr o marco e o mesmo título de — *Rey* —, o qual houve a dita légua de terra que o Senado da Câmara desta Cidade tem ao redor dela por demarcada, cuja diligência se fêz na forma que se viu e é estilo nesta Capitania do Pará, sendo testemunhas que estiveram presentes a tudo as atrás declaradas, e o dito procurador do Conselho, e o escrivão da Câmara, que todos assinarão com o dito provedor. E eu, *Antonio de Mesquita*, Escrivão da Fazenda Real, que escrevi. — *José da Costa e Sousa, Pedro Mendes Thomaz, José da Veiga de Carvalho, João Ribeiro da Costa, Jacob Corrêa de Miranda, Francisco Rodrigues da Silva* e *Theodoro Soares Pereira*.»

Em 1861, o Agrimensor José do Ó de Almeida foi designado pela Câmara Municipal de Belém, para fazer nova demarcação do seu patrimônio territorial.

Duas décadas mais tarde o Engenheiro Manuel Odorico Nina Ribeiro é encarregado de idêntica missão, de que se desincumbe, levantando a planta topográfica da cidade na sua parte urbana, e fixando em 4.110 hectares ou sejam 41.000.000 de metros quadrados as terras da primitiva doação.

2ª CONCESSÃO

A segunda légua patrimonial foi concedida ao município de Belém, em virtude da Lei Estadual nº 766, de 21 de setembro de 1899.

Nomeado para descriminá-la, o Major Lourenço Ferreira Valente do Couto não chegou a realizar a incumbência. Foi o Engenheiro Palma Muniz, notável historiador patrício, quem organizou, dessa segunda concessão, um mapa topográfico com o nome de todos os posseiros de terras.

Constitui êsse trabalho uma importantíssima contribuição aos estudiosos.

3ª CONCESSÃO

Pelo Decreto nº 712, de 2 de abril de 1900, o govêrno do Estado concedeu ao município de Belém 247 hectares, 63 ares e 20 centiares, representando 2.476.320 metros quadrados de terras da vila do *Pinheiro*.

Anteriormente essa localidade era chamada *Ponta do Mel*. Os religiosos da Corporação de Santo Elias tiveram ali uma Fazenda, que Sebastião Gomes de Sousa, sesmeiro dessas terras, denominara *Nossa Senhora do Livramento*.

Em 1855 a Ponta do Pinheiro passou à propriedade da província, que nela criou, 14 anos mais tarde, a povoação e depois vila de *Santa Isabel do Pinheiro*. É hoje chamada *Icoaracy*. De acôrdo com os têrmos do Decreto nº 712, já aludido, essas terras voltaram a pertencer ao patrimônio municipal.

4ª CONCESSÃO

Decreto nº 712, de 2 de abril de 1900. Constou das terras urbanas e rurais da antiga povoação, posteriormente vila de *Apehú*. num total de 410 hectares e 60 ares, representando 4.106.000 metros quadrados.

5ª CONCESSÃO

Decreto nº 733, de 26 de fevereiro de 1901. Constante das terras que constituem a ilha do Mosqueiro, ereta em vila. O Dr. Palma Muniz fêz o levantamento topográfico do terreno, que estimou em 11.000 hectares ou sejam 110.000.000 metros quadrados.

6ª A 11ª CONCESSÕES

Decreto-lei nº 957, de 1 de novembro de 1905. Relativas às terras que constituíam as vilas de *Benevides, Santa Isabel, Americano, Castanhal, Igarapé Açú* e povoação de *Anhanga*.

Mais tarde, nova legislação estadual alterou o patrimônio municipal, diminuindo-o.

As vilas e povoações das 6ª a 11ª concessões passaram a integrar o patrimônio de novos municípios criados na extensa e fértil zona bragantina.

II

AS RUAS DE BELÉM, SIGNIFICADO HISTÓRICO DAS MAIS ANTIGAS

As primeiras ruas de Belém foram abertas pelos colonizadores, na *cidade velha*. Eram simples e estreitos caminhos, que tiveram como ponto de partida o Forte do Castelo.

A Rua do *Norte* foi a inicial, e ficava paralela ao Guajará, indo da praça d'armas onde se abrigavam os soldados de Caldeira Castelo Branco, ao ponto onde está hoje a igreja do Carmo, levantada nos terrenos que pertenceram ao Capitão-mór Bento Maciel Parente, e onde tinha êste a sua residência.

É a atual Rua *Siqueira Mendes*, homenagem do município de Belém ao ilustre sacerdote cametaense, que chegou a ser presidente da Província do Pará. As ruas abertas em seguida foram: a do *Espírito Santo* e a dos *Cavaleiros*, hoje denominadas *Doutor Assis* e *Dr. Malcher*.

Seguiram-se a de *São João*, que passava em frente à Capela do santo precursor, a da *Residência*, da *Atalaia* e *Barroca*, chamadas hoje: João Diogo, da Vigia, Joaquim Távora e Gurupá, respectivamente.

A Rua de *São Vicente*, no chamado bairro da Campina, considerado a *cidade nova*, foi aberta em 1676. Teve depois o nome de Pais de Carvalho.

A Rua de *São Mateus*, atual Travessa Padre Eutíquio, servia de divisa aos bairros da *cidade velha* e *campina*.

Os nomes dêsses caminhos estreitos e mal alinhados estavam assinalados nas esquinas, com «— uma inscrição alva em campo negro —», datando êsse uso do ano de 1804, segundo afirmativa de Baena, no seu *Ensáio Corográfico sôbre o Pará*.

Em geral, os moradores de maior destaque davam o nome à rua em que residiam. E não sòmente os moradores, como os edifícios públicos, as igrejas, «— ou outra particularidade ocasional ou local». (1)

Assim tivemos na *cidade velha* a Rua dos *Cavaleiros*, nome de uma família ali residente; na *campina*, a travessa dos *Mirandas* recordava o de antigos moradores daquele trecho da cidade; a Rua *Nova de Santana* tirava a sua denominação da igreja que ficava adjacente; a Rua do *Paixão*, era homenagem ao português dêsse apelido, Antônio Rodrigues Martins; o Largo da *Pólvora*, era assim chamado, por causa da casa onde se guardavam a pólvora e os armamentos das tropas coloniais; o Largo do *Palácia*, por ali estar edificada a residência dos governadores; a Rua *Cruz das Almas*, por ser o caminho onde ficavam a *Cruz* e a caixa de esmolas para as *Almas* do purgatório.

Era êsse o costume da época, que se tornou tradição em todo o Brasil.

Até o ano de 1839, Belém possuía 35 ruas, 31 travessas e 12 largos. As ruas eram: do Açougue, da Boa Vista, do Norte, do Espírito Santo, dos Cavaleiros, do Aljube, da Atalaia, Longa, da Alfama, da Barroca, dos Ferreiros, de Santo Amaro, do Bom Jardim, Nova do Piry, de S. José, dos Mercadores, Formosa, de Santana, das Flores, do Bailique, da Cruz das Almas, dos 48, de Belém, de Santo Antônio, das Mercês, de S. Vicente, do Paul d'Água, de S. Vicente de Fora, Nova do Príncipe, Nova da Glória, Nova da Princesa, dos Mártires.

As travessas tinham os seguintes nomes: da Residência, de S. João, de Água de Flores, dos Cavaleiros, da Vala, da Praça, do Pelourinho, de Caetano Rufino, do Bailique, do Espírito Santo, de Santo Antônio, dos Mirandas, das Gaivotas, do Açougue, da Misericórdia, do Passinho, da Piedade, das Eleições, dos Carros, da Pedreira, dos Inocentes, das Flores, de São Vicente, da Olaria, da Praia, da Estrêla, de São Mateus.

Os largos grandes eram: o da Pólvora, dos Quartéis, do Palácio, da Sé e o de São José.

Os menores denominavam-se: de Santo Antônio, de Santana, das Mercês, da Trindade, do Rosário, de São João e do Carmo.

No ano de 1840, o presidente da Província Dr. João Antônio de Miranda, mandou alinhar e plantar com *taperebazeiros*, o Largo da Pólvora, a que deu o nome de Praça *Pedro II*.

O *Passeio Público*, do qual Baena não deu notícias no «Ensáio Corográfico», era o trecho que ia da estrada do *Piry* à de *S. José*, hoje 16 de Novembro.

Em ofício datado de 2 de maio de 1840, (²) o Dr. Miranda recomendava à Câmara Municipal que mandasse proceder à numeração das casas, e designação das ruas, travessas, bêcos e largos, com os *nomes que tivessem* ou que *parecessem* adequados, dada a preferência aos mais antigos.

Apenas três ruas *principais* da cidade teriam nova denominação, que seriam : a de *Pedro II*, a 13 *de Maio* e a de *Andrea:* a primeira homenagem ao Imperador, a segunda em «*atenção ao dia em que as tropas da legalidade se apossaram da cidade*«, e a última «*por ser êsse o delegado do govêrno supremo que reduziu à paz a Província*».

Na administração do Dr. Bernardo de Sousa Franco, foi aberta, no ano de 1842, uma rua que ficava paralela à baia de Guajará. À essa foi dado o nome de Rua *Nova do Imperador* (antiga da *Boa Vista*), em atenção a «*ser a mais bela e a principal da cidade*». É hoje o Boulevard Castilhos França.

O Largo da *Memória* era um sítio de propriedade de João Batista Tenreiro Aranha. Foi assim chamado por ter sido levantado ali, o primeiro monumento ereto em Belém, denominado da *Memória*, para assinalar o reatamento da amizade do Governador José de Nápoles Telo de Meneses, com o Juiz de Fora José Justiniano de Oliveira Peixoto.

O sítio de Tenreiro Aranha foi desapropriado em 1859, na administração do Presidente Dr. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, para expansão e abertura das ruas e estradas do *Príncipe*, da *Glória* e *Constituição*. (³) Em vários documentos da antiga Câmara Municipal de Belém, há menção à Praça dos *Poços das Queimada*, à Rua do *Poço do Bispo*, que passava por trás do cemitério de Nossa Senhora da Soledade, e é hoje a travessa Dr. Morais.

Baena não faz referência às Ruas da *Madrogoa* (⁴) e da *Aldeia*, existentes no tempo da Cabanagem.

Na presidência do Dr. João Antônio de Miranda, foi efetuada a compra de uma faixa de terra, que liga a atual Rua Gaspar Viana, antiga do *Açougue* ao Boulevard Castilhos França, e que pertencia ao negociante Benjamin Upton. É a atual Travessa da *Indústria*.

Foi o Presidente Jerônimo Francisco Coelho quem mandou rasgar no bairro do Umarizal, em 1848, duas ruas e três espaçosas travessas, a partir do arraial de Nazaré.

Com a proclamação da República, várias ruas perderam nos primeiros dias do novo regime, os nomes primitivos. As ruas da *Imperatriz* e do *Imperador* passaram a ser 15 *de Novembro* e da *República*. Proposta do Conselheiro Municipal Dr. Gentil Bitencourt. Foi o Dr. Manuel Barata, insigne historiador paraense, na época Presidente do Conselho Municipal, quem propôs em sessão de 26 de dezembro de 1889, a substituição do nome da estrada de *S. José* para 16 *de Novembro*, e a denominação de Boulevard da *República*, ao trecho compreendido entre a doca do Ver-o-Pêso e a rampa da Sacramenta, precisamente no local da antiga Rua *Nova do Imperador*.

No tempo do Intendente Municipal Antônio José de Lemos, o *velho Lemos*, como era vulgarmente conhecido êsse prestigioso político, a cidade teve grande desenvolvimento. Novas ruas, travessas, praças e avenidas foram rasgadas.

A Avenida Tito Franco, antiga estrada de *Bragança*, no Marco da Légua, foi assim denominada pela Resolução nº 46, de 3 de março de 1899. No mesmo ano passou o velho *Boulevard da Câmara* a denominar-se, de acôrdo com a Resolução nº 65, *Boulevard Dr. Freitas*.

A Lei nº 282, de 21 de dezembro de 1900, autorizou a abertura da avenida que seria denominada 1º *de Dezembro*, em homenagem à data da assinatura do Laudo do Conselho Federal Suiço, que reconheceu os direitos do Brasil sôbre o atual Território do Amapá.

No ano de 1905, (⁵) a cidade estava dividida em 47 ruas, 52 travessas, 13 estradas, 1 boulevar, 6 praças, 10 largos e 3 avenidas.

Dois anos mais tarde, o número de ruas estava aumentado para 105, e o das praças para 22.

A doca do Reduto foi aterrada e transformada numa bonita praça, que recebeu o nome de *General Ilha Moreira*, depois mudado para *General Magalhães*.

Uma das preocupações dos legisladores municipais foi a de homenagear vultos e fatos da nossa história, gravando-lhes os nomes nas ruas da cidade. Assim é que o bairro do Umarisal lembra a epopéia das lutas nacionalistas, em que se notabilizaram *João Balbi, Boaventura da Silva, Domingos Marreiros, Antônio Barreto, Diogo Moia, Oliveira Belo, Bernal do Couto*, onde estiveram envolvidos, também, os dois ilustres cametaenses Bispos *D. Romualdo Coelho* e *D. Romualdo de Seixas*, que foi titular do Império e Primaz da Bahia. Todos têm os seus nomes gravados nas placas das ruas e travessas daquele bairro.

Não foi, igualmente, esquecida a data do movimento redentor, e assim é que, a Travessa 14 *de Abril* constitui uma página permanentemente aberta, lembrando-nos o sacrifício e o heroismo dos nossos antepassados.

No Marco da Légua estão registrados nas esquinas de cada artéria, os nomes das principais batalhas e dos heróis da guerra do Paraguai: *Itororó, Lomas Valentinas, Angusturas, Mercedes, Curuzú, Humaitá, Vileta, Curupaiti, Chaco, Visconde de Inhaúma, Marquês do Herval, Duque de Caxias*.

Uma Resolução da antiga Câmara Municipal deu a várias ruas da Cidade Velha, nomes de municipios paraenses. Era a homenagem de Belém às antigas vilas do interior paraense: *Breves, Santarém, Cametá, Obidos, Gurupá, Monte Alegre* e *Vigia*. Algumas dessas denominações foram substituídas com o decorrer do tempo.

Os povos indígenas mereceram, também, dos edis belenenses, justa e significativa homenagem, pois estão apostas no bairro de Batista Campos, os nomes das seguintes tribos: *Pariquis, Caripunas, Timbiras, Tamoios, Mundurucus, Jurunas, Apinagés* e *Tupinambás*.

Tem havido nestes seis decênios de regime republicano, profunda alteração nos nomes das ruas de Belém. Em vários casos já se torna difícil identificá-las pelas suas primitivas denominações.

Diversos motivos têm contribuído para essas constantes mudanças. Os políticos, em primeiro lugar.

O Boulevard *Castilhos França*, que se estende paralelo ao cáis dos Snapp, é exemplo frisante. Em 1842, chamava-se Rua da *Boa Vista*. Foi mudada essa denominação para Rua *Nova do Imperador*. Com o advento do regime implantado em 1889, passou a ser *Boulevard da República*. Vitoriosa a revolução de 1930, mudaram-lhe o nome para o atual, que recorda o de um esforçado revolucionário, oficial de nossa marinha de guerra, morto tràgicamente, por ocasião do levante do 26º Batalhão de Caçadores, em Belém.

Pelo mesmo motivo o Largo da *Pólvora*, que foi depois Praça de *D. Pedro II*, passou a ser Praça da *República*.

A Avenida *Dois de Dezembro*, data do aniversário natalicio do Imperador, foi dado o nome de *Generalissimo Deodoro*. A Rua da *Imperatriz* tomou a denominação de 15 *de Novembro*, e assim por diante.

As únicas ruas que ainda permanecem com os seus nomes nas placas indicativas, são: a dos 48, do *Bailique*, de Nazaré e a Travessa da *Piedade*. Como na época remota e saudosa das rocinhas. Há mais de século.

São, pois, e ninguém lhes contesta a honra, as mais antigas e tradicionais de Belém.

1. RUAS DA CIDADE VELHA

Siqueira Mendes — Cônego Manoel José de *Siqueira Mendes*, chefe do Partido Conservador, no Pará. Foi presidente eventual da Provincia, nos períodos de 29 de setembro a 18 de outubro de 1868; de 8 de novembro a 2 de dezembro de 1869; de 23 de setembro de 1870 a 7 de janeiro de 1871. Destacou-se como politico dos mais prestigiosos do Pará. Era natural de Cametá, tendo nascido em 6 de setembro de 1825, e falecido a 5 de maio de 1892.

A Rua *Siqueira Mendes* foi primitivamente chamada Rua *do Norte*, sendo a primeira aberta pelos portuguêses, no século XVII.

Dr. Assis — Bacharel Joaquim José de *Assis*. Jornalista. Fundou e dirigiu em Belém, os seguintes órgãos : *O Pelicano*, 1872-1874, periódico de defesa da maçonaria; *O Futuro*, 1872, destinado à propagação dos ideais republicanos; *A Província do Pará*, 1876-1908. Era político influente tendo sido um dos chefes do Partido Liberal, no Pará. A Rua Dr. *Assis* é a antiga e tradicional Rua do *Espírito Santo*.

Dr. Malcher — Dr. José da Gama Malcher. Foi médico da Santa Casa de Misericórdia, da Benemérita Sociedade Portuguêsa Beneficente, Provedor do Colégio do Amparo e Vacinador da Capital. Tinha as comendas da Ordem de Cristo, da de Nossa Senhora da Conceição da Vila Viçosa de Portugal e da Ordem da Rosa, do Brasil. Foi presidente da Província do Pará e da Câmara Municipal de Belém. Em homenagem às suas virtudes cívicas e aos seus predicados morais «sem distinção de nacionalidade ou cor política» o povo paraense consagrou-o numa estátua, ereta na atual Praça Visconde do Rio Branco.

A Rua Dr. *Malcher* é a antiga dos *Cavaleiros*.

João Diogo — João *Diogo* Clemente Malcher, filho de Felix Antônio Clemente Malcher, que foi o 1° presidente cabano do Pará. Exerceu por várias vêzes o elevado cargo de Presidente da Câmara Municipal de Belém.

A primitiva denominação dessa rua foi *São João*, por passar em frente à capela do santo de igual nome, construída no século XVIII, na Cidade Velha.

Ângelo Custódio — *Ângelo Custódio Corrêa* era bacharel, tendo nascido em Cametá, no ano de 1804, e falecido a 25 de junho de 1855. Foi presidente da Província do Pará, tendo em conseqüência da revolução dos cabanos transferido a capital da Província para Cametá, a fim de poder exercer o mandato. Teve grande influência na política do seu tempo. Administrou o Pará, inteiramente, nos seguintes períodos : de 9 a 18 de maio de 1835; de 29 de julho a 13 de setembro de 1850; de 14 de maio a 25 de junho de 1855.

A atual *Ângelo Custódio* foi, no início da colonização, a chamada Rua *Longa*.

Dona Tomásia Perdigão — Homenagem à veneranda senhora *Tomásia Perdigão*, mãe de Paulo Maria e Marcelino Manuel Perdigão, ambos figuras destacadas da Câmara Municipal de Belém, no agitado período da Cabanagem. Justificando a proposta feita para a substituição do nome da Rua *Ilharga do Palácio* para *Dona Tomásia Perdigão*, dizia o Dr. Cordeiro de Castro, em sessão da Câmara, de 13 de agôsto de 1895 :

> «Êstes cidadãos ilustres, filhos de Dona Tomásia Perdigão, fazem lembrar aquela figura simpática da história romana, Cornélia a Mãe dos Grachos, e que preferiu depois de viúva, o simples título de cidadã romana ao de espôsa de um príncipe estrangeiro e que, sendo-lhe pedida por uma senhora de alta nobresa as melhores jóias que possuía, apresentou os filhos como sua única riqueza, como as duas mais belas e ricas jóias, pelo que mereceu do povo romano uma estátua com esta única inscrição gloriosa :
>
> *Mãe dos Grachos*
>
> Seja pois, a nossa inscrição neste penhor de reconhecimento público a essa mãe virtuosa e digna de tantos varões ilustres, — o seu nome perpetuado em uma rua de nossa bela capital».

Pedro Raiol — *Pedro* Antônio *Raiol*, pai de Domingos Antônio Raiol, Barão de Guajará, teve origem modesta, pois segundo informa o Dr. Manuel Barata nas *Efemérides Paraenses*, foi sapateiro no Pará, no ano de 1792. Contudo, quando do ciclo da Cabanagem, vamos encontrá-lo como Vereador da Câmara Municipal da Vigia. Nessa função foi assassinado pelos cabanos. O Barão de Guajará em emotiva página dos *Motins Políticos* revela a cena dramática e os pormenores da tragédia. A atual Rua *Pedro Raiol* foi denominada, primitivamente, Rua *da Calçada do Colégio*, por ter sido edificado ali o Colégio das Jesuítas, cujas origens remontam ao século XVII.

Capitão General Pedro de Albuquerque — Nascido em Pernambuco, tornou-se herói da guerra contra os holandeses. Foi nomeado por El-Rei em 4 de setembro de 1614, para o cargo de Governador do Estado do Maranhão e Grão Pará, tomando posse dessas elevadas funções a 13 de junho do mesmo ano. Faleceu em 6 de fevereiro de 1644, sendo sepultado na igreja do Carmo, de Belém, onde existe uma placa assinalando êsse acontecimento, mandada apôr pelo Instituto Histórico do Pará e Arqueológico de Pernambuco. Antes teve essa rua os nomes de *Agua de Flôres* e *Cintra*.

Dom Frei Caetano Brandão — Dom Frei Caetano Brandão, 4º Bispo do Pará, fundador da Confraria da Caridade e do Hospital do Senhor Bom Jesus dos Pobres, em 1787. Teve antes o nome de Largo da *Matriz* e da *Sé*.

2. RUAS DA CAMPINA

13 de Maio — 13 de Maio de 1836. Designação dada à antiga Rua *Formosa*, primitiva da Paixão, em homenagem à data em que as «tropas da legalidade se apossaram da cidde», então em poder dos cabanos. Nessa rua morava o famoso caudilho Eduardo Angelim, chefe cabano e terceiro presidente rebelde do Pará.

Conselheiro João Alfredo — *João Alfredo* Corrêa de Oliveira foi presidente da Província do Pará, nomeado por Carta Imperial de 20 de outubro de 1869, tendo exercido o cargo, de 2 de dezembro daquele ano a 17 de abril de 1870. A Rua Conselheiro João Alfredo teve, primitivamente, o nome de *Mercadores*, pois ali estavam localizados os principais comerciantes da época. Também foi chamada Rua da *Cadeia*, por ser o local onde ficava o presidio de Belém.

Senador Manoel Barata — *Manoel de Melo Cardoso Barata*, bacharel em Direito, jornalista, e um dos mais notáveis historiadores da sua época. Pesquisador infatigável dos arquivos, revelou documenttos interesantíssimos da história colonial do Pará, tendo traçado com esmero e honestidade, as páginas mais destacadas

da formação do povo paraense através dos váiros ciclos do seu desenvolvimento. Nasceu a 4 de agôsto de 1841, tendo falecido a 12 de outubro de 1916.

A atual *Senador Manoel Barata* foi antes chamada Rua *Nova de Santana*, tendo a sua origem na igreja de Santana, ereta entre as Ruas dos *Mártires* e de *São Vicente*, fazendo frente para a Rua do *Landi* e fundos para a Rua das *Gaivotas*.

Gaspar Viana — Gaspar Viana, médico e bacteriologista. Nasceu a 11 de maio de 1886, e faleceu a 15 de junho de 1914.

A Rua *Gaspar Viana* foi chamada, inicialmente, do *Açougue*, por ter havido ali, o primeiro açougue de Belém, nome que foi mudado depois para *Indústria*.

Lauro Sodré — *Lauro Nina Sodré* e Silva, republicano histórico e abolicionista. Foi o primeiro governador constitucional do Pará, no periodo de 24 de junho de 1891 a fevereiro de 1897. Atendendo aos insistentes pedidos dos seus conterrâneos, e a fim de pacificar o espírito público, agitado pelos motins políticos, o Dr. Lauro Sodré foi novamente eleito governador do Estado para o quatriênio de 1917-1921.

Pelo seu carater e virtudes cívicas, pela sua ação administrativa e probidade inatacável, conseguiu firmar em tôrno do seu nome as simpatias populares, tornando-se dessa forma um político querido e prestigioso. Foi no norte do Brasil o único governador que não aderiu ao golpe de Estado desferido pelo Marechal Deodoro da Fonseca, em 3 de novembro de 1891. A *Lauro Sodré* teve antes o nome de Rua *Das Flôres*, depois mudado para *Lauro Sodré* e *Ó de Almeida* voltando a ser *Lauro Sodré* depois do falecimento dêste eminente brasileiro.

15 de Novembro — 15 de novembro de 1889, comemorativo da proclamação da República, no Brasil. Foi anteriormente chamada Rua da *Praia*, da *Boa Vista* e da *Imperatriz*.

Pais de Carvalho — Dr. José *Pais de Carvalho* um dos fundadores do Clube Republicano do Pará. Foi Governador do Estado, eleito por sufrágio direto, para o período de 1897-1901, tendo durante a sua administração dispensado a mais carinhosa

assistência aos problemas da sua terra. Médico humanitário e cidadão probo, viveu sempre cercado da estima e do respeito dos seus patrícios.

A atual *Pais de Carvalho* foi a primitiva Rua de *São Vicente*, aberta no século XVII, para a instalação das famílias açorianas, chegadas a Belém naquela época.

Arcipreste Manoel Teodoro — *Manoel Teodoro* Teixeira. Foi deputado provincial, vigário capitular, governador do Bispado e Presidente interino da Provincia do Pará, nos periodos de 29 de junho a 7 de agôsto de 1843, e de 20 a 22 de maio de 1844. Nasceu em 20 de junho de 1790, tendo falecido a 17 de novembro de 1844.

O primitivo nome da *Arcipreste Manoel Teodoro* foi Rua da *Cruz das Almas*, por existir ali a *Cruz*, com o cofre ao lado, onde eram depositadas as esmolas para as *almas* do purgatório.

Veiga Cabral — Francisco Xavier da *Veiga Cabral*, o *Cabralzinho*. Foi o chefe dos patriotas que defenderam a soberania do Brasil, no Amapá, quando da invasão dos franceses. Êsse rasgo de coragem e altivez deu-lhe justo prestígio em todo o país, tendo sido recebido no Rio de Janeiro como autêntico herói nacional. Nasceu em 5 de maio de 1861, tendo falecido a 18 de maio de 1905. Anteriormente a Rua *Veiga Cabral* tinha o nome de *Santo Amaro*.

Dos 48 — Segundo o historiador M. Braga Ribeiro (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, vol. VII, ano de 1932), a Rua dos 48, aberta na segunda metade do século XVIII, constitui uma homenagem aos 48 cidadãos que, em São Vicente, foram eleitos pelo povo para defender a sobernaa popular quando contrariada ou violada pelos emissários d'El-Rei. Não consegui identificar suficientemente a denominação desta rua, embora reze a tradição que provêm ela de 48 indivíduos ligados aos acontecimentos da Cabanagem. Não possuo elementos para negar ou confirmar o que explica a tradição. Também não me parece definitiva a conclusão a que chegou o historiador Braga Ribeiro, por falta de afinidades entre os acontecimentos históricos

paulista e paraense, que agitaram as duas capitanias, a propósito daqueles fatos e decorridos naquela época.

João Balbi — *João* Batista *Balbi*. Apesar de italiano de nascimento, descendente de ilustre família de Gênova, como informa o Barão de Guajará, trabalhou ativamente pela causa da Independência, sendo um dos devotados conspiradores que lutaram sem desfalecimento pela adesão do Pará à causa nacional. Na residência de Balbi, à Rua das *Laranjeiras*, reuniam-se os conjurados para deliberar o modo de dar por terra com o domínio português. Nasceu João Balbi, em Ragusa, em 1792, tendo chegado a Belém no ano de 1819, constituindo família. Tomou parte saliente na revolta de 14 de abril de 1823.

Domingos Marreiros — Alferes *Domingos* Gonçalves *Marreiros*. Foi um dos oficiais que muito se salientou na revolução constitucionalista, que tinha por finalidade a adesão do Pará à Independência do Brasil. Tomou parte ativa no motim de 14 de abril de 1823.

Boaventura da Silva — *Boaventura* Ferreira da Silva, capitão do 2º Regimento de Infantaria, e dos mais valentes e heróicos defensores da Independência, no Pará. Participou com relêvo do motim de 14 de abril de 1823.

Antônio Barreto — *Antônio* de Loureiro *Barreto*, alferes de cavalaria, um dos abnegados revolucionários em favor da Independência, tendo tido papel saliente no movimento armado contra os reinóis, a 14 de abril de 1823.

Diogo Moia — *Diogo* Vaz da *Moia*, tenente da tropa sediada no Pará e ardoroso patriota, tendo tomado parte saliente na campanha libertadora.

Oliveira Belo — José Mariano de *Oliveira Belo*, alferes de cavalaria. Igualmente herói da revolução de 14 de abril de 1823.

Bernal do Couto — Cadete *Bernal do Couto*, participante da revolução nacionalista. No bairro do Umarisal está gravada a homenagem da cidade aos vultos que mais se distinguiram na fase da dramática da Independência. Em cado canto vive uma

lembrança da epopéia nacionalista e, em cada nome, reverenciamos um herói.

Santo Antônio — Antigo caminho que levava à igreja de *Santo Antônio*, construída pelos capuchos da Ordem de igual nome, no século XVIII, e cuja pedra fundamental foi solenemente colocada no dia 13 de junho de 1736. Sete anos mais tarde, a 13 de junho de 1743, era a igreja inaugurada. Já foi chamada Rua de *Santa Maria da Penha da França* e *Presidente Wilson*, retornando depois à sua primitiva denominação.

Antônio Baena — *Antônio* Nicolau Monteiro *Baena*. Homenagem do município de Belém a Antônio Baena, que exerceu o cargo de presidente do Senado estadual. Era filho do consagrado historiador e geógrafo Antônio Ladislau Monteiro Baena, autor do «Compêndio das Eras», «Ensaio Corográfico sôbre o Pará», e outras obras de ampla divulgação. Nasceu o Major Antônio Baena a 16 de março de 1833, tendo falecido a 18 de julho de 1898. Antes era chamada Travessa do *Riachuelo*.

Jerônimo Pimentel — Cônego *Jerônimo* Roberto da Costa *Pimentel*. Esteve intimamente ligado aos sucessos da Cabanagem, dado o importante papel que representou na salvação das famílias perseguidas pelos cabanos. Por causa dessa atuação, para a qual contava com o apoio de Eduardo Angelim, famoso caudilho cabano, esteve na iminência de ser fuzilado. Foi deputado à primeira Assembléia provincial do Pará, cuja sessão inicial se efetuou a 28 de fevereiro de 1838. É interessante esclarecer que cada deputado, nessa época, percebia o subsídio diário de *três mil e duzentos réis*, ou seja na moeda atual de Cr$ 3,20.

Gama e Abreu — José Coelho da *Gama e Abreu*, Barão de Marajó, bacharel em fisolofia e matemática pela Universidade de Coimbra. Como político exerceu os mais elevados cargos na administração pública, tendo sido presidente da província do Pará, no período de 7 de abril de 1879 a 29 de março de 1881; presidente do Conselho da Intendência municipal de Belém, de 1891 a 1894, e vice-presidente do Senado paraense. Como geógrafo deixou, entre outros, um excelente estudo sôbre as

«Regiões amazônicas», que é uma permanente fonte de informações a quantos se interessam pelos assuntos do vale. Nasceu o Dr. Gama e Abreu em Belém, na casa onde está hoje instalada a Secretaria Estadual de Saúde, à Praça D. Pedro II, números 48, 49 e 50, no dia 12 de abril de 1832, falecendo em 25 de novembro de 1906.

Henrique Gurjão — Maestro *Henrique* Eulálio *Gurjão*, autor da ópera *Idália*, dos hinos *Paraense*, do *Trabalho* e a *Carlos Gomes;* de inúmeras romansas e dezenas de outras importantes peças musicais. Nasceu em Belém a 15 de novembro de 1834, tendo estudado no Instituto Musical de Gênova. Faleceu a 27 de julho de 1885. Era irmão do General Hilário Gurjão.

General Burjão — Hilário Maximiano Antunes *Gurjão* foi um dos heróis da guerra do Paraguai, tendo se notabilisado na tomada de Itororó, onde caiu ferido. Nasceu em Belém a 21 de fevereiro de 1820, tendo falecido em conseqüência de ferimentos recebidos em combate a 17 de janeiro de 1869.

Além do monumento que a Província mandou erigir em sua homenagem, existe no Cemitério da Soledade um outro que o município de Belém construiu, para que nele fôssem depositados os seus restos mortais. Também o Instituto Histórico e Geográfico do Pará assinalou, de maneira immorredoura, a casa onde nasceu o herói brasileiro, apondo na fachada da mesma, que fica à Rua *General Gurjão* nº 135, uma significativa placa de mármore branco, com as legendas gravadas em negro.

Bailique — A denominação desta, como de outras ruas, cidades e vilas do Pará, foi trazida de Portugal pelos colonizadores. Era a homenagem singela e comovida dos povoadores à pátria querida e distante. Tivemos em Belém as Ruas *Atalâia*, de *Cintra*, da *Barroca*, do *Aljube*, de *São Vicente de Fora da Alfama*, lembrando denominações de cidades e vilas portuguêsas. *São José do Bailique* não podia fugir a êsse hábito, tornando-se, dêste modo uma das ruas tradicionais de Belém. Antes tinha o nome de *Aldeia*.

Manoel Evaristo — *Manoel Evaristo* da Silva e Sousa. Patriota paraense, herói do movimento nacionalista irrompido em Belém a 14 de abril de 1823.

Caetano Rufino — *Caetano Rufino* dos Santos, integrado no movimento nacionalista e um dos notáveis colaboradores da campanha pela redenção da sua pátria do jugo estrangeiro. Tomou parte na revolução de 14 de abril de 1823.

Soares Carneiro — Antônio *Soares Carneiro*, outro herói da revolução nacionalista contra o domínio português.

28 de Setembro — 28 de Setembro de 1871, dia em que foi sancionada a lei que declarava livres os filhos de mãe escrava. Antes teve a *28 de Setembro* a denominação de Ruas dos *Mártires*.

Carlos Gomes — Antônio *Carlos Gomes*, consagrado maestro brasileiro. Foi no govêrno do Dr. Lauro Sodré e a convite dêste, chamado para dirigir o Conservatório de Música, que tomou depois o seu nome. Faleceu em Belém no dia 16 de setembro de 1896. Há dos seus últimos momentos, na sala que foi de recepção da Prefeitura Municipal, um quadro famoso de autoria dos pintores Domenico de Angelis e Giovanni Caprenesi. Antes teve a *Carlos Gomes*, a denominação de Rua da *Paciência*.

Aristides Lôbo — *Aristides* da Silveira *Lôbo*, republicano histórico. Ministro do Exterior do Govêrno Provisório da República, sob a presidência do Marechal Deodoro da Fonseca. Teve antes o nome de Rua do *Rosário*, por ser o caminho que passava ao lado da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos.

7 de Setembro — 7 de setembro de 1822, data da proclamação da Independência do Brasil. Tinha anteriormente o nome de Travessa do *Pelourinho*, por ser o lugar onde esteve armado o pelourinho onde eram amarrados e castigados os escravos.

Padre Eutiquio — *Eutiquio* Pereira da Rocha. Exerceu importantes funções políticas no Pará, no ciclo imperial. Dom Antônio de Almeida Lustosa, na sua excelente obra denominada

Dom Macedo Costa, usa das seguintes expressões, referindo-se ao Padre Eutiquio :

> «Nesse mesmo ano (1880), morre o desventurado Padre Eutiquio Pereira da Rocha, que tanto fêz sofrer o Prelado e a Igreja. Em vão Dom Antônio tentou chamá-lo ao bom caminho. Mandou distinto sacerdote a sua casa, na última enfermidade, mas nada obteve. Após 14 anos de suspensão, já velho, envolto nas malhas da maçonaria, partiu desta vida para o Tribunal de Deus.»

A Travessa *Padre Eutiquio* foi antes chamada de *São Mateus* tendo servido nos tempos coloniais de divisa aos bairros da *Campina* e da *Cidade Velha*.

Campos Sales — Dr. Manuel Ferraz de *Campos Sales*, Presidente da República, no período de 15 de novembro de 1898 a 15 de Novembro de 1902. Foi o grande restaurador das finanças do país. A Travessa *Campos Sales* foi chamada nos idos coloniais de Travessa do *Passinho*, por causa da Capela dos Passos, que durante a Semana Santa era aberta para os atos religiosos. A capela fazia parte do solar de propriedade de Ambrósio Henrique, um dos homens mais ricos da sua época, ascendente de tradicional família paraense.

Frutuoso Guimarães — Joaquim *Frutuoso* Pereira *Guimarães*, médico humanitário e estimado pelos seus conterrâneos. Exerceu em várias legislaturas o cargo de Vereador da Câmara Municipal de Belém. A Travessa *Frutuoso Guimarães* teve, anteriormente, o nome de *Mercês*, por passar ao lado da igreja construída em 1640, pelos frades mercedários.

Padre Prudêncio — *Prudêncio* José das Mercês Tavares foi deputado provincial, Juiz de Paz e comandante geral das tropas legalistas em ação de guerra contra os cabanos. Nessa função coube-lhe dirigir a defesa de Cametá, que compreendia os postos militares do Tocantins, Oeiras, Portel e Melgaço. Desincumbiu-se de modo satisfatório dessa missão, evitando que os rebeldes invadissem e se apossassem da sua terra natal. Nasceu em 1810, e

faleceu a 14 de fevereiro de 1861, sendo filho do bandeirante paulista Felipe de Santiago Pereira Tavares.

A Travessa *Padre Prudêncio* foi chamada antes de Travessa da *Misericórdia*, e depois Rua do *Landi*, por ter residido ali o famoso arquiteto Antônio José Landi, que desenhou e ajudou a construção do Palácio do Govêrno, igreja do Carmo (3ª), das Mercês (atual), de Santana e do Rosário.

1º de Março — 1º de Março de 1870, data comemorativa do término da guerra do Paraguai, com a fuga e morte do ditador Solano Lopez. A *1º de Março* foi chamada antes de Rua das *Gaivotas*.

Dr. Romualdo de Seixas — Dom *Romualdo* Antônio de *Seixas* foi governador do Bispado, Bispo do Pará, Bispo e Primaz da Bahia, presidente da Junta provisória revolucionária que governou o Pará no período de 1º de março a 18 de agôsto de 1823. Dignitário do Império com o título de Marquês de Santa Cruz, exerceu notável influência entre os homens e os fatos da sua época. Nasceu na cidade de Cametá, no dia 7 de fevereiro de 1787, e faleceu em 29 de dezembro de 1860, na Bahia, sendo enterrado na Catedral do Salvador. Era agraciado com a Ordem da Rosa e Gram Cruz de Cristo. O Convento de São Francisco, na Bahia, conserva o retrato de Dom Romualdo, com as insígnias que lhe concedeu o Imperador.

Dom Romualdo Coelho — *Dom Romualdo* de Sousa *Coelho* nasceu na cidade de Cametá a 7 de fevereiro de 1762, e faleceu a 15 de fevereiro de 1841, sendo sepultado na capela-mór da Catedral de Belém. Foi deputado às côrtes de Lisboa, presidente da Junta Provisória do Govêrno, tendo nessa função proclamado a adesão do Pará à independência. Exerceu preponderante influência entre os seus contemporâneos, sendo por interferência sua evitado o incêndio de Belém pelos cabanos. Era agraciado com o Hábito da Ordem de Cristo.

Dr. Morais — Dr. João Maria de *Morais*. Político influente. Foi presidente da Província do Pará nos seguintes períodos: de 8 de fevereiro a 25 de outubro de 1845; de 5 de agôsto a 12 de novembro de 1846; de 10 de julho a 21 de outubro de 1847; de 1º de junho a 16 de julho de 1850; de 25 de junho a 31 de julho de 1855; de 30 de março a 7 de abril de 1857; de 27 de janeiro a 29 de julho de 1864; de 8 de maio a 28 de junho de 1866. A Travessa *Dr. Morais* teve a denominação de Rua do *Poço do Bispo*, também chamada de *Chafariz do Bispo*.

9 de janeiro — 9 de janeiro de 1822. O Príncipe D. Pedro, desobedecendo as ordens das côrtes constituintes de Portugal, e atendendo o pedido dos brasileiros, resolveu ficar no Brasil. É o dia do *fico*.

A Travessa *9 de Janeiro* bem como a *14 de Março* foram abertas no ano de 1850, pelo Presidente Jerônimo Francisco Coelho.

14 de Março — 14 de março de 1822, data do nascimento de Dona Teresa Cristina de Bourbon, filha de Francisco I, Rei de Sicília, espôsa de D. Pedro II, e Imperatriz do Brasil. Faleceu Dona Teresa Cristina no dia 28 de dezembro de 1889. A Câmara Municipal de Belém prestou, também, a sua homenagem a Dom Pedro II, denominando *2 de Dezembro* data do nascimento do Imperador, a rua que ficava paralela à *14 de Março*. Com o advento da República foi a 2 de dezembro substituída pelo nome de *Generalíssimo Deodoro*, proclamador do novo regime. A *14 de Março* vem, todavia, resistindo à marcha do tempo e à intemperança dos homens.

Castelo Branco — Francisco Caldeira de *Castelo Branco* nasceu em Portugal, no ano de 1566, pertencendo a família de nobre ascendência. Vindo para o Brasil, muito se notabilizou na guerra contra os holandeses, em Pernambuco. Depois que Jreônimo de Albuquerque expulsou os franceses do Maranhão, foi idealisada a conquista do Amazonas, como complemento daquela grande façanha. Em junho de 1615, chegou a São Luís, comandando um contingente pernambucano. Alexandre de Moura conhecendo-lhe as aptidões, nomeou-o *Descobridor e Primeiro Conquistador do Amazonas*, título que recebeu em 22 de dezembro de 1615. Saiu do Maranhão a 25 do mesmo mês, em direção ao grande rio. Gastou na travessia 18 dias, chegando a Belém

a 12 de janeiro de 1616. Aí lançou os fundamentos da Capitania, mandando construir um forte para abrigo e defesa dos soldados, a que deu o nome de *Presépio de Belém*. Sob a sua direção foram travadas as primeiras lutas contra os invasores holandeses, inglêses e franceses, que teimavam em permanecer na foz do Amazonas. O fundador da cidade de *Nossa Senhora de Belém do Grão Par;* não viveu pacìficamente na terra que conquistou para a glória d'El-Rei. Volveu para Lisboa, prêso e humilhado, no ano de 1619, tendo ali falecido.

14 de Abril — 14 de abril de 1823. Revolução nacionalista deflagrada com a colaboração de João Balbi, Boaventura da Silva, Domingos Marreiros, Antônio Barreto, Oliveira Belo, Diogo Moia, Bernal do Couto, Manuel Evaristo, José Pio, Tenreiro Aranha e outros. Tinha por finalidade a adesão do Pará à Independência nacional. A revolução foi sufocada pelos soldados reinóis, sob o comando do General José Maria de Moura, sendo os patriotas prêsos e os militares remetidos para o forte de São Julião, em Portugal, enquanto os civis como Bernardo de Sousa Franco, Honório José dos Santos, Joaquim Manuel de Araújo Nobre, Antônio Joaquim de Miranda, eram recolhidos à fortaleza da Barra, em Belém.

Piedade — Estava o Pará sob a administração do Capitão-mór Hilário de Sousa Azevedo, que era o décimo terceiro, na ordem cronológica, quando em novembro de 1693, desembarcavam em Belém nove religiosos capuchos de Nossa Senhora da *Piedade*. Foi intenso e proveitoso o trabalho desenvolvido pelos capuchos dessa Ordem. Fundaram e missionaram várias aldeias de índios, que se transformaram com o decorrer do tempo em alguns dos atuais municípios paraenses. No ano de 1749, principiaram a construção de um Convento, em Belém, chamado de *São José*. É o atual presídio.

Os capuchos da *Piedade* regressaram em 1758 a Portugal, em virtude do Aviso régio que suspendeu o direito da permanência da Ordem no Pará. Porém, o trabalho e a dedicação dêsses abnegados religiosos ficaram perpetuados na rua que recebeu, como homenagem da Câmara Municipal de Belém, o nome da

Ordem. Também a Rua da *Conceição*, é outro exemplo dêsse respeito e admiração dos edis belenenses à Ordem da *Conceição* da Beira e Minho, que no Pará construiu o Convento de São Boa Ventura, em cuja área, mais tarde, foi ereto o Arsenal de Marinha.

O Conselho Municipal de Belém, em Resolução nº 4, de 13 de setembro de 1909, aprovou a substituição do nome da Travessa da *Piedade* para *Dr. Felix Soares*. Quarenta anos mais tarde, nova mudança, para *Eduardo Angelim*. Ambas, porém, não tiveram fôrça para destruir a tradição que é energia cívica de um povo.

Silva Castro — Dr. Francisco da *Silva Castro* nasceu em Belém a 21 de abril de 1815. Médico, diplomado pela Escola Médico-cirúrgica de Lisboa, em 1837, embarcou no mesmo ano para a Bélgica, onde obteve na Universidade de Louvain o gráu de doutor em medicina *cum magna laude*, distinção conferida pela primeira vez a um estrangeiro, como consta de sua biografia publicada no jornal *A Evolução*, de 2 de março de 1918. Regressou ao Pará em 1838, para exercer a sua nobre profissão. Pelos relevantes serviços prestados à causa pública, foi agraciado por D. Pedro II com a Ordem de Cavaleiro de Cristo e a Comenda da Ordem da Rosa; dos Reis de Portugal e da Suécia e Noruega recebeu as Comendas da Ordem de N. S. Jesus Cristo, da Ordem de Santiago, Comenda da Ordem de S. Gregório Magno. A Rainha da Espanha Dona Isabel II, concedeu-lhe a Cruz de 2ª Classe da Ordem Civil de Beneficência. Pertencia a várias instituições científicas do Brasil e do estrangeiro. Exerceu o cargo de Vereador da Câmara Municipal de Belém e de deputado provincial. Foi Provedor da Santa Casa de Misericórdia do Pará, onde teve oportunidade de demonstrar a sua capacidade de administrador consciente e honesto, aliada ao seu profundo amor ao próximo. Era casado com Dona Joana Antunes Balbi da Silva Castro, filha do famoso João Batista Balbi que tão assinalados serviços prestou à causa revolucionária dos nacionalistas paraenses. Faleceu o Dr. Silva Castro a 15 de julho de 1899.

Sousa Franco — Bernardo de *Sousa Franco*. Tomou parte no movimento irrompido no Pará a 14 de abril de 1823. Foi presidente da Província do Pará, nos períodos de 8 de abril de 1839 a 22 de fevereiro de 1840; de 24 de fevereiro de 1841 a 30 de abril de 1842. Foi Ministro do Império, sendo agraciado com o título de Visconde de Sousa Franco. Nasceu a 28 de julho de 1805, e faleceu em 9 de maio de 1875.

Major Joaquim Távora — O Município de Belém homenageou com a aposição dos seus nomes em algumas ruas e praças da cidade, os oficiais do exército e da armada que tomaram parte saliente nos movimentos armados irrompidos desde o ano de 1922, e de que resultaria a vitória do chamado Estado Novo, personificado no Sr. Getúlio Vargas, chefe ostensivo da revolução triunfante em 1930. O Major Joaquim Távora foi um dêsses idealistas cujos nomes a história registra para julgá-los mais tarde, tendo em conta as suas virtudes e os seus pecados.

Antes teve a Rua *Joaquim Távora* o nome de *Demétrio Ribeiro*, que substituiu a tradicional denominação de *Atalaia* dada pelos colonizadores portuguêses àantiga artéria da Cidade Velha

Ferreira Pena — Domingos Soares *Ferreira Pena* nasceu em Minas Gerais, porém passou grande parte de sua vida no Pará, onde faleceu em 1888. Na sua terra natal foi jornalista, tendo fundado uma fôlha denominada *O Apóstolo*. Chegou em Belém no ano de 1858. Foi secretário do govêrno, diretor do Museu Paraense, secretário de Polícia e jornalista militante, pois fundou e dirigiu *O Colombo*, de grande aceitação pública.

Naturalista, geógrafo e etnógrafo de grandes méritos, deixou trabalhos dignos da sua culutra. O govêrno do Estado do Pará rendendo tributo à memória do grande cientista brasileiro, mandou erigir-lhe um monumento, no interior do Museu Emílio Goeldi, por ter sido o fundador daquele centro de pesquisas da Amazônia.

Rui Barbosa — Rui Barbosa é o símbolo da cultura brasileira. A sua vida é um catecismo de virtudes cívicas. A escolha do seu nome para uma das artérias de Belém significa a homenagem da cidade ao grande vulto nacional.

Anteriormente a *Rui Barbosa* tinha a denominação de Travessa da *Glória*.

Quintino Bocaiuva — Foi jornalista e republicano histórico. Ocupou no govêrno provisório da República o cargo de Ministro do Exterior e interino da Agricultura, comércio e obras públicas. Fundou no Rio de Janeiro o *Clube Republicano*, que teve suas origens no *Clube Radical*, onde se reuniam estudantes e militares da época. Antes teve a *Quintino Bocaiuva* o nome de Travessa do *Príncipe*.

Carlos de Carvalho — Cirurgião-mór Dr. Joaquim *Carlos* Antônio de *Carvalho*. Tomou parte ativa na revolução que irrompeu em Belém no dia 1º de janeiro de 1821, preparada por Felipe Patroni, para defesa do regime constitucional, defendido ardorosamente pelos portuguêses, no Pôrto, e que tanto empolgou os moços daquela época.

Tinha essa artéria, nos tempos coloniais, o nome de Travessa da *Queimada*.

Benjamin Constant — *Benjamin Constant* Botelho de Magalhães, republicano histórico e um dos mais destacados propagandistas do regime implantado no Brasil a 15 de novembro de 1889. Professor da Escola Militar, ali teve oportunidade de dar expansão às suas idéias republicanas e filosóficas, que encontraram eco no espírito dos seus jovens discípulos, entre os quais se destacava, como o mais dileto o Dr. Lauro Sodré. Com a proclamação da República exerceu, no govêrno provisório, o cargo de Ministro da Guerra, do qual pouco tempo depois se afastava por incompatibilidade com o Generalíssimo Deodoro da Fonseca,

A Travessa *Benjamin Constant*, que foi, originàriamente, um caminho aberto nas terras de propriedade de João Batista Tenreiro Aranha, desapropriadas em 1859, na administração do Presidente da Província Dr. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, tinha o nome de Rua *Nova da Princesa*.

Marquês de Pombal — Sebastião José de Carvalho — *Marquês de Pombal* — Nasceu em Lisboa a 13 de maio de 1699, e faleceu em Vila Pombal, como degredado, a 8 demaio de 1782.

Foi o grande Ministro do Rei D. José I, tendo nesse cargo feito amigos e adversários ferrenhos, que nunca lhe perdoaram a ascendência que teve no reino, a ponto de um dos seus biógrafos — Matos Siqueira —, ter afirmado : «só o que é de lamentar é que o proveito que o país tirou do seu govêrno, fôsse à custa do sofrimento e sacrifício de uma geração : a dos homens do seu tempo».

Quando, porém, o Marquês de Pombal grangeou o respeito e admiração do povo português, foi depois do terremoto do 1º de novembro de 1755, que abalou Lisboa. Nessa oportunidade, escreve J. Lúcio de Azevedo em *O Marquês de Pombal e sua época* — «a imaginação vê ainda o super-homem. Sebastião José de Carvalho, a emergir sòzinho dos fumos da catástrofe. Êle enterrou os mortos; êle cuidou dos vivos; êle nivelou as ruínas, traçou as ruas; desenhou as construções, gizou a estátua eqüestre, e triunfador fêz retraçar, delineando a Lisboa nova que de entre os destroços ressurgia». Era Irmão de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que no ciclo colonial foi governador do Pará, tendo nessa função deixado sulco profundo nas páginas da história paraense. Nos Códices da Biblioteca e Arquivo Público do Pará estão colecionados preciosos documentos do consulado pombalino, ofícios e cartas do próprio punho do Sebastião José de Melo ao seu irmão, e por onde podemos reconstituir um dos capítulos mais interessantes da história colonial da Amazônia.

Tiradentes — Joaquim José da Silva Xavier — o *Tiradentes* —, era mineiro de nascimento, e antes de entrar para a tropa onde conseguiu o pôsto de Alferes, foi mascate em Minas Gerais. Conta um dos seus biógrafos, que nas constantes viagens de Xavier à cidade de Todos os Santos, onde ia renovar o sortimento dos objetos do seu comércio «iniciou-se na maçonaria daquela cidade». E esclarece : «A Maçonaria naquela época era um centro revolucionário enorme, pois os espíritos andavam excitados pelos escritos dos enciclopedistas. O espírito de reforma invadia todo o mundo civilizado». Pela sua participação direta na *Inconfidência mineira* foi prêso e condenado à morte. O município de Belém apondo numa das ruas da capital o nome do

grande inconfidente mineiro, prestou aos nacionalistas daquela época, o tributo da sua homenagem bem merecida e patriótica.

Dom Pedro I — Filho de D. João VI e de Dona Carlota Joaquim, nasceu o Príncipe D. Pedro em Queluz a 12 de outubro de 1798, e no mesmo palácio faleceu em 24 de setembro de 1834. Veio com a família real para o Brasil, com o título de Condestável. Casou-se em 1818, com Dona Maria Leopoldina, filha de Francisco I, Imperador da Áustria. Depois de proclamada a Independência, quando já era Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil, casou-se pela segunda vez com a princesa Dona Amélia de Beauharnais. Falecendo D. João VI, foi reconhecido Rei de Portugal com o nome de D. Pedro IV, coroa que abdicou em favor de sua filha Dona Maria da Glória. Depois de renunciar, também, a coroa brasileira em favor do seu filho o Sr. D. Pedro II, a 7 de abril de 1831, embarcou para Portugal, onde defendeu a legitimidade do direito de Dona Maria ao trono português. Em setembro de 1833, entrou triunfante em Lisboa.

O seu coração, esclarece o historiador Matos Sequeira — «foi enviado ao Pôrto, cidade a que êle o legara e que o conserva num mausoléu na igreja da Lapa».

A vida de D. Pedro nem sempre decorreu calma. Foi agitada, romanesca, e até nos últimos dias teve gestos dramáticos como aquele do Teatro D. Carlos, logo após o término da guerra civil, vencido D. Miguel e estabelecidas as bases para a conclusão das hostilidades entre os dois irmãos. D. Pedro fôra de generosa liberalidade com o vencido, coisa que a muitos desagradou. Na noite de 27 de maio de 1834, havia espetáculo de gala no Teatro D. Carlos. Quando D. Pedro apareceu, os espectadores levantaram-se e iniciaram uma vaia estrondosa, uma pateada ensurdecedora. De pé, no camarote real, o primeiro Imperador do Brasil suportava a afronta, pálido e magoado. Quando mais ruidosos eram os apupos, sentiu as conseqüências da campanha do Pôrto. Uma golfada de sangue tingiu-lhe o lenço branco que, para sufocar a tosse, havia levado à bôca. O historiador Sérgio Correia em *As Quatro Coroas de Pedro I*, conclui assim a narrativa dramática :

«Todos viram. E, como por encanto, paralisados os instrumentos, os músicos não sabiam o que fazer. Mas D. Pedro, num esfôrço, curvando-se para o maestro, conseguiu dizer, rouco:

— Pode começar.

E o espetáculo começou»

Quatro meses depois, morria o herói do Pôrto, o proclamador da Independência do Brasil, o Imperador para quem os carinhos das mulheres eram mais tentadores que os fastígios do poder.

Tito Franco — Conselheiro *Tito Franco* de Almeida. Foi deputado à Assembléia Legislativa Provincial e à Câmara temporária nacional, da qual foi eleito secretário. Exerceu importantes cargos na administração pública. Jornalista primoroso, teve destacada atuação no *Jornal do Amazonas*, no *Diário do Grão-Pará*. Deixou várias obras de destacado relêvo nas letras pátrias, entre as quais : a *Biografia do Conselheiro Francisco José Furtado*, *Estudc Sôbre a História Politica Contemporânea*, *O Brasil e a Inglaterra* e *A Igreja no Estado*. Nasceu o Conselheiro Tito Franco a 4 de janeiro de 1829 e faleceu a 17 de fevereiro de 1899.

A Avenida *Tito Franco* teve, antes, a denominação de estrada de *Bragança*. É atualmente chamada *Almirante Barroso*.

Almirante Tamandaré — Joaquim Marques Lisboa nasceu em 13 de dezembro de 1807 e faleceu a 20 de março de 1897. Foi a mais impressionante figura da marinha de guerra do Brasil, da qual é símbolo e patrono, pela nobresa de suas atitudes, pela galhardia dos seus feitos e pelos exemplos admiráveis que deixou à posteridade.

Esteve no Pará por ocasião da Cabanagem, tendo tomado parte saliente nos combates contra os rebeldes. Era nesse tempo comandante do brigue *Cacique*. Ajudou a vencer os *Balaios*, do Maranhão e os *Praieiros*, de Pernambuco.

Na guerra do Paraguai foi o comandante que levou o Brasil ao triunfo e à glória. O Imperador agraciou-o com o título de Marquês de Tamandaré.

A atual Avenida *Almirante Tamandaré* teve, inicialmente, a denominação de Estrada do *Arsenal*. Foi depois Estrada das

Mongubeiras, merecendo do naturalista Bates referências que traduzem bem as suas simpatias por aquela artéria. A seguir passou à denominação de *Almirante Tamandaré*, substituída mais tarde para *Magalhães Barata*. O Sr. Lôpo de Castro, então Prefeito Municipal de Belém, sancionou a Resolução da Câmara Municipal, mandando apôr, novamente, na tradicional avenida o nome de *Almirante Tamandaré*. Essa cerimônia foi realizada no dia 11 de junho de 1951, data comemorativa da batalha naval do Riachuelo.

Serzedelo Corrêa — General Inocêncio *Serzedelo Corrêa*. Na galeria dos paraenses ilustres, ocupa o General Serzedelo Corrêa um lugar de destaque. Ministro de Estado, general do exército, engenheiro militar, politico de assinalado relêvo, foi acima de tudo um brasileiro digno de sua pátria, honrando em tôdas as oportunidades a terra do seu bêrço.

Nasceu em Belém a 16 de junho de 1858, e faleceu em 5 de junho de 1923. Teve a *Serzedelo Corrêa*, de início, o nome de Rua do *Cemitério*. Foi depois Rua de *São Vicente de Fora*, passando à denominação de *Serzedelo Corrêa*, substituída posteriormente para *João Pessoa*. Voltou ao seu atual nome, numa justa homenagem do município de Belém ao ilustre paraense.

16 de Novembro — 16 de novembro de 1889, data comemorativa da adesão do Pará à República. Era antes denominada Estrada de *São José*, por ser o caminho que conduzia ao Convento de São José, construído n século XVIII, pelos Capuchos da Piedade.

Senador Lemos — Antônio José de *Lemos*, maranhense de nascimento, foi a maior revelação politica do seu tempo. Não teve como Lauro Sodré, aquele prestigio popular, que faria do discípulo amado de Benjamin Constant o ídolo dos paraenses. Contudo, soube se impôr, por suas atitudes e características espirituais dignas de um estudo mais apurado.

Escreve Humberto de Campos em *Carvalhos e Roseiras* que «o traço principal da individualidade de Antônio Lemos foi essa intuição que êle teve em alto grau, das puras volúpias do espírito».

Como Intendente Municipal de Belém, não poupou dinheiro nem talento, para transformar a capital paraense na mais bonita cidade do norte. Contam as crônicas da sua época que, ao cumprimentar o Prefeito Pereira Passos — «pelo amor com que arrumava e enfeitava a sua tumultuária Sebastianópolis», ouviu esta resposta:

— «Eu começo a fazer na minha cidade o que V. Excia. já fêz na sua».

Efetivamente, o *velho* Lemos era um verdadeiro urbanista, um artista primoroso, plasmando com o cinzel da sua imaginação a cidade que amava com o enternecimento de um poeta.

Construiu jardins; abriu praças; rasgou avenidas; armou monumentos; encheu de telas preciosas as paredes do Paço Municipal; protegeu artistas; espalhou as lantejolas da sua magnanimidade pelos bons e maus amigos e soube grangear simpatias como foi pródigo em armar, em tôrno do seu trono, os adversários que sabiam combatê-lo, com pertinácia e desassombro. Podemos repetir que «a vida do Coronel Antônio Lemos, senhor onipotente do Pará, correu quase tôda sob um côro de ataques e louvores excessivos».

A sua queda na politica paraense foi conseqüência dêsses extremos. Não cabe nestas linhas a análise das paixões partidárias da época. O que não é possivel calar, porém, é a admiração profunda e respeitosa pelo esteta que soube fazer de uma cidade despretenciosa, a mais bela capital dos Estados nortistas.

Quando foi proclamada a República, exercia Antônio Lemos o cargo de presidente interino da Câmara Municipal. Foi eleito intendente para o período de 1898-1900, e reeleito por mais cinco periodos consecutivos, até o ano de 1911, quando renunciou o cargo, em sessão de 12 de junho, sendo substituído pelo vice-presidente do Conselho Coronel Henrique Sabino da Luz. Foi senador estadual e presidente do Senado. Em conseqüência da revolução irrompida no dia 9 de agôsto de 1912, teve a sua residência incendiada e também o jornal que fundou e dirigiu — *A Provincia do Pará*, instalado no edificio onde funciona, atualmente, o Instituto de Educação do Pará.

Nasceu Antônio José de Lemos em São Luís do Maranhão a 17 de dezembro de 1843 e faleceu no Rio de Janeiro em 2 de outubro de 1913.

A Avenida *Senador Lemos* teve, antes, as seguintes denominações: Estrada da *Olaria*, Estrada de *São João* e Avenida *Primeiro de Maio*. Tomou o nome que tem, atualmente, em virtude do Decreto nº 847 de 16 de dezembro de 1943, do Prefeito Municipal de Belém, na época, o Dr. Otávio Meira.

15 de Agôsto — 15 de agôsto de 1823, data comemorativa da adesão do Pará à Independência do Brasil. Os patriotas paraenses vinham lutando heròicamente pela libertação do Pará do jugo português.

A revolução de 14 de abril daquele ano foi a primeira manifestação impressionante dêsse desejo. Porém, no dia 11 de agôsto, fundeava no Guajará uma náu de guerra, em cuja pôpa tremulava a bandeira imperial. Pela primeira vez se agitava em céu paraense o pavilhão auri-verde do Brasil. Instantes depois, o comandante do brigue, Capitão John Pascoe Greenfell, enviava à terra alguns oficiais incumbidos de entregar à Junta governativa um ofício do comandante em chefe da esquadra imperial, Almirante Cochrane. As 7 horas da noite do mesmo dia 11, reuniram-se no Palácio do Govêrno os membros da Junta, o general português José Maria de Moura, comandantes e oficiais da tropa de linha, o cabido da Sé, o Juiz da Alfândega, o Procurador da Real Coroa e Fazenda, a Câmara Municipal, o Ouvidor da Comarca, o governador militar da ilha do Marajó, comerciantes, proprietários e funcionários públicos. Fora o povo gritava pela adesão. Depois de prolongados debates, ficou deliberado que a Independência seria feita. A 15 foi rezado na Catedral solene *Te-Deum Laudamus*, em ação de graças pelo faustoso acontecimento. Encerrava-se, dêsse modo, o ciclo colonial no Pará.

A Avenida *15 de Agôsto* foi chamada, antes, de travessa dos *Mirandas*. A Lei nº 2.728, de 5 de agôsto de 1955, deu a esta principal avenida de Belém, o nome de *Getúlio Vargas*.

Assis de Vasconcelos — Capitão de Engenheiros Augusto *Assis de Vasconcelos*. Foi o chefe militar que comandou os revo-

lucionários do 26º Batalhão de Caçadores, na jornada de 26 de julho de 1924. Quando se preparava para assaltar o quartel da Polícia, no Reduto, foi ferido mortalmente. No local onde tombou, na então Avenida *29 de Agôsto*, atual *Assis de Vasconcelos*, existe uma inscrição em relêvo, esculpida em pedra, tendo em redor, protegendo-a, uma corrente de ferro.

Primitivamente teve o nome de Travessa da *Estrêla*, passando, depois, a ser Avenida *Ferreira Pena*, *Índio do Brasil* e *29 de Agôsto*.

Alcindo Cacela — Dr. *Alcindo* Comba do Amaral *Cacela*, advogado, político e jornalista. Foi prefeito municipal de Belém, tendo em tôdas essas funções se destacado como homem de cultura, de ideais, de trabalho. Justamente por essas qualidades, que lhe grangearam a estima pública, mereceu a homenagem da aposição do seu nome numa das artérias da cidade.

Antes foi a atual *Alcindo Cacela* chamada Avenida *22 de Junho*, data comemorativa da primeira constituição política do Pará, promulgada em 1891.

Independência — Homenagem à *Independência* do Brasil, proclamada a 7 de setembro de 1822. Teve antes as seguintes denominações : estrada do *Utinga*, por ser o caminho do Engenho do mesmo nome; da *Independência* e de *Cipriano Santos*, ilustre político paraense, que foi presidente do Senado estadual, Intendente Municipal de Belém, e diretor do grande órgão paraense *A Fôlha do Norte*.

Essa avenida constituiu um dos mais tradicionais e antigos caminhos da cidade, tendo tido ali residência o mulato Plácido, devoto de Nossa Senhora de Nazaré, que iniciou no Pará o culto à milagrosa santa.

São Jerônimo — Homenagem ao Conselheiro *Jerônimo* Francisco Coelho, presidente e comandante das armas do Pará, tendo tomado posse dessas funções a 8 de maio de 1848. Homem devotado ao trabalho, de grande discortino administrativo, sincero, infatigável, realizador, não se limitava ao expediente burocrático do Palácio. Sempre que os encargos públicos permitiam, lançava mão dos seus instrumentos topográficos e ia pessoalmente levantar

as plantas das ruas que, por sua ordem, estavam sendo rasgadas na cidade. Abriu, a partir do arraial de Nazaré, várias das ruas e travessas que constituem o aprazível bairro do Umarizal. Deixou traços bem fortes da sua passagem no govêrno da província, que administrou nos seguintes períodos : de 8 de maio de 1848 a 2 de abril de 1850; de 1 de maio a 1 de junho de 1850. Antes, tinha a *São Jerônimo*, o nome de estrada do *Paul d'Água*.

1º de Dezembro — 1º de dezembro de 1899, data comemorativa da assinatura do Laudo de Berna, que reconheceu os direitos do Brasil sôbre o Amapá, pretendidos pela França. A Lei nº 282, de 21 de dezembro de 1900, referendada pelo então Intendente Municipal de Belém, Senador Antônio Lemos, autorizava não sòmente a abertura da avenida, como mandava erigir, na praça Batista Campos, um monumento comemorativo.

Cesário Alvim — Dr. José *Cesário* de Faria *Alvim* foi nomeado nos primeiros dias da República, e quando era justificado o trabalho de consolidar o regime, Governador do Estado de Minas Gerais.

Tendo Aristides Lôbo divergido do Generalíssimo Deodoro, e pedido em 1890, demissão de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Interior, importante pasta política, foi o Dr. Cesário Alvim nomeado para o cargo. Eleito primeiro presidente constitucional de Minas Gerais, exerceu a função com a simpatia e os apláusos do povo mineiro. O seu nome, apôsto numa das ruas de Belém, representa a homenagem da cidade àqueles que implantaram no Brasil o regime republicano, ou foram os seus fiadores perante a nação.

Conselheiro Furtado — Francisco José *Furtado*, liberal histórico como o denomina Carlos Pontes, no prefácio do livro de Tito Franco *O Conselheiro Francisco José Furtado*, foi chefe do Gabinete de 15 de agôsto. Político de prestígio, a sua atuação no cenário partidário da época, agitado por conveniências pessoais, e imoderadas, concedeu-lhe o respeito e a admiração dos seus contemporâneos.

A Avenida *Conselheiro Furtado* foi chamada antes de Rua da *Vala*.

Gentil Bitencourt — Desembargador *Gentil* Augusto de Morais *Bitencourt*, republicano histórico, e um dos fundadores do Clube Republicano do Pará. Vice-governador do Estado, administrou de 22 de dezembro de 1891 a 7 de junho de 1892, em substituição ao Governador Dr. Lauro Sodré.

Essa avenida foi chamada antes de Estrada da *Constituição*.

25 de Setembro — 25 de setembro de 1897, data comemorativa da vitória da Fôrça Policial paraense, em Canudos, de que resultou a derrota definitiva dos jagunços de Antônio Conselheiro.

Generalíssimo Deodoro — O Generalíssimo Manuel *Deodoro* da Fonseca nasceu em Alagoas no dia 5 de agôsto de 1827. Tomou parte ativa na guerra do Paraguai, participando das memoráveis batalhas em que se cobriu de glórias o exército brasileiro. Proclamador da República, foi o chefe do govêrno provisório, cabendo-lhe a missão de dirigir os primeiros passos do novo regime, nessa transição política que marcou o fim do Império no Brasil. A propósito do temperamento do Generalíssimo Deodoro e das suas franquezas, que lhe haviam de causar bastantes aborrecimentos, conta Humberto de Campos no *Brasil Anedótico*, que certa vez o presidente foi procurado por um cidadão idoso que se mostrava aborrecido com o que chamava de *ingratidão da pátria*, «pois que havia sido propagandista e era republicano há mais de trinta anos». Deodoro atalhou as queixas do seu interlocutor dêste modo :

— Ora, meu amigo, eu sou republicano a datar de 15 de novembro, e já cheguei a Presidente da República. Logo a República não é ingrata.

E estendendo-lhe a mão para despedí-lo :

— O Senhor é que é o caipora».

A Avenida *Generalíssimo Deodoro*, aberta no govêrno do Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, teve antes o nome de *Dois de Dezembro*, homenagem à data natalícia do Imperador D. Pedro II.

José Bonifácio — *José Bonifácio* de Andrada e Silva, pelas suas virtudes cívicas e patriotismo, foi considerado o patriarca da

Independência do Brasil. Paulista de Nascimento, coube-lhe na fase primária do império a coordenação política que havia de fazer, grande e indissolúvel, a futurosa nação brasileira que êle ajudara a formar.

Quando a cidade começou a se afastar do litoral, muitos caminhos foram abertos. A Rua da *Pedreira*, do Guamá, que ia ter ao sítio *Bacuri*, onde era costume ser festejado São Tomé, com ladainhas e folguedos profanos, foi origem da atual Avenida *José Bonifácio*. Explica Palma Muniz em a *Adesão do Grão Pará à Independência*, que o sítio Bacuri ficava entre as atuais Rua *Tiradentes* e Travessa *Benjamin Constant*, *Rui Barbosa* e *Dr. Morais*. Raiol no 3º volume dos *Motins Políticos*, esclarece com maior fundamento, que o *Bacuri* ficava no fim da Rua da *Pedreira*, onde os cabanos costumavam fazer reuniões à noite, antes de dominarem a capital, tendo como pretexto a festa de São Tomé.

Osvaldo Cruz — Dr. *Osvaldo* Gonçalves *Cruz*. Está o nome do eminente cientista ligado à história do saneamento de Belém. Era governador do Estado o Dr. João Coelho, e o flagelo da febre amarela ameaçava, sèriamente, a cidade, quando chegou o Dr. Osvaldo Cruz, chamado para solucionar aquele grave problema sanitário, como já o fizera no Rio de Janeiro. Imediatamente o ilustre cientista deu começo aos trabalhos de saneamento, coroados do mais completo êxito, o que lhe valeu a consagração pública recebida no fim da benemérita campanha. Como homenagem e reconhecimento do município de Belém, ao famoso sábio patrício, foi dado o seu nome à antiga avenida da *Liberdade*, que se estende da Praça da *República* à Avenida *Assis de Vasconcelos*, passando em frente ao edifício do consulado americano.

O Dr. Osvaldo Cruz foi diretor da Saúde Pública do Rio de Janeiro e representou o Brasil no Congresso Internacional de Higiene, em Berlim, onde foi galardoado com a medalha de ouro, oferecida pela Imperatriz da Alemanha. Pertencia à Academia Brasileira de Letras. Em 1914, foi condecorado pelo govêrno francês com a Cruz da Legião de Honra. Nasceu a 5 de agôsto de 1872, na cidade de São Luís Parahatinga, São Paulo e faleceu em Petrópolis, de onde era Prefeito, no dia 11 de fevereiro de 1917.

Avenida da Paz — É o trecho que vai da Praça da República à Avenida *Assis de Vasconcelos*, passando em frente ao Teatro da Paz, de onde tira o seu nome. A Avenida da *Paz* é pouco conhecida, raras vêzes mencionada ou lembrada, pois o povo costuma chamar de *Largo da Pólvora*, tôda a área da Praça da *República*, delimitada pelas Avenidas *Osvaldo Cruz*, *Assis de Vasconcelos* e o princípio da de *Nazaré*.

Nazaré — Avenida de *Nazaré* teve origem no secular caminho do *Utinga*, que principiava no Largo da *Pólvora* ou da *Campina*, e se estendia pelo mato a dentro, até o Engenho de Teodureto Soares, na margem direita do igarapé Murutucú.

É o que escreve Artur Viana em *Festas Populares do Pará*. Quando no século XVIII, principiou o culto à Nossa Senhora de Nazaré, com as primeiras romarias à casa do Plácido, e conseqüentemente à construção da primitiva ermida, ereta em louvor da milagrosa santa, o nome do caminho foi mudado para *Nazaré*. Ficou sendo a estrada de *Nazaré*, lugar preferido para a construção das *rocinhas*, tão do agrado dos naturalistas que visitaram Belém por essa época. Os Agassiz não regateavam elogios à Rua que chamavam de «larga avenida» plantada «numa extensão de duas ou três milhas de belas árvores em que predominavam as mangueiras». Isto em 1865. Antes o americano Daniel P. Kidder, referindo-se à tradicional estrada, descrevi-a, dêste modo :

«O caminho que da cidade vai ter à igreja, atravessa uma floresta, durante quase todo o seu percurso, e por isso precisa ser anualmente capinado». Essa limpeza era concluída com a arrumação do mato à beira do caminho, sendo «em geral parte do mato queimado».

No início da estrada existia um portão, logo depois da ponte que atravessava o igarapé chamado da *Cruz das Almas*, que desagua no *Paul d'Água*. Assim era o secular caminho de *Nazaré*, no comêço do segundo quartel do século XIX. Depois o progresso tomou conta da tradicional avenida. É hoje uma das mais bonitas de Belém, arborizada como no tempo dos Agassiz, e por onde, na seqüência do tempo, têm peregrinado os devotos, que

vão agradecer, de mãos postas, as graças concedidas pela milagrosa virgem de *Nazaré*.

Batista Campos — Cônego João *Batista* Gonçalves *Campos*. A figura mais impressionante da história política do Pará, desde a época que antecedeu a vitória dos nacionalistas contra o jugo estrangeiro, às lutas partidárias que culminaram com a explosão da Cabanagem. Nasceu no ano de 1782, no atual município do Acará, tendo falecido a 31 de dezembro de 1834, no sítio Rosário, em Barbacena. Foi o autor intelectual da Cabanagem, tendo alimentado com as suas atitudes e com o seu verbo entusiasmado, a resistência contra Lôbo de Sousa. Em conseqüência teve de refugiar-se no interior da província, para escapar às perseguições do govêrno. Redigiu o primeiro jornal publicado em Belém — *O Paraense*, e a seguir o *Publicador Amazonense*. Na administração pública foi vice-presidente do Conselho do Govêrno da Província, e fêz parte da Junta Provisória do Govêrno, no período de 18 de agôsto de 1823 a 30 de abril de 1824. Antes, a Praça *Batista Campos* teve a denominação de *Sergipe*.

Barão de Guajará — Domingos Antônio Raiol, historiador notável, autor consagrado dos *Motins Políticos*, da *História Colonial do Pará* (incompleta), e de inúmeras outras obras de pesquisa e erudição. Foi deputado às Assembléias provincial e geral, e presidente das províncias do Ceará, São Paulo e Pará, tendo nesta exercido o cargo nos períodos de 15 de maio a 26 de junho de 1882. Nasceu a 4 de março de 1830, e faleceu a 27 de outubro de 1912.

Teve antes a Praça *Barão de Guajará* a denominação de Largo da *Misericórdia*, por ter existido ali o Hospital da Misericórdia, construído na área onde hoje está ereto o prédio do «Paris n'América».

Da Bandeira — No dia 19 de novembro de 1936, consagrado à Bandeira nacional, foi inaugurado na então Praça *Saldanha Marinho* um monumento em homenagem ao General Daltro Filho nessa época comandante da 8ª Região Militar. Sôbre a peanha se levanta um soberbo mastro, no ápice do qual paneja, em dias de festa cívica, o pavilhão do Brasil. A praça passou a denomi-

nar-se, por êsse motivo, da *Bandeira*. Foi chamada, primitivamente, largo do *Quartel*, por ter sido levantado ali, no local onde está atualmente o Quartel Geenral, o prédio para o aquartelamento da tropa colonial.

Justo Chermont — Dr. *Justo* Leite *Chermont* veio dos primórdios da propaganda republicana, no Pará. Esteve com Lauro Sodré, Pais de Carvalho e outros idealistas à frente do clube político fundado para propagar a semente democrática, no solo lavrado pelas revoluções liberais, do primeiro quartel do século XIX. Fêz parte do triunvirato que governou o Pará nos primeiros dias da vitória do regime republicano, e foi o primeiro presidente escolhido pelo Generalíssimo Deodoro, para administrar a terra paraense, naquela fase de transição política. Como Ministro de Estado e parlamentar, deixou traços bem fortes da sua capacidade e cultura. O Dr. Justo Chermont pertencia a tradicional família paraense, tendo nascido a 7 de junho de 1857 e falecido a 2 de abril de 1926.

A Praça *Justo Chermont* foi chamada antes de largo de *Nazaré*, por causa da ermida construída no século XVIII, para o culto à Nossa Senhora de Nazaré.

Dom Frei Caetano Brandão — Dom Frei *Caetano Brandão*, 4º Bispo do Pará, fundador da Confraria da Caridade e do Hospital do Senhor Bom Jesus dos Pobres, em 1787. Teve antes essa praça, na cidade velha, o nome de *Largo da Sé*.

Da República — Homenagem ao regime político inaugurado a 15 de novembro de 1889. Teve antes as seguintes denominações: Largo da *Pólvora*, por ter sido ali montado, no século XVIII, um estabelecimento para depósito da pólvora; Praça *Dom Pedro II*, em homenagem ao Imperador. Apesar de tudo, continua sendo o velho e tradicional *Largo da Pólvora*, conhecido e apreciado pelas suas frondosas mangueiras.

Filipe Patroni — *Filipe* Alberto *Patroni* Martins Maciel Parente, valoroso constitucionalista, cujas idéias trouxe de Portugal, conseguindo implantá-las no Pará. Vitorioso, regressou a Lisboa, como representante da sua província natal.

Trabalhando animado com o fervor do seu patriotismo, pela independência da pátria querida, montou e redigiu com Batista Campos, o primeiro jornal que circulou em Belém, *O Paraense*. Foi eleito deputado geral, tendo embarcado para o Rio de Janeiro, percorrendo por terra, a longa distância que separava a sua província da côrte, gastando nessa travessia cêrca de um ano. Publicou vários trabalhos, tendo merecido a aprovação de uns e a crítica mordaz de outros.

Dom Pedro II — Homenagem ao segundo Imperador do Brasil. É um dos mais antigos logradouros públicos de Belém. Teve anteriormente, as seguintes denominações: *Largo do Palácio*, por ficar em frente ao prédio de residência dos governadores, cuja construção foi iniciada em 1762, e concluída no dia 21 de novembro de 1772; *Largo da Constituição*, por ter sido ali proclamada, solenemente, a 1º de janeiro de 1821, a adesão do Pará à constituição portuguêsa; Largo da *Independência* em virtude de ter servido de palco ao movimento nacionalista que no dia 11 de agôsto de 1823, fêz o Pará aderir à Independência nacional.

Tradicionalmente, porém, continua sendo o Largo do *Palácio*, dos tempos coloniais, da época dos capitães generais, dos Senhores de Engenho e dos cabanos.

Visconde do Rio Branco — José Maria da Silva Paranhos, nasceu a 15 de março de 1819, na Bahia e faleceu a 1º de novembro de 1880. Foi deputado, senador, ministro de Estado e presidente da província do Rio de Janeiro.

A atual Praça *Visconde do Rio Branco* teve, antes, o nome de Largo das *Mercês*, trocado mais tarde para praça *Visconde de Mauá*.

Tenente Coronel Fernandes Júnior — Bento José *Fernandes Júnior*, membro do Govêrno provisório do Estado do Pará, como representante do exército, aclamado no dia 16 de novembro de 1889, logo após o ato solene da adesão do Pará, ao regime republicano. Teve anteriormente êsse logradouro público, dos mais antigos e tradicionais de Belém, o nome de Largo do *Redondo*, por causa da sua forma circular.

Amazonas — Homenagem ao Estado do Amazonas. Teve antes o nome de Largo de *São José*, por causa do Convento ereto pelos frades da Ordem da Piedade, passando a ser chamado, depois, *Almirante Altino Corrêa*, em cumprimento à Resolução nº 440 de 30 de setembro de 1915.

Camilo Salgado — Dr. *Camilo Salgado*, cirurgião dos mais reputados, e clínico de vasto conceito, na sua época, tôda a sua existência foi consagrada à prática do bem, socorrendo os enfêrmos e mitigando as dôres, sem a preocupação de recompensa. Foi fundador da Faculdade de Medicina do Pará. Como político sempre esteve de acôrdo com a sua tendência democrática, merecendo por isso a estima dos seus correligionários e o respeito dos próprios adversários. Teve, antes, essa praça o nome de *Santa Luzia*.

Brasil — Homenagem da Prefeitura Municipal de Belém à Pátria brasileira. Tanto a estátua do índio como a praça foram inauguradas na administração do Prefeito Professor Abelardo Condurú, no dia 12 de maio de 1933.

A Praça *Brasil* teve, anteriormente, as denominações de Largo de *São João*, de *Chefe de Esquadra Pedro da Cunha*, sendo conhecida, também, por Largo do *Esquadrão*, por ter ali existido no lugar hoje ocupado pelo Hospital Militar, o Quartel do *Esquadrão* de Cavalaria da Polícia do Estado.

Floriano Peixoto — O Marechal de Campo *Floriano Peixoto* nasceu na vila de *Pioca*, na antiga província de Alagoas, a 30 de abril de 1839. Com 18 anos de idade assentou praça no 1º Batalhão de Artilharia a pé, tendo obtido promoção a 2º tenente em 1861, e a de 1º tenente dois anos mais tarde. Seguiu para a guerra do Paraguai comissionado no pôsto de capitão, em 1865. Ao terminar a campanha era tenente-coronel. Bacharelou-se em ciências físicas e matemáticas em 1872. Foi promovido a coronel em 1874, a brigadeiro em 1883, e a marechal de campo em 1889. Eleito senador pelo Estado de Alagoas, o Congresso Nacional elegeu-o Vice-Presidente da República. Assumiu a presidência, em substituição ao Generalíssimo Deodoro da Fonseca a 23 de novembro de 1891. Pela sua notável atuação na fase mais dramática dos primórdios do regime republicano, foi chamado de Consolidador

da República e de *Marechal de Ferro*. Achava-se em Divisa, Estado de Minas Gerais, quando soube que uma comissão de republicanos desejava cumprimentá-lo. Floriano preparou-se para receber seus jovens partidários, tendo escrito um pequeno discurso para ser lido nessa oportunidade. A morte, porém, contrariou-lhe o desejo. Êsse discurso foi encontrado pelo Sr. Artur Peixoto, cunhado do marechal, — «no bôlso esquerdo do lado interno do paletó com que faleceu». Eis o que pretendia dizer aos seus amigos :

«A vós que sois moços e trazeis vivo e ardente no coração o amor da Pátria e da República, a vós corre o dever de ampará-la e defendê-la dos ataques insidiosos dos inimigos.

Diz-se e repete-se que ela está consolidada e não corre perigo. Não vos fieis nisso, nem vos deixeis apanhar de surpresa. O fomento da restauração agita-se em uma ação lenta, mas contínua e surda. Alerta! pois.

A mim me chamais o Consolidador da República. O consolidador da obra grandiosa de Benjamin Constant e Deodoro são o exército nacional e uma parte da armada, que à lei e às instituições se conservaram fiéis. Consolidador da República é a guarda nacional, são os corpos de polícia da capital e do Estado do Rio, batendo-se com inexcedível heroísmo e selando com o seu sangue as instituições proclamadas pela revolução de 15 de novembro.

Consolidador da República é a mocidade das escolas civis e militares derramando o seu sangue generoso para com êle escrever a página mais brilhante da história das nossas lutas. Consolidador da República, finalmente, é o grande e glorioso Partido Republicano que, tomando a forma de batalhões patrióticos praticou tais e tantos feitos de bravura que serão ouvidos sempre com admiração e respeito pelas gerações por vir.»

Faleceu o Marechal Floriano Peixoto em Divisa, Minas Gerais, a 29 de junho de 1895, às 5 horas e 20 minutos da tarde. O seu corpo foi levado para o Rio, desembarcando na estação de São Cristóvão a uma hora e 15 minutos do dia 30, sendo conduzido a mão até a casa onde residia, à Rua da Emancipação, no Pedregulho. Ficou inhumado no Cemitério de São João Ba-

tista. Pelo Governador Lauro Sodré foram prestadas grandes homenagens à memória do Marechal de Ferro, sendo de salientar a promovida no Teatro da Paz, tendo discursado nessa oportunidade o Dr. Enéas Martins, orador oficial, e os Srs. Maia Filho, Marcos Nunes, Dr. Firmo Braga e Tenente Luís Lôbo. Encerrando a solenidade cívica o Dr. Lauro Sodré pronunciou comovente discurso.

A praça *Floriano Peixoto* é o antigo Largo de *São Braz*, nome que o povo mantêm, tradicionalmente.

Memória — No segundo quartel do século XVIII, chegava a Belém, para tomar posse das elevadas funções de Governador e Capitão General do Estado do Grão Pará e Rio Negro, José de Nápoles Telo de Meneses. Tempos depois, rompia relações com o Juiz de Fora, José Justiniano de Oliveira Peixoto. A desarmonia tomou foros de escândalo. Era o assunto obrigatório de tôdas as rodas. Amigos de ambos entraram a intervir na questão. Afinal o Juiz esponjou-se dos agravos recebidos. O governador deu o dito por não dito. Mandou reintegrá-lo no cargo do qual o demitira dias antes. E reconciliaram-se.

Tão agradável foi essa reconciliação, que o capitão general resolveu recordá-la, permanentemente. E teve, dêsse modo, a idéia de mandar erigir, na estrada de Nazaré, numa praça cujo terreno era de propriedade de João Batista Tenreiro Aranha, um obelisco a que deu o nome de *Memória*, exatamente para perpetuar a famosa reconciliação. Êsse obelisco foi demolido no ano de 1858, por ordem do então presidente da província Dr. Ambrósio Leitão da Cunha.

Esta a origem da denominação do tradicional Largo da *Memória* cujo nome foi mudado para *Redenção*.

Castilhos França — Comandante Eurico de *Castilhos França*, da armada nacional, participante da revolução de 1930, abatido por um tiro de fuzil, no portão do quartel do 26º Batalhão de Caçadores, em Belém, na noite de 5 de outubro daquêle ano, na ocasião em que saltava do automóvel que o conduzira até ali, para assumir o comando supremo dos rebeldes.

O Boulevard Castilhos França foi aberto na administração do Dr. Bernardo de Sousa Franco, no ano de 1848, com a denominação de Rua *Nova do Imperador*. Tinha antes, êsse caminho, o nome de *Boa Vista*. O Dr. Sousa Franco, depois titular do Império, contratou com Vitório de Figueiredo e Vasconcelos, o atêrro daquela rua pelo preço de *sete contos e duzentos mil réis*, obra essa que ficou concluída em 1849, já na administração do Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho. O Dr. Manuel Barata, saudoso historiador paraense e, na época, presidente do Conselho Municipal de Belém, propôs em sessão de 26 de dezembro de 1889, a substituição do nome de *Nova do Imperador* para boulevard da *República*. Com a vitória do movimento revolucionário de 5 de outubro de 1930, que conduziu ao poder o Sr. Getúlio Vargas, passou a secular artéria à denominação atual.

Dr. Freitas — Dr. Joaquim Pedro Corrêa de *Freitas*, médico, nasceu em Cametá a 17 de agôsto de 1829. Foi deputado à Assembléia Legislativa provincial, lente de francês do Liceu Paraense, Provedor da Santa Casa de Misericórdia e membro de diversas associações cientificas estrangeiras e nacionais, entre as quais o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Era oficial da Ordem da Rosa. Faleceu o ilustre paraense a 12 de abril de 1888.

Antes era o boulevard *Dr. Freitas* chamado boulevard da *Câmara*, passando à atual denominação pela Resolução nº 65, do ano de 1889, como justa homenagem do município ao preclaro educador e cientista.

Joaquim Nabuco — *Joaquim* Aurélio Barreto *Nabuco* de Araújo nasceu em Recife a 19 de agôsto de 1849. Abolicionista fervoroso, deixou nos jornais da sua época e no parlamento nacional, provas eloqüentes do seu amor à liberdade dos escravos e do seu respeito à condição humana daquêles que defendia intransigentemente. Foi advogado do Brasil na questão de limites entre o nosso país e a Guiana Inglêsa. Exerceu o cargo de Embaixador do Brasil em Washington. Faleceu a 17 de janeiro de 1910.

A resolução municipal n.º 246 de 10 de janeiro de 1917 determinou a abertura de um caminho para o trânsito público, no

terreno onde funcionou por largos anos a Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense, entre as Avenidas de Nazaré e São Jerônimo. À êsse caminho foi dado o nome de *Passagem Joaquim Nabuco*, de acôrdo com a Resolução nº 270 de 10 de junho de 1912, no tempo em que era Intendente de Belém o Dr. Virgílio Mendonça.

Os bondes da Urbana eram puxados por tração animal. Os *bondinhos de burro* marcaram época nos costumes de Belém.

III

ROCINHAS, SOBRADOS E SOLARES

Não tivemos no Pará aquêles solares que se tornaram famosos no Brasil, autênticos monumentos artísticos e históricos, onde residiam as famílias abastadas e nobres. As casas de Belém do século XIX, possuíam características próprias do clima tropical, traçadas sem uniformidade, porém, amplas e confortáveis.

Quando o colonizador deixou o litoral para desbravar o centro da cidade, não teve a preocupação de embelezar o povoado. Os chãos foram doados com aquela liberalidade que a grandeza da terra permitia.

E começaram a aparecer as *Rocinhas*, indiscriminadamente pelas estradas a fora, dando um aspecto singular no traçado primário de Belém.

Rocinha vinha a ser, na expressão de Alfred Wallace, uma casa de campo, ampla e avarandada, sem fôrro, como geralmente tôdas as casas da época. Ficava edificada no centro do terreno bem cultivado, onde as árvores frutíferas tomavam grande espaço. As casas de Belém, naquela primeira metade do século XIX, segundo o depoimento de Wallace, eram pintadas de branco. Possuíam um só pavimento, elucida Henry Bates, sendo que as janelas eram feitas de grades de madeira, sem vidros. Penso que se tratava de janelas de urupema, ainda existentes nas casas de origem colonial, e na igreja do Rosário, dos prêtos. Tanto Wallace como Bates fazem referências ao estado de quase abandono das casas, algumas em ruínas, e outras grandemente estragadas pelo tempo. As platibandas e as cornijas, esclarece o autor das *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro* — «revestem-se de pequenas plantas, e nos altos das paredes e nichos das igrejas vêem-se musgos, relvas

e mesmo arbustos ou árvores de pequeno porte». Sôbre o material aproveitado na construção das residências particulares, predominava a pedra ferruginosa, que Basílio de Magalhães supõe ter sido a *Tapiocanga*.

Nos documentos manuscritos da época, não achei melhor explicação. Em algumas variava o sistema das janelas. Os engradados de madeira eram substituídos pelos de pano de algodão, movediços, o que facilitava a visão e tornava mais claro o compartimento.

As côres mais usadas na pintura das janelas, pilastras e portas, eram a a amarela e a azul. Quando à divisão interna daquela pitorescas casas de campo, obedecia a um traçado uniforme: espaçosos quartos e varanda ampla e disposta de modo a receber constante ventilação, servindo de sala de jantar e onde as famílias se reuniam, para os serões.

Elucidam os naturalista nos seus livros de impressão sôbre Belém, que não era lisonjeiro o primeiro contacto do visitante europeu com a cidade. Acontecia que com o decorrer dos dias, melhor ambientados, aquêle mal estar de início se transformava numa simpatia acentuada pela terra e seus habitantes, a ponto do casal Agassiz, ter lamentado, na véspera do seu regresso à Inglaterra, o pouco tempo vivido em Belém.

Aquelas casas de campo, modestas, sem fôrro e sem estética, constituíam a residência ideal para os naturalistas. Não era o luxo que os preocupava, nem aos filhos da região. Afirma Wallace no seu livro, que «*quartos com tapete, cortinas e almofadas, seriam aqui intoleráveis*.

E esclarece, mal podendo esconder a ternura pela terra:

> «Os quartos espaçosos e altos, com poucos móveis, tendo cada um meia dúzia de portas e janelas. A princípio poderão parecer pouco confortáveis, porém são muito bem apropriados a um clima tropical.»

Os moradores das *Rocinhas* costumavam vir à noite para a porta a fim de apreciar o luar ou conversar com os vizinhos.

Formavam grandes rodas que se dissolviam, geralmente, às 9 ou 10 horas.

As construções suntuosas eram poucas. Diminutos os sobrados. O solar da família Raiol, que antes pertencera ao Barão de Arary, na antiga Praça da Indapendência, onde hoje tem sede o Instituto Histórico e Geográfico, foi dos mais notáveis da época.

O solar do Barão de Guamá, na Estrada de Nazaré, onde esteve o escritório da Companhia de Eletricidade Paraense Ltda.; o solar de Domingos da Costa Bacelar, erguido no Largo da Sé, e adquirido pelo govêrno da Província, para nele ser instalado o hospital militar; o palacete do Barão de Anajás, na antiga travessa do *Passinho*, são construções do século XIX, também do tempo das *Rocinhas*, porém de linhas mais nobres, elegantes, revelando um plano de reforma no traçado arquitetônico das casas residenciais.

O solar dos Guamá foi levantado no terreno de duas rocinhas, e ali esteve por algum tempo o Colégio *Partenon do Norte*, da direção do Dr. Joaquim Lisboa.

Não fazem os naturalistas Henry Bates e Alfred Wallace nenhuma referência a essas edificações, quando é certo que os solares das famílias Lacerda Chermont e Domingos Bacelar eram tidos, nessa primeira metade do século XIX, como primores da arquitetura colonial. O que aparece de modo amplo, nas páginas dos dois notáveis cientistas, é o elogio franoc e constante às *Rocinhas* de Belém,, pela simplicidade das suas linhas e amplitude dos seus cômodos.

O PALÁCIO DO REI

Escrevendo sôbre a personalidade de Daniel P. Kidder, o Dr. Rubens Borba de Morais pôs em evidência o predicado que caracterisava aquêle pastor americano, nos seus livros de viagem: a fidelidade.

Realmente, o biblista costumava grafar aquilo que via, sem adulterar um traço, como se estivesse fotografando os aspectos da cidade e as cenas da vida e costumes dos seus habitantes.

Por isso, os dois volumes das suas reminiscências de viagens, através das províncias brasileiras, no século XIX, são de valor inestimável para os estudiosos, pois refletem observação fiel, transmitindo de modo impecável os aspectos da vida brasileira da época. Esteve Kidder em Belém, no ano de 1839.

Regressando aos Estados Unidos, começou a escrever as suas impressões sôbre o Brasil. Em 1845, já estavam editados os dois volumes dessa interessante obra, traduzida um século mais tarde para o idioma nacional.

Não esconde o missionário o seu entusiasmo pela província do Pará. E as primeiras palavras do seu roteiro são de louvor à cidade, afirmando que ao «traçado urbano não falta nem regularidade nem gôsto».

Por êsse tempo, as três principais praças públicas, chamadas de *largo*, por Baena, eram : a do *Palácio*, do *Quartel* e da *Pólvora*. As ruas centrais não eram pavimentadas, escreve Kidder, e a aparência de Belém caracterizava-se, *por um conjunto de paredes caiadas e de tetos vermelhos*.

Escreve o sistema das edificações usado nesse tempo, salientando as janelas de *rótulas* mais comuns que as de vidro, o que despertaria, igualmente, a atenção de Bates e do casal Agassiz. Não esquece a disposição dos quartos que eram espaçosos e bem ventilados, providos de *ganchos* para as rêdes. E a propósito, assinala, que viu casas que dispunham de *acomodações para cinqüenta ou sessenta rêde sem as atulhar*.

Como Bates, Daniel Kider não regateia louvores à estrada das *Mongubeiras*, que ia da margem do rio ao largo da Pólvora, e que é a atual *Tamandaré*.

A estrada das *Mongubeiras* tirava a sua denominação das árvores que marginavam o caminho, sombreando-o, deliciosamente. Tamanho foi o entusiasmo de Bates por essa estrada, que um dos seus biógrafos afirmou não existir melhor local do que êsse, para a ereção de um monumento ao famoso naturalista.

Salientou Kidder que muitas eram as ruas «nas quais apenas uma exígua vereda serpeia por entre o matagal que as cobre, e

nos arrabaldes se encontram freqüentemente, propriedades em abandono e casas de construção magnífica inteiramente desocupadas».

E esclarece :

> «Dentro do atual perímetro urbano é perfeitamente possível ao viandante embrenhar-se em *espessa floresta* sem qualquer indício que denuncie a proximidade de uma habitação humana».

Sôbre os habitantes diz o missionário que eram comuns em Belém «desde o índio puro até as mais variadas formas de mestiçagem com prêtos e brancos».

Mais adiante detalha um dos usos da época. Por medida de precaução e dado que a Cabanagem ainda não estava completamente dominada no Amazonas, os principais pontos de Belém, mereciam especial atenção das autoridades militares.

A vigilância era rigorosa. Depois das 8 horas da noite, quem se aproximasse das sentinelas, teria de ouvir a pergunta :

— Quem vem lá ?

Ao que o transeunte respondia :

— É amigo.

E o policial empunhando a arma :

— Passa ao largo !

E o cidadão tratava de afastar-se, incontinente, antes que qualquer demora fôsse motivo para uma fatalidade.

Esclarece o biblista que, em 1839, existia na capital um batalhão de alemães que chegou a contar com 300 homens, e estava reduzido a 60, devido «as guerras, as epidemias e as deserções».

Outra observação interessante é aquela do lugar onde se abatiam as rêzes para o consumo da população, *fácil de ser identificado*, pelo grande número de urubús pousados sôbre as árvores «ou descrevendo lentas evoluções no ar». Ao longo da margem do

rio era comum, prossegue Kidder, o costume de homens e mulheres banharem-se pela manhã e à tarde, numa promiscuidade digna de nota.

Sôbre o Palácio da Residência dos governadores do tempo da colônia e dos presidentes da província, afirma ter sido um dos melhores que viu em todo o Império.

E justifica a magnificência da estrutura do prédio, com as idéias do Marquês de Pombal, de *transferir* do Tejo para o Amazonas o trono português. O Palácio do govêrno de Belém seria, nesse caso, o *Palácio do Rei de Portugal*.

Porém Daniel Kidder não se aventura a comentar o que teria acontecido, se um dia a Côrte atravessasse o Atlântico, e viesse se instalar às margens do Guajará, no Palácio que Landi traçou naquela segunda metade do século XVIII.

IV

CÓDIGO DE POSTURAS

As Posturas eram traçadas pela Câmara Municipal, mas postas em vigor pelo govêrno da Província. Constituíam, por assim dizer, o código dos bons costumes. Um conjunto de artigos que obrigava os munícipes a determinados deveres.

Dos mais antigos códigos conhecidos, existe na coleção de manuscritos do Arquivo Municipal, o datado de 1831. São as Posturas aprovadas em sessão do Conselho Geral da Província, realizada a 28 de fevereiro, revogando diversas disposições das postas em uso a 7 de maio do ano anterior.

Os seus 10 artigos determinavam, em resumo, o seguinte :

1º) Proibição às pessoas atacadas de lepra de transitarem pelas ruas, praças ou lugares públicos da cidade e povoação do seu distrito. Penalidades: multa de 30$000 réis aos responsáveis pelo doente, ou 8 dias de prisão.

2º) Recolhimento dos leprosos ao Hospital dos Lázaros, à ordem do Juiz de Paz, da Câmara ou do seu presidente, não estando aquela em período de reunião.

3º) Proibição de exercer alguém o comércio de «fazenda, gêneros sêcos, comestíveis, molhados ou outros quaisquer objetos», sem licença da Câmara.

4º) Os comerciantes devidamente licenciados, pagariam pelos seus estabelecimentos as taxas anuais de :

6$400 réis — As tabernas e casas de venda de carne verde.

12$000 réis — Os vendilhões de fazendas ou de outros quaisquer gêneros estrangeiros, em tabuleiros ou não; os comissários volantes e os regatões.

12$800 — Os botequins.

3$200 — As casas de pasto e as quitandas, isto é, as que vendiam em cabanas ou em duas casas.

1$600 — As padarias.

5º) Ficariam isentos da prestação os negociantes que transacionassem a grôsso e atacado, e os lojistas que vendiam a retalho, sujeitos ùnicamente à multa de 4$000 réis, cada vez que fôssem encontrados sem a respectiva licença da Câmara.

6º) Os que denunciassem, com fundamento, ao Fiscal, a falsificação de pêsos da carne verde ou de outros gêneros, tinham de prêmio a metade da multa especificada no art. 32 das Posturas, publicadas em 1830.

7º) Multa de 30$000 réis ou 8 dias de prisão a qualquer pessoa que procurasse subir a bordo das embarcações procedentes do estrangeiro, antes destas estarem desembaraçadas pela Saúde.

8º) Multa de 20$000 réis ou oito dias de prisão, aos que corressem a cavalo pelas ruas, estradas, praças e distritos do Conselho. Se o infrator fôsse escravo, a multa seria reduzida à metade, ficando contudo o paciente sujeito aos açoites da Lei.

9º) Os porcos encontrados vagando pelas ruas, praças e lugares públicos da cidade, seriam depositados no antigo açougue, onde, no fim de três dias, podiam ser vendidos em hasta pública, caso não fôssem procurados pelos respectivos donos.

10º) O produto das vendas ficaria depositado em mãos do Procurador da Câmara, para ser restituído, deduzidas as multas e despesas, ao proprietário do suíno.

Em 1832, novo artigos adicionais eram incorporados às Posturas do ano anterior. Entre as mais interessantes disposições figuram estas :

— Permissão aos cidadãos do uso das espadas curtas ou compridas, nas ocasiões que lhes fôssem necessárias para o seu ornato.

— Aos carregadores, quando em serviço, o uso de paus próprios.

— Aos caçadores o porte de armas de fogo, *arcos* e *flechas*, terçados, facões ou facas sem ponta.

— Imposição da multa de 20$000 réis ou 8 dias de prisão aos comerciantes que permitissem, em seus estabelecimentos, «o ajuntamento de escravos de quatro para cima». Êstes sofreriam o castigo de 50 açoites, com as formalidades estabelecidas em lei.

E, para finalizar, esta transcrição integral do art. 18, prova de quanto eram severos os costumes naquela época :

> «Tôda a pessoa que durante o espaço de vinte e quatro horas fôr convencida de ter praticado de propósito, escandalosa e acintosamente nas ruas, praças e lugares públicos da cidade, a povoação dêste distrito injúrias e obscenidades ofensivas ao decoro e à moral estabelecida, será reclusa em sua casa, e não a tendo, nas Casas de Correção ou Cadeias Públicas por espaço de oito dias,e aquele que quebrantar a dita resolução será multado em *dois mil réis;* se o contraventor porém fôr escravo sofrerá *cinqüenta açoites*, e sendo escrava *quatro dúzias de palmatuadas*».

As Porturas de 1833 são tão rigorosas como as demais. Num dos seus artigos — o 66 — estabelecia :

> «Todo o habitante ou proprietário será obrigado a ter limpas as suas testadas aos domingos : o que contrário fizer será multado em *mil réis* ou *dois dias de prisão*, não tendo com o que pagar. A mesma multa recairá nas pessoas que de qualquer forma sujarem a testada alheia».

No ano de 1855, a Câmara Municipal submetia à aprovação do presidente da Provincia as Posturas que deviam ficar em uso na capital. Entre várias outras disposições, figuravam as que proibiam terminantemente que :

— O gado cavalar e bovino andasse à sôlta pelas ruas e praças de Belém;

— Os espectadores arrojassem *moedas, pedras* e *laranjas*, para dentro ou fora da Caixa do Teatro;

— Alguém estivesse na platéia ou à frente dos camarotes sem estar decentemente calçado e vestido de casaca, sobrecasaca ou farda;

— Qualquer morador em cuja casa houvesse corredor, deixasse êsse aposento sem luz, depois da Ave-Maria.

Êsses artigos refletem os costumes da época. Ficamos sabendo, por exemplo, que os freqüentadores do Teatro *Providência*, tinham por hábito mimosear os artistas dramáticos com pedras, moedas de cobre e laranjas, e que os proprietários de gado cavalar e bovino faziam das praças públicas pastagens para os seus animais.

Essas inconveniências, procurava a Câmara Municipal suprimir, através de leis rigorosas e oportunas.

Outras disposições são prova do zêlo dos vereadores pelas coisas municipais. No mesmo ano de 1855, o presidente da província Sebastião do Rêgo Barros aprovava novas Posturas, que determinavam em vários dos seus artigos, o seguinte:

— Os habitantes da capital são obrigados a caiar o interior de suas casas de seis em seis meses, e as frentes de 12 em 12 meses. Multa de 5$000 réis pela infringência;

— as matérias excrementícias serão ajuntadas em barris fechados e depois das 10 horas da noite lançadas ao mar. Multa de 1$000 réis pela infringência.

— Nas habitações em que houver latrina fora, o morador lançará dentro delas, diàriamente, um ou dois punhados de cal, ou um fel de boi. Multa de 1$000 réis pela inobservância.

Outros artigos do mesmo Regulamento determinavam os seguintes deveres :

> «Ficam obrigados os proprietários de casas que têm poços, e a Câmara Municipal pelos poços públicos a mandá-los limpar, os primeiros de três em três meses sob pena de quatro mil réis de multa, e a última de dois em dois meses, sob pena de oito mil réis de multa por cada um poço, repartidamente pelos seus membros que estiverem em exercício.»

«Ficam obrigados os habitantes desta cidade a fazerem limpar as testadas de suas habitações sempre que estiverem sujas, e a Câmara Municipal pelo seu arrematante de lixo o resto, sendo os infratores das casas multados em *um mil réis* e o contratador do lixo em *cinco mil réis*, por carroça que infringir êste artigo.»

A Câmara não se limitava a impôr penalidades aos munícipes, que infringissem as Posturas. Levava o seu rigor ao ponto de estabelecer multas à própria municipalidade, dando com isso o exemplo de obediência à lei.

Em aditamento ao Código pôsto em execução pela Lei Provincial nº 153, de 29 de novembro de 1848, o govêrno aprovava, um decênio mais tarde, um artigo de Postura, que determinava :

> «Os proprietários dos prédios dentro dos limites da capital serão obrigados a numerá-los, no prazo improrrogável de dois meses, contados da data em que lhes fôr fornecido pelo agrimensor da Câmara o competente número que deve ter *duas e meia polegadas de altura*, e ser estampado na parte superior da porta da rua com *letras brancas* sôbre fundo *prêto*. Penalidades: 20$000 réis de multa ou oito dias de prisão.»

Do interêsse com que cuidava a Câmara da alimentação pública, vai a prova neste artigo de Postura, aprovado e pôsto em execução em 1863:

— Os marchantes ou talhadores de gado no Curro serão obrigados a fazer matar diàriamente o número de rêzes precisas para o abastecimento diário da capital, que não será menos de 35; os que assim não fizerem serão multados em 20$000 réis, pela primeira vez, e no duplo na reincidência.

— Havendo abundância de gado, no Curro, serão mortas de preferência as rêzes daqueles que declararem vender a carne *por menos vinte réis do preço*, porque se tiver vendido no dia antecedente; em segundo lugar a dos fazendeiro, em terceiro a dos marchantes matriculados, e por último a dos tabalhadores ou compradores de gado.

É sabido que as primitivas ruas de Belém eram bastante estreitas. Quando a Câmara mandou fazer os passeios públicos, os bolieiros passaram a conduzir os seus carros, sem cerimoniosamente, pelas calçadas, numa grave risco à segurança dos transeuntes.

Os vereadores puseram côbre ao abuso, aprovando êstes artigos adicionais às Posturas vigentes :

— As séges, carrinhos e outros veículos de condução de gente, não poderão transitar senão pelo meio das ruas ou estradas e nunca por sôbre os passeios ou por entre o espaço compreendido entre a linha das árvores e as casas ou cercados. Os donos, condutores ou bolieiros, que infringirem êste artigo, incorrerão na multa de 20$000 réis ou oito dias de prisão.

— Os bolieiros dêstes veículos deverão andar sempre limpos e não poderão transitar das 6½ horas da tarde até às 5 horas da manhã, sem lanterna com a competente luz. O infrator pagará de multa 10$000 réis, ou sofrerá quatro dias de prisão.

Sôbre o trajo dos bolieiros, as Posturas determinavam o seguinte :

— Os bolieiros dêstes veículos deverão andar sempre limpos e vestidos com tôda decência, de casaca, sobrecasaca ou libré. Os infratores sofrerão a multa de 10$000 réis ou quatro dias de cadeia.

Quanto ao trajeto dos carros ou séges que se dirigiam da cidade à campina, o Código Municipal determinava :

— Os veículos que da cidade se dirigem à Praça *Pedro II* (Largo da Pólvora), sòmente poderão sair na dita praça pela Travessa dos *Mirandas;* porém nunca por ela deverão entrar na volta para a cidade, o que só poderá ser feito pela Travessa de Santo Antônio, ou pela rua do *Arsenal*. Aos trangressores seriam aplicadas as mesmas penalidades do artigo anterior.

A fim de que os veículos que subissem ou descessem a Travessa dos *Mirandas* e a de *Santo Antônio,* evitassem qualquer

colisão, coisa difícil de acontecer naqueles tempos de diminuto trânsito, as Posturas estabeleciam :

> «Para prevenir qualquer desastre que porventura possa a dar-se com o encontro dos supraditos veículos, fica estabelecido que os bolieiros devem sempre dar a direita aqueles que vierem de frente. O que transgredir êste artigo, sofrerá as penas do antecedente e ficará inibido de continuar a boliar».

Os carros ou séges que transportassem de cinco a oito passageiros, deviam ser puxados por dois cavalos, sendo que além dêsse número até 16, ficavam os seus proprietários obrigados a atrelar quatro animais.

Havia penas severas aos infratores.

Com o propósito de livrar a cidade do grande número de cães que a infestavam, a Câmara adicionava no segundo semestre do ano de 1863, êste artigo às Posturas :

> «É absolutamente proibido o uso de andarem os cães vagando pelas ruas e praças desta Cidade: os que assim forem encontrados, ou mesmo em companhia dos seus donos, serão apreendidos por ordem da Câmara que lhes dará o destino que julgar conveniente; os donos dos ditos cães poderão reclamar a sua entrega, obrigando-se a pagar a multa de 30$000 réis, e o duplo na reincidência.»

O Código das Posturas Municipais, ao findar o século XIX, — «não correspondia mais às necessidades do policiamento urbano e, na parte penal, estava até em desarmonia com a lei orgânica de 6 de julho de 1894».

Era o que escrevia em Relatório ao Conselho Municipal de Belém, o Intendente Antônio José de Lemos.

Ademais, os numerosos artigos adicionais aprovados e incorporados ao Código, em diversos períodos administrativos, além de dificultarem a consulta, já aconselhavam a reforma das Posturas, que a Lei Provincial nº 153, de 29 de novembro de 1848, havia pôsto em uso.

Foi o que aconteceu, realmente. E no dia 1 de janeiro de 1901, entrava em vigor o *Código de Polícia Municipal*, instituído pela Lei nº 276 de 3 de julho do ano anterior, que passou a substituir o antigo Código de Posturas.

* * *

Era Intendente de Belém o Dr. Martins Pinheiro quando entrou em vigor o Código mandado adotar pela Lei nº 723 de 20 de junho de 1916.

Dividido em nove títulos, 27 capítulos e 159 artigos, o Código estava adaptado à época. Mantinha, porém, certas determinações que lembravam aquelas posturas do século XIX, já referidas.

Principiando pelo capítulo referente a *Infração e seus efeitos*, estabelecia que a multa sujeitava não sòmente o próprio infrator, porém, obrigava, mais :

a) os pais pelos filho-famílias;

b) os tutores e curadores pelos seus tutelados e curatelados;

c) os patrões pelos caixeiros, fâmulos, criados ou pessoas a seu serviço.

Quando era o caso de prisão, apenas o infrator sofria a pena da lei.

Constituía infração :

— Vender água ou qualquer outro liquido destinado à alimentação ou uso interno, em vasilhame sujo ou feito de metal prejudicial à saúde;

— expor à venda ou vender frutos que não estivessem sazonados;

— vender leite que tivesse sabor amargo ou que fôsse de côr amarela pronunciada;

— lançar nas ruas, praças, jardins, parques, bosques e outros lugares públicos, ou sôbre objetos que em tais lugares forem destinados ao uso público, águas servidas, matérias em decomposição, animais mortos, imundícies de qualquer espécies, lixo, vidros inteiros ou quebrados, e, em suma, tudo o que de qualquer forma possa prejudicá-los;

— sentar-se ou deitar-se alguém no chão, deitar-se sôbre os bancos ou objetos destinados ao uso público;

— assentar-se para mercadejar;

— conduzir carrinhos de mão, carregados ou não; rolar pipas ou quaisquer outros objetos, transitar carregando ou conduzindo volumes;

— colocar cadeiras ou conservar-se parado de maneira a impedir o trânsito;

— varejar as árvores da arborisação, atirar-lhes pedras, paus ou semelhantes, quebrar lhes ramos, golpeá-las ou, enfim, deteriorá-las por qualquer modo;

— cortar ou derrubar árvores denominadas *andirobeira, seringueira* e *castanheira*, salvo sendo necessário para roçados;

— lançar no cáis, ou em outros pontos da margem do rio, qualquer objeto que o possa sujar ou obstruir;

— causar dano aos muros ou paredes de edifícios públicos, às calçadas, pontes, poços, chafariz, valas ou qualquer objeto público;

Nas ruas e lugares públicos :

— joeirar, peneirar ou secar gêneros;

— matar animais ou prepará-los;

— acender fogareiros, fazer fogueiras;

— urinar fora dos mictórios públicos;

— estender ou abatar couros; preparar peixe, carne ou qualquer outro objeto, lavar, corar, estender ou secar roupa, mesmo em janelas dos prédios.

Nos estabelecimentos ou habitações :

— Regar flores, lavar roupas nas janelas ou balcões, de modo que a água possa cair sôbre a rua;

— colocar ou conservar sôbre o muro, telhado, peitoril, varanda ou em qualquer lugar que deite para a via pública, vasos ou

quaisquer objetos que possam ameaçar a segurança dos transeuntes.

Nos veículos :

— O chiar dos eixos;

— conduzir nos carros puxados por um só animal pêso superior a 600 quilos e mais de mil nos puxados por dois animais.

Nos jardins, parques e bosques:

— A entrada de pessoas que estivessem ébrias ou disso tivessem hábito; as que trajassem indecentemente ou de modo ofensivo ao decôro; as que conduzissem volumes, cães e outros animais;

— estragar plantas e flôres; apanhar-lhes ou deitar-lhes as mãos; atirar pedras ou quaisquer outros projéteis; dar tiros, pisar ou andar sôbre a grama ou penetrar nos grupos de vegetação; danificar os prédios, ornatos, móveis ou utensílios; fazer refeições nos lugares que não sejam determinados para êsse fim; *permanecer nas sentinas e mictórios mais tempo que o preciso* para satisfazer suas necessidades naturais ou satisfazê-las fora dêsses lugares; fazer algazarra; conduzir-se por palavras ou gestos de modo ofensivo ao decôro e à moral.

De modo geral :

— fazer bulha ou algazarra e dar altos gritos sem necessidade;

— fazer *batuques ou sambas;*

— tocar tambor, carimbó ou qualquer instrumento que perturbe o sossêgo público;

— acender fôgo de ar, disparar ronqueiras, bombas ou foguetes depois das 22 horas e antes das 5, sem licença da Intendência;

— correr em desfilada a cavalo;

— ensinar animais de tiro ou carga;

— soltar animais domésticos ou tê-los amarrados;

— proferir palavras obscenas;

— escrever ou desenhar nos muros e paredes dos edifícios e prédios, frases, palavras ou figuras obscenas e imorais;

— andar em completa nudez ou traje indecente ou dilacerado;

— tomar banho despido nos lugares públicos, litoral ou interior do município;

— tomar banho nos poços e fontes públicas.

Outras providências interessantes vinham coordenadas no Código e referiam-se aos jogos, ajuntamentos, venda de objetos, e ao nefasto comércio de *travessia* que, na época, já era problema de complicada solução para os administradores municipais.

As Posturas proibiam :

— O ajuntamento de filhos-família, fâmulos ou criados, nas lojas, cafés, botequins, restaurantes, açougues e semelhantes;

— comprar gado de qualquer espécie a fâmulos ou menores, sem autorização escrita das pessoas por êles responsáveis;

— vender a fâmulos ou agregados bebidas espirituosas sem licença dos patrões;

— a construção de quartos para habitação comum de muitos indivíduos, vulgarmente conhecidas pelo nome de cortiços.

Esclarecia ainda o Código a maneira de serem numerados os prédios e o sistema das placas de numeração. Explicava o art. 95:

Nas ruas, partirá a numeração do lado meridional para o setentrional, e nas travessa, do ocidental para o oriental, ficando os números pares do lado direito e os ímpares do esquerdo.

O número será de algarismo branco, em relevo, inscrito sôbre placa de metal esmaltado, em fundo azul. A placa terá dez centímetros de largura e dezesete de comprimento, aumentando ou diminuindo na razão de vinte e cinco milímetros por algarismo que acrescer ou diminuir; o algarismo terá seis centímetros de altura, vinte e cinco milímetros de largura e cinco milímetros de espessura.

As multas pelas infrações variavam de 50 a 20 mil réis. Em vários casos estava prevista a prisão do infrator e a obrigação

de limpeza, reparação dos danos causados na via pública ou pagamento das despesas feitas com isso.

Artigo pitoresco do Código era o 42. Determinava que nenhum enterramento se efetuaria sem que o cadáver tivesse sido legalmente desembaraçado pelas autoridades competentes... No caso de infração, a multa de 50 mil réis seria repartida entre o administrador do Cemitério e o encarregado do entêrro. À sombra dêsse artigo de lei viviam os espertalhões.

Os casos não previstos nas Posturas seriam solucionados pelo Intendente, que aplicaria as penas — «de semelhante a semelhante» — segundo as expressões do art. 156 do Código.

V

CONCEITOS E IMPRESSÕES DA CIDADE DE BELÉM

1º DE ANTÔNIO LADISLAU MONTEIRO BAENA

O século XIX exerceu nos fastos provinciais segura e poderosa influência. No domínio político. Nas reformas sociais. No traçado urbanístico. Na exploração e estudo das suas riquezas naturais. No deesnvolvimento do comércio, das indústrias e das artes.

O movimento nativista que precedeu a independência impôs uma radical transformação no sistema político da época. As experiências demo-liberais dos cabanos agitaram o organismo social, renovando-o.

A vinda de numerosos cientistas à Amazônia, como Humboldt, Agassiz, Bates, Spix, Martius, H. Smith, Castelnau, Wallace e muitos outros, deu ensejo a que fôssem reveladas ao mundo as riquezas naturais da região. Os administradores da Província tomaram sôbre os seus ombros a tarefa da remodelação da cidade e conseqüente desenvolvimento das suas possibilidades comerciais, industriais e artísticas.

Pondo de lado os movimentos políticos com as suas conseqüências partidárias e sociais, as revelações sôbre as riquezas da terra, as contribuições no domínio da arte, o progresso comercial, industrial e agrícola da época, vejamos como era Belém, em diversas fazes do século XIX. E como a cidade foi descrita através dos Relatórios oficiais e das crônicas, que até hoje servem de subsídio aos estudiosos.

É êsse um testemunho insuspeito, que nos dá o seu depoimento franco, sem preocupação de lisonjear ou denegrir, como era hábito entre observadores apressados e pouco honestos.

Belém desenvolveu-se lentamente.

Grande parte da sua área, principalmente a que primeiro sentiu o influxo da colonização, era atravessada pelo *Piry*, um vasto igarapé que serpenteava a cidade, encharcando-a, amolecendo a terra, entravando o seu progresso. Em outros pontos, as águas pluviais empapuçavam o terreno. As valas eram insuficientes para escoamento da massa líquida. As dificuldades naturais casavam-se com as da mão de obra.

Havia falta de operários especializados. Calceteiros, pedreiros, carpinteiros, pintores vinham de Portugal. As construções de maior vulto eternizavam-se devido a êsses fatores. Temos, ainda, na cidade, templos e edifícios públicos, que necessitaram de vinte ou trinta anos para a sua conclusão.

As obras da antiga igreja de Nossa Senhora de Nazaré, foram iniciadas no ano de 1852, e terminadas em 1881...

O atual Paço da Prefeitura Municipal de Belém não consumiu menor tempo, desde a data do lançamento da pedra fundamental ao dia em que foi entregue à Câmara para os seus serviços.

Todos êsses aspectos estão fixados nos diversos Relatórios dos presidentes de Província e nas páginas de Baena, o melhor cronista do seu tempo. São flagrantes proveitosos. Impressões interessantíssimas. Peças que integram a estrutura da história regional.

Como era Belém?

* * *

1833. A cidade compunha-se de 1935 fogos (casas), e de 13.247 habitantes. Na freguesia da Sé, que teve início em 1616, e que é hoje o bairro da Cidade Velha, existiam 699 domicílios, e na da Senhora de Santana da Campina, estabelecida em 1727, 1.236 casas.

Neste último bairro a terra era *amarela e arenosa; e no da Sé, a maior parte vermelha e cascalhuda*».

A cidade estava dividida em 35 ruas, 31 travessas e 12 largos. Aquelas «de largura conveniente em umas e minguadas em outras; dez são por ora meros caminhos recém-abertos, dos quais alguns estão sendo de raríssimo uso pela sua má qualidade, e pelos algares procedidos das enxurradas; e 25 são orladas de edifícios

na maior parte polidamente construídos e simples; muitos de um andar e poucos de dois; as mesmas ruas imperfeitamente alinhadas, muitas destituídas de calçadas e outras mal empedradas, porém tôdas assinaladas desde 1804, com uma inscrição alva em campo negro do respectivo nome nas esquinas, e os edifícios distintos pelo número escrito na verga da porta à semelhança das denominações das ruas». Estas comunicavam-se pelas travessas «das quais só 18 são contornadas de casas», esclarece Baena. Dos largos, o maior era o da Pólvora, seguindo-se o de Palácio «cuja área foi determinada pelo General José da Serra, o qual para êsse fim comprou o alagadiço por onde corria um esteiro ou pequeno igarapé, que do mar entrava no *Piry* pelo sítio em que hoje está a Casa do Ver-o-Pêso. (6) Êle tem 60 braças de largura e 85 de comprimento».

Nas noites de luar a cidade não era iluminada. O Palácio do Govêrno e alguns comerciantes faziam uso de placas reverberatórias.

A água era fornecida à população por meio de poços e por uma bica «enterrada de dois canos de pedra para a qual se desce por duas escadas laterais de cinco degraus de ladrilho».

Afora os poços de serventia pública, havia os particulares, nos domicílios. Sôbre o estado de higiene da capital, diz Baena: é mau por se não evitar o bafo maligno das valas do Piry sempre ocupadas de águas estagnadas, e por se não empedrar as ruas escavadas pelas chuvas». Os principais edifícios públicos da época eram: o Palácio do Govêrno; a Casa do Hospital Militar, no Largo da Sé, antiga propriedade de Domingos da Costa Bacelar, adquirida pela importância de sete contos de réis, por ordem do General Fernando da Costa Teive; a casa da aula da artilharia, um sobrado com frente para o Largo do Palácio e para a Travessa da Residência, hoje da Vigia; o Hospital da Caridade, no Largo da Sé, fundado pelo virtuoso Bispo D. Frei Caetano Brandão; o Arsenal de Guerra, no prolongamento da Rua do Açougue, onde funciona na atualidade a Delegacia Fiscal; os Armazéns da Marinha, chamados igualmente *Casas das Canoas*, no litoral; a Cadeia, uma casa de dois andares com cinco janelas de sacada, n Rua dos Mercadores.

Os templos católicos estavam assim localizados :

No birro da Cidade Velha: a Catedral de Nossa Senhora da Graça; a capela de São João Batista; a igreja de Santo Alexandre; a igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo; a de Nossa Senhora do Rosário, dos brancos; a de São Boaventura; a capelinha de Santa Rita de Cássia, em frente à Cadeia.

No bairro da Campina: igreja de Nossa Senhora de Santana, matriz; a de Nossa Senhora das Mercês; de Nossa Senhora do Rosário dos homens prêtos; a de Santo Antônio, dos Capuchos; a da Santíssima Trindade; a capelinha da Travessa do Passinho; a capela suburbana de Nossa Senhora dos Desterro.

Existiam, ainda, na cidade, os Conventos : de Santo Antônio, onde funcionavam duas escolas, sendo uma para ensino gratuito; das Mercês; dos Padres da Companhia, situado no fim da Rua do Açougue com a Travessa dos Mirandas; do Carmo, onde funcionava a Sala das Sessões do Conselho Geral da Província e esteve instalada a Câmara Municipal de Belém; o de São José, onde é hoje a cadeia do mesmo nome.

A *Casa das Educandas* era um importante estabelecimento de ensino, criado pelo Bispo D. Manuel de Almeida de Carvalho, em 1804.

Havia, também, o Horto Botânico, de que foi primeiro diretor Mr. Grenoullier, um emigrado francês. (7) Ficava situado numa área quadrada de cinqüenta braças, na estrada de São José, atualmente 16 de Novembro. O terreno para o horto foi doado à Fazenda Real por Hilário de Sousa, e possuía além de um «valado com vivo de limão» um poço no centro com parapeito de alvenaria, de onde era tirada a água para a irrigação das plantas.

Quanto ao pôrto, escrevia : «é de pouca difícil embocadura, limpo, amplo e profundo de modo que o podem aferrar navios de todo o porte, e quase beijar em terra».

Falando sôbre a praia da cidade, esclarecia o mesmo observador que ela era «mais de cascalho e de saibro que de areia desde o Reduto de São José (8) até o Castelo; e daqui até o

Arsenal de Marinha à excepção do pôrto do Carmo e sua adjacência tudo o mais é praia de tujuco».

Êste o panorama de Belém, visto por Baena, em 1833.

2º DE FRANCISCO JOSÉ DE SOUSA SOARES DE ANDRÉA

1839. Para substituir o Marechal Manuel Jorge Rodrigues na presidência e comando das armas do Pará, foi nomeado em novembro de 1835, o Brigadeiro Francisco José de Sousa Soares de Andréa. Estava a Província sob o jugo dos cabanos. A revolução preocupava a côrte. No sul, os Farroupilhas demandavam com as tropas imperiais, vencendo-as. Era o que acontecia na Amazônia, onde os cabanos dominavam amplamente, reduzindo à impotência as chamadas fôrças legais.

Andréa chegou nessa oportunidade. Conseguindo reunir elevados efetivos para um desembarque eficaz, logrou tomar conta da capital, instalando-se no govêrno. Foi isto em maio de 1836. A cidade muito sofrera com os constantes bombardeiros da esquadra e os combates de rua. Prédios em ruínas, escombros, desolação, desânimo, era o que se via em Belém. Os serviços urbanos tinham sido abandonados. Não havia trabalhadores para a limpeza das ruas e valas. Logo que o general tomou conta do poder, a Câmara Municipal dirigiu-lhe um ofício nesse sentido. Pormenorizando as suas dificuldades. Pondo em evidência o estado lamentável de Belém com as suas valas entupidas, as suas ruas entulhadas, as suas edificações em ruínas. A resposta de Andréa não se fêz esperar. Prometeu atender o apêlo da Câmara, bastando que esta lhe informasse quantas *correntes para parelhas* podia arranjar, a fim de que os prêsos políticos fôssem empregados nesse serviço. (9) Contudo não se esqueceu de frisar que os prisioneiros trabalhariam por sua ordem, devendo a limpeza da cidade principiar pelas valas.

E assim foi feito.

Em 1839, Andréa deu à Câmara, por escrito, as suas impressões sôbre Belém, apontando a solução para o seu problema sanitário. Êsse precioso documento revela aspectos interessantíssimos da capital. Desvenda flagrantes curiosos. Percebe-se, através

dessas linhas do próprio punho do pacificador, quanto era preciso fazer para que a cidade prosperasse, ficando livre do perigo das águas estagnadas e dos igarapés que cortavam vastas áreas, roubadas dessa forma aos benefícios do cultivo e das construções.

Escrevia Andréa :

> «Todo o terreno entre a cidade, Arsenal, São José e Espírito Santo, foi alagado e impraticável e andavam por êle livremente as canoas. Tornou-se praticável e habitado em muitos lugares porque se lhe abriram as valas e há de tornar-se um perfeito lago, quer tenha quer não casa se continuarem os abusos com que se vão obstruindo as valas. Se tratamos da estrada grande que do Arsenal ou próximo dele vai ao Espírito Santo vejo logo à esquerda da entrada uma cêrca avançada sôbre a estrada; a vala entupida e substituida por outra à vontade do dono do terreno, todo o terreno da vala roubado à estrada e isto pela ambição e interêsse particular de um homem que lhe parece ficar com melhor casa avançando até a estrada e que se não importa que fique perdido todo o terreno que vai dali até ao Espírito Santo. Poderá dizer-se que não obstante, a vala cobre bem; mas quem faz um crime faz outro e em pouco tempo será a vala obstruída para evitar a entrada da água e isto parecerá bom a muitos será tolerado e a cidade tornará a ver-se cercada de pantanos, e quem já tiver estabelecimentos no Piry terá de os perder. Um sistema de valas ensecadoras é uma máquina geral e única que não é lícito tocar-lhe em peça alguma sem lhe alterar os efeitos.»

E prosseguia o presidente, com a sua reconhecida franqueza :

> «Passando à Estrada de S. José isto é aquela que desde o mar se vai em linha recta até o Quartel deste nome direi: ([10]) A rua da Cadeia é tão baixo no encontro com esta Estrada só pelo errado projecto de trazer as suas aguas a um sorvedoiro que vai subterraneo ao mar,

> que nas marés vivas sobe agua pelo mesmo sorvedoiro e alaga ali um grande espaço tornando-o intransitável. A travessa do Pelourinho ([11]) manda as suas aguas diretamente ao mar e a parte da rua da Cadeia ([12]) entre esta travessa e a estrada de S. José pode dividir as suas aguas por declives insensiveis metade para uma metade para outra parte e correr até ao mar por cima da Calçada sem inconveniente algum.
>
> O encontro da rua da Paixão ([13]) com a dita estrada ou antes como largo do Palácio é outro exemplo da incuria e ignorancia. Abaixou-se a rua á sua entrada para levar as aguas a outros sorvedouros e para dar passagem ás aguas que lhe vem do lado da rua Nova. ([14]) A rua do Paixão como todas, deve passar por sima de todas as aguas e as que vierem do lado da rua Nova devem passar por um boeiro por baixo da calçada para o mar pelo sorvedoiro ou por valas laterais ás ruas e estradas.
>
> A entrada da rua Nova está em pior caso ainda. Ali devem as aguas dividir; as que vierem pela esquerda da rua seguirão para o lado de São José e as que vierem pela direita para o lado do mar. Deste modo a rua pode seguir sempre alta até encontrar os caminhos que vêm para este Palácio.»

Nos trechos a seguir, Andréa dá exemplos da maneira como os proprietários costumavam ultrapassar os limites dos terrenos que lhes tinham sido concedidos na área patrimonial da Câmara, sem a menor consideração aos serviços de serventia pública, como eram as valas para o escoamento das águas pluviais :

> «Major Joaquim Rodrigues d'Andrade ([15]) edificou a sua casa, segundo o alinhamento que lhe deram e julgo está sobre o solo da antiga vala e alem disto deixou a cerca do seu quintal avançado sobre a vala que tem obstruido; resultando disto ter o seu quintal sempre alagado em tempo de chuvas e a sua casa ilhada pelas aguas

que se lhe ajuntam na frente. Esta tolerancia da cerca assim avançada sobre a vala é escandalosa.

Por este lado até ao jardim das caneleiras todos os moradores avançaram com as suas casas e cercas sobre a vala e por muito favor supriram a falta da vala por um cano estreito guarnecido de madeira que só pode servir para conservar imundicies.

Do outro lado desde a esquina até a rua d'Atalaia (16) sucedeu outro tanto ou peor .O proprietario Paiva edificou sobre a vala mesmo e todas as autoridades ficaram cegas e mudas a este atentado, e o mesmo proprietario tornou erma a sua casa no inverno porque está inabordavel e só com muito trabalho se poderão imendar tantos defeitos. As Camaras passadas toleravam todos estes roubos de braços cruzados e a esta toca pôr tudo da sua parte para remediar o mal.»

E passava Andréa a indicar a medida repressiva para o castigo dos infratores :

«É de justiça que todos estes homens não possam consertar as suas casas nem pinta-las mesmo ou por-lhes uma só telha sem recuarem as suas frentes, pagando entretanto uma decima dobrada ou triplicada. Isto depende de uma medida legislativa e essa Camara deve solicitá-la.

A rua d'Atalaia quando entra na estrada de S. José nem é boa para rua que oferece uma grande contra-declive às rodas dos carros e séges; nem é boa para vala que estanca todas as aguas que existem na vala d'ali até ao largo do Palacio.

É preciso rompe-la para dar sahida ás aguas e fazer que a calçada passe por cima da vala. Em geral a largura em que hoje se acham as estradas e valas deve conservar-se a mesma embora se passe de campo a cidade; e tenha essa Camara determinado severa largura

para as ruas sem ficarem escarnecidos os autores da mudança; Torno a repetir um systema ensecador é uma máquina unida e não é licito alterar a forma de nenhuma das suas peças.»

. .

E concluiu, com estas oportunas considearções:

«Recomendo pois muito positivamente a essa Camara que não consinta roubos feitos sobre as valas ou sobre as estradas e que empregue todos os meios possiveis de constranger os defraudadores a recuarem para os seus verdadeiros limites deixando novamente intacto um sistema a quem esta cidade deve a sua salubridade, a sua beleza e os meios de se engrandecer.» (17)

Costumava Andréa, em seus Relatórios, acentuar que um dos embaraços mais sérios aos projetos de qualquer obra era a falta de operários especializados, que os não havia na Provincia. E relacionava a seguir quais os melhoramentos que se impunham na capital, dizendo:

«Precisamos cercar com um caes, bem construido, toda esta cidade... Precisamos de uma bôa e segura Cadeia Civil; e alem dela, de uma Casa de Correção, para toda a Provincia; precisamos de uma bôa Alfandega... de um Mercado geral dos generos de exportação ou consumo.»

Mais adiante expunha o que já havia organizado:

«O Esquadrão de cavalaria; a Tesouraria e Recebedoria provinciais; os Corpos de trabalhadores, cujo fim era o de evitar que houvessem vagabundos e homens ociosos na Provincia...»

Os seus planos administrativos eram, porém, de grande vulto. É o que depreendemos dos seus Relatórios, escritos com aquela franqueza que o tornou notável na sua época, e admirado até hoje.

Porque acima da rudeza, que todos lhe atribuem, sobrepunha o desejo forte de criar, de administrar com zêlo e probidade os negócios da Província.

E como isso era difícil naquela época!

Êsse, portanto, o seu melhor elogio.

3º DO CONSELHEIRO JERÔNIMO FRANCISCO COELHO

1848. O Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho tomou posse do cargo de presidente da Província do Pará, no dia 8 de maio de 1848.

Cinco meses depois, grafava em sua *fala* à Assembléia Legislativa, por ocasião da abertura solene da sexta legislatura em 1 de outubro daquele ano, as seguintes impressões sôbre Belém:

> «O Pará, na hierarquia social brasileira, é uma provincia de primeira ordem; mas a outros respeitos considerada, ela é a primeira do Império por sua vasta extensão territorial, por sua especialidade geológica e fluvial, por sua prodigiosa riqueza vegetal e animal, pelos infinitos, esquisitos, variados e preciosos produtos, que expontâneamente surgem à porfia do seu fertilíssimo solo. Neste abençoado país a natureza faz tudo, e o homem só tem o trabalho da escolha. E pois, senhores, a capital desta Província deve preparar-se para vir a ser um dia em opulência e grandeza a primeira cidade do Norte, como já o é geogràficamente; mas para vir a ser opulenta e grande, não basta só a riqueza natural; a natureza produz mas não edifica; esta tarefa compete às artes e ao engenho humano; e uma grande cidade se reconhece à primeira vista pelos seus monumentos, pelas suas obras, pela sua arquitetura e pelas suas construções públicas e particulares.»

Passava então o conselheiro a enumerar o que faltava a Belém, em obras provinciais:

> «Um chafariz ou fonte pública, que tal nome mereça;
> Um mercado público;
> Um quartel da tropa (provincíal);
> Um Paço da Assembléia;
> Uma Casa para as aulas públicas;
> Um Cemitério;
> Uma Casa de prisão com trabalho;
> Um Teatro público;
> Um edifício para Repartições Fiscais.»

E expunha, com sinceridade o que era que a cidade possuía:

> «Ruas pela maior parte descalçadas;
> Uma Casa de Câmara, medíocre;
> Uma Cadeia mal segura, acanhada e insalubre;
> Um cais em frente ao pôrto, principiado em eras antigas, continuado há poucos anos, e agora pôsto em andamento...»

Passava depois a revelar o plano de uma gigantesca obra de embelezamento de Belém, que merecera a aprovação da Assembléia Legislativa provincial e que a falta de braço, de dinheiro e tempo, não permitira a realização. Êsse plano consistia na abertura de um canal navegável em tôrno da cidade pela junção interior dos igarapés de São José e do Reduto. ([18]) Era uma cópia do projeto do engenheiro germânico Gronfelts, proposto em 1772, ao governador Fernando da Costa de Ataíde Teive.

Ao longo dos canais, que derivassem do canal central, correriam espaçosas ruas com alameda, atravessadas por pontes que conduziam aos arrabaldes da cidade. ([19])

Ao Presidente Jerônimo Coelho ficou o Pará devendo os grandes progressos da sua capital. Rompendo matos, abriu êle lindas e extensas ruas, que constituem hoje o aprazível bairro do Umarizal.

Deu também um aspecto pitoresco ao arraial de Nazaré, e deixou obras de grande mérito. O Cemitério da Soledade foi construído durante o seu govêrno. A cidade não possuía cemitérios públicos. Os enterramentos eram feitos nas igrejas. Só os escravos e a gente humilde tinham as suas sepulturas fora dos templos.

O conselheiro acabou com essa prática. Apesar da relutância e da oposição surda que sofreu, manteve a sua ordem e a lei foi cumprida.

Foi isto conseqüência da terrível epidemia de febre amarela, que flagelou a capital e vários municípios do interior da Provincia, em 1850.

A 24 de junho dêsse ano, ancorava na bahia do Guajará, a barca «Pollux» de nacionalidade dinamarquêsa, procedente de Recife, trazendo a bordo o vírus dessa terrível moléstia.

A «Pernambucana», charrua brasileira, vinda do mesmo destino, trazia parte da sua tripulação atacada de febres. Alastrou-se o flagelo pela cidade. O Presidente Jerônimo Coelho foi um devotado. Acudia com a maior solicitude os enfermos, levando-lhes socorros de tôda natureza.

Há no Relatório que apresentou à Assembléia Legislativa dados interessantíssimos sôbre a epidemia. Para se ter uma idéia das proporções que assumiu, basta frisar que sòmente na capital foram atacadas doze mil pessoas, sendo vitimadas 506 nos meses de janeiro a julho, sendo:

Janeiro	2
Fevereiro	3
Março	41
Abril	269
Maio	102
Junho	68
Julho	21

Dessas, apenas duas foram sepultadas nas igrejas, sendo as restantes nos cemitérios.

Na narrativa que fêz das obras realizadas durante a sua administração, o Conselheiro Jerônimo Coelho fornece aos historiadores os seguintes e preciosos dados :

> «Quando cheguei a esta Provincia sòmente havia uma estrada que comunicava o Campo da Pólovra com o dito arraial, ([20]) cuja praça da parte de Leste da Igreja, estava em mato. Reconheci que êste sítio, por ser plano, elevado, enchuto e sadio, era próprio para nele edificarem quintas, e para a todo tempo por êle estender-se a cidade, para o que oferece excelentes proporções. Nas horas em que podia desembaraçar-me do serviço da administração, lancei mão dos instrumentos topográficos, e pessoalmente levantei a planta do mesmo arraial, cujo esboço deixo entregue à Inspeção das Obras Públicas.»

E prossegue:

> «... retalhei o sítio do arraial em ruas e travessas na maior parte das quais fiz plantar linhas de arvoredos, em número de 1.000 árvores aproximadamente.
>
> Fiz ao mesmo tempo desobstruir, aplainar e aterrar o campo do arraial da parte de Leste da Igreja, que de mais ficou por essa parte aumentado por uma doação de terreno que obtive da Irmandade de Nazaré, e dos herdeiros do falecido Bolonha.»

Depois de ligeiras observações sôbre a conservação das estradas e do arvoredo, concluía :

> «Faço votos para que não me aconteça, como a alguns dos meus antecessores, que tendo feito plantar linhas de arvoredos no Campo da Pólvora, e Largo de Palácio, foram depois de sua retirada tôdas as árvores imediatamente destruídas por mãos daninhas com inqualificável vandalismo, sem se lembrarem de uma proposição sentenciosa e bem conhecida, que todo aquele que planta uma árvore no caminho público, é um benfeitor da Sociedade, e todo o que destrói uma árvore, se não é um malfeitor é, pelo menos, um bárbaro.»

Para evitar que isso acontecesse, o Presidente Jerônimo criou uma Guarda Campestre, com o seu competente Regulamento.

4º DE MANOEL DE FRIAS E VASCONCELOS

1859. Nomeado pela Carta Imperial de 26 de outubro de 1858, o Tenente-Coronel Manoel de Frias e Vasconcelos tomou

posse do cargo de Presidente da Província do Pará a 8 de dezembro seguinte.

A 1º de outubro de 1859, por ocasião da segunda sessão da XI Legislatura da Assembléia provincial, em cumprimento a um preceito constitucional, dirigiu a sua *fala* aos representantes paraenses. Referiu-se, como de praxe, ao estado da capital.

Belém progredira. Dois decênios decorridos da administração de Soares de Andréa, e a cidade não apresentava mais aquele espetáculo desolador de terras permanentemente encharcadas, de ruas esburacadas e cobertas de vegetação, por onde o trânsito não se tornara apenas difícil, mas se constituíra um problema de complicada solução.

É certo que havia algo ainda por realizar. Belém era uma cidade em desenvolvimento. O comércio exportador, as idústrias extrativas, a lavoura tornavam-se promissoras fôrças do organismo econômico. Maiores, portanto, cresciam as possibilidades da capital. O estado sanitário era bom. Quanto aos melhoramentos públicos mais necessários na época, assim se expressava o Coronel Vasconcelos em sua *fala* à Assembléia:

> «... o abastecimento dágua potável, a conclusão do cais que tem de guarnecer o litoral, aformoseá-lo e dar segurança às propriedades ali existentes são obras de palpitante necessidade, recomendadas pela higiene e pelo estado já florescente de civilização, comércio e população desta cidade.»

A respeito das Repartições públicas, que não funcionavam em edifícios próprios, esclarecia :

> «A Assembléia Legislativa da Província funciona em um Convento; (21) para se chegar ao lugar em que celebra presentemente as suas sessões, é preciso percorrer um labirinto de corredores e escadas. A Câmara Municipal trabalha em uma casa alugada, construída e disposta para moradia de uma família regular.
>
> O Tesouro provincial está seqüestrado em um recanto da parte térrea do Palácio do Govêrno, no qual

> também se acham a Tesouraria da Fazenda e a Secretaria da Província.
>
> O Liceu, a Diretoria das Obras Públicas etc. estão acomodados em casas alugadas.»

Sôbre as obras públicas iniciadas nos governos anteriores, e as que tiveram princípio na sua administração, escrevia o Presidente Vasconcelos :

> «*Cais da Marinha,* junto a Santo Antônio — Despendeu-se com esta obra a quantia de 9:588$208 reis, tendo-se feito 18.000 palmos cúbicos de construção revestida de cantaria facejada e lavrada... 27.000 ditos de atêrro.
>
> *Cais da Marinha,* junto ao Castelo — esta obra foi aumentada com 1.749 palmos cúbicos de muralha revestida de cantaria facejada e lavrada, 3.360 de excavação, existindo em ser cêrca de 11 braças de pedra facejada e lavrada.»

Estas duas obras constituíam o cais do litoral;

> «*Doca do Reduto* — Esta obra foi construída em seu princípio com revestimento de madeira e a sua conservação tem-se tornado dispendiosa. De acôrdo com os hábeis engenheiros que dirigem as obras da Província, resolvi que se fizesse êsse revestimento de um modo mais sólido, regular e duradouro, pôsto que mais dispendioso agora. Sôbre êste plano, acham-se já feitos 7.014 palmos cúbicos de muralha revestida de cantaria.
>
> *Reconstrução de valas* — As que bordam as estradas exigiam prontos cuidados na sua desobstrução e concerto das estacadas que as guarnecem...
>
> Fizeram-se 27.234 palmos corrente de revestimento, 4.787 ditos cúbicos de desentulho.»

O Presidente Vasconcelos prossegue enumerando as obras de maior vulto da sua administração.

O atêrro e melhoramento do largo do Palácio: preparo sistematizado do jardim público, que até aquela época possuía numerosas e riquíssimas coleções de parasitas, 71 espécies de *colodions*, 30 variedades de roseiras e 230 plantas originárias de outros climas, cultivadas no jardim; limpeza de estradas e conservação de árvores a cargo dos Guardas Campestres, criados no govêrno do Conselheiro Jerônimo; estacaria do largo de Santo Antônio, destinada a evitar a ruína das casas adjacentes com o desmoronamento da muralha, que passava a sustentar; construção do Mercado público; concertos e adaptações no Palácio do Govêrno, Seminário Episcopal, Quartéis e Escolas.

A navegação fluvial e costeira a cargo dos vapores da Companhia de Navegação do Amazonas e da Companhia de Navegação a vapor do Maranhão, sendo que aos desta cumpria tocar nos portos de Bragança e da Vigia, e aos daquela nos pontos interior da Província era feito por 416 embarcações, somando o comércio da capital.

O serviço de transportes de cargas e passageiros para o interior da provincia era feito por 416 embarcações, somando 8.724 toneladas, tripuladas por 2.252 pessoas. (22)

Na navegação por cabotagem eram empregadas 28 embarcações a vela com 3.982 toneladas. A de longo curso era feita por 111 embarcações com 30.712 toneladas.

Para se ter idéia do vulto que ia adquirindo o comércio de Belém, basta citar que em 1859, o valor dos gêneros exportados para o estrangeiro atingiu a soma de 5.920:207$340 reis, e o da importação de 4.802:193$724 reis.

Quanto aos navegados por cabotagem, as estatísticas da época revelam o seguinte :

Valor da exportação	382:057$609 reis
Valor da importação	776:815$600 reis.

Não era, pois, de admirar que a arrecadação provincial subisse e deixasse saldo nos cofres públicos.

No Relatório do Dr. Fábio Alexandrino de Carvalho Reis, que substituiu em caráter transitório, na presidência da Província o Dr. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, encontrei a afir-

mativa de que naquele ano, (23) o saldo da receita sôbre a despesa montava em 124:016$977 reis. Essa importância acrescida da verba de cento e trinta contos de reis, já consignada em orçamento para o mesmo fim, devia ser empregada nas obras públicas da capital.

Vejamos, pois, como se referia em documento oficial, sôbre o estado de Belém, vinte anos depois da administração do Presidente Manoel de Frias e Vasconcelos, o Dr. Pedro Vicente de Azevedo, que governou a Província de 17 de janeiro de 1874 a igual data de 1875.

5º DE PEDRO VICENTE DE AZEVEDO

1875. «Esta grande capital — escrevia o esforçado administrador — com seu comércio ativo e laborioso, seus ricos e suntuosos prédios, ocupando uma extensa área, possuindo notáveis edifícios públicos e alguns doze jornais, sendo nada menos de cinco diários, seu lindo pôrto, enfeitado de navios procedentes do Sul do Império, Estados Unidos, Europa e, sobretudo, dos que navegam constantemente para as diversas linhas do Amazonas e Tocantins, apresenta aos olhos do estrangeiro uma animação e progresso que não estão em harmonia com essa decadência das cidades do interior».

E prosseguia, traduzindo as suas impressões sôbre Belém, depois de haver percorrido trinta e quatro municípios paraenses, deixando sôbre todos magníficos e proveitosos estudos :

> «As ruas da capital começam a tomar um aspecto mais agradável com o seu calçamento por paralelepípedos, sistema que se fôr acompanhado de melhor polícia municipal, concorrerá consideràvelmente não só para o aformoseamento, como, sobretudo, para a salubridade da cidade.»

Aformoseada Belém, devido em grande parte ao aumento das rendas do município, que já ascendiam a duzentos contos de réis, a atenção do govêrno voltou-se para o problema do abaste-

cimento de água potável à população. Os concessionários do privilégio de 1872, Francisco Maria Cordeiro, vice-cônsul dos Estados Unidos da América no Rio de Janeiro e José da Vila Flôr, residente na mesma cidade, nenhuma decisão tomavam para o início das obras a que estavam obrigados por contrato. Por fôrça dêste, deviam indicar as fontes para a captação da água.

Como permanecessem em irritante silêncio, o govêrno indicou-lhes os mananciais de Ananindeua e Marituba. Como resposta, apresentaram um protesto, sob a alegação de que a êles, concessionários, cabia a escolha dos mananciais. Em 1876, como não satisfizessem nenhuma das condições do contrato, o govêrno marcou-lhes o prazo final para o início dos trabalhos.

Era mais uma esperança que se desvanecia, pois há 13 anos, vários contratos semelhantes tinham sido celebrados sob gerais expectativas e, afinal rescindidos.

Mas Belém progredia.

Já haviam sido substituídos os velhos lampeões a querosene pela iluminação a gás. O serviço de transportes era feito por trens urbanos da Emprêsa Ferro Carril, numa extensão de 9 ks. e 123 mts. As carruagens da praça concorriam com os trens urbanos na condução de passageiros, levando vantagens sôbre aqueles, principalmente no tempo da festa de Nazaré, apesar do aumento da tabela de passagens.

E isto devido à morosidade dos trens, que percorriam duas linhas, subvencionadas pelo govêrno provincial, enquanto os carros rodavam pela cidade, indistintamente.

6º DE ALFRED MARC

1889. Alfred Marc, arguto e inteligente observador, chegou a Belém numa época de transição política. O regime monárquico estava prestes a entrar em agonia. Porém, não era sensível à agitação partidária na cidade, tanto que Marc não a destacou no seu livro. Evidentemente, não era isso que lhe interessava.

O cronista, que vinha percorrendo as províncias brasileiras, em viagem de estudos, registrou os aspectos da cidade; anotou os costumes e tendências dos seus habitantes; observou as possibilidades econômicas do vale, o traduziu as suas impressões nas páginas magníficas do seu livro «Le Bresil — Excursion a travers ses 20 provinces».

Os excertos a seguir dão uma perfeita idéia do que era Belém nessa época. Em pleno período de transição política. De agitação de partidos e mudança de regime.

> «Quando o navio passa a Fortaleza da Barra — escreve Marc — a cidade se mostra ao viajante ao fundo dessa imponente baía; ela parece emergir das águas turvas e borbulhantes. O panorama é belo; à esquerda se divisam sítios pitorescos e telheiros bordando a margem; à direita várias ilhas, cobertas de árvores de frondosa e espêssa folhagem, se alinham em série como os anéis de uma longa cadeia. Lá no fim, se vê fechando o horizonte a rainha do Guajará, Liverpool brasileira, como a chamam, talvez um pouco enfàticamente, os seus habitantes (pág. 81).

. . . . . .

> Situada a sudoeste de um grande promontório, que avança entre as águas do Guajará e as do Pará, a cidade de Belém lembra muitos aspectos de Montevidéu. A cidade comercial é pouco regular, algumas ruas são estreitas, sinuosas, de uma limpeza que deixa muito a desejar; um magnífico cais de pedras facetadas, com grande número de desembarcadouros, de docas, de armazéns, pertencentes às Companhias de Navegação e à Alfândega (pág. 9).

. . . . . .

> Quase tôdas as ruas da cidade ou da Cidade Velha são calçadas; as ruas do *Imperador*, de *Santo Antônio*, *Formosa*, as artérias principais, são tôdas paralelas ao cais; elas são cortadas perpendicularmente por outras, efetiva e uniformemente chamadas travessas da *Companhia*, onde há uma grande doca servindo de abrigo a pequenas embarcações empregadas no serviço de cabotagem; a travessa do *Pelourinho*, as de *S. Mateus* com quase

meia légua, e cortando em diagonal tôda a cidade de um lado da baía ao outro; do *Passinho*, das *Mercês* etc.

É neste quarteirão que estão as maiores casas de comércio, os bancos, as sedes e as agências de numerosas sociedades e emprêsas. Suas ruas, sendo as mais freqüentadas, são as mais largas e as mais belas. A rua do *Imperador* é inteiramente ornamentada de belas árvores que ensombreiam suas belas casas. Entre os mais notáveis edifícios, notam-se o Teatro da Paz, a praça D. Pedro II, uma das mais lindas de todo o Brasil, a residência do presidente da Província, situada no largo do Palácio, diante da qual está erguida a estátua em mármore do General Gurjão; êste Palácio é de uma arquitetura maciça; foi construído sob as ordens do Marquês de Pombal, que desde o XVIII século vem tentando fazer uma residência real...»

Um decênio mais tarde, Marc teria motivos para novas páginas.

A cidade progredia, prosperava.

1899. Fim de século. Belém modificava-se, tornando-se uma cidade atraente e o maior empório comercial do vale.

Das suas belezas naturais falavam os cientistas, emitindo conceitos justos e honrosos. Do progresso urbanístico tratavam os administradores, em menor ou maior escala, conforme as possibilidades de que dispunham. O Intendente Antônio José de Lemos, que vinha administrando o município, por escolha eletiva, desde o dia 15 de novembro de 1897, havia contudo se avantajado aos seus antecessores.

Com apurado gôsto, tratava de embelezar a cidade, contratando técnicos, criando ambiente para essas realizações através de incentivo aos artistas e de prodigalidades que o fizeram notável na sua época.

Os seus Relatórios são provas evidentes dêsse acurado interêsse por Belém, que êle transformou em um ninho de cultura e de beleza, muito embora o seu sistema político não fôsse por todos apreciado.

Assim que assumiu a direção dos negócios municipais, pôs-se a trabalhar com afinco. Tratou em primeiro lugar de desobstruir e reparar as valas para melhoria do estado sanitário. Feito isto, entrou em acôrdo com o Govêrno do Estado com o fim de ser nomeada uma «Comissão de profissionais para apresentar um plano geral de embelezamento e saneamento de Belém».

Enquanto eram estudadas as bases dessa organização, Lemos trabalhava. Eram atacadas as obras de maior necessidade. Construídos pontilhões, abertas e reabertas valas, concluídos passeios, iniciados calçamentos, reparados os edifícios municipais e projetados outros.

Os largos onde outrora vicejava o capim e o mato obstruía o caminho, foram ajardinados. Foi assim no largo da Sé, já mudado o nome para praça Frei Caetano Brandão; no largo da Pólvora; na praça da Independência; em Batista Campos, Mercês etc.

Os calçamentos de madeira foram substituídos pelo de granito. Contratos foram firmados para a construção do Necrotério público, do Asilo de Mendicidade, do Mercado de Ferro, do Quartel dos Bombeiros e da rêde de esgotos. Enquanto isso, era ordenada a abertura de inúmeras ruas e travessa no bairro do Marco, e promovido o melhoramento do perímetro urbano.

Por solicitação de Lemos, o govêrno do Estado, em Decreto nº 766, de 21 de setembro de 1899, aumentou com mais uma légua de terras o patrimônio municipal. (24)

A iluminação pública por eletricidade estava a cargo da Companhia Urbana de Estrada de Ferro. Fôra o serviço contratado, em 1894, pelo então Intendente Municipal Dr. José Coelho da Gama e Abreu, Barão de Marajó, e inaugurado dois anos depois.

A particular era feita a gás carbônico e também a eletricidade, sendo aquele sistema explorado pela *Pará Gaz Company*.

O serviço de viação pública, pela tração animal, estava a cargo da Companhia Urbana da Estrada de Ferro Paraense. Em 1869, o cidadão norte-americano James B. Bond conseguiu que o govêrno provincial lhe concedesse privilégio por 30 anos para instalar na cidade o serviço de transportes. A primeira linha seria estendida do largo da Sé, na Cidade Velha, até a atual praça Justo Chermont, antigo largo de Nazaré.

Sucedeu James Bond na referida concessão a Companhia Urbana, que passou a explorar o serviço, aumentando o número de linhas, criando carros para bagagens e uniformizando decentemente, como consta dos Relatórios da época, os cocheiros e condutores. (25)

A 12 de novembro de 1894, foi firmado entre a Intendência de Belém e a Companhia Urbana um contrato paar o estabelecimento, na capital, de serviço de bondes elétricos.

O privilégio dêsse contrato era por 25 anos, sendo de três o prazo para o funcionamento das linhas. (26) A Lei Municipal nº 133 de 8 de abril de 1897, prorrogou por mais oito o prazo anterior e aumentou para 50 anos o tempo do privilégio, ou seja até 1944.

Posteriormente (27) o prazo para a instalação dêsses serviços foi novamente dilatado. Competindo com a Companhia Urbana, apareceram, em 1899, os Carros Rippert. Eram de propriedade da emprêsa do concessionário Silvestre Joaquim Dias, que obteve, pela Lei Municipal nº 208 de 24 de setembro daquele ano, permissão para explorar, por meio de linhas regulares na cidade e subúrbios, o serviço de transportes. Poucos meses depois os carros Rippert saíam do tráfego. O público negara-lhes sua preferência, dada a irreguaridade do horário e a inferioridade dos veículos. (28)

As arrecadações municipais alcançavam grandes somas.

	Cr$
Em 1898 produziram na moeda atual	5.295.852,89
Em 1899 subiram para	6.110.096,81

As despesas importaram nesses dois períodos em ..... Cr$ 10.814.945,06. As obras municipais consumiam grandes verbas. Mas a cidade se engalanava. Desenvolvia-se. Novas ruas estavam traçadas. Suntuosos prédios ornamentavam as praças e avenidas que, por sua vez, eram transformadas por mãos hábeis em atraentes logradouros. A vida cultural absorvia os espíritos. Os grandes diários como a *Província do Pará* e a *Fôlha do Norte*, traziam nas suas colunas reflexos dessa agitação.

Competições partidárias andavam de entremeio agitando, por vêzes, a pacatez provinciana.

Belém vivia os derradeiros minutos do século XIX. Através da longa estrada percorrida por várias gerações, haviam ficado os marcos indestrutíveis da sua evolução política e social.

O sangue dos patriotas regara o caminho da independência. O pulso dos cabanos erguera o estandarte das conquistas demoliberais. A energia dos idealistas levara à opoteose a manumissão dos escravos e a propaganda republicana. O XIX fôra o século que estabelecera, para a antiga capitania de Castelo Branco, o período mais faustoso da sua História. Da grande agitação dêsse fim de era, surgia o alicerce da obra monumental, que havia de transformar Belém, de burgo dos colonoss, no opulento pórtico da Amazônia imensurável e rica.

VI

OS ENFORCAMENTOS NA CAPITAL

VÁRIAS fôrcas possuía Belém. Armadas sinistramente nos largos e praças principais, como o da Pólvora, dos Quartéis, de São José e Bagé, ([29]) afora aquelas levantadas provisòriamente para castigo dos condenados, no próprio local do crime.

Com as fôrcas faziam par outros instrumentos de suplício, como as polés e os pelourinhos, erguidos de preferência nas proximidades dos templos e colégios religiosos. Êsse costume suscitou uma reclamação do 1º Bispo do Pará, Dom Bartolomeu do Pilar, ao Rei.

Em resposta remeteu o monarca ao Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão Pará, na época o Chefe de Esquadra do Corpo da Marinha Real e Comendador de Penela da Ordem de Aviz, José da Serra, a seguinte recomendação:

> «...Eu El Rey vós envio saudar. Per ser informado que as Casa sda Cadea, Polé e Pelourinho da cidade do Grão Pará, se achão Edificadas de fronte do Palacio Episcopal da ditta Cidade, Collegio dos Pes. da Companhia e Igreja do Santo Christo de que se segue muyta perturbação ao publico e particular daquella Cidade e que agora se acham as dittas Casas da Cadea, arruinadas de Sorte que hé preciso fazerem-se de novo; Sou servido que a ditta Polé e Pelourinho setirem dos logares onde estão e seponhão longe das Igrejas e nunca á vista dellas, e que as Casas da Cadea senão edifiquem no citio em que estavão mas sumudem para outro que fique fora da praça distante do Palacio Episcopal, Colegio dos Padres

> da Companhia e de outra qualquer igreja; e Outrosim sou servido que a congrua que vencia o Bispo daquella cidade, que se acha fallecido, ([30]) se aplique toda por inteiro para se acabar o Palacio Episcopal que o mesmo Bispo tinha mandado continuar de que se acha feito a maior parte. Do que vos aviso para que façaes executar o contheudo nesta ordem escripta em Lisboa occal. a vinte e nove de Janeiro de mil settecentos e trinta e quatro.» ([31])

A Ordem Régia produziu efeito. A Cadeia, as polés e os pelourinhos foram transferidos para outros lugares. As fôrcas permaneceram onde estavam. Segundo o costume da época, os enforcamentos dos criminosos era precedido das seguintes solenidades: ([32]) na manhã do suplício, o *homem do balandrau azul*, que na Irmandade da Santa Casa tinha a função de «apregoar pelos cantos e ruas os convites da Misericórdia» ao som de uma grande campa, que êle próprio agitava, percorria os lugares por onde tinha de passar o lúgubre cortejo, apregoando com voz soturna e grave:

— *Orai pelo nosso irmão padecente!*

Era como se fizesse um convite para o espetáculo que daí a pouco tôda a cidade contemplaria com mais ou menos agrado.

O padecente, depois de proclamada a sentença de morte, passava da enxovia para o *oratório*, que era um dos quartos da atual Cadeia de S. José. Nos fundos ficava «um altar de paramentos negros e amarelos, sôbre o qual destacava-se um grande crucifixo, entre velas que ardiam, pondo na sala uma claridade baça e no ambiente um cheiro forte de cêra derretida».

Um frade capucho de Santo Antônio incumbia-se de prodigalizar ao condenado os benefícios da religião.

Irmãos da Santa Casa de Misericórdia revezavam-se na assistência, a fim de que nada faltasse ao criminoso. Tôdas as suas vontades eram satisfeitas. Havia os que passavam os três últimos dias de vida a galinha, vinho, chocolate, marmelada, pão de ló e outras especiarias. Nada lhes era regateado. No dia da execução,

negros escravos, adredes escolhidos, examinavam as traves e as cordas da fôrca. Depois, o *homem do balandrau azul*, cedinho ainda, acordava ao som lúgubre da campa, que tangia, os moradores das ruas por onde devia passar o cortejo.

Revelam as crônicas do tempo que o povo vinha para a rua, e dava mostras de alegria pelo espetáculo. Tôdas as atividades ficavam paralizadas naquela manhã. Nas imediações da fôrca adensava-se a multidão.

O préstito punha-se em marcha às 8 horas do dia, (33) indo à frente um pequite de cavalarianos em grande uniforme, de espadas desembainhadas, a fim de manter a ordem no desfile.

Logo após vinha a Irmandade da Misericórdia, vestida de balandrau negro, empunhando grandes velas acesas.

Entre dois religiosos caminhava o condenado. Vestia branca túnica e tinha em volta do pescoço a corda que simbolizava a pena capital.

Nem sempre possuía o criminoso ânimo e fôrça para chegar com os seus próprios pés ao local da execução. O corpo pesava-lhe mais que a consciência. E assim, era amparado pelos frades e conduzido nos braços para a fôrca. Vinha a seguir o Juiz das Execuções e o respectivo escrivão, montados a cavalo, e trajando as paramentas de gala.

Fechando o cortejo marchava um destacamento de infantaria. Adiantava-se o escrivão, depois do préstito haver chegado ao seu destino, e lia a sentença. A população batia palmas. Encostado à trave superior da fôrca ficava a escada extensa e forte. Subia primeiro o carrasco. Seguia-o o padecente acompanhado de um religioso, que lhe mostrava um crucifixo, animando-o com palavras de Fé, preparando-o para a morte.

O carrasco punha-se à vontade no seu ofício. Amarrava a corda na trave e experimentava-a com todo o pêso do seu corpo e vigor dos seus músculos. Descia o frade, recitando, acompanhado pela multidão, a oração do «Creio em Deus Padre». Quando terminava a reza, o carrasco, bruscamente, empurrava o condenado para fora da escada, e pendurava-se no seu ombro, para ser breve a estrangulação.

Que horrível quadro!

A vítima «esperneava no ar como um boneco de camisão, o rosto intumescia e arroxeava-se, as pálpebras abriam-se desmedidamente, os glóbulos oculares saíam das órbitas; a língua, repelida pelo laço, numa derradeira tentativa para respirar, pulava fora da bôca, em comprimento desmedido. Diante daquela hórrida figura, o povo não tremia, delirava; recomeçava o sussurro; gritos, gargalhadas, gracejos, irrompiam de tôdas as bôcas, confundindo-se ininteligivelmente num só alto rumor. Gozava por momentos o carrasco os apláusos da multidão, no desempenho daquele repugnante dever que era como um refém da sua própria vida; depois cortava a corda e o corpo do enforcado desabava sôbre a plataforma, aos gritos da plebe.»

Dissolvia-se a multidão. A tropa regressava aos quartéis. Só os Irmãos da Santa Casa, com os seus balandraus negros, permaneciam no local da execução. Cumpria-lhes assistir ao entêrro do desventurado.

Até que se cumprissem as derradeiras formalidades, chegava o meio-dia. A cidade descansava depois dos sensacionais acontecimentos da manhã. O espetáculo da fôrca deixava-a exausta.

Era sempre assim.

O último enforcamento de que há notícias nos anais judiciários da Província, data de 1851. Em fevereiro dêsse ano, foi supliciado na cidade de Santarém, o escravo conhecido por *Pai Antônio*, (34) acusado de haver assassinado o feitor, que o azorragara, impiedosamente, apesar das suas súplicas e doenças. *Pai Antônio* viera da África num dos muitos negreiros que faziam o infame comércio com esta Província. Muito embora fôsse velho, sexagenário, trabalhava desde que o sol raiava até ao anoitecer. Um dia alegou doença. O feitor respondeu-lhe com uma chicotada. E como o negro não se levantasse, zurziu-o implacàvelmente. Deu-se, então, o crime. *Pai Antônio* foi condenado à morte. Na fôrca erguida na praça da Imperatriz, entre as ruas de Santa Cruz e Mercadores, terminou os seus dias. Com as formalidades costumeiras.

As mesmas cenas do oratório, do préstito e da população exaltada.

O carrasco de Santarém chamava-se Domingos Pixuna e era antigo cabano. Aceitara a repugnante profissão para livrar-se da

morte. Apesar da categórica afirmativa de que essa fôra a última execução capital na Província, (35) outras condenações à morte aparecem nos *Mapas dos julgamentos* proferidos pelo júri de Belém, nos anos de 1852, 53 e 54.

Teriam essas penas sido comutadas pelo Imperador?

É bem possível que sim, pois nada mais revelam as crônicas do século XIX, sôbre as fôrcas que, desde o período colonial, constituiram o mais ativo instrumento de castigo para os criminosos e um espetáculo de emoção para os habitantes da Província.

VII

MONUMENTOS HISTÓRICOS E ARTISTICOS

INSCRIÇÕES COMEMORATIVAS

No segundo quartel do século XVIII, chegava a Belém para tomar posse das elevadas funções de Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, José de Napoles Telo de Menezes.

Por êsse tempo já estava concluído o suntuoso Palácio do Govêrno, levantado em 1762, na antiga rua da Residência, pelo Capitão-General Manoel Bernardo de Melo e Castro, de acôrdo com os desenhos do arquiteto Antônio Giusepe Landi.

Foi um acontecimento na vida social da colônia a posse do Governador Telo de Menezes. O Palácio, com os seus candeeiros de reverberos, acolhia a gente fidalga da terra. Damas formosas nos seus vestidos de tafetá e charmalotes, passavam pelas salas adornadas de veludo e ouro, ostentando cordões e pulseiras de metal fino, onde faiscavam as pedras raras, enquanto os homens envergando brilhantes uniformes e casacas de algodão com camisas de punhos rendados, aguardavam a hora da solenidade.

O Senhor Governador, seguido dos oficiais da sua guarda, camareiros e secretários, deu entrada na sala do dorcel.

Seguiu-se a cerimônia da posse. Estavam presentes os Oficiais do Senado da Câmara, o Intendente da Marinha, o Bispo do Pará D. Frei João Evangelista Pereira da Silva, os comandantes da tropa, comerciantes e os membros das irmandades religiosas.

Entre os magistrados achava-se o Juiz de Fora Justiniano de Oliveira Peixoto. Fôra também fazer ato de presença e cumprimentar o altivo sucessor do Capitão-General João Pereira Caldas, que por oito longos anos governara a Capitania.

O novo delegado d'El-Rei deixava transparecer no semblante o quanto lhe agradavam aquelas mesuras e os augúrios de boa administração. Deixava que as damas lhe beijassem a mão rosada e gorda e os homens se curvassem à sua frente, numa reverência significativa.

Foi amável e sorridente com todos.

A conduta afável do governador serviu de comentário em tôdas as rodas. Por muito tempo a colônia viveu sob a impressão daquela festa imponente. Um dia, porém, rebentou a nova sensacional. O Senhor Telo de Menezes brigara com o Juiz de Fora José Justiniano de Oliveira Peixoto. Atrabiliariamente suspendeu-o das suas funções. O juiz protestou. O povo dividiu as suas simpatias pelos desafetos. A desarmonia tomou foros de escândalo. Era assunto obrigatório de tôdas as rodas. Nos serões familiares, nas vendas, nas ruas, nos quartéis, servia de mote às palestras.

Amigos de ambos entraram a intervir na questão. Onde já se vira tamanho escândalo?

Afinal o Juiz esponjou-se dos agravo recebidos. O Governador deu o dito por não dito. Mandou reintegrá-lo no cargo. E reconciliaram-se. Tão agradável foi essa reconciliação que o Capitão-General resolveu recordá-la, permanentemente.

E teve, dêsse modo, a idéia de mandar erigir, na estrada de Nazaré, numa praça cujo terreno era de propriedade de João Batista Tenreiro Aranha, um *obelisco* a que deu o nome de *Memória*, exatamente para perpetuar a reconciliação.

Foi êsse o primeiro monumento levantado em Belém.

Construído em 1782, assentava sôbre um pedestal de pedra branca, torneado, de três degráus, figurando em cada face uma frase latina adequada ao fato comemorado. Na que fazia frente para a estrada de Nazaré, estava entalhada a seguinte inscrição:

Justitiae, Amicicia
Concordia
Bonae Fidei
et
Felicitati
Publicae

Estando a Província sob a administração do Presidente Ambrósio Leitão da Cunha, foi o obelisco demolido em 1858.

Nesse tempo, segundo comunicava o govêrno à Câmara Municipal de Belém, a conservação do Obelisco não podia deixar de ser prejudicial à pequena praça onde estava colocado. E isto porque, esclarecia o Presidente da Província: «Tal obelisco de proporções tão mesquinhas e tão arruinado, não valeria a pena de pensar-se na sua reconstrução».

Há notícias de que no primeiro quartel do século seguinte, o General José Maria de Moura, governador das armas do Pará, pretendeu levantar na praça da Constituição, atual Pedro II, um monumento comemorativo da adesão da provincia à revolta constitucionalista portuguêsa.

A idéia não foi adiante. E isso devido à intensa campanha nacionalista que agitava a cidade, dando por terra com o absolutismo de Moura, e com o propósito do monumento que, segundo as crônicas da época, iria perpetualizar, apenas, os sentimentos reinóis dos seus idealizadores.

E foi assim que o projeto fracassou.

* * *

Monumento ao *General Gurjão* — Situado à Praça Pedro II, teve a sua pedra fundamental lançada a 31 de julho de 1881, sendo inaugurado a 15 de agôsto do ano seguinte. É homenagem do Pará ao seu ilustre filho General Hilário Maximiano Antunes Gurjão, herói da guerra do Paraguai. O monumento é todo de mármore, sendo a estátua de bronze. Foi fundida em Lisboa. Mede 15 metros da base à estátua, sendo 12 de pedestal. Os seus quatro ângulos avançados medem 1,25 m de altura.

Monumento à *República* — Localizado na Praça da República, antigo Largo da Pólvora, é comemortivo à proclamação dêsse sistema politico, no Brasil. A pedra fundamental foi lançada no dia 15 de novembro de 1890, sendo inaugurado a 15 de novembro de 1897. Projeto de autoria do escultor Michele Sansebastiano, de Gênova. A altura total é de 20 metros, sendo a estátua, figuras e decorações de bronze, e o monumento de mármore de Carrara.

Estátua do *Dr. José da Gama Malcher* — Está ereta na antiga Praça das Mercês, hoje Visconde do Rio Branco. Constitui homenagem do povo paraense ao médico e político Dr. José da Gama Malcher, às suas virtudes cívicas e predicados morais. A pedra fundamental foi lançada a 21 de julho de 1889, sendo inaugurada no dia 15 de agôsto do ano seguinte. A estátua é de bronze, fundida em Lisboa, sendo a base de pedra.

Estátua de *D. Frei Caetano Brandão* — Levantada no antigo Largo da Sé, no tradicional bairro da Cidade Velha, constitui um justo preito de gratidão ao virtuoso D. Frei Caetano Brandão, 4º Bispo do Pará. Dom Caetano foi o fundador da Confraria da Piedade e do Hospital do *Senhor Bom Jesus dos Pobres*. Foi isto em 1787. Obra magnânima que serviu para revelar as excelsas virtudes dêsse eminente sacerdote.

A pedra fundamental foi lançada no dia 3 de maio de 1900, sendo inaugurada a 15 de agôsto do ano seguinte. A estátua é de bronze, sendo o desenho de De Angelis e a modelação de Qúattrini.

Monumento ao *Gazeteiro* — Situado na Avenida Portugal. A figura do monumento é de um gazeteiro apregoando o *O Paraense*, primeiro jornal editado em Belém, dirigido por Felipe Patroni, a que sucedeu o ardoroso patriota Cônego Batista Campos. A estátua foi fundida na Fundição Cavina, do Rio de Janeiro, sendo o monumento inaugurado a 9 de abril de 1938.

Monumento ao *Escoteiro* — Está ereto à entrada da Avenida Santos Dumont, representando uma homenagem do município de Belém aos discípulos de Baden Powell. A estátua é de bronze. A sua inauguração data de 2 de outubro de 1938.

Monumento aos *Pescadores* — Ereto no Boulevard Castilhos de França, para comemorar a instalação do primeiro Congresso dos Pescadores do Pará. Iniciado a 25 de março de 1925, foi inaugurado a 24 de maio do mesmo ano. Foi autor do projeto o desenhista Obed Silva, estando a construção a cargo de Artur Videira.

Obelisco comemorativo da *Descoberta do Brasil e da Fundação da Cidade de Belém* — Construído na Avenida Portugal, em homenagem aos intrépidos conquistadores portuguêses Pedro Álvares Cabral e Francisco Caldeira de Castelo Branco. Foi solenemente inaugurado no dia 3 de julho de 1933, sendo seu construtor o Engenheiro Domingos Acatauassú Nunes. O obelisco é todo de granito, medindo três metros de altura, tendo de um lado a efígie em bronze de Cabral e do outro a de Caldeira.

Monumento ao *General Andréa* — Construído na Praça D. Macedo Costa, antigo Largo de Santo Antônio, foi inaugurado a 13 de maio de 1936. Iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, para comemorar o restabelecimento da ordem na Província, promovida pelo General Francisco José de Sousa Soares de Andréa, vencedor dos cabanos. A 13 de maio de 1836, as tropas imperiais depois de porfiada luta desembarcaram no chamado *Ponto* de Santo Antônio, onde está levantado o monumento. Numa das faces tem um medalhão de bronze com a efígie de Andréa, rodeada de inscrição elucidativa. Mede o monumento cêrca de três metros de altura e está trabalhado em estilo marajoara.

Monumento ao *Presidente Getúlio Vargas* — Ereto à entrada da cidade, no corredor da grande artéria, que é a Avenida 15 de Agôsto, cuja denominação foi substituída para *Getúlio Vargas*. Sôbre uma pena de pedras lavradas, assenta o busto de Getúlio Vargas, modelado em bronze. Inaugurado no dia 10 de outubro de 1941.

Monumento do *Marco da Légua* — Para comemorar a doação da Carta de Sesmaria de uma légua de terra concedida à Câmara Municipal de Belém, a 1 de setembro de 1627, foi fincado em 1703, um *marco* de pau de girão, tendo escrito numa das faces a palavra *Rey*.

O tempo incumbiu-se de destruir o sinal da posse, chantado pelos oficiais da Câmara, no princípio do século XVIII. A tradição fixou o local da cerimônia. A 29 de março de 1928, depois de restaurado o *marco*, em forma de monumento, foi solenemente inaugurado. É todo de mármore, tendo inscrições comemorativas nas quatro faces.

Monumento ao *Índio* — Na moderna Praça Brasil está levantado o monumento ao Índio, homenagem à formação da nacionalidade. Inaugurado a 1 de maio de 1933. A estátua é de bronze, sendo o pedestal de granito.

Monumento aos *Aviadores Nacionais* — Ereto inicialmente em frente ao hangar da Panair do Brasil, no fim da Avenida Santos Dumont, e depois transferido para o aeroporto de Val-de-cães, foi inaugurado a 1 de maio de 1939. Representa uma homenagem aos aviadores brasileiros Santos Dumont, Bartolomeu de Gusmão, Augusto Severo e Júlio César Ribeiro de Souza, êste último paraense. O monumento é encimado por uma águia branca de asas abertas apoiadas no cimo de um simbólico penhasco.

Monumento aos *Maestros Henrique Gurjão e Carlos Gomes* — Situado na Praça da República, fazendo frente para o edifício do Grande Hotel. O conjunto é harmonioso e significativo, compondo-se de duas figuras modeladas em bronze simbolisando a *História* e a *Paz*, ladeando as efígies dos Maestros Henrique Gurjão e Carlos Gomes, duas expressivas figuras da música brasileira, sendo aquêle paraense e êste paulista. Foi inaugurado a 16 de setembro de 1938.

Monumento aos *Revolucionários de* 1924 *e* 1930 — Os levantes militares de julho de 1924 e de outubro de 1930, de que resultou a reforma política do Brasil e conseqüente implantação do chamado *Estado Novo* sob a égide do Presidente Getúlio Vargas, teve em Belém repercussão bem viva. A guarnição federal do 26º Batalhão de Caçadores, de armas em punho, saiu para as ruas em defesa dos princípios partidários pelos quais se batiam outros brasileiros no centro, sul e norte do país. Vários heróis tombaram, então, no campo da luta. Para glorificar o mérito dos que sacrificaram a vida em holocausto aos seus ideais, foi ereto um monumento no parque *João Celho*, na Praça da República, sendo inaugurado no dia 1 de maio de 1933. Em duas faces do monumento estão gravados, em placas de bronze, os nomes dos revolucionários paraenses mortos nos levantes de 1924 e 1930.

Monumento aos *Heróis do Forte de Copacabana* — O episódio dramático do Forte de Copacabana, que a objetiva de um fotógrafo fixou para a eterna admiração dos brasileiros, não foi, apenas, um ato de bravura. Valeu por um exemplo de civismo, de abnegação e de sacrifício pelo bem da Pátria. O que impulsionava aqueles moços valentes e destemerosos, de armas na mão, impassíveis ao perigo, caminhando descobertos ao longo da praia vulnerável e ao alcance das armas adversas, não era sòmente o sentido partidário que toldava, há muito, os horizontes nacionais. O que os arrastava, conscientemente, para a luta desigual e cruenta, era o sagrado amor à *Liberdade* e à *Justiça*. Marchavam pressurosos em defesa dos respeitáveis princípios que haviam arrastado em diferentes séculos, para a fôrça e para o fuzilamento dois vultos inconfundíveis da nossa História: Tiradentes e Frei Caneca.

Os dezoito heróis do Forte de Copacabana transformaram-se, dêsse modo, em símbolo da nacionalidade. Onde quer que se procure um exemplo para traduzir o civismo da nossa raça, o daqueles bravos jamais será esquecido. É que o ideal está fora do alcance das cordas do patíbulo e dos fuzis mercenários.

Homenageando o feito glorioso dos combatentes do Forte de Copacabana, a municipalidade de Belém mandou construir, na Praça Floriano Peixoto, um monumento comemorativo, que na atualidade não mais existe. Tinha a forma triangular, sendo o pedestal de granito, encimado por um mastaréo. Numa das faces estava aposta uma chapa de bronze com um metro de altura por dois de comprimento, onde em relêvo fôra gravada a cena da arrancada dos heróis de Copacabana.

Por baixo dêsse quadro ficava a legenda:

5 de Julho de 1922

Monumento comemorativo ao *Congresso Político dos Intendentes Municipais do Estado do Pará* — A 15 de agôsto de 1903, sob os auspícios do então Intendente de Belém, Senador Antônio Lemos, reuniram-se todos os Intendentes dos municípios paraenses, num grande congresso político, destinado a estudar as bases da reforma constitucional do Estado. O local escolhido para essa reunião foi o Bosque Municipal, chamado hoje *Rodrigues Alves*, situado no bairro do Marco da Légua.

Para comemorar o histórico acontecimento mandou o Senador Lemos erigir, no próprio sítio onde funcionou o Congresso, um artístico monumento, projetado pelo Professor Maurice Blaise. Foi inaugurado solenemente no dia 17 de dezembro de 1906.

Marco comemorativo da *Inauguração do Canal do Yuna* — O canal do Yuna é, pela sua natureza e finalidade, uma das grandes obras empreendidas e realizadas na primeira administração do atual General Magalhães Barata. Começada a sua construção a 7 de abril de 1931, quando uma turma de vinte homens, sob a direção do Engenheiro André Benedeto iniciou a derrubada da mata virgem para rasgar o caminho que traria a água suficiente, capaz de solucionar o velho e angustioso problema do abastecimento da capital, foi o canal inaugurado a 7 de setembro do ano seguinte.

O *Marco* comemorativo dêsse auspicioso acontecimento está ereto junto ao canal, para onde faz frentes. Foi inaugurado a 7 de setembro de 1932.

Monumento aos naturalistas *Von Martius e Von Spix* — O auspicioso casamento de D. Pedro, Imperador do Brasil, com a Arquiduquesa Leopoldina, da Áustria, deu ensejo a que viessem ao Brasil, entre outros, os naturalistas Carlos Felipe von Martius e João Batista von Spix. Faziam êstes famosos cientistas parte de um grupo comissionado pelo Rei da Baviera, Maximiliano José, para estudos da flora, fauna e geografia da América. Tanto Martius, como Spix estiveram no Pará, deixando dessa permanência monumentais trabalhos que o mundo todo conhece e aplaude.

No Museu Paraense «Emílio Goeldi», está levantado o monumento aos dois naturalistas. Foi construído em 1907, por Karl Kieffer Foc, e é todo de mármore, tendo o formato de uma agulha, assentando o pedestal sôbre um degrau singelo. No alto está embutida uma chapa de bronze, com a efígie de Martius e na face contrária a de Spix.

Monumento ao *Soldado Brasileiro* — Situado na Praça Pedro II, representa uma homenagem da Prefeitura de Belém ao *Soldado Brasileiro*. No alto da peanha que se levanta sôbre dois degraus está a figura de um soldado em posição de guarda. No pedestal um medalhão com a efígie, em relêvo, do Duque de Caxias, patrono do Exército.

Monumento ao *Marinheiro Brasileiro* — Levantado na Praça Pedro II. No cimo de um pedestal de cimento que se levanta sôbre três degráus, fica a estátua de bronze do *Marinheiro Brasileiro*,

em posição de descanço. Sôbre uma âncora inclinada, um medalhão de bronze com a efígie do Almirante Tamandaré.

Monumento ao *General Daltro Filho* — No dia 19 de Novembro de 1936, consagrado à Bandeira Nacional, a Prefeitura de Belém prestou uma homenagem ao General Daltro Filho, inaugurando o monumento que ornamenta a atual Praça da Bandeira. É todo de cimento, tendo numa das faces um medalhão de bronze com o retrato do homenageado. Como motivo ornamental vê-se um gládio em cada ângulo do monumento. Sôbre a peanha se levanta um soberbo mastro, no ápice do qual paneja, em dias de festa cívica, a bandeira do Brasil.

Busto de *Domingos Soares Ferreira Pena* — Levantado no interior do Museu Paraense «Emílio Goeldi», do qual foi fundador e primeiro diretor. O Dr. Ferreira Pena era grande cientista, profundo conhecedor da natureza amazônica. Inaugurado em 1907, o monumento representa uma homenagem do Govêrno do Pará ao eminente brasileiro.

Busto do *Barão do Rio Branco* — Ereto na Praça Princesa Isabel, no bairro da Condor. Constitui uma homenagem do Govêrno do Estado ao grande chanceler.

Busto do *Professor Antônio Marçal* — Levantado na praça fronteira ao Colégio Estadual Pais de Carvalho, do qual foi um dos mais queridos professôres. Inaugurado no dia 28 de julho de 1942.

Busto do *Cientista Oswaldo Cruz* — Localizado na Praça Amazonas. O nome do Dr. Oswaldo Cruz, eminente cientista brasileiro, está intimamente ligado ao saneamento de Belém. Houve tempo que o flagêlo da febre amarela ceitou vidas preciosas, apavorando e sobressaltando estrangeiros e nacionais. Teve o Govêrno de tomar medidas urgentes, radicais. Era preciso não só combater o mal até vencê-lo, como reconquistar a confiança coletiva. E isto só seria possível com a extinção do flagêlo. O Governador, na época, Dr. João Coelho, tomou a iniciativa de recorrer ao famoso sábio patrício, entregando-lhe a solução do magno problema sanitário. O Dr. Oswaldo Cruz veio a Belém e deu começo aos trabalhos de saneamento. Do que foi a luta árdua mas eficaz que empreendeu desde o início, diz bem a consagração pública que recebeu ao fim dessa benemérita campanha.

Busto do *Conselheiro Ruy Barboza* — Construido defronte da Faculdade de Direito do Pará, patenteia o respeito e admiração dos paraenses ao eminente brasileiro que soube elevar bem alto o conceito da sua Pátria no panorama internacional.

Estátua do *Trabalho* — Levantado na Praça dos Operários, foi inaugurada no dia 1º de Maio de 1932. O monumento que ocupa o centro da praça é harmonioso e artístico. Sôbre um pedestal de mármore levanta-se a estátua de um operário, modelado em bronze, tendo à direita um malho e à esquerda uma bigorna.

Monumento ao *Padre José de Anchieta* — Mandado erigir em frente à igreja de Nossa Senhora de Santana, pela Prefeitura Municipal de Belém, em homenagem ao VI Congresso Eucarístico Nacional reunido na capital paraense de 11 a 15 de agôsto de 1953.

Inscrições Comemorativas

Paços do Conselho — Casa onde funcionava o Senado da Câmara, edificada na antiga Rua dos *Mercadores*, depois Rua da *Cadeia* e hoje *Conselheiro João Alfredo*. Possui atualmente o nº 27, e numa lápide mármore imbutida na fachada estão gravados êstes dizeres :

Estes Paços do Concº forão feitos
Governado o Illmº Senhor Gnal.
Francisco Pedro de Mça. Gurjão, qve
P. esta obra pos grande cvidº, e asva
pessoal assistencia sendo svper-
intendente della, o Drº Ovvidor Gal. Lviz Dv-
uarte Freyre Concorrendo o povo com sevs
Donativos.
Anno de 1751

Na platibanda, em sentido transversal, e muito acima da lápide, duas datas assinalando diferentes épocas na existência daquele prédio :

1751-1911

Casa onde faleceu o Maestro Carlos Gomes — No edifício onde morreu o maestro Carlos Gomes, em Belém, à Travessa Quintino Bocaiuva, assinalado atualmente com o número 429, existe uma placa remetida de Campinas, pelo Centro de Ciências, Letras e Artes daquela cidade. Confeccionada em bronze, letras em relêvo e gravada com esmero, contêm a seguinte legenda :

Aqui falleceu
Antonio Carlos Gomes
Em XVI-IX-MDCCCXCVI
Rodeado de carinho dos paraenses

O Centro de Sciencias, Lettras e Artes
De Campinas
Offerece esta placa Ao
Estado do Pará
No primeiro centenario do nascimento
do imortal maestro brasileiro
MDCCCXXXVI-MCMXXXVI
S. Paulo

Casa onde nasceu o General Gurjão — Na fachada da casa onde nasceu o General Hilário Maximiano Antunes Gurjão, situada à Rua General Gurjão nº 135, na capital paraense, O Instituto Histórico e Geográfico do Pará mandou apôr uma significativa placa, com os seguintes dizeres:

Nesta casa nasceu, em 21 de
Fevereiro de 1820, o heroico general
Hilario Maximiano Antunes Gurjão
Homenagem do
Instituto Historico e Geografico
do Pará

Casa onde nasceu o Barão de Marajó — A Prefeitura Municipal de Belém por ocasião do transcurso do primeiro centenário do nascimento do Dr. José Coelho da Gama e Abreu, Barão de

Marajó, geógrafo, historiador de grandes méritos, mandou assinalar a fachada do palacete da família Gama e Abreu, à Praça D. Pedro II, números 48, 49 e 50, com a seguinte inscrição gravada numa placa de mármore :

Nesta casa nasceu
o notavel parense
dr. José Coelho da Gama e Abreu
Barão de Marajó
Homenagem do municipio de Belem
12 de Abril de 1932.

O Dr. José Coelho da Gama e Abreu faleceu em Lisboa, a 25 de Novembro de 1906.

Adesão do Pará à República — Para comemorar o acontecimento histórico que foi a adesão do Pará à República, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará mandou apôr na fachada do quartel do antigo 15º de Infantaria, uma placa de mármore com os dizeres :

Na manhã de 16 de Novembro de 1889, o
Major João Maciel da Costa, comandante
do 15º Batalhão de Infantaria, no pateo
interno deste quartel, perante a
officialidade do Corpo e Directoria
do Clube Republicano, em frente á tropa
proclamou a Republica no Pará, adherindo
Assim, ao movimento que, desde a vespera
Se processara na capital do Paiz.
Por essa ocasião foi tambem neste
Quartel, organizado o primeiro Governo
Republicano, provisorio, do Estado do Pará.
Constituido num triunvirato composto
do dr Justo Leite Chermont, Tenente-
Coronel Bento Fernandes Junior e Capitão
de Fragata José Maria do Nascimento.
Esta placa comemorativa foi inaugurada
A 16 de Novembro de 1937, por iniciativa do
Instituto Historico e Geografico do Pará

Casa onde nasceu o General Serzedelo Corrêa — Ministro de Estado, general do exército, engenheiro militar, político de relêvo foi o Dr. Serzedelo Corrêa, acima de tudo, um brasileiro digno da sua Pátria, honrando em tôdas as oportunidades a terra onde nasceu. A Prefeitura Municipal de Belém, no tempo da primeira interventoria Magalhães Barata, mandou apôr na fachada do prédio onde nasceu aquele ilustre paraense, à Travessa Padre Eutíquio nº 203, uma placa comemorativa. Foi isto a 16 de junho de 1932, data que assinalava o 74º aniversário natalício do General Serzedelo Corrêa. A chapa de mármore branco contêm a seguinte inscrição :

Nesta casa nasceu
Em 16 de Junho de 1858
O grande paraense
Innocencio Serzedello
Corrêa
General de Divisão
Engenheiro militar
E Ministro da 1ª Republica
Falleceu em 5 de
Junho de 1932
Homenagem do
Municipio de Belem.

Lugar onde caiu ferido o Capitão Assis de Vasconcelos — O chefe militar que comandou os revolucionários do 26º Batalhão de Caçadores, na jornada de julho de 1924, foi o Capitão de Engenheiros Augusto Assis de Vasconcelos. Sem estar ligado à guarnição, desconhecido, mesmo, pela maioria da soldadesca, tomou as rédeas do movimento, na hora mais grave do motim, colocando-se à frente dos insurretos, assumindo, dêsse modo, o comando do Batalhão. Foi isto na noite de 26 de julho. No dia seguinte, antes que as fôrças legalistas se lançassem ao ataque, o Capitão Assis ordenou o avanço geral da tropa. Não havia planos a cumprir. Nada tinha sido traçado anteriormente. Assim mesmo os

rebeldes tomaram a iniciativa da luta, avançando pela Avenida de Nazaré e irrompendo no largo da Pólvora, onde já era intensa a resistência do govêrno.

Resolutamente o Capitão Assis marchava ao lado daquele pugilo de bravos, em direção ao Quartel da Polícia Militar do Estado, situado à Rua Gaspa Viana, esquina da Travessa da Piedade. E estava para tomá-lo, de assalto, quando tombou ferido, na Avenida 29 de Agôsto, atual *Assis de Vasconcelos*. No local onde caiu mortalmente ferido, existe hoje uma inscrição em relêvo, esculpida na pedra, tendo em redor uma corrente de ferro.

Diz a legenda:

Homenagem da Marinha
Nacional ao heroico
Augusto Assis de
Vasconcelos
Comandante do 26º B.C.
Na memoravel jornada de 26-7-924

Lugar onde tombou morto o Comandante Castilho França — Na noite de 5 de outubro de 1930, dois dias depois de haver irrompido a revolução nacional que levaria à suprema magistratura do país o Presidente Getúlio Vargas, levantava-se em Belém o 26º Batalhão de Caçadores. De início tomaram os revoltosos posições que lhes asseguravam franco domínio de tôda a zona onde estava sediado o quartel daquela unidade federal. Vários oficiais estavam implicados na revolta. E entre os principais, figurava o Comandante Eurico de Castilho França, da armada nacional que, segundo foi sabido mais tarde, devia assumir o comando supremo dos rebeldes. Com êsse fim dirigiu-se ao quartel do 26º B.C. Ao saltar, porém, do automóvel que o conduzia, foi alvejado pelo sentinela, que ignorando de quem se tratava, atirou mortalmente contra o oficial.

No local exato onde tombou, foi colocada uma placa memorativa, contendo em relêvo esta inscrição:

Homenagem do 26º B.C. ao
bravo comandante
Eurico de Castilho França
Aqui tombado na gloriosa
jornada de 5-10-1930

Casa onde residiu o historiador e geógrafo Antônio Ladislau Monteiro Baena — No dia 13 de agôsto de 1882, realiza o Clube das Lanternas, prestigiosa sociedade do século XIX, mais uma solenidade cívica. A reunião tinha como finalidade homenagear o Tenente Coronel Antônio Ladislau Monteiro Baena, geógrafo e historiador notável. Baena deixou, entre outros trabalhos, duas importantes obras: *O Compêndio das Eras* e o *Ensáio Corográfico Sôbre o Pará*. Impressas na primeira metade do século XIX, são hoje raras, constituindo-se pelo extremado zêlo com que foram escritas, preciosa fonte informativa, a que recorrem todos os estudiosos. Reunidos os sócios do Clube das Lanternas no antigo sobrado da Rua *Nova de Santana* agora *Senador Manuel Barata*, então sob o número 45, modificado atualmente para 245, 247 e 249, teve começo a cerimônia que consistiu na aposição de uma placa para assinalar a casa onde residiu Baena com a sua família.

Tem a placa, no alto, o brasão d'armas da cidade de Belém, e por baixo dêste, gravada a inscrição:

Gratidão dos paraenses ao dis-
tinto cidadão
Antonio Ladislau Monteiro Baena
O Club das Lanternas
1882

Lugar onde se reuniam os amigos de Magalhães Barata — Depois que o então Coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata deixou em 1935, as funções de Interventor Federal, um grupo dos seus mais devotados amigos, passou a festejar no *Café*

da Paz, a data que nos anos anteriores congregava-os em tôrno do chefe dileto. Nada havia que pudesse impedir êsses homens de comparecer ao ágape costumeiro. Adversidades políticas, contingências partidárias, vexames ou oposição de qualquer natureza, jamais serviram de obstáculo ao conclave. Dêsse superior espírito de lealdade, digno francamente de registros, se poderia dizer como Epicteto :

«Não há ladrão que roube a nossa vontade !»

Periandro aconselhava que aos amigos, na boa ou má fortuna, devemos ser sempre os mesmos. Em 1943, regressava de novo ao Pará o Sr. Magalhães Barata, para assumir o pôsto que lhe confiara o Sr. Presidente da República. Voltava ao govêrno de sua terra natal.

E, então os dedicados e leais amigos que se reuniam em tôrno de uma mesa do Café da Paz, mandaram apôr na fachada do antigo prédio, uma placa comemorativa.

É tôda de bronze. No alto a efígie em relêvo do Sr. Magalhães Barata, e por baixo, também em relêvo, esta legenda:

Nesta casa, os amigos
de Magalhães Barata
viveram na gloria seus
dias de ostracismo.
5-4-1935-20-2-1943.

Homenagem ao Professor Camilo Salgado — Nos anais da cidade de Belém, o nome do Dr. Camilo Salgado está gravado com merecido relêvo. Cirurgião dos mais reputados e clínico de vasto conceito, tôda a sua existência foi consagrada à prática do Bem, socorrendo os enfêrmos e mitigando as dôres sem a preocupação da recompensa.

Fundador da Faculdade de Medicina do Pará, empregou todos os esforços para que se tornasse esplêndida realidade a idéia que tantos e ótimos frutos tem proporcionado à mocidade da amazônia.

Como político esteve sempre de acôrdo com a sua tendência democrática, merecendo por isso a estima dos seus correligionários e o respeito dos próprios adversários.

A municipalidade de Belém deu, à antiga Praça de Santa Luzia, onde está situado o edifício da Faculdade de Medicina, o nome do Dr. Camilo Salgado, fazendo apôr, num dos ângulos do prédio, uma chapa de bronze ornamentada, onde foi gravada em relêvo a efígie do eminente cirurgião, seguida dos seguintes dizeres :

Homenagem e gratidão
da cidade
de Belem
1938

Homenagem ao Coronel Fontoura — Coube ao Coronel Antônio Dias Vieira da Fontoura comandar a tropa paraense, no famoso combate de 25 de setembro de 1897, contra os destemidos jagunços de Canudos.

Recebendo a notícia de que os guerrilheiros sertanejos avançavam contra um dos flancos do Forte, os comandantes Sotero e Fontoura organizaram uma ofensiva combinada do 2º e parte do 1º Corpo contra o inimigo, arrebatando-lhe, dessa forma, a iniciativa do ataque. O combate foi forte, cruento. De início o Coronel Sotero é pôsto fora de ação, substituindo-o no comando do Regimento paraense o bravo Coronel Fontoura. Avançam os nortistas sob o nutrido fogo dos jagunços. Fontoura opera milagres de heroismo com a sua tropa, levando de vencida os fanáticos e tomando-lhes parte da cidadela, de onde, por longo tempo desafiavam, vencendo, as fôrças aguerridas do exército e dos contingentes policiais. Tomadas as principais posições de defesa dos jagunços, preparava-se o Regimento paraense para o assalto final contra Canudos, quando chega ordem do General Artur Oscar, chefe supremo das fôrças expedicionárias, para Fontoura retirar-se do terreno com a sua tropa.

O comandante paraense manteve-se, porém, no seu pôsto, a fim de não perder as posições tão dificilmente conquistadas. O General Artur Oscar reconsidera a primitiva ordem e aprova a iniciativa de Fontoura. Graças a êsse golpe feliz e audacioso do Regimento paraense, foi possível o ataque vitorioso a Canudos. Com efeito a cidadela de Antônio Conselheiro caiu, definitivamente em poder

das fôrças legalistas a 2 de outubro de 1897, oito dias depois de haver a tropa paraense se lançado arrojadamente à ofensiva. A municipalidade de Belém rendeu, ao Coronel Fontoura, as homenagens merecidas. No flanco direito do Palácio do Govêrno, onde por muito tempo esteve alojada a Companhia de Metralhadoras da Fôrça Policial do Estado, está aposta um placa de bronze, comemorativa do episódio de Canudos e do heroismo do Coronel Fontoura.

A placa contém, afora a efigie daquele militar, a seguinte legenda, gravada em relêvo:

Homenagem da cidade
de
Belem
Avenida
Coronel Fontoura

Casa onde nasceu o Dr. Pais de Carvalho — O Dr. José Pais de Carvalho fêz parte daquela pleiade brilhante de democratas, que semeou no Pará a idéia republicana. Com Lauro Sodré, Justo Chermont, Borjona de Miranda, Benvindo Gurgel do Amaral e outros correligionários de fibra fundou e presidiu o Clube Republicano, concorrendo desde logo às disputas eleitorais.

O travor das primeiras derrotas, frente aos pujantes partidos monárquicos, não arrefeceu a fibra dos defensores do regime que seria implantado no Brasil a 15 de Novembro de 1899. E assim foi até quando a Província rompeu a 16 daquêle mês os vínculos que a ligavam ao Império. Com o advento da República o Dr. Pais de Carvalho teve oportunidade de exercer os mais elevados cargos eletivos. Governador do Estado e membro do parlamento nacional, portou-se em todos os postos que exerceu com acentuado brilho, de maneira a grangear, sempre, as simpatias e os apláusos dos seus patrícios. Como médico deixou tradição de caridoso, jamais desatendendo os mais modestos chamados.

Daí gozar de imenso prestígio entre a gente humilde da terra. O Partido de Artistas e Operários do Pará, que reunia todos os obreiros de Belém, querendo testemunhar a sua gratidão

ao Dr. Pais de Carvalho, promoveu no dia 12 de novembro de 1904, uma grande solenidade cívica. Decorria nesse dia o aniversário natalício do eminente republicano. Dentre as solenidades programadas constava a aposição de uma placa comemorativa na fachada da casa onde nasceu o grande paraense. Assim foi feito. A placa é de mármore, artisticamente cinzelada, e contém a seguinte legenda:

Aqui nasceu o grande patriota
E humanitario medico
Dr. José Paes de Carvalho
Homenagem do Povo.
Paraense
1904

No prédio onde está essa artística lápide, à Travessa 7 de Setembro nºs 67 e 69, funciona, atualmente, um modesto estabelecimento comercial sob o nome de *Hotel Moderno*.

Lugar onde foi sepultado Pedro de Albuquerque, Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grã-Pará — Na galeria dos governadores e capitães generais do Estado do Maranhão e Grã-Pará, o nome de Pedro de Albuquerque ocupa lugar de relêvo.

Nascido em Pernambuco, tornou-se, cêdo, um herói da guerra contra os holandeses, tendo tido assinalado papel na refrega do Rio Formoso, onde obrou prodígio de bravura.

Nomeado por El-Rei D. João IV, em 4 de setembro de 1641, para aquele elevado cargo, tomou conta da administração pública em 13 de junho seguinte. Vivia a colônia os seus três primeiros decênios de conquista. Pouco era o progresso. Imensa, porém, tinha sido a luta para assegurar o domínio de Portugal sôbre o vale amazônico. Tudo era expectativa. Tentação. Guerra. Aventura. Mistério. O objetivo da fortuna fácil tornara-se a preocupação dos homens da colônia. As minas, as pedras, as drogas do sertão, agitavam braços e consciências, em prejuízo do progresso da terra. Tudo estava como nos primeiros e agitados dias da

fundação de Belém. Era isso mesmo o que escrevia, anos depois, o famoso Padre Antônio Vieira, nas suas cartas para o Maranhão. A chegada de Pedro de Albuquerque em Belém foi motivo de alegria, de festas ruidosas.

Com a solenidade de costume, e depois de percorrer o caminho que ia das Mercês à Casa da Residência, instalou-se no govêrno. Breve, porém, foi a sua administração. Doente, entregou a 30 de janeiro de 1644 o poder a uma Junta composta de Feliciano Corrêa e Francisco Coelho de Carvalho, sargento-mor do Estado.

Confortado pelos sacramentos da Igreja, e rodeado de amigos e auxiliares, faleceu a 6 de fevereiro daquêle ano. Foi sepultado na igreja do Carmo, no primitivo templo construido no terreno doado por Bento Maciel Parente à Ordem dos Carmelitas Calçados.

Assinalando o acontecimento está aposta no átrio da secular igreja da Cidade Velha uma placa de mármore, com esta inscrição:

Nesta igreja foi sepultado
O Capitão General Pedro de Albuquerque
Governador da Capitania
Do Maranhão e Grão Pará
Natural de Pernambuco
Falecido em Belem a 6-2-1644
Heroi insigne da resistencia
Do Rio Formoso contra os holandezes
Em defeza da Fé
E da integridade do Brasil
Homenagem dos Instituto Historico do Pará
E Arqueologico Pernambucano
Sob os auspicios da Prefeitura de Belem
6-3-1940

Casa onde nasceu o Dr. Justo Chermont — O Dr. Justo Leite Chermont veio dos primeiros dias da propaganda republicana no Pará. Esteve com Lauro Sodré, Pais de Carvalho e outros idealistas à frente do clube político fundado para propagar a semente democrática, no solo lavrado pelas revoluções liberais do primeiro quartel do século XIX.

Vitorioso o regime defendido com tanto ardor e convicção, desde o golpe feliz de 16 de novembro de 89, que integrou o Pará na comunhão nacional, o Dr. Justo Chermont fêz parte do triunvirato que governou nos primeiros dias da mudança, e foi o primeiro presidente escolhido por Deodoro da Fonseca, para administrar a terra paraense, nessa fase de transição política. Ministro de Estado e parlamentar, deixou traço bem vivo da sua permanência naquele elevado pôsto, como no Senado, onde teve oportunidade de revelar o seu grande amor à terra nativa, apresentando projetos e defendendo medidas que interessavam vivamente a região.

No dia em que comemorava o seu 63º aniversário natalício, um grupo de amigos mandou apôr na casa onde nasceu êsse ilustre patrício, à Rua Padre Prudêncio n.º 220, antigo n.º 90, uma lápide com esta inscrição:

Nesta casa nasceu em 27-6-1857
O grande patriota e insigne
cidadão
Dr. Justo Leite Chermont
Homenagem dos seus amigos
Dr. Francisco Tocantins
José Alves da Cunha
Nilo Matos
Marcelino Braga
João da Cruz de Oliveira
1920

Inscrição Comemorativa do Ato da Proclamação da República no Pará — A proclamação da República no Pará foi feita pelos representantes do Clube Republicano, do Exército e da Armada, no ato os Senhores Dr. Pais de Carvalho, Tenente-Coronel Bento José Fernandes Júnior e Capitão de Fragata José Maria do Nascimento.

Depois da reunião havida no quartel do 15º de Infantaria, marcharam os republicanos para o Palácio do Govêrno. Houve pequena relutância, seguida de um protesto subscrito pelos adeptos

do regime decaído. Reza a tradição que a intimação ao delegado imperial foi feita pelo Dr. Pais de Carvalho, Presidente do Clube Republicano, que teria nesse momento subido numa das mesas do Palácio, para poder ser ouvido pelo povo. Vitorioso o movimento foi gravado no mármore do próprio móvel, onde de pé o Dr. Pais de Carvalho falou à multidão, a inscrição comemorativa.

Atualmente essa mesa histórica, uma preciosa e artística peça de mobiliário do antigo palácio residencial, ornamenta, um dos salões da sede do govêrno paraense.

Contém em vistosos caracteres gravados e dourados, a seguinte inscrição encimada pelas armas do Brasil, nas côres nacionais :

16 de Novembro de 1889
Para poder ser ouvido pela compacta
Massa popular que no memoravel
Dia 16 de Novembro se achava reunida
No Palacio do Governo o patriota
Dor. José Paes de Carvalho, de pé
Sobre esta mesa em nome do povo
e comissionado pelo Exercito e
Armada intimou a deposição do
Presidente monarchico Dor. Silvino
Cavalcanti de Albuquerque que se
Submeteo sendo proclamado o
Governo provisorio do Estado
Composto dos cidadãos
Dor. Justo Leite Chermont
Capitão de Fragata José Maria
do Nascimento
Tenente coronel Bento José
Fernandes Junior.

A direita da inscrição a legenda :

Estados Unidos do Brasil

Seguindo-se à esquerda:

Estado Confederado do Pará

Tem por baixo uma âncora, uma pena e uma espada entrelaçadas, simbolisando os poderes que promoveram a adesão do Pará à República.

NOTAS

(1) Manoel Barata — *As Ruas de Belém*».

(2) Códice manuscrito do Arquivo Municipal de Belém.

(3) Ofício n.º 27, de dezembro de 1859. Manuscritos do Arquivo Municipal de Belém.

(4) Principio da Rua do Rosário (hoje Aristides Lôbo), até o largo do mesmo nome «porque ali, quase à beira da mata, ficavam localizadas as marafonas».

(5) *O Municipio de Belém*, Antônio José de Lemos, vol. IV.

(6) A Casa do Ver-o-peso era uma repartição fiscal incumbida da cobrança de impostos sôbre produtos de consumo público.

(7) Apontamentos fornecidos por Baena em seus livros: *Compêndio das Eras* e *Ensáio Corográfico sôbre o Pará*.

(8) Atual Praça General Magalhães.

(9) «Resposta ao oficio que VMces. me dirigirão com a dacta de 31 do mês passado declaro a VMces| q. fico entendido quanto ao 1.º artigo. Sobre o objecto do segundo desejo saber quantas correntes para parelhas tem ou pode arranjar essa Camara para assim me decidir sobre o numero de presos q. hei de por em terra; prevenindo desde já a essa Camara q. os Presos trabalharão por minha ordem, e principiando pelas vallas...» Oficio datado de 3 de junho de 1836, do General Andréa à Câmara Municipal. Documnto manuscrito do Arquivo Municipal de Belém, ora no Solar do Barão de Guajará.

(10) Referência à atual Avenida 16 de Novembro e à Cadeia de São José, na Praça Amazonas.

(11) Hoje Travessa 7 de Setembro.

(12) Atual Conselheiro João Alfredo.

(13) Rua 13 de Maio.

(14) Rua Senador Manoel Barata.

(15) Oficial que dirigiu a heroica resistência do Arsenal de Guerra ao ataque dos cabanos em 1835.

(16) Depois *Demétrio Ribeiro* e atualmente *Joaquim Távora*.

(17) Êste documento atualmente na coleção de manuscritos do Solar do Barão de Guajará, que a Prefeitura de Belém doou ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará, está datado de 5 de fevereiro de 1839, e traz a assinatura do próprio punho de Andréa.

(18) Relatório do Presidente Jerônimo Coelho 1848, págs. 82.

(19) *Ob. cit.*

(20) de Nazaré.

(21) O do Carmo.

(22) Relatório do Dr. Fábio Alexandrino de Carvalho Reis, vice-presidente da Provincia o Pará, apresentado em 8 de agôsto de 1860.

(23) 1860.

(24) O *Municipio de Belém*. Relatório do Intendente Antônio José de Lemos — 1897-1902, pág. 248.

(25) *Ob. cit.*, pág. 254.

(26) *Ob. cit.*, pág. 260.

(27) 8 de junho de 1898.

(28) *Ob. cit.*, pág. 261.

(29) *A Santa Casa da Misericórdia*, Artur Viana, pág. 249.

(30) Dom Frei Bartolomeu do Pilar, da Ordem dos Carmelitas Calçados, chegou a Belém no dia 29 de agôsto de 1724. Tomou posse a 21 de setembro do mesmo ano e faleceu a 9 de abril de 1733. Foi sepultado às 8 horas da noite dêsse mesmo dia, na igreja de São João Batista. Em fevereiro seguinte, foi procedida a exumação dos seus restos mortais, transferidos em procissão para nova sepultura na capela-mor da igreja da Sé, que era a Catedral de Belém.

(31) Códice manuscrito n.º 862, da Bibilioteca e Arquivo Público do Pará.

(32) Apontamentos tomados de Artur Viana, *A Santa Casa de Misericórdia*, págs. 245 e seguintes.

(33) Artur Viana, *ob. cit.*

(34) *Uma execução capital*, João Vitor G. Campos. «Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará». Vol. II, págs. 39 a 41.

(35) *Ob. cit.*

CAPÍTULO NONO

I — A EVOLUÇÃO DOS PARTIDOS POLITICOS. OS DE AMBITO NACIONAL.

1. O Clube Republicano. Origens do Partido Republicano do Pará.
2. Partido Republicano Democrático.
3. Clube Paraense e Partido Nacional Católico.
4. Partido Republicano Federal.
5. Partido Democrata Federal.
6. Partido Republicano Conservador. Partido de Operários Nacional.
7. Partido Liberal do Pará.
8. Clube Politico Beneficente 24 de Outubro.
9. Liga Eleitoral Católica.
10. Partido Constitucionalista do Pará.
11. Partido Trabalhista do Pará.
12. União Democrática Brasileira.
13. Partido Social Democrata do Pará.
14. Ação Integralista Brasileira.
15. Aliança Nacional Libertadora do Pará.
16. Partido Popular do Pará.
17. Partido Comunista Brasileiro.
18. Frente Única Paraense.
19. Dissolução e fechamento dos Partidos politicos.
20. Volta à atividade dos Partidos politicos.
21. União Democrática Nacional.
22. Partido Social Democrático.
23. Partido Popular Sindicalista.
24. Partido Social Trabalhista. Partido Social Progressista, Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Libertador, Partido Socialista Brasileiro, Partido Democrata Cristão.
25. Coligação Democrática Paraense.

II — REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR. NAS CÔRTES PORTUGUÊSAS. NO IMPÉRIO E NA REPÚBLICA.

1. Deputados.
2. Senadores.

III — BRASÃO D'ARMAS DA CIDADE DE BELÉM — Do Estado do Pará. Bandeira Republica.

I

A EVOLUÇÃO DOS PARTIDOS POLITICOS REGIONAIS. OS DE ÂMBITO NACIONAL

A divergência entre portuguêses e brasileiros, que viera desde as lutas armadas pela emancipação politica do Pará do jugo lusitano, mais se acentuou depois de proclamada a separação.

A hostilidade entre os nacionalistas e os reinois provocou do Visconde de Goiana, Presidente da Provincia, êstes comentários que traduzem, significativamente, os efeitos desastrados daquela incompreensão :

> «Com a minha chegada e com a do comandante das armas os partidos se acalmaram. Mas não tem cessado de todo a indisposição, que havia de parte a parte, e seguramente posso afirmar que de tôdas as províncias do império é esta talvez a única em que mais se tem retardado a fundação do sistema brasílico, o qual só com muito jeito e arte se poderá fazer prevalecer.» (1)

A luta, porém, foi prolongada. Com a abdicação do Imperador o Sr. D. Pedro I, mais acêsa se tornou.

Em conseqüência, a 11 de julho de 1831, foi fundada a *Sociedade Patriótica, Instrutiva e Filantrópica*, cuja finalidade era «*instruir nas verdades politicas e sociais, defende ras liberdades públicas e particulares e debelar o despotismo.*» (2) Os sócios fundadores dos *Filantrópicos*, como ficou sendo conhecido na Provincia o partido dos brasileiros, foram os patriotas: Gaspar de Siqueira e Queirós, José Maria de Freitas Dantas, Antônio Manoel de Sousa Trovão, João Batista Gonçalves Campos, José Pereira da Serra, Pedro Henriques Seabra, Jerônimo Roberto da Costa Pimentel, Bernardo Antônio Ferreira Ferrão, Francisco

Cândido de Carvalho e João Pedro Gonçalves. (3) Mais tarde, se juntaria a êstes outro paraense de grande projeção no cenário político, social e religioso da terra, o Padre Prudência José das Mercês Tavares.

Embora estivessem bem definidas as finalidades da agremiação, o Juiz de Paz da Campina, Luís Antônio Malato de Castro Peruvino, ficou receoso de receber e atender a comunicação. É que lhe pareciam suspeitas e perigosas as reuniões dos *Filantrópicos*, «Dominados de sentimentos hostis à ordem pública.» (4)

Enquanto isso, os portuguêses se agrupavam em tôrno de um outro Partido chamado *Caramuru*, tido como favorável à volta de D. Pedro I, ao trono do Brasil. Os homens que dirigiam a facção, lusitana tinham influência na Provincia. Eram proprietários, negociantes, militares, magistrados, constituindo, por assim dizer, o escol social da terra. À frente de todos estava o paraense Marcos Antônio Rodrigues Martins, e ao seu lado os cidadãos : Tenente-Coronel Francisco Marques d'Elvas Portugal, (5) Majores João Roberto Aires Carneiro, Antônio Ferreira Barreto e João Henriques de Matos, Coronel José de Araújo Roso, Intendente de Marinha Guilherme Cipriano Ribeiro, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, João Antônio da Silva Egues, Juiz de Paz Luís Antônio Malato e Ambrósio Henriques da Silva Pombo.

Enfrentaram-se os dois Partidos, de armas na mão, disputando a supremacia na Província. Articulando a vitória de qualquer modo. Tentando pela violência o que não fôra possível com harmonia e tolerância.

O povo costumava chamar aos *Filantrópicos* de patriotas, liberais, exaltados, anarquistas, desorganizadores; e aos *Caramurus* de ordeiros, constitucionais, moderados, lusitanos, absolutistas, restauradores e chumbeiros. (6)

Quando chegou ao Pará o Presidente da Província José Joaquim Machado de Oliveira, em 27 de fevereiro de 1832, o seu primeiro cuidado foi a pacificação dos espíritos desavindos.

Para dissipar as dúvidas que ainda pudessem ter aquêles que viam nos *Caramurús* os temidos restauradores, insensatos que tentavam desfazer a independência política do Brasil, unindo nova-

mente as duas pátrias, Machado de Oliveira proferiu um empolgante discurso, na solenidade da sua posse, esclarecendo, de modo persuasivo :

> «... paraenses, nada há mais que temer pela independência da nossa querida pátria, pelo sistema liberal geralmente abraçado e pela futura prosperidade do Brasil. Dissipai êsses receios, que na verdade bem fundados eram em face da conduta versátil e traidora do govêrno do ex-imperador, e que ora se tornam insubsistentes e desvairados à vista da atitude que tem tomado a causa da pátria depois da queda do Duque de Bragança.»

Essas palavras, acompanhadas dos atos de perdão dos implicados nas agitações passadas, principalmente do Cônego Batista Campos, que retornou à completa liberdade, desanuviaram o ambiente político da Província, embora os *Caramurus* tomassem tais palavras e atos como «proteção prestada ao Partido *Filantrópico*.» (7)

Daí a desconfiança com que passaram a olhar o Presidente Machado de Oliveira. Mas o conceito de liberdade estava arraigado no espírito público. Tanto que a 19 de março de 1833, foi fundado um novo partido político denominado *Federal*, que tinha como princípios :

> «*a*) sustentar a liberdade brasileira;
>
> *b*) propalar idéias claras e exatas a respeito do sistema federativo, mostrando suas vantagens;
>
> *c*) empregar todos os meios legais a fim de consegui-lo e consolidá-lo, fazendo sentir a necessidade de que a reforma federal parta do Poder Legislativo, única autoridade legal para decretá-la;
>
> *d*) manter a ordem e a harmonia da Província, opondo-se com tôdas as suas fôrças a tudo que puder conspirar para a anarquia.» (8)

A nova agremiação foi instalada no edifício da Câmara Municipal, sendo na mesma ocasião eleita a sua diretoria composta dos seguintes cidadãos : Presidente o Coronel José Joaquim Machado de Oliveira; Vice-Presidente o Cônego Silvestre Antunes Pereira

da Serra; Secretário o Tenente Coronel Antônio Corrêa Seara; escrutador José Tomás Nabuco de Araújo.

Estavam assim reunidos, em tôrno do novo partido político, prestigiando-o, engrandecendo-o, o Presidente da Província e o comandante das armas.

Os *Caramurus* não esconderam a sua decepção. Dispuseram-se, mesmo, a reagir contra a atitude do Coronel Machado de Oliveira, unindo-se, ostensivamente, aos *Filantrópicos*.

No dia 16 de abril de 1833, tendo o Juiz de Paz da freguesia de Santana, mandado intimidar o negociante português Joaquim Afonso Jales, caramurú exaltado, a dar explicações cabais sôbre o fato de manter em seu estabelecimento homens armados, para garantirem a posse do Desembargador Mariani, na presidência da Província, o que não era do agrado dos filantrópicos, conseguiram os reinóis pretexto para a luta armada. Houve, então a deflagração do ódio há tantos anos cultivado pelos dois grupos.

Resultou dêsse choque a morte dos negociantes portuguêses Jales e Coutinho, e de mais 70 correligionários seus, enquanto os demais fugiam da cidade, embarcando alguns para o Maranhão e outros para Portugal.

Era como tinha fim a velha rivalidade entre Caramurú e Filantrópicos.

* * *

O Partido *Liberal*, cujo aparecimento data de 1831, teve no Pará a mais simpática repercussão.

Os Filantrópicos acolheram-no jubilosamente, muito embora tivessem se dividido, de início, em alas de tendências diferentes, chamadas de *Moderada* e *Exaltada*, tal como sucedia na côrte e em outras províncias.

Aqueles que obedeciam as diretrizes do Cônego Batista Campos, estavam no segundo grupo, enquanto que os demais, inclusive os *Caramurús*, engrossavam a ala dos moderados.

A favor dêstes manifestavam-se os jornais: *Sagitário*, redigido pelo francês Luiz José Lazier; a *A Opinião* de que era redator João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha; *O Despertador*, onde pontificavam os antigos caramurús José Soares de Azevedo, Tenreiro Aranha e Marcos Antônio Rodrigues Martins. Defendendo os liberais exaltados, figuravam os seguintes órgãos: *Orfeu Paraense*, da direção do Cônego Batista Campos; *Publicador Amazoniense*, redigido pelos Cônegos Silvestre Antunes Pereira e Batista Campos; o *Paraguassu*, da responsabilidade dos redatores do *Publicador Amazoniense; Sentinela Maranhense na Gorita do Pará*, lançado pelo célebre panfletário Vicente Ferreira Lavor Papagáio, que veio para Belém com o fim de ajudar os velhos filantrópicos na sua campanha contra Lôbo de Sousa.

Todos êsses jornais circularam entre os anos de 1829 a 1834.

O Partido *Conservador surgido* em 1837, na côrte, teve logo adeptos no Pará. Dividiram os paraenses as suas preferências entre as duas grandes agremiações políticas nacionais.

O Tribuno do Povo foi o primeiro órgão em Belém a propagar as idéias da nova facção. Era redigido pelos jornalistas Joaquim Mariano de Lemos e Vitório de Figueiredo e Vasconcelos. Apareceu em 1844. A seguir surgiram mais os seguintes: *O Velho Brado do Amazonas* sob a direção de José Bernardo Santarém, José Mariano de Lemos e Dr. Antônio de Aguiar e Silva; *O Diário do Grão Pará*, inicialmente conservador e depois católico e nacionalista, sob a redação, sucessivamente, de José Joaquim Mendes Cavaleiro, Antônio José Rabelo Guimarães, Dr. José Ferreira Cantão, Antônio Gonçalves Nunes, Antônio Ricardo de Carvalho Pena, Frederico Carlos Rhossard e Cônego Mâncio Caetano Ribeiro; *A Constituição; A Provincia do Pará* e *O Comércio do Pará*. Êsses periódicos circularam entre os anos de 1844 a 1911.

Entre 1860 e 1868 foi editado em Belém o *Jornal do Amazonas* sob a responsabilidade do velho liberal Dr. Tito Franco de Almeida.

* * *

Figuravam entre os conservadores de maior destaque no Partido, quando êste venceu, em 1880, as eleições para vereadores e Juízes de Paz, os seguintes cidadãos: Miguel Lúcio de Albuquerque Melo, José do O' d'Almeida, Feliciano Bentes, José Cardoso de Melo Freire Barata, Cônego Siqueira Mendes, Coronel Francisco Xavier Pereira de Melo, José M. Rodrigues, Bartolomeu d'Abreu L. Menezes Júnior, Pedro da Costa Aguiar, Manoel Fernandes de Almeida, Dr. Augusto Tiago Pinto, Tenente-Coronel João

Diogo Clemente Malcher, Major Bernardino S. Lameira e Lourenço J. F. do Prado.

Do lado dos liberais estavam: Tito Franco de Almeida, Doutor José da Gama Malcher, Vicente Chermont de Miranda, José Cardoso da Cunha Coimbra, Almeida Viana, Francisco Leite Chermont, Maximiano Rodrigues da Silva, Padre Eutiquio Pereira da Rocha e Domingos Antonio Raiol.

1. O CLUBE REPUBLICANO — ORIGENS DO PARTIDO REPUBLICANO DO PARÁ

A primeira reunião do Clube Republicano realizou-se no dia 11 de abril de 1886, na casa de nº 16, situada no antigo arraial de Nazaré, às duas horas da tarde. Cêrca de 150 pessoas haviam atendido a convocação feita nos jornais da cidade, pelo Dr. Justo Chermont que, dêsse modo, dava os primeiros passos para a fundação de um núcleo político, onde se reunissem os adeptos do regime republicano. Por aclamação dos presentes, presidiu a reunião o Dr. Benvindo Gurgel do Amaral, secretariado pelos cidadãos Burjona de Miranda e Lauro Sodré. Expôs a finalidade do Clube o Dr. Justo Chermont. Como a nova idéia política não tivesse sido bem compreendida por inúmeras pessoas que constantemente indagavam se não havia inconveniente em pertencer ao mesmo tempo ao *Clube Republicano* e aos partidos imperiais *Liberal* e *Conservador*, e qual a atitude que os republicanos manteriam em face das agremiações constituídas, respondeu o Dr. Chermont que, a adotar o Clube tal sistema, os seus princípios estariam poluídos.

E definiu:

> «Isso seria começar pela corrupção, nós que vimos constituir um partido nôvo, assinalado pela firmeza das suas idéias.»

E passou a condenar qualquer outra atitude que não fôsse a da completa independência em relação àqueles partidos monárquicos. (9)

O Sr. Lauro Sodré foi mais conciso.

E esclareceu de modo a não permitir mais qualquer conjectura entre as finalidades da nóvel e das antigas facções políticas existentes no Império:

> «Por sua natureza e pelas idéias que se propõe defender o partido republicano é naturalmente o adversário de ambos os partidos *soi disant* constitucionais.»

Referindo-se, então, ao Partido Liberal, pergunta:

> «O que se pode esperar dêle, depois que os longos anos em que se achou na gestão dos públicos negócios, de sobejo convenceram-nos a todos de que a atmosfera do poder oblitera as faculdades fazendo esquecer os compromissos da véspera?» (10)

Prossegue o ardoroso patriota nos seus argumentos, indagando da assistência:

> «O que nos deu o Partido Liberal? Uma reforma eleitoral aristocrata e um reforma do elemento servil que é um aleijão.
>
> Quanto ao Partido Conservador, confessamos não nos pode preocupar, pois que na nossa província sobretudo tem essa nuance política um carater acentuadamente retrógrado devido a sua aliança com o clericalismo.»

E de modo categórico:

> «É por isso que o Partido Republicano condena tôda e qualquer idéia de dependência para com os partidos monárquicos em face dos quais devemos surgir como francos e leais adversários.»

Os que estavam ali reunidos, ouvindo o jovem que lhes falava com tanto entusiasmo e convicção, prorromperam em apláusos. O Partido Republicano não podia nem ficava dependente do Liberal e do Conservador. Seria absurdo outro procedimento.

Foi dêsse modo nomeada uma comissão composta dos Senhores Magno de Araújo, Justo Chermont, Manoel Barata, Barfjona de Miranda e Lauro Sodré, para confeccionar os Estatutos do Clube.

Uma semana decorrida, a 18 de abril, os republicanos tornaram a reunir-se, desta vez em casa do Dr. Manoel Barata, à Rua

Dr. Malcher nº 23, às sete e meia da noite, para a aprovação dos Estatutos e a eleição da diretoria. Entre outros estavam presentes os cidadãos: José Veríssimo, Pais de Carvalho, Justo Chermont, Henrique Santa Rosa, Lauro Sodré, Gentil Bittencourt, Antonino Emiliano de Sousa Castro, Raimundo Gurgel do Amaral, Manoel Barata, Basílio Magno de Araújo, Justo Ribeiro, Hildebrando Barjona de Miranda, José Duarte Rodrigues Bentes e José Marques Braga.

O diretório eleito ficou composto dos seguintes republicanos: Presidente, Pais de Carvalho; Vice-Presidente, Gentil Bittencourt; 1º e 2º Secretários, Justo Chermont e H. Barjona de Miranda; Tesoureiro, José Duarte Rodrigues Bentes.

Na terceira reunião efetuada a 31 de maio seguinte, na residência do Dr. Pais de Carvalho, à antiga Rua de São Vicente nº 14, decidiram os republicanos lançar um Manifesto ao povo. Êsse documento da lavra do jovem militar Lauro Sodré, mereceu os aplausos de todos os sócios do Clube. Também ficou deliberado a fundação de um jornal para propaganda dos ideais políticos. Com o fim de obter o dinheiro necessário ao empreendimento ficou deliberado o levantamento do empréstimo de dez contos de réis, divididos em duzentos coupons de cinqüenta mil réis cada um, amortizáveis por sorteios na proporção dos lucros futuros da emprêsa tipográfica que fôsse montada e que serviria de garantia do empréstimo.

Na sua quinta reunião, a 17 de junho, ficou deliberado que o Partido concorreria à eleição do cargo de Vereador da capital, sendo indicado para êsse o Dr. Gentil Bittencourt .

Essa a primeira interferência dos republicanos na vida partidária da Província, competindo com as velhas e valorosas agremiações monárquicas, no pleito que se realizaria a 1º de julho de 1886.

Sem a propaganda indispensável para merecer a atenção e simpatia dos eleitores, os republicanos perderam a disputa. Mas, conseguiram a suplência, o que já lhes dava algum relêvo no cenário político de Belém.

A 18 de dezembro de 1887, foi eleito o novo diretório do clube, com esta organização: Presidente, Manoel de Melo Cardoso Barata; Vice-presidente, José Teixeira da Mata Bacelar; 1º Secretário e Suplente, Basílio Magno de Araújo e João Marques de Carvalho; 2º Secretário e Suplente, Fileto Bezerra da Rocha Morais e Marcelino Augusto de Lima Barata; Tesoureiro e Suplente, Inácio Gonçalves Nogueira e Francisco de Paula Bolonha de Loureiro.

Nos anos seguintes de 88 a 89, a idéia republicana começou a tomar vulto na Província. Foram fundados clubes em Bragança, Vizeu e Óbidos, aquêle em 25 de novembro de 1888, e êstes a 10 e 23 de janeiro de 1889.

O terceiro diretório republicano eleito em 15 de março de 89, foi êste: Presidente, Justo Chermont; Vice-presidente, Henrique Santa Rosa; 1º e 2º Secretários, Júlio César Antunes e Filadelfo Condurú; Tesoureiro, Bartolomeu Ferreira.

Êste Diretório tomou posse a 7 de abril imediato, numa reunião concorridíssima. Para delegado permanente do clube na Côrte, foi escolhido o Dr. Tomás Delfino dos Santos.

A chegada do Conde d'Eu ao Pará, foi oportunidade para os adversários da monarquia lançarem um manifesto ao povo. Tem êsse documento a data de 19 de junho de 1889.

Eis alguns dos seus trechos :

> «... O Clube Republicano do Pará, representado pelo seu diretório, pode dizer ao Sr. Conde d'Eu que S.A. entre nós não tem um só amigo, e que esta população tamanha, se sair da sua indiferença e transpuser as raias da simples curiosidade, quando o vir passar, há de ser para fazer chegar aos seus ouvidos, o éco das suas lamentações e das suas dôres, o grito da sua imprecação, e as expressões do seu ódio, lamentação e dôres causadas pelo descalabro em que vão as coisas públicas, entregues a bandos de assalariados sem consciência e sem leis, imprecações e ódios contra uma realeza que tem sido a causa de tôdas as nossas desgraças, e que, a subsistir sob o regime do 3º reinado, há de forçosamente reduzir êste país a um montão de ruínas, a uma vasta e tristíssima necrópole, onde a figura sinistra do império passeará sôbre as pilhas dos cadáveres morais.»

E nessa linguagem prosseguia, forte, combativa, impressionante.

Viu a côrte a influência poderosa de Lauro Sodré, naquele importante documento. E tratou de castigá-lo, separando-o dos seus correligionários e amigos. Na sessão de 2 de agôsto de 1889, foi lida no Clube Republicano a seguinte carta firmada por aquêle ardoroso tribuno :

«Concidadão Presidente do Clube Republicano.

Tolhido de comparecer hoje à reunião pública do nosso partido por m'o não permitirem os muito afazeres que de momento me preocupam, rogo-lhe para levar aos nossos co-religionários as minhas despedidas e a garantia dos meus serviços, que ponho ao seu dispor na côrte, para onde sou chamado, por ordem telegráfica do Exmº Sr. Ministro da Guerra, seguindo por determinação superior, no próximo paquete de 5 do corrente.

São visíveis a todos as causas determinantes dêste ato violento e arbitrário do govêrno; podeis porém, acreditando na sinceridade e na fôrça das minhas convicções, esperar que sempre porei o máximo ardor no empenho de pelejar pela vitória dos nossos princípios e pela implantação da nossa fé, destinada a completo triunfo em próximo futuro.

Ao Sr. Dr. Justo Chermont.

Vosso amigo e co-religionário.

Lauro Sodré».

Não pôde o grande republicano assistir a mudança do regime, na sua terra natal. Mas, como vaticinava, bem próximo estava a vitória dos princípios que soubera propagar como um verdadeiro apostolo das doutrinas cívicas. No dia 16 de novembro, os republicanos paraenses recebiam das mãos do último presidente monárquico Dr. Silvino de Albuquerque, o poder público.

* * *

Muito antes da fundação do Clube Republicano, apareceu em Belém, no ano de 1872, um jornal denominado *O Futuro*, redigido por Joaquim José de Assis, que se dizia órgão das idéias republicanas.

A seguir *O Democrata*, em 1876, e a *Revolução*, em 1880, surgiram na arena jornalistica, com os mesmos princípios políticos. A *República*, órgão do Clube Republicano, apareceu em 1886, e era vendida ao preço de 40 réis, dois vintens, na época.

2. PARTIDO REPUBLICANO DEMOCRÁTICO

Com a proclamação da República e o esfacelamento dos partidos monarquistas, os republicanos ganharam a supremacia política. Porém, logo a 7 de dezembro de 1889, foi fundado na capital o *Partido Republicano Democrático*, onde se arregimentaram os antigos liberais. Era dirigido pelo seguinte diretório:

Major Joaquim de Sousa e Silva, Drs. Américo Marques Santa Rosa e Vicente Chermont de Miranda. O órgão do partido era o *Democrata*, cujo primeiro número circulou a 1º de janeiro de 1890.

Do programa da nova agremiação partidária, constavam os seguintes princípios políticos:

— Unidade nacional sob a forma republicana federativa;
— Autonomia do Estado, do Município e da Paróquia;
— Abolição de privilégios, salvo os de invenção;
— Liberdade de cultos, secularização dos cemitérios.

Em Manifesto publicado a 3 de janeiro de 1891, os conservadores declaravam que passariam a formar nas hostes dos democráticos. Êsse documento foi firmado pelos velhos correligionários do Cônego Siqueira Mendes: Barão de Igarapé Miry, Frederico Augusto da Gama e Costa, Antônio Manoel Nunes, Sérgio Lins Meira de Vasconcelos, Antônio T. Ferreira Pena, Pedro B. Aragão, Raimundo Nonato Tavares, Joaquim Rodrigues de Souza e Leonardo Dacier Lobato.

3. CLUBE PARAENSE E PARTIDO NACIONAL CATÓLICO

Fundado a 12 e instalado em 15 de agôsto de 1890, surgiu o Clube Paraense, com finalidade política. O seu primeiro diretório tinha a seguinte organização :

Presidente, Padre Dr. Máncio Caetano Ribeiro; Vice-Presidente, Major Francisco Sales; 1º e 2º Secretários, Drs. Temístocles

Figueiredo e Mariano Sousa; Diretores, Liberato Castro, Clemente Soares e Vitor Bezerra. O clube tinha como sede a residência do Dr. Inocêncio Baena, no Largo da Pólvora.

Na primeira disputa eleitoral travada em 15 de setembro de 1890, entre os dois grandes Partidos Republicano e Republicano Democrático, venceu o primeiro que elegeu tôda a representação paraense ao Congresso Nacional. No ano seguinte (21 de março de 1891), foi fundado pelo Cônego Siqueira Mendes, prestigioso chefe conservador, o *Partido Nacional Católico*.

4. PARTIDO REPUBLICANO FEDERAL

Fundado no Rio de Janeiro em 1897, já no ano seguinte estava instalada no Pará. A comissão executiva do partido dava audiência aos seus correligionários no escritório do Dr. Teotônio de Brito, à Rua Conselheiro João Alfredo nº 61.

No Partido Republicano Federal se agrupavam os dissidentes do velho e tradicional Partido Republicano, aquêle com Lauro Sodré à frente, e êste tendo como chefe o Dr. Justo Chermont.

Eram dois legítimos valores que a divergência colocava em campos opostos, apesar do idealismo político que os unia na defesa dos sagrados interêsses do regime e da Pátria.

Ambos defrontaram-se na eleição realizada no Estado, em 23 de janeiro de 1898, onde o P.R.F. apresentava o Coronel Joaquim Teodoro Bentes, e o P.R. o Sr. José Marques Braga ao cargo de Senador estadual.

No pleito eleitoral do ano seguinte, para o preenchimento dos cargos de senadores e deputados do congresso estadual, os ânimos estavam agitadíssimos. Houve, segundo o costume da época, tiroteios e assaltos às urnas, numa demonstração de ódios e de incompreensão de direitos e deveres cívicos.

5. PARTIDO DEMOCRATA FEDERAL

Fundado na mesma época do P.R.F. organizou a sua comisão executiva com êstes prestigiosos políticos :

Barão de Igarapé-Miry, Tenentes-Coronéis Frederico Augusto da Gama e Costa e Cezar Augusto de Andrade Pinheiro.

A sede do partido ficava à Rua Pais de Carvalho nos altos da tipografia do *Diário de Notícias*. Reunido o Partido Democrata Federal num congresso de delegados, presidido pelo Tenente-Coronel Frederico Costa, ficou resolvido a fusão com o Partido Republicano Federal, para colaboração conjunta na vida política do Estado. Êste acontecimento de larga repercussão na vida partidária paraense, teve lugar no dia 19 de janeiro de 1899.

6. PARTIDO REPUBLICANO CONSERVADOR

A 30 de dezembro de 1911, foi declarado em cisão o *Partido Republicano Paraense*. Fizeram essa declaração, no Rio de Janeiro, os Senadores Artur Lemos e Índio do Brasil. Imediatamente essa decisão foi comunicada à executiva do *Partido Conservador*, fundado sob os auspícios do Marechal Hermes da Fonseca, e do qual eram membros destacados os Senadores Pinheiro Machado e Quintino Bocaiuva.

Assim surgiu no Pará, em princípios de 1912, o *Partido Conservador*. O diretório regional da nova agremiação política ficou constituído dêste modo:

Presidente, Virgílio Sampaio; membros: Gama e Costa, Deputados João Chaves, Chermont de Miranda e Capitão de Fragata Delfim Guimarães, vogal do Conselho Municipal.

De início apresentou ao sufrágio do eleitorado os seguintes nomes — Para Senador: Dr. Lauro Sodré; para Deputados — Drs. Inocêncio Serzedelo Corrêa, Regério de Miranda, Antônio Bastos e João Batista de Vasconcelos Chaves.

Nesse pleito eleitoral, o Partido Conservador teve como aliado o *Partido de Operários Nacional*, segundo declaração feita por essa agremiação política no jornal *A Província do Pará*, de 9 de janeiro de 1912.

7. PARTIDO LIBERAL DO PARÁ

A revolução de 1930 trouxe grandes transformações à vida política do país. Os princípios que os revolucionários vitoriosos

defendiam, encontraram ressonância no espírito público. A perspectiva de uma reforma nos hábitos administrativos e partidários, de modo a permitir substancialmente o progresso nacional peiado pelo desequilíbrio econômico e político, então reinante, deu aos revolucionários de 1930 a oportunidade de uma mudança radical, de modo a satisfazer os interêsses públicos.

Acreditavam todos na reforma e nos reformadores.

Daí a repercussão dos partidos de âmbito nacional ou regional, moldados nas características revolucionárias com que os vencedores se apresentavam. No Pará foi assim. Resultou daí o conceito dos triunfadores de 1930, na opinião popular.

No sábado, 6 de dezembro de 1931, na residência do então Interventor Federal, o Sr. Magalhães Barata, foi fundado um partido político, denominado *Liberal do Pará*. Reunia os mais expressivos elementos revolucionários da terra, congregando-os em tôrno de um programa «moldado nos princípios que nortearam a revolução brasileira».

Inicialmente o diretório do *Liberal* contou com figuras de projeção no cenário político paraense. Estava assim constituído: Drs. José Carneiro da Gama Malcher, Dr. Abel Chermont, Rodrigo da Veiga Cabral, Mário Midósi Chermont, Alcindo Coimbra do Amaral Cacela, Padre Leandro Pinheiro, Coronel José Luís da Silva Pingarilho, Tenente Ismaelino de Castro e Professor Abelardo Leão Condurú.

O Interventor Magalhães Barata era a figura central do novo partido, que apoiava o Sr. Getúlio Vargas, e a sua política administrativa, nos primórdios do novo regime inaugurado em 1930. Teve o *Partido Liberal* ampla repercussão na vida partidária do Estado. Coeso, disciplinado, disputou e venceu pleitos memoráveis, enfrentando partidos de realce, de projeção e prestígio, na vida política paraense. Posteriormente, os correligionários do *Liberal do Pará* acompanharam a decisão do Chefe do Partido Sr. Magalhães Barata, passando a integrar as fileiras do *Partido Social Democrático*, de âmbito nacional.

8. CLUBE POLÍTICO BENEFICENTE 24 DE OUTUBO

Foi instalado no dia 24 de novembro de 1931, na sede do Clube Militar. O fim principal da novel associação era:

> «Bater-se pela realização dos ideais revolucionários em todo o Brasil e intensa propaganda para que não mais no safastemos do verdadeiro sistema federativo escolhido pelos republicanos de 89.»

A primeira diretoria foi eleita por aclamação, sendo Presidente de honra o então Major Joaquim de Magalhães Cardoso Barata e o Dr. Abel Chermont.

A diretoria estava assim composta: Presidente, José Noronha da Mota; Vice-Presidente Dr. Renato Franco; 1º e 2º Secretários, Ernestino Sousa Filho e Felinto Cavalcante; Tesoureiro, Floriano Peixoto de Morais.

Foi também eleita uma comissão municipal, com a seguinte organização: Presidente, Francisco Ildefonso de Abreu; Vice-Presidente, Dr. Carlos Aguiar; membros: Dr. Edgard Albuquerque, João Camargo, José Avelino da Silva e Manoel Castro Martins.

No período de 31 de janeiro de 1931, a 23 de outubro de 1933, foi dirigido por êste diretório executivo: Presidente, Abelardo Conduru; Vice-Presidente, Fenelon Perdigão; 1º e 2º Secretários, Ernestino Sousa Filho e Edgard Távora; Tesoureiro, Floriano Peixoto de Morais.

9. LIGA ELEITORAL CATÓLICA

Fundada no Rio de Janeiro «sob as bênçãos de S.E. o Cardeal Dom Sebastião Leme e de todo o episcopado brasileiro» foi instalada em Belém, no ano de 1933, a *Liga Eleitoral Católica*.

Justificando e difundindo as finalidades da organização, o Professor José Coutinho de Oliveira, Secretário da Junta Estadual, escrevia no diário *O Estado do Pará* de 31 de janeiro de 1933 os seguintes comentários :

> «Estamos do lado dos partidos verdadeiramente nacionais, prontos a sufragar os nomes mais dignos.

E a nossa sinceridade se patenteia no desprendimento com que iremos até às urnas, sem candidatos nossos, para votar nos que se nos impuserem pela sua idoneidade e capacidade.

Os bons políticos, portanto, os partidos respeitáveis contarão conosco no desempenho da sua atividade patriótica e benemérita.

Se para os políticos, porém, temos apenas reservas, para os inimigos da igreja temos aprestadas as nossas melhores armas.»

A *Liga* promovia conferências elucidativas para a boa missão do voto e escolha salutar dos candidatos, instalando Juntas nas paróquias para maior e melhor difusão do seu programa. E dêsse modo elucidar o eleitorado dentro dos pontos que defendia com tanto ardor e carinho patrióticos.

10. PARTIDO CONSTITUCIONALISTA DO PARÁ

Tinha como Presidente o Dr. Renato Franco. Requereu sua inscrição ao Tribunal Regional do Estado no ano de 1933.

11. PARTIDO TRABALHISTA DO PARÁ

Foi registrado na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral em 24 de fevereiro de 1934. O seu diretório era composto dos seguintes membros: Presidente, Floriano Silva; Vice-Presidente, Raimundo Canuto dos Reis; 1º e 2º Secretários, José Mariano dos Santos e Manoel Afonso Júnior; Tesoureiro, Raimundo Teixeira Barbosa.

12. UNIÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA

Partido de âmbito nacional, fundado em 11 de junho de 1937, no Rio de Janeiro, teve uma seção no Pará, funcionando à Travessa Padre Eutíquio nº 104, 1º andar.

13. PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA DO PARÁ

Fundado a 22 de junho de 1937, sob a presidência do deputado classista Martins e Silva.

14. AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA

De âmbito nacional. Apesar de instalada no Pará, não disputou as eleições de 1934. Esteve sediada, inicialmente, no Edifício *Vesúvio*, transferindo-se depois para a Avenida Assis de Vasconcelos nº 165.

15. ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA DO PARÁ

Foi organizado um comitê em Belém, no dia 11 de abril de 1935, composto de estudantes, médicos, bacharéis, marítimos e operários. A sua sede, de início esteve situada à Rua Municipalidade nº 104. O delegado especial da *Aliança*, no Pará, era o Sr. Celso Luís de Azevedo Marques.

16. PARTIDO POPULAR DO PARÁ

Fundado em 15 de junho de 1935, estando a Comissão executiva provisória assim constituída: Drs. Agostinho Monteiro, Samuel Mac Dowell, Sousa Castro, Camilo Salgado, Sr. Custódio de Araújo Costa e Senador Abelardo Condurú, substituído nos seus impedimentos pelo Dr. Alcindo Cacela.

17. PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

Com uma seção no Pará, concorreu às eleições de 1945. Conseguiu eleger um representante na Assembléia Legislativa do Estado.

18. FRENTE ÚNICA PARAENSE

Constituída por elementos da oposição ao govêrno, foi organizada em 1934, com o seguinte diretório: Presidente, Dr. Lauro Sodré; Vice-Presidente, General Frutuoso Mendes; 1º e 2º Secretários, Drs. Cezar Coutinho e Renato Franco; Diretor de Pro-

paganda pela imprensa, Dr. Osvaldo Orico. Disputou as eleições federais e estaduais conseguindo eleger representantes.

19. DISSOLUÇÃO E FECHAMENTO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

A 3 de dezembro de 1937, o govêrno da República determinou a dissolução e fechamento de todos os partidos políticos e da Ação Integralista Brasileira. Dando cumprimento ao contido no decreto presidencial, foram fechadas em Belém, no sábado 4 de dezembro, daquele ano, as sedes dos seguintes partidos: Frente Única Paraense, União Popular do Pará, Liberal do Pará e Ação Integralista Brasileira.

20. VOLTA À ATIVIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS

No dia 22 de fevereiro de 1945, o diretor do D.I.P. distribuía a seguinte nota à imprensa, fornecida pela Secretaria da Presidência da República:

> «Os Ministros de Estado compareceram, hoje, incorporados, ao Palácio Rio Negro, em Petrópolis, a fim de entregar ao Presidente da República o estudo que por determinação de Sua Excelência, levaram a efeito sôbre o processo conveniente do funcionamento do sistema dos órgãos representativos e bem assim as modificações que a experiência aconselha sejam introduzidas nos dispositivos da Constituição. Tomando conhecimento dêsse trabalho, que está consubstanciado numa exposição de motivos coletiva e na qual são examinados os principais aspectos do problema, o Chefe da Nação considerou, em dupla troca de idéias com o seu gabinete, os pontos que deverão constituir o objeto de Lei da Reforma Constitucional a ser expedida, visando atender às sugestões do relatório ministerial e concretizar os propósitos manifestados por Sua Excelência sôbre as alterações julgadas necessárias.»

Enquanto os atos que regulavam as eleições eram debatidos, os partidos políticos reestruturavam-se, organizando o eleitorado,

agrupando-o, disciplinando-o em tôrno dos seus programas, lançando no ar os nomes dos seus candidatos aos cargos eletivos.

Apareceram, dêsse modo, os partidos de âmbito nacional.

21. UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (U.D.N.)

Constituída no Rio de Janeiro a 11 de abril de 1945, sendo os seus Estatutos publicados no «Correio da Manhã» do dia seguinte. Apoiava a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República. A seção estadual da U.D.N. foi instalada no dia 20 de junho do mesmo ano, sob a presidência do Dr. Agostinho Monteiro.

22. PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (P.S.D.)

Fundado, igualmente, em 1945, apoiava a candidatura do General Eurico Gaspar Dutra à presidência da República. Foi instalado no Pará, a 1º de maio de igual ano, sob a presidência do Interventor Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. A 14 de junho seguinte surgiu uma ala dissidente do mesmo Partido, presidida pelo Dr. José Malcher. Essa ala apoiava, igualmente, a candidatura do General Dutra, embora fizesse oposição política ao Interventor Barata. A ala dissidente, em reunião efetuada a 6 de setembro de 1945, resolveu adotar o programa do *Partido Social Republicano*, que acabava de ser fundado na capital da República.

23. PARTIDO POPULAR SINDICALISTA (P.P.S.)

Agregava no seu seio entre outros políticos os Senhores José Malcher, Deodoro de Mendonça, Abelardo Conduru, Virgínio Santa Rosa e Hamilton Ferreira de Sousa. Embora o presidente do P.P.S. em São Paulo, Dr. Marrey Júnior, tivesse deliberado não ter o Partido candidato à presidência da República, os seus correligionários paraenses, responsáveis pela seção do Pará, resolveram adotar a candidatura do General Eurico Dutra.

Os demais Partidos de âmbito nacional que estabeleceram seções no Pará, foram os seguintes :

24. PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA, PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA, PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, PARTIDO LIBERTADOR, PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO, PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO

25. COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA PARAENSE

Conjunto partidário das seguintes agremiações políticas:

Partido Social Trabalhista, Partido Social Progressista, União Democrática Nacional.

II

REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR. NAS CÔRTES PORTUGUÊSAS. NO IMPÉRIO E NA REPÚBLICA

1. DEPUTADOS

Por determinação de D. João VI, e em cumprimento ao Decreto de 7 de março de 1821, foram realizadas no Pará as eleições para deputados às côrtes constituintes de Lisboa.

O processo então adotado para o pleito era o recomendado pela constituição espanhola, esclarece AFONSO DE E. TAUNAY, (11) cabendo ao *povo em massa* nomear *compromissários* «que por seu turno escolhiam imediatamente os eleitores da paróquia».

E prossegue, citando agora TAVARES DE LYRA:

> «Designavam êstes (os eleitores da paróquia) os eleitores de comarca que, dentro de curto prazo concorriam à capital da provincia para ali eleger os deputados. O numero de eleitores da comarca era o triplo do de deputados a eleger; o de eleitores de paróquia de um por duzentos fogos; o de compromissários, de 11 para um eleitor paroquial, de 21 para dois e de 31 de três para cima.»

Dêsse modo foram eleitos os três deputados paraenses às Côrtes de Lisboa, para o período de 1821 a 1822: Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, Dom Romualdo de Sousa Coelho e Francisco de Sousa Moreira.

Na Assembléia Constituinte, reunida em sessão preparatória a 17 de abril, em ordinária a 3 de maio e dissolvida a 12 de novembro de 1823, no Rio de Janeiro, o Pará não esteve representado.

Desde 1826, data da primeira legislatura da Assembléia Geral Legislativa do Império, aos dias atuais, foram êstes os Deputados que representaram o Pará. (12)

Primeira Legislatura — 1826-1829.

Coronel José Tomás Nabuco de Araújo.
Dom Romualdo Antônio Seixas.
Bacharel João Cândido de Deus e Silva, 2º suplente Francisco de Sousa Moreira e Pedro Rodrigues Henriques.

Segunda Legislatura — 1830-1833.

Bacharel Manoel José de Araújo Franco.
Bacharel João Cândido de Deus e Silva.
Bacharel João Fernandes de Vasconcelos.

Terceira Legislatura — 1834-1837.

Tenente Coronel Antônio Corrêa Seara.
Magistrado Visconde de Goaiana.
Coronel José Tomás Nabuco de Araújo.

Quarta Legislatura — 1838-1841.

Arcebispo D. Romualdo Antônio de Seixas, substituído em 1839 pelo Brigadeiro Francisco J. S. de Andréa, e em 1840 por João Candido de Sousa e Silva.

Bacharel Ângelo Custódio Corrêa, substituído em 1840, por F.J.S. de Andréa.

Bacharel Bernardo de Sousa Franco, substituído nas sessões de 1839-1841, por João Cândido de Deus e Silva.

Câmara dissolvida por decreto de 1º de maio de 1842.

Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente.

Quinta Legislatura — 1843-1844.

Magistrado Rodrigo de Sousa da Silva Fontes, substituído em 1843 por Ângelo Custódio Corrêa.

Bacharel Bernardo de Sousa Franco (Visconde de Sousa Franco).

Brigadeiro Francisco Sérgio de Oliveira.

Sexta Legislatura — 1845-1847.

Marcos Antônio Brício (Barão de Jaguarary).
Magistrado Manoel Paranhos da Silva.
Bacharel Bernardo de Sousa Franco.

Sétima Legislatura — 1848.

Herculano Ferreira Pena.
Bernardo de Sousa Franco.
João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha.

Oitava Legislatura — 1850-1852.

Bacharel João Lourenço Paes de Sousa, substituído pelo Bacharel Joaquim Pimenta de Magalhães.

João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, substituído em 1852 pelo Bacharel Ambrósio Leitão da Cunha .

Bernardo de Sousa Franco.

Nona Legislatura — 1853-1856.

Bacharel José Joaquim Pimenta de Magalhães, substituído em 1855 pelo Visconde de Sousa, e êste pelo Major Marcos Pereira de Sales.

Angelo Custodio Corrêa, substituído em 1865 por Ambrósio Leitão da Cunha.

Décima Legislatura — 1857-1860.

Bacharel Tito Franco de Almeida.
Bacharel João Lourenço Paes de Sousa, suplente.
Bacharel João Augusto Corrêa de Aguiar.
Médico Marcos Pereira de Sales, suplente.
Bacharel Fausto Augusto de Aguiar .
Coronel Miguel Antônio Pinto Guimarães, suplente.

Undécima Legislatura — 1861-1864.

Ambrósio Leitão da Cunha.
Fausto Augusto de Aguiar.
Padre Manoel José de Siqueira Mendes.

Duodécima Legislatura — 1864-1866.

Ambrósio Leitão da Cunha.
Bacharel Domingos Antônio Raiol .
Tito Franco de Almeida.

Décima Terceira Legislatura — 1867-1870.

Bacharel Antônio Francisco Pinheiro.
Ambrósio Leitão da Cunha (Barão de Mamoré).
Bacharel José Coelho da Gama e Abreu (Barão de Marajó).

Décima Quarta Legislatura — 1868-1872.

Antônio Francisco Pinheiro.
Fausto Augusto de Aguiar.
Manoel José de Siqueira Mendes.

Décima Quinta Legislatura — 1872-1875.

Médico Antônio Joaquim Gomes do Amaral.
Fausto Augusto de Aguiar.
Manoel José de Siqueira Mendes.

Décima Sexta Legislatura — 1878.

Antônio Joaquim Gomes do Amaral.
Manoel José de Siqueira Mendes.

Décima Sétima Legislatura — 1878-1881.

Médico Américo Marques Santa Rosa.
Magistrado José de Araújo Roso Danin.
Tito Franco de Almeida.

Décima Oitava Legislatura — 1881-1884.

Médico José Ferreira Cantão.
Engenheiro Guilherme Francisco da Cruz.
Bacharel Samuel Wallace Mac-Dowell.

Décima Nona Legislatura — 1885.

José Ferreira Cantão.
Bacharel Antônio Bezerra da Rocha Morais.
Guilherme Francisco da Cruz.

Bacharel Demétrio Bezerra da Rocha Morais.
Médico José Maria Leitão da Cunha.
Samuel Wallace Mac-Dowell.

Por fôrça do Decreto nº 9.283 de 27 de setembro de 1884, passou o Pará a ser representado por seis deputados, que correspondiam aos seis distritos eleitorais, então criados, naquele mesmo ano.

Vigésima Legislatura — 1886-1889.

José Ferreira Cantão.
Manoel José de Siqueira Mendes.
Guilherme Francisco Cruz.
Padre José Lourenço da Costa Aguiar.
José Maria Leitão da Cunha.
Samuel Wallace Mac-Dowell.

Eleição Direta — Preenchimento das vagas durante a legislatura.

Padre Mâncio Caetano Ribeiro.

Vigésima Primeira Legislatura — Dissolvida a 15 de novembro de 1889.

Tito Franco de Almeida.
Felipe José de Lima.
Manoel de Morais Bitencourt.
Domingos Antônio Raiol.
Teotônio Raimundo de Brito.
Geraldo de Sousa Pais de Andrade.

Regime Republicano

A representação do Pará passou a ser constituída de sete deputados.

1890-1893

1. Dr. Lauro Sodré — Eleito Governador do Estado em 23 de junho de 1891.
   Dr. Carlos Augusto Valente de Moraes — Substituiu o Dr. Lauro Sodré.

2. Dr. Inocêncio Serzedelo Corrêa — Nomeado Ministro da Fazenda do Govêrno Floriano Peixoto.
   Dr. Diogo Holanda de Lima — Substituiu o Dr. Serzedelo Corrêa.
3. Capitão-Tenente Artur Índio do Brasil.
4. Dr. Pedro Leite Chermont.
5. Dr. Raimundo Nina Ribeiro.
6. Dr. José Ferreira Cantão — Faleceu em 16 de maio de 1893.
   Dr. Augusto Montenegro — Substituiu o Dr. F. Cantão.
7. Dr. José Teixeira da Mata Bacelar.

1894-1897

1. Dr. José Teixeira da Mata Bacelar.
2. Dr. Justo Leite Chermont — Eleito Senador em 20 de agôsto de 1894.
   Dr. Teotônio Raimundo de Brito — Substituiu o Dr. Justo Chermont.
3. Dr. Eneas Martins.
4. Dr. Carlos Augusto Valente de Morais.
5. Dr. Jaime Pombo Brício Filho.
6. Dr. Augusto Montenegro.
7. Dr. Diogo Holanda de Lima.

1898-1901

1. Dr. Artur de Sousa Lemos.
2. Dr. Augusto Montenegro.
3. Dr. Pedro Leite Chermont.
4. Dr. Carlos Augusto Valente de Moraes.
5. Capitão-Tenente Artur Índio do Brasil.
6. Dr. Antônio Felinto de Sousa Bastos.
7. Dr. Eneas Martins.

1902-1905

1. Dr. Artur de Sousa Lemos.
2. Dr. Augusto Montenegro — Eleito Governador do Estado e empossado em 1º de fevereiro de 1901.
   Dr. João Mosannah d'Oliveira — Substituiu o Dr. A. Montenegro.

3. Dr. Pedro Leite Chermont.
4. Dr. Carlos Augusto Valente de Novais.
5. Capitão-Tenente Artur Índio do Brasil.
6. Dr. Antônio Felinto de Sousa Bastos.
7. Dr. Inocêncio Serzedelo Corrêa.

1905-1908

1. Dr. Artur de Sousa Lemos.
2. Dr. João Hosannah d'Oliveira.
3. Dr. Antônio Felinto de Sousa Bastos.
4. Dr. Rogério Corrêa de Miranda.
5. Dr. Antônio Passos de Miranda Filho.
6. Dr. Justiniano de Serpa.
7. Dr. Dioclécio Miranda de Campos.

1909-1912

1. Dr. Geminiano de Lira Castro.
2. Dr. João Hosannah d'Oliveira.
3. Dr. Justiniano de Serpa.
4. Dr. Antônio Felinto de Sousa Bastos .
5. Dr. Antônio Passos de Miranda Filho.
6. Dr. Rogério Corrêa de Miranda.
7. Dr. Dioclécio Miranda de Campos.

1912-1915

1. Dr. Antônio Felinto de Sousa Bastos.
2. Dr. Rogério Corrêa de Miranda.
3. Dr. Inocêncio Serzedelo Corrêa.
4. Dr. João Chaves.
5. Dr. Firmo Braga.
6. Dr. Teotônio Raimundo de Brito.
7. Dr. João Hosannah d'Oliveira.

1915-1918

1. Dr. Justiniano de Serpa.
2. Dr. Teotônio Raimundo de Brito.
3. Dr. João H. d'Oliveira.
4. Dr. Antônio Passos de Miranda Filho.
5. Dr. Heitor Castelo Branco.

6. Dr. Barbosa Rodrigues.
7. Dr. Bento José de Miranda.

1918-1921

1. Dr. Herculano Marcos Inglês de Sousa.
2. Dr. Antonino Emiliano de Sousa Castro.
3. Dr. Dionísio Ausier Bentes.
4. Dr. Abel Abreu Chermont.
5. Dr. Bento José de Miranda.
6. Dr. Justiniano de Serpa — Eleito Governador do Ceará.
   Dr. Pedro G. Chermont de Miranda — Substituiu o Dr. J. de Serpa.
7. Dr. Geminiano de Lira Castro.

1921-1924

1. Dr. Dionísio Ausier Bentes.
2. Dr. Bento José de Miranda.
3. Dr. Antônio do Prado Lopes Pereira.
4. Dr. Geminiano de Lira Castro.
5. Dr. Camilo Henrique Salgado.
6. Dr. Eurico de Freitas Vale.
7. Dr. Artur de Sousa Lemos.

1924-1927

1. Professor João Paulo de Albuquerque Maranhão.
2. Dr. Bento José de Miranda.
3. Dr. Antônio do Prado Lopes Pereira.
4. Dr. Geminiano de Lira Castro.
5. Dr. Eurico de Freitas Vale.
6. Dr. Artur de Sousa Lemos.
7. Coronel Pedro G. Chermont de Miranda.

1927-1930

1. Dr. Antônio Prado Lopes Pereira.
2. Dr. Bento José de Miranda.
3. Professor João Paulo de Albuquerque Maranhão.
4. Dr. Artur de Sousa Lemos.
5. Dr. Antônio Alves de Sousa.
6. Dr. Aarão Reis.
7. Coronel Pedro G. Chermont de Miranda.

1930-1933

1. Dr. Antônio Prado Lopes Pereira.
2. Dr. Aarão Reis.
3. Dr. Artur de Sousa Lemos.
4. Dr. Antônio Augusto Alves de Sousa.
5. Dr. Deodoro Machado de Mendonça.
6. Professor João Paulo de Albuquerque Maranhão.
7. Coronel Pedro G. Chermont de Miranda.

A 3 de outubro de 1930 foi dissolvido o Congresso Nacional, conseqüência da revolução vitoriosa naquêle ano.

Assembléia Nacional Constituinte — Deputados eleitos em 3 de maio de 1933:

1. Dr. Abel Abreu Chermont.
2. Padre Leandro do Nascimento Pinheiro.
3. Dr. Mário Midósi Chermont.
4. Clementino de Almeida Lisbôa.
5. Tenente Luís Geolás de Moura Carvalho.
6. Rodrigo da Veiga Cabral.
7. Dr. Joaquim Pimenta de Magalhães.

Martins e Silva, deputado classista.

A Assembléia Nacional Constituinte foi transformada em *Câmara dos Deputados*, em 21 de julho de 1934, depois de promulgada a Constituição brasileira, a 16 do mesmo mês. As eleições foram realizadas em 14 de outubro seguinte.

1934

1. Dr. Mário Midósi Chermont.
2. Dr. Acilino de Leão Rodrigues .
3. Dr. Gênaro Ponte e Sousa.
4. Abguar Bastos.
5. Fenelon Guilherme Perdigão.
6. José Luís da Silva Pingarilho.
7. Dr. Clementino de Almeida Lisboa.
8. Dr. Deodoro Machado de Mendonça.
9. Dr. Agostinho Menezes Monteiro.

A 10 de novembro de 1937, foi dissolvido o Congresso e promulgada nova Constituição. Porém, sòmente em 1945, realizaram-se as eleições para Senadores e Deputados, retornando o país à sua forma democrática e representativa. Nas eleições de 2 de dezembro daquele ano, onde concorreram o Partido Social Democrático, Partido Popular Socialista, União Democrática Nacional, Partido de Representação Popular e Partido Comunista Brasileiro, foram eleitos para a Câmara dos Deputados, para o período legislativo de 1946-1951 :

1. Coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata — Eleito Senador foi substituído pelo suplente.

   Capitão Luís Geolás de Moura Carvalho — Substituiu o Senador Magalhães Barata.

2. Aníbal Duarte de Oliveira.

   Dr. José da Rocha Ribas — Substituiu o Capitão Moura Carvalho, eleito Governador do Estado.

3. João Guilherme Lameira Bitencourt.
4. Carlos Pereira Nogueira.
5. Nelson da Silva Parijós.
6. José João da Costa Botelho.
7. Agostinho de Menezes Monteiro.
8. Epílogo Gonçalves de Campos.
9. Deodoro Machado de Mendonça.

1951-1955 — Eleições realizadas em 3 de outubro de 1950.

1. Epílogo Gonçalves de Campos.
2. João Guilherme Lameira Bitencourt.
3. Armando Corrêa.
4. Deodoro de Mendonça.
5. Virginio Santa Rosa.
6. Augusto Meira.
7. Nelson da Silva Parijós.
8. Osvaldo Orico.
9. João Paulo de Albuquerque Maranhão.

1955-1959 — Eleições procedidas em 3 de outubro de 1954 e suplementares a 31 de janeiro de 1955.

1. João Guilherme Lameira Bitencourt.
2. Lopo Alvarez de Castro.
3. Deodoro Machado de Mendonça.
4. Nelson da Silva Parijós.
5. Armando de Sousa Corrêa.
6. João de Paiva Menezes.
7. Virgínio Marques Santa Rosa.
8. Lobão da Silveira — Licenciado foi substituído pelo suplente.

   Antônio Teixeira Gueiros — Substituiu o Dr. Lobão da Silveira.
9. Gabriel Hermes Filho.

2. SENADORES

Nos têrmos da Constituição política do Império do Brasil, promulgada a 25 de março de 1824, o poder legislativo «compunha-se de duas Câmaras: a dos Deputados de mandato temporário, e a dos Senadores de mandato vitalício».

Os Senadores eram escolhidos nas eleições provinciais e nomeados pelo Imperador. Elucida o douto Afonso de Taunay, (13) as condições exigidas para um candidato à senatória. Era necessário:

a) ser cidadão brasileiro;

b) estar em pleno gôzo dos seus direitos políticos;

c) ter mais de 40 anos, possuir saber, capacidade e virtudes, preferindo-se aquêles que tivessem prestado serviços à Pátria.

Além dessas exigências, cabia ao futuro senador demonstrar que dispunha de «rendimentos anuais decorrentes de bens, indústria, comércio ou emprêgo num mínimo de *oitocentos mil réis*».

Os senadores, segundo estabelecia a Constituição de 1824, percebiam o subsídio de 3:600$000 réis.

A circunstância de ser vitalício o Senador do Império, emprestava singular prestígio ao escolhido para tão elevada como invejada função.

Escreve o Visconde de Taunay, (14) que «ser Senador do Império constituia o supremo anelo dos homens do antigo regime.

e com razão, porquanto a vitaliciedade daquela alucinante posição oferecia a máxima garantia a todos os azares e vai-vens da existência política, de que era o coroamento e última recompensa.» (15)

Os representantes do Pará, no Senado do Império e da República, têm sido êstes:

1826-1840

Barão de Itapoã (José Joaquim Nabuco de Araújo), nomeado em 1826 e falecido em 1840.

1842-1854

José Clemente Pereira, Conselheiro de Estado e Presidente do Tribunal do Comércio. Nomeado em 1842 e falecido em 1854.

1855-1875

Visconde de Sousa Franco (Bernardo de Sousa Franco). Conselheiro e magistrado aposentado. Nomeado em 1855 e falecido em 1875.

1877-1889

Fausto Augusto de Aguiar, funcionário público aposentado. Nomeado em 1877 e falecido em 1890.

1883-1889

Antônio Joaquim Gomes do Amaral, médico. Nomeado em 1883 e falecido em 1897.

1886-1889

Manoel José de Siqueira Mendes, eclesiástico. Nomeado em 1886, falecido em 1902.

Composição do Senado a 15 de novembro de 1889.

1877-1889 — Fausto Augusto de Aguiar, empregado público aposentado.

1883-1889 — Antônio Joaquim Gomes do Amaral, médico.
1886-1889 — Manoel José de Siqueira Mendes, ecleciástico.
1886-1889 — Manoel José de Siqueira Mendes, eclesiástico.

Senadores da República

1890-1892-1903

Dr. José Pais de Carvalho — Renunciou em 1892. Eleito em 18 de fevereiro de 1903.

1890-1897-1903

Dr. Manoel de Melo Cardoso Barata — Reeleito em 1897 e 1903.

1890

Major Nicolau Antônio Monteiro Baena.

1892-1894

Dr. Raimundo Nina Ribeiro — Falecido em 4 de abril de 1894.

1894-1901-1909-1918-1921

Dr. Justo Leite Chermont — Eleito em 20 de agôsto de 1894. Reeleito em 1901-1909, 1918-1921.

1898-1912-1930

Dr. Lauro Sodré — Eleito em 1908, em 31 de janeiro de 1912 e 1 de março de 1930, em substituição ao Dr. Eurico Vale, eleito Governador do Pará.

1906-1915

Artur Indio do Brasil — Eleito em 30 de janeiro de 1906 e em 30 de janeiro de 1915.

1909

Dr. Artur Lemos — Eleito em 30 de janeiro de 1909.

1918-1921

Dr. Firmo José da Costa Braga — Eleito em 1 de março de 1918, falecido em 5 de janeiro de 1921.

1921

Dr. Cipriano José dos Santos — Eleito em 20 de fevereiro de 1921 para renovação do têrço.

1924-1925

Dr. Dionísio Ausier Bentes — Eleito em 17 de fevereiro de 1924.

Eleito Governador do Estado, em 1925.

1925

Dr. Antonino Emiliano de Sousa Castro — Eleito em 1 de maio de 1925

1925-1927

Dr. Eurico de Freitas Vale — Eleito em 1925 e reeleito em 24 de fevereiro de 1927.

A 24 de outubro de 1930, foi dissolvido o Congresso Nacional.

Pela Assembléia Constituinte estadual reunida no domingo 28 de abril de 1935, foram eleitos Senadores da República:

Dr. Abel Abreu Chermont — Por duas legislaturas.

Professor Abelardo Leão Condurú — Por uma legislatura.

Dissolvido o Congresso Nacional a 10 de novembro de 1937, só em 1945 foram procedidas eleições para Senadores.

Na 113ª sessão extraordinária do Tribunal Regional Eleitoral, realizada no dia 15 de janeiro de 1946, foram proclamados eleitos Senadores pelo Estado do Pará os seguintes cidadãos filiados ao Partido Social Democrático:

Coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata — Eleito em 2 de dezembro de 1945.

Álvaro Adolfo da Silveira — Eleito em 2 de dezembro de 1945.

1947

Dr. José Augusto Meira Dantas — Eleito a 19 de janeiro de 1947, 3.º Senador. Nesse mesmo pleito eleitoral foram eleitos os três suplentes: Drs. Sinval Coutinho, Luís Acilino de Leão e Eduardo Azevedo Ribeiro.

1950

Dr. João Prisco dos Santos — Eleito em 2 de outubro de 1950. Substituiu o Dr. José A. Meira Dantas.

1954

General Joaquim de Magalhães Cardoso Barata — Eleito em 3 de outubro de 1954.

Dr. Álvaro Adolfo da Silveira — Eleito em 3 de outubro de 1954. Os suplentes Drs. Acrísio Fúlvio de Miranda Corrêa e Waldir Bouhid, substituíram eventualmente os senadores Magalhães Barata e Álvaro Adolfo, nos seus impedimentos temporários.

1956 — Atuais Senadores

General Joaquim de Magalhães Cardoso Barata (P.S.D.).
Dr. Álvaro Adolfo da Silveira (P.S.D.).
Dr. João Prisco dos Santos (U.D.N.).

III

BRAZÃO D'ARMAS DA CIDADE DE BELÉM

As cidades americanas, como bem escreveu um estudioso de heráldica, o Dr. Fernando L. Vieira Ferreira, não tiveram a presidir-lhes a fundação as características que traduzem «o amor ao núcleo urbano que se formava apenas como a célula de mais vasto organismo».

Quer isto dizer que aos colonos não preocupava o sentimento político e artístico, que no conceito do heraldista «supõe a feitura de um brasão». Nesse ponto, Belém avantajou-se às demais capitanias brasileiras. As suas armas são as mais antigas. E nenhuma outra cidade foi mais feliz no conjunto das figuras e legendas que formam o escudo belemita. Data de 1625, a criação dessa armaria.

Bento Maciel Parente, 7º capitão-mor do Pará, com provimento de D. Luis de Sousa, foi quem organizou o escudo, sob a assistência e conselhos de Pedro Teixeira, Aires de Sousa Chichorro e Francisco Baião de Abreu. (16)

Porém, só em 1825 foi que o Barão de Bagé, Paulo José da Silva Gama, visitando a biblioteca de um colecionador de raridades, o Sr. Antão Siqueira de Vilhena, residente em Braga, (17) teve em mãos um antigo e preciosíssimo opúsculo de Frei Cristóvão de Lisboa, intitulado *Razões das Cousas do Estado do Maranhão*, onde vinha descrito o escudo d'armas do município de Belém. O barão, que foi Presidente da Província do Pará, de abril de 1827 a julho de 1830, trouxe os planos para a reprodução do brasão municipal, mais tarde transportado para a tela pelo exímio artista Maurice Blaise, que foi professor da Escola Normal do Pará. Êsse quadro, que pertence à pinacoteca municipal, está atualmente no solar do Barão de Guajará, que a Prefeitura de

Belém adquiriu dos seus herdeiros, para transformá-lo num Museu Histórico. Por muito tempo a tradução dêsse escudo d'armas pareceu um enigma a desafiar a argúcia dos heraldistas.

Em uma publicação oficial (18) feita pela comuna belemense, ao tempo da administração do Intendente Antônio Lemos, há o seguinte trecho:

> «Atravessando quase três séculos, passando por sucessivas épocas de organização e de desordem, ileso no largo período republicano, o brasão de armas adotado nos primeiros tempos coloniais pelo Senado Municipal foi mantido por todos os governos até hoje.
>
> Com a evolução do Estado e na fase atual, o escudo é mais uma relíquia do passado que um brasão de armas.
>
> Os desenhos e pinturas de reprodução em reprodução conservam até o presente a peça primitiva, com todos os respectivos emblemas, mas a tradição não a descreve nem explica os pensamentos que presidiram a sua feitura.
>
> Dêste modo o arcaico escudo é também *um enigma que se oferece ao historiador e ao arqueólogo*.
>
> Compõe-se o brasão de armas em um grande escudo esquartelado tendo na parte superior dois braços simètricamente dispostos, um custentando um cesto com frutas; nesta parte há duas inscrições latinas:
>
> *Vereat Aeternum*, por baixo da cesta com flores; *Tutius Latent*, em igual posição, com referência ao cesto com frutas.
>
> A parte superior esquerda ostenta em fundo de prata um sol retrógrado com a inscrição: *Rectior cum Retrogradus*.
>
> Na linha inferior, à direita, há um Castelo de prata em campo azul, cingido à roda das ameias por um colar de pedrarias, do qual pende um escudo de ouro com as quinas portuguêsas; à esquerda, em verdejante campina, um boi e uma mula miram o sol retrógrado. Por cima dêstes animais lê-se: *Nequaquam Minima Est.*»

A afirmativa de que o escudo d'armas era um enigma que se oferecia aos especialistas, despertou no Dr. Fernando Vieira o interêsse de decifrá-lo. Chegou êsse estudioso heraldista às seguintes conclusões, depois de afirmar que as misteriosas alegorias e legendas se referiam «ao clima, produções, posição astronômica e nome da cidade.»

«*Ver est Aeternum*, é uma eterna primavera.

Não pode ser *Ver Eat*, como quer a notícia do Album, mas *Ver Est*, separando as palavras errôneamente ligadas e substituindo por *S* o *A* de *Eat*. *Ver Eat Aeternum, caminhe* a primavera eterna, seria um voto descabido, quando se trata de um fato certo como a continuidade da primavera naquelas paragens.

Tutius Latent, sob os dois braços, sustento flores e frutas, no quartel superior da destra. Quer dizer que a cidade está em terras extremamente férteis e que por isso mesmo se ocultam, com mais segurança, *Tutius Latent*, na sua exuberante flora sempre florescente e frutífera. Uma terra, quanto mais fértil mais se embuça na sua vegetação, ao passo que os desertos e descalvados estéreis se mostram inteiramente despidos.

É a razão de não se verem os corpos em que se entroneam os braços, que oferecem frutas e flôres.

Rectior cum Retrogradus, em relação ao sol. Dá a latitude da cidade que está quase no Equador. Por isso é que o sol lhe dardeja os raios mais a prumo. *Rectior*, quando regressa dos trópicos, *Cum Retrogradus*. Não se trata aqui do atraso diário do sol em relação às estrêlas, de cêrca de quatro minutos, que aparenta um movimento de ocidente para oriente, mas de sua volta dos trópicos no tempo que medeia entre solstício e equinóxio.

Nequaquam Minima Est, por cima do boi e do asno, que se vêem no quartel inferior da destra. Dá o nome de Belém, como diz a notícia do Album, ainda que hesitando, quando admite a possibilidade de referir-se à indústria pastoril do Estado. Mas essa indústria só começou no Pará em 1702.

Não há melhor alegoria ao nome da cidade que as que se referem à sua homônima da Judéia.

Ora, nas representações do menino Jusus na mangedoura de Belém figuram ordinàriamente o boi e o asno de que não se trata nos Evangelhos, mas cuja presença como integração da Natividade é crença tradicional, que se apoia nas palavras do profeta Isaias: *Cognovit Bos Possessorem Suum Et Asnus Praesep Domini Sui*. O boi conheceu o seu possuidor e o asno o estábulo de seu senhor.

Santo Agostinho referiu também à Natividade a seguinte passagem de Habacue: *Domine, Consideravi Opera Tua Et Expavi*. Senhor, considerei as tuas obras e fiquei aterrado. *In Medio Duorum Animalium Cognosceris*. Entre dois brutos manifestar-se-ás.

É o que explica no escudo da nossa Belém estarem os ditos animais de cabeça erguida, como quem admira alguma coisa que não pode ser o sol do quartel superior.

Se se tratasse de uma alusão à indústria pastoril, pelo menos o asno, que não é ruminante, estaria roendo a erva das excelentes pastagens paraenses.

Entretanto, asno e boi, maravilhados, olham atentamente para a mesma banda, como quem presencia algum grande acontecimento.

Quanto ao Castelo com as quinas, estou de inteiro acôrdo com o autor da notícia, quando diz que «encerra talvez uma alusão ao poderio das armas portuguêsas». Acrescento, porém, que em armaria é muito comum castelos representarem cidades: assim só as quinas se referem à soberania portuguêsa; o Castelo é a imagem da princesa que se espelha com encantos inauditos nas águas da baía do Guajará. E se não é a que dou a interpretação do seu escudo, recorram à sagacidade dos Édipos mais atilados.»

Pela mesma época o pintor e historiógrafo Teodoro Braga publicou, também, na *A Provincia do Pará*, um estudo sôbre idêntico assunto.

Rebatia, em vários pontos, a tradução estampada pelo Doutor Ferreira, principalmente na parte do castelo, que atribuía ser as armas do fundador de Belém, ou uma alusão «à sua própria pessoa, quer tenha sido composto o escudo por Castelo Branco, quer o tenha sido por autoridade posterior àquela na administração da cidade.» E concluía:

> «No segundo quartel do escudo há um êrro imperdoável em heráldica: em brasões uma regra absoluta exige que nunca se ponha esmalte sôbre esmalte nem metal sôbre metal, e, entretanto, aí se vê um sol de ouro sôbre campo de prata.»

Das duas traduções transcritas se infere que os seus autores desconheciam as preciosas *razões das coisas do Estado do Maranhão*, obra de autoria de Frei Cristóvão de Lisboa, impressa no ano de 1648, nas oficinas de Paulo Crasbeck, segundo as referências do historiador De Almeida Genú, em substanciosa crônica publicada no *Anuário de Belém*, sôbre o brasão municipal. É o próprio Sr. Teodoro Braga quem assevera em sua réplica ao Doutor Fernando Ferreira: «*Ignoramos ainda quem organizou e como se organizou o nosso brasão, documentadamente.*»

No entanto, o enigma, que tanto preocupava os estudiosos no princípio dêste século, estava já decifrado. Há 260 anos, que é o espaço que medeia entre a publicação do opúsculo do Custódio dos capuchinhos do Maranhão e Pará, e os trabalhos divulgados pelos dois ilustres heraldistas.

Vejamos como Frei Cristóvão de Lisboa, que foi contemporâneo de Bento Maciel, Pedro Teixeira, Aires de Sousa Chichorro e Baião de Abreu, e com êles trabalhou na conquista da gleba aos hereges, explica a origem e os motivos do brasão:

> «Bento Maciel que foi senhor capitão-mor da Capitania do Pará, de 1621 a 1626, depois de ter mandado reconstruir o forte deixado no comêço por Francisco Caldeira, o qual era de paliçada e se achava muito arruinado, fazendo-o de taipa de pilão da parte do mar e do rio Piryuna, e de cestões da parte da terra onde haviam as habitações, julgara que fôra bom princípio dar um escudo de armas à cidade nascente e *organizou sob os conselhos* de Pedro Teixeira, Aires de Sousa Chichorro e Francisco Baião de Abreu, um brasão em quatro dividido, tendo no primeiro dois braços apresentando cestas com flores o primeiro, e com frutas o segundo e por baixo delles uma faixa com a legenda — *Ver Est Aeternum*, — *Tutius Latent*, — alusivos aos rios Amazonas onde tudo é verdura e maravilha, e ao Tocantins pela sua posição escondida às vistas dos exploradores. Na parte do pontal interior vê-se pintado um castelo de prata fazendo crer o fundador, com um colar de pérolas distintivo de nobreza, por sôbre a porta principal, do qual pendem as quinas portuguêsas com cinco castelos de ouro em escudo azul, para dizer que Francisco Caldeira provinha de família nobre, e do castelo saindo uma estrada que mostra o caminho que devem seguir todos os sucessores de Caldeira, isto é, o da obediência aos maiores. No segundo quadrado superior há um sol poente em campo de prata, e a combinação dos esmaltes aí feita não peca pela heráldica, visto como muitas famílias nobres da França, Espanha e Portugal a têm. Êste sol poente diz a hora em que Francisco Caldeira lançou fundo no local próximo ao que escolhera para dar fundamento à sua conquista, e tem por baixo uma faixa com o dístico: *Rectior cum Retrogradus*, — para dizer que aguardou a aurora do dia seguinte, como foi sempre costume dos conquistadores portugueses, para fazer o seu desembarque. Isto é: *Mais prudente* (fazer o desembarque) *quando voltado* (ao seu caminho ordinário).

A derradeira parte do brasão faz ver um prado, onde pastam uma mula e um boi, que então espantados olham para o céu, tendo ao lado os dizeres: *Nequaquam Minima Est*, significando o nome da cidade de Belém da Judéia, que Francisco Caldeira escolhera para o da capital

da sua conquista, e da qual dissera o Profeta que não seria a menor de tôdas. A posição em que se acham os animais quer revelar o viço dos campos e a indústria que podem ali tão perfeitamente se combinar, e ainda a surprêsa dos selvagens, ao verem desembarcar os europeus tão semelhantes aos seus.» (*Razão X*, pág. 8). (19)

Afora a tela pintada por M. Blaise, há notícia de ter existido em Belém, ornamentando a fachada de uma casa, o escudo das armas da cidade, esculpido em pedra de cantaria.

Essa obra foi dada com destruída pelos cabanos, no ano de 1835, em conseqüência dos combates então travados, e onde os adversários empregavam as mais variadas armas, desde a clavina ao canhão.

Apesar de tudo, o brasão ainda subsiste. Gravado em madeira, impresso nos papéis, nos livros, no mobiliário da comuna belemense, permanece inalterado, como no tempo da colônia.

É um atestado do respeito à tradição, mantido nas várias fases da nossa história política, e que vem resistindo a tôdas as conveniências e a todos os regimes.

BRASÃO D'ARMAS DO ESTADO DO PARÁ

O escudo d'armas do Estado do Pará foi criado pela Lei nº 912 de 9 de novembro de 1903.

Foi autor do desenho o arquiteto José de Castro Figueiredo, cabendo ao historiador e geógrafo Henrique Santa Rosa a sugestão dos motivos para a sua feitura.

O ato oficial, sancionado pelo Governador Augusto Montenegro, tem a seguinte redação :

«*Lei* nº 912, de 9 de novembro de 1903.
Cria um escudo de armas para o Estado

O Congresso Legislativo do Estado decretou e eu sanciono a seguinte lei :

Art. 1º Fica criado um escudo de armas para êste Estado.

Parágrafo único. O escudo será vermelho, cortado por uma faixa obliqua branca, da esquerda para a direita, com a inclinação de 45º, tendo a mesma faixa, ao centro uma estrêla azul. Êste escudo avulta sôbre outro recortado nas extremidades, de fundo róseo, encimando-o duas volutas ligadas a um pedestal, sôbre o qual se vê uma altiva águia guianense prestes a alçar o vôo. No último plano, por trás da águia, destaca-se o sol nascente. À base do escudo maior cruzam-se dois virentes ramos, um de seringueira e outro de cacaueiro, o primeiro acompanhando à esquerda os recortes do referido escudo, e o segundo erguendo-se pela direita entrelaçado com uma fita amarela, que se alonga até a parte superior do escudo, sôbre a qual se lê: *Sub Lege Progrediamur* — Estado do Pará.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretário de Estado da Justiça, Interior e Instrução Pública assim a faça executar.

Palácio do Govêrno do Estado do Pará, 9 de novembro de 1903, 15º da República. — *Augusto Montenegro*, G. Amazonas de Figueiredo.

BANDEIRA REPUBLICANA

Proclamada a República, no Pará, a 16 de novembro de 1889, no ano seguinte o Conselho Municipal, por proposta do seu presidente Artur Índio do Brasil, aprovou a adoção da bandeira do Clube Republicano, como bandeira do município de Belém.

Foi isto na sessão de 10 de abril de 1890.

Oito anos mais tarde o Deputado Higino Amanajás, na reunião da Câmara estadual de 3 de junho de 1898, apresentou um projeto, considerando o tradicional símbolo dos republicanos como bandeira do Estado.

A medida mereceu do seu autor esta justificativa :

«Sr. Presidente, pedi a palavra para apresentar à consideração da casa um projeto de lei. V. Excia. sabe que, sòmente talvez por consenso unânime da população

do Estado do Pará, a bandeira que servia de distintivo ao Clube Republicano Paraense, antes da proclamação da República, tem sido adotada como bandeira do Estado. Neste carater, Sr. Presidente, ela seguiu para São Paulo, quando o Pará, dando provas evidentes de civismo e patriotismo, manifestou o quanto lhe era agradável mostrar ao Brasil inteiro a consideração que tinha por êsse grande gênio da música que se chamou Carlos Gomes. Foi ainda nesse caráter que as senhoras paraenses, por intermédio do Governador do Estado, ofereceram-na ao Regimento Estadual, quando, ainda por igual ato de civismo e patriotismo, o Estado do Pará, expontâneamente correu em defesa da liberdade e da lei, postergadas então nos antros de Canudos.

Mas, Sr. Presidente, a bandeira de um Estado é como que a ampliação da bandeira nacional; é o símbolo da sua autonomia, e não é por simples consenso, por um simples convênio que deva ser reconhecida como tal. Por isso, lembrei-me de submeter à consideração da Câmara um projeto de lei, mandando reconhecer a bandeira que servia de distintivo ao antigo Clube Republicano Paraense, como bandeira do Estado:

Considerando que a bandeira que servia de distintivo ao Clube Republicano Paraense, está considerada como bandeira do Estado do Pará, pelo consenso unânime da população do Estado;

Considerando que nesse carater seguiu ela à frente do Regimento Estadual para a expedição de Canudos, nos sertões da Bahia :

Mas,

Considerando que nenhum ato do poder competente existe que autorise a sua adoção, como símbolo da autonomia do Estado,

O Congresso Legislativo do Estado do Pará decreta:

Projeto número

Art. 1º Fica considerada como bandeira do Estado do Pará a que servia de distintivo ao Clube Republicano Paraense, antes da proclamação da República, e que, em sessão de 10 de abril de 1890, foi adotada como bandeira do município.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Legislação deu no dia imediato o seguinte Parecer :

«A Comissão de Legislação foi presente o projeto do Sr. Deputado Higino Amanajás, que manda considerar como bandeira do Estado do Pará, representando a sua autonomia na federação, a que servia de distintivo ao Clube Republicano Paraense e que foi adotada, em sessão de 10 de abril de 1890, pelo Conselho Municipal, como bandeira do município. Aderindo inteiramente aos considerandos do projeto, a Comissão opina pela sua aprovação, por ver nêle apenas a homologação por parte do Poder Legislativo, de um fato sucedido alás em hora solene da vida do Estado.

Certamente não significa essa bandeira uma nacionalidade; mas nada impede que ela será o símbolo da autonomia do Estado, o distintivo dessa coletividade administrativa e politica, à semelhança do que se dá até com as simples associações particulares. Contra o projeto, poderia apenas militar a prioridade da adoção dessa bandeira por parte do Município de Belém; mas a Comissão não vê razão séria que prive essa bandeira de servir ao mesmo tempo a êste município e ao Estado, que fazendo-a sua, só pode dignificá-la mais.

Sala das Comissões, 11 de junho de 1898. — *Artur Lemos* e *Firmo Cardoso*.»

Tendo o projeto recebido críticas publicadas no diário *A Fôlha do Norte*, o Deputado Higino justificou-o, mais uma vez, dêsse modo:

«Sr. Presidente, o projeto que é hoje submetido à consideração da casa em terceira discussão, passou em primeira e segunda sob silenciosa aprovação da Câmara

dos Srs. Deputados, e, estou persuadido, foi isto devido, em parte, às considerações que apresentei, justificando o mesmo projeto.

Estou, pois, certo de que os Srs. Deputados aprovam a idéia nele contida; mas, ainda assim, julgo de meu dever dar as razões que me demoveram a apresentá-lo.

Os que não leram as considerações emitidas por mim ao apresentar o projeto, só tendo delas cabal conhecimento, poderão fazer juízo mais elevado, evitando que o venham acoimar de ridículo e inútil.

Sr. Presidente, quando apresentei êste projeto, tive sòmente em vista procurar legalizar, pelo poder competente, fatos que o govêrno do Estado do Pará já tinha sancionado; quando apresentei êste projeto, tive sòmente em vista fazer convergir a atenção do Congresso para o símbolo da autonomia da pátria paraense, já consagrado pelo consenso unânime da população do Estado e até pelo seu Govêrno.

Não esperava fôsse êle impugnado, e agora limito-me a justificá-lo, em atenção àqueles que estão fora dêste recinto. Êste projeto vem legalizar o ato do ex-governador do Estado o Sr. Dr. Lauro Sodré, que permitiu fôsse a bandeira do Clube Republicano Paraense como bandeira do Estado, num navio de marinha de guerra brasileiro, cobrindo o corpo do inolvidável maestro Carlos Gomes; vem legalizar o ato do benemérito Doutor Pais de Carvalho, que, em momento aflitivo para a comunhão brasileira, interpretando perfeitamente bem os sentimentos do povo paraense, no seu civismo, por intermédio de sua exma. espôsa, que representava uma comissão de senhoras paraenses, na presença de enorme massa de povo, onde estavam tôdas as autoridades civis, militares e eclesiástica, confiou ao Regimento militar do Estado a bandeira do Clube Republicano Paraense, como bandeira do Estado, entregando-a ao valor dos nossos soldados, que, em defesa das nossas instituições seguiram para os campos de Canudos.

O Sr. Valente do Couto — V. Excia. está citando fatos públicos.

O Sr. Hamanajás — Vem ainda Sr. Presidente, êste projeto legalizar o ato da própria Câmara, do próprio Congresso, que, reconhecendo — assim me parece — como bandeira do Estado a bandeira do Clube Republicano Paraense, tem-na nas salas das suas comissões, colocada nas suas cortinas!

Ainda mais Sr. Presidente, o povo baiano recebeu-a e glorificou-a como bandeira do Estado do Pará, e pelo povo paulista, no mesmo caráter, foi ela recebida e colocada ao lado da bandeira de São Paulo, junto do cadáver de Carlos Gomes, depois que o Sr. Dr. Eneas Martins, deputado federal pelo Pará e naquele Estado em comissão para êsse fim, a entregou à municipalidade de Campinas, como bandeira do seu Estado natal.

Tenho aqui à mão o *Diário de Campinas*, de 25 de outubro de 1896, que, noticiando essa entrega o faz nos seguintes têrmos:

> Na porta da saída do vestíbulo da Estação, o Dr. Enéas Martins, deputado e jornalista, representante do Pará, em palavras ungidas do maior sentimento, fêz a entrega da bandeira paraense à Câmara Municipal de Campinas. Suas palavras foram ouvidas debaixo do maior silêncio e calaram fundo no recesso de nossas almas, quando êle disse que guardássemos o pavilhão paraense como um vínculo de Amizade entre os dois Estados.

Acabo de provar, Sr. Presidente, que êste projeto não pode ser acoimado de ridículo, porque, se êle o fôsse, se-lo-iam também os dois governadores e o deputado federal que acabo de citar.

Êle vem, sim, legalizar, pelo poder competente, atos dos representantes do Pará, que ainda não estavam autorizados por uma lei, e que obedeciam sem dúvida ao sentimento de respeito para com o símbolo da autonomia dêste

Estado, aceito e proclamado pelo povo, em época que êle podia por si mesmo fazê-lo.

O Sr. Firmo Cardoso — Muito bem! Viva a bandeira paraense!»

A bandeira que ainda hoje representa o Estado do Pará, como símbolo da sua autonomia, é aquela que o Clube Republicano Paraense costumava desfraldar nos dias de festa cívica.

NOTAS

(1) Transcrição feita pelo Barão de GUAJARÁ em *Motins Politicos*, 2.º vol., pág. 11.

(2) Ofício dos componentes da Sociedade Filantrópica ao Juiz de Paz da Campina, citado pelo Barão de GUAJARÁ em *Motins Politicos*, 2.º volume, pág. 7.

(3) *Ob. cit.*

(4) *Ob. cit.*, pág. 10.

(5) *Motins Politicos*, Barão de GUAJARÁ, 2.º volume, pág. 25.

(6) *Ob. cit.*, pág. 34.

(7) *Ob. cit.*, pág. 143.

(8) Estatutos da Sociedade Federal, imp. na Tipografia Filantrópica.

(9) Ata da sessão da fundação do Clube Republicano, realizada em 11 de abril de 1886. Documento original, que me foi ofertado pela família do Dr. Lauro Sodré.

(10) Documento manuscrito citado.

(11) *A Câmara dos Deputados sob o Império* — Anais do Museu Paulista, Tomo XIV, ano de 1950, pág. 14.

(12) Apontamentos tomados de AFONSO DE E. TAUNAY, *ob. cit.*, 1826-1889.

(13) *O Senado do Império*.

(14) *Homens e Coisas do Império*.

(15) AFONSO TAUNAY, *ob. cit.*, pág. 19.

(16) *Razão das Coisas do Estado do Maranhão*, Frei CRISTOVÃO DE LISBOA.

(17) *Dois Brasões*, de ALMEIDA GENÚ.

(18) *Album da Cidade de Belém*.

(19) *Dois Brasões*. De ALMEIDA GENÚ.

CAPÍTULO DÉCIMO

I — SISTEMAS DE ABASTECIMENTO D'AGUA POTAVEL A POPULAÇÃO

1. Os poços públicos. A fonte das Pepes. O Paul d'água.
2. Contrato Mediclott & Cia. Os mananciais do Una. Aguadeiros de Belém. Contrato João Augusto Corrêa. Contrato Cordeiro-Vila Flôr. A Companhia das Águas do Grão Pará. Reservatório do largo de São Braz.
3. Desapropriação da Companhia das Águas do Grão Pará. Modificações no sistema de abastecimento. O Reservatório «Pais de Carvalho». O canal do Yuna. Estação de tratamento da água. Relatório de Byington & Cia.

II — SISTEMAS DE TRANSPORTE E DE ILUMINAÇÃO.

1. Séges e serpentinas. Os bondes.
2. Os candieiros de azeite. De gás. A luz elétrica.

III — A ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA. COLONIZAÇÃO. IMIGRAÇÃO NACIONAL E ESTRANGEIRA. NÚCLEOS COLONIAIS COMO ORIGEM DOS MUNICIPIOS BRAGANTINOS

1. As origens da vila de Bragança. A primeira estrada aberta pelos colonizadores no Pará. A viagem de Pedro Teixeira ao Maranhão.
2. A Estrada de Ferro de Bragança. Projetos e Contratos. O assentamento dos primeiros trilhos. 1870-1883.
3. De Belém a Benevides. 1884-1885.
4. De Benevides ao Apeú. 1885.
5. A encampação da Estrada de Ferro de Bragança pelo govêrno da Província. 1886.
6. Prolongamento da Estrada até o Jardim Público. A estação de Belém. 1887-1889.
7. Prolongamento da Estrada até o Jambú-Açú. Contrato com o empreiteiro Afonso d'Albuquerque Maranhão. 1890-1897.
8. Conclusão da Estrada. Ramais do Pinheiro e do Prata. Contrato Pereira Barbosa & Cia. 1898-1908.
9. Alienação ao govêrno federal da Estrada de Ferro de Bragança. 1909-1936.

NÚCLEOS COLONIAIS

1. A colônia de Benevides.
2. Apeú.
3. Castanhal.
4. Jambu-açú.
5. Benjamin Constant.

6. Marapanim.
7. José de Alencar.
8. Santa Rosa.
9. Ferreira Pena.
10. Anita Garibaldi.
11. Ianetama.
12. Inhangapy.

BURGOS AGRÍCOLAS

1. Santa Rita do Caraná.
2. Granja Américo.

MUNICÍPIOS BRAGANTINOS

1. Ananindeua.
2. João Coelho.
3. Castanhal.
4. Ihangapy.
5. Anhanga
6. Igarapé-açú
7. Nova Timboteua.
8. Capanema.
9. Bragança.

IV — PROCESSOS DE COLONIZAÇÃO NO ESTADO. CRIAÇÃO DE COLÔNIAS AGRÍCOLAS.

V — CAMINHOS FLUVIAIS.

1. O Amazonas. Abertura do Rio Amazonas à navegação.
2. O Tocantins.
3. O Araguaia.
4. O Guamá.

NOTA AO CAPITULO DÉCIMO

(58) Capitania do Gurupy.

I

SISTEMAS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA POTÁVEL À POPULAÇÃO

1. OS POÇOS PÚBLICOS. A FONTE DAS PÉPES. O PAU D'ÁGUA

RELATAM os cronistas nas suas páginas sôbre a jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco a Belém, que os portuguêses sairam do forte de São Felipe, no Maranhão, bem providos para a conquista. Traziam muita munição e fartos mantimentos.

O Tabelião Frutuoso Lopes que escreveu o Regimento entregue por Alexandre de Moura ao capitão-mor do Pará, consigna num dos seus capítulos esta assertiva :

> «... e o dito franc° Caldeira escolheo, e pedio, e *para seu fornecimento se lhe buscou todo o necessario* e se lhe derão novas amarras, que se formarão e outros navios por ir mais bem aviados, sem embargo de estarem as ditas embarcações aparelhadas.
>
> *E se lhe derão mantimento por sinquo mezes* com que o dito frac° Caldeira se deu por satisfeito e os mestres das embarcações que vão com elle...». (1)

Por aí se vê que os conquistadores, apesar de saberem que a terra estava habitada por mercenários estrangeiros que faziam rendoso comércio com os índios, como lhes assegurara Daniel de La Touche, não contavam com a ajuda dos naturais, e por isso traziam mantimentos para *cinco meses*. Era o tempo julgado necessário para o refôrço das provisões de guerra e bôca.

Desembarcados deram logo comêço à construção de um forte. No interior dessa precária praça de guerra, levantaram uma capela e edificaram várias casinhas para a residência dos colonos.

Todos os cronistas registram êsse primeiro contacto dos portuguêses com os nativos, sem discrepância de opinião. O que nenhum dêles esclarece é se os conquistadores abriram poço no interior da fortaleza ou fora dela, ou se a água que continuaram a beber depois de esgotada a primeira reserva, procedia de São Luís, como de início. Não há, sôbre êsse ponto, indicação alguma. Sabemos que os portuguêses ao mesmo tempo que fixavam os alicerces do seu forte, abriam largos fôssos d'água em torno do reduto. Era uma providência de carater militar, indispensável à segurança dos conquistadores, ante a ameaça constante dos índios.

Do forte do *Presépio* saíram os colonos para o desbravamento da cidade. Surgiram as edificações de taipa ao longo do primeiro caminho aberto, paralelo ao mar: a Rua do *Norte*. Depois nos caminhos transversais.

Todo êsse progresso primário, obrigava os moradores a abertura de poços para o consumo da água indispensável às suas necessidades. Não entraram os cronistas nessa minúcia.

Porém, as Posturas municipais do século XIX falam da serventia de um poço por muitos habitantes, o que nos leva a crer que êsse era o costume dos colonos dos séculos XVII e XVIII.

Também não consta a menor indicação de que naqueles remotos tempos existissem poços públicos, fato de que fazem menção os manuscritos do século passado. Acreditamos que essa medida de serventia geral não escapasse ao zêlo dos governadores e capitães generais do Estado do Maranhão e Grão-Pará, embora não a relatassem nas suas correspondências.

Escreve BAENA no *Ensáio Corográfico Sôbre o Pará* que, acima do sítio *Tapanã*, não longe do igarapé denominado *Domingús*, cujo nome provinha de um morador daquelas paragens — o índio Domingos —, existiu uma fonte de água cristalina, da qual bebiam os capitães generais. O precioso líquido era transportado todos os dias para Belém, em barris acondicionados nas canoas que faziam o tráfego entre a fortaleza da Barra e a cidade. (2)

No ano de 1801, foi construída uma bica de pedra, para a qual havia uma descida feita de *duas escadas laterais de cinco degráus de ladrilho*. Dessa bica serviam-se não só os moradores da Travessa da *Piedade*, onde estava localizada como os da adjacência.

Mencionaram as crônicas dessa época a existência de 10 poços públicos, sendo «seis de pedra e quatro forrados de madeira com bocais da mesma». (3)

Afora êstes, havia os particulares que eram, igualmente francos ao público. (4)

Os manuscritos da antiga Câmara Municipal aludem a um trecho da cidade, denominado *Travessa do Pôço do Bispo*, (5) não mencionada por BAENA. Ali teria existido um poço de serventia dos religiosos, antes de ser adaptado o terreno que lhe ficava à frente, para o cemitério municipal, hoje da Soledade.

Por êsse tempo já existia a Rua do *Paul d'Água*, um alagadiço que mais tarde foi transformado em manancial explorado habilidosamente por particulares, que instituíram um rendoso comércio de venda dágua potável à população. Ficava êsse paul, onde é agora a Avenida de *S. Jerônimo*, às proximidades do Largo da *Pólvora*.

No *Jardim das Especiarias* mandou o govêrno colonial construir um poço para a irrigação das plantas. Dêsse poço serviam-se os moradores da antiga Estrada das *Caneleiras*, embora a água dali tirada não fôsse de tão boa qualidade, pois o Presidente João Antônio de Miranda, três lustros depois da independência, escrevia no seu Relatório à Assembléia Legislativa Provincial, que a água potável de Belém, em grande parte era má. (6)

E esclarecia, então, no mesmo documento, que a fonte das *Pépes* fornecia a melhor água consumida na capital.

A nascente das Pépes ficava na rocinha dos Educandos, perto do Largo da Pólvora.

Não existem outras informações sôbre o abastecimento dágua à população belemense, no período colonial.

O Presidente Miranda, que sucedeu no govêrno o Dr. Bernardo de Sousa Franco lembrou no documento enviado à Assembléia Legislativa, dando conta dos trabalhos administrativos rea-

lizados em 1840, a construção de um chafariz no meio da Praça Pedro II, para onde seria conduzida a água das Pépes. E acrescentava mais adiante :

> «...a praça ficaria então completamente formosa, à vista das últimas providências, e o povo bem servido. Talvez se julgasse mais apropriado qualquer outro largo no centro da cidade, e mais acessível aos cômodos públicos; mas me persuado, que aquele é preferível por causa do nascimento da água. Pode o govêrno ser autorisado para o mandar fazer, ou pode ficar a cargo da Câmara Municipal, ou mesmo de algum empresário, que, mediante algumas concessões e vantagens, se queira encarregar da obra.»

O manancial das *Pépes* e o do *Paul d'Água* situado na estrada do mesmo nome, (7) eram os preferidos. Tanto que o Presidente Sebastião do Rêgo Barros recomendava à Câmara, no ano de 1854, (8) que entregasse por empréstimo ao Major de Engenheiros C. F. Belmont Brokenharut, encarregado dos trabalhos preliminares para o encanamento da água potável do *Paul*, a planta da cidade de Belém.

Era a primeira tentativa que o govêrno provincial realizava para dotar a cidade de um melhoramento que já se fazia sentir, dado o aumento gradativo da sua população e do excelente estado do seu comércio, quer de importação como de exportação.

Feitos os estudos preliminares, a obra não foi executada. Quais os motivos que teriam influído para o fracasso dessa tentativa, os documentos da época não registram.

Em 1855, já na administração do Presidente Manoel de Frias e Vasconcelos, recomendava êste à Câmara Municipal, (9) a mais severa vigilância, à maneira como era feito na cidade, o abastecimento da água potável. E chamava a atenção dos vereadores para a limpeza e conservação do vasilhame onde a água era acondicionada e levada ao consumo público. Também solicitava o zêlo da Câmara para as fontes e mananciais, a fim de que êstes fôssem cuidados e asseados.

2. CONTRATO MEDICLOTT & CIA. OS MANANCIAIS DO UNA. AGUADEIROS DE BELÉM. CONTRATO JOÃO AUGUSTO CORRÊA. CONTRATO CORDEIRO-VILLA FLÔR. A COMPANHIA DAS ÁGUAS DO GRÃO-PARÁ. RESERVATÓRIO DO LARGO DE SÃO BRAZ

Contrato Mediclott & Cia.

No Relatório que apresentou à Assembléia Legislativa Provincial, em 1 de setembro de 1862, escreveu o Presidente Araújo Brusque estas palavras, referindo-se ao problema do abastecimento dágua potável à população de Belém:

> «Tendo me sido apresentada, da parte da firma social Mediclott & Cia. uma proposta para a incorporação de uma companhia que tenha por fim abastecer d'agua potável esta cidade, e estando bem convencido de que esta emprêsa é uma das nossas mais urgentes necessidades, estudei as bases do contrato que me foram oferecidas, modifiquei-as, e as restitui com as alterações que me pareceram convenientes e de interêsse para o bem público.»

E esclarecia o que já tinha feito para transformar em realidade essa velha aspiração dos habitantes da capital.

> «São os *mananciais do Una*, que oferecem a melhor água, que se deverá aproveitar para o abastecimento da cidade. Segundo os exames feitos pelo Engenheiro Human, as duas principais vertentes contêm quantidade de água de superior qualidade, bastante para suprir com quatro palmos cúbicos por dia (24 horas), uma população de 40.000 almas.
>
> Reunidos outros mananciais que lhe ficam próximos, pelos reservatórios que se deverão construir, o fornecimento dágua pode ser estimado com segurança em mais de 10 por cento de aumento. Assim, pois, poderemos ter desde logo um fornecimento dágua incontestàvelmente a melhor, na razão de quatro palmas cúbicos por dia, para cada indivíduo numa população de 45.000 almas»

E concluía :

> «Outras fontes existem naquelas imediações que poderão no futuro ser reunidas para satisfação das crescentes necessidades.»

O Presidente Araújo Brusque tentou por todos os modos levar a cabo êste empreendimento. Chegou a solicitar os bons ofícios do enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil, em Lisboa, o Barão de Itamaracá, (10) junto à firma Mediclott & Cia. para a assinatura do contrato sôbre as bases convencionadas.

O Conselheiro Barão de Itamaracá, que fôra, não remotamente, o intermediário do contrato da iluminação a gás para a Província, atendeu o pedido, e breve chegava a resposta de Mediclott & Cia. Estavam êstes dispostos a começar o serviço em Belém; contudo impunham modificações no contrato que lhes oferecera o govêrno provincial. E, uma das mais importantes, referia-se ao resgate do capital empregado pela firma, nesse empreendimento. De nenhum modo desejam o sistema de amortização proposto pelo Presidente Brusque. Entendiam os contratantes que essa forma lhes era prejudicial, pois — afetava e deprimia — «até a anulação e valor real dos seus títulos, cuja circulação mais se estreita e circunscreve.» (11)

As condições econômicas da Província não lhe permitia outro sistema, senão o proposto por intermédio do Barão de Itamaracá.

E o contrato não foi assinado.

Assim o serviço de abastecimento à população continuou a ser feito pelos carros de venda, que iam se abastecer no Paul d'água.

Os aguadeiros de Belém

Para os aguadeiros, — como eram chamados os indivíduos que se dedicavam à venda da água pela cidade, não havia melhor negócio. Fácil e rendoso.

Por isso, eram numerosos os concorrentes, na sua maior parte portuguêses, ficando a rua cheia de carros, o que não só dificultava

o trânsito, como prejudicava as obras municipais que estavam sendo executadas para melhoria daquele trecho urbano.

O fato chegou a motivar uma reclamação do diretor das Obras Públicas Dr. José Coelho da Gama e Abreu, ao Presidente da Província Dr. João Maria de Morais. À Câmara Municipal foi enviada cópia dêsse ofício, (12) para que providenciasse como lhe competia, a normalização das ocorrências denunciadas pelo Doutor Gama e Abreu.

No ano seguinte, isto é, a 11 de janeiro de 1865, já na presidência do Dr. José Vieira de Magalhães, eram dadas ordens ao Inspetor do Tesouro Público provincial para desapropriação — por comodidade geral, (13) dos terrenos do Paul d'Água, sendo a despesa dessa desapropriação indenizada pela Câmara, que passaria a cobrar *impostos aos que auferiam rendas da vendagem d'água*. (14)

Em julho do mesmo ano, o govêrno dava ciência à Câmara, que o serviço de venda dágua ficava a cargo do Tesouro Provincial. (15)

A idéia, porém, não foi apoiada integralmente, como era de presumir. No ano de 1867, o Presidente Joaquim Raimundo De Lamare escrevia em documento enviado à Assembléia Legislativa, os seguintes trechos sôbre as obras que julgava de urgente necessidade para a capital:

> «*Encanamento e abastecimento d'água potável* — Quanto ao encanamento d'água, ainda que as circunstâncias atuais do nosso mercado e baixa de câmbio não permitam a realização imediata dêste importante melhoramento, peço-vos, todavia, que autorizeis a presidência a poder realizá-lo, por isso que é de esperar que melhorem de um momento para outro as circunstâncias do país; e no meu entender não se deve retardar a realização de uma providência tão reclamada pela população desta capital.» (16)

O Diretor interino das Obras Públicas, Dr. José Felix Soares, era contrário à vendagem dágua potável. «*A água a meu ver* — dizia em documento ao govêrno — *deve ser dada ao povo gra-*

tuitamente.» E passava a esclarecer, com simplicidade, o que lhe parecia ser a solução dêsse magno problema:

«O meio de execução que me parece mais conveniente é o mesmo adotado para a iluminação a gás: o govêrno concede a uma companhia o privilégio para encanar e distribuir a água necessária ao consumo da capital e se obriga a dar à Companhia uma subvenção anual em compensação da qual a Companhia se obrigará a estabelecer para o govêrno, nas ruas da capital *duzentas* a *trezentas bicas dágua*, e nas praças públicas o número de bacias com jactos dágua que o govêrno julgar conveniente mandar colocar.

A água fornecida pelas bacias e pelos chafarizes das praças deve ser propriedade do govêrno que fará distribuir pelo povo gratuitamente a das primeiras.» (17)

O govêrno aceitou a sugestão do Dr. Felix Soares. E autorizado por lei provincial, mandou convocar por Editais os concorrentes à arrematação da emprêsa de encanamento dágua potável para a cidade. (18) Porém, das seis propostas apresentadas, nenhuma preenchia as condições estabelecidas na mesma lei. (19)

Mais tarde, o Presidente Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo firmava, com o Coronel João Augusto Corrêa, contrato para o fornecimento de água canalizada.

Foi isto a 30 de abril de 1869.

Contrato João Augusto Corrêa

O capitalista João Augusto Corrêa prontificava-se a satisfazer a velha aspiração dos seus patrícios. Em bases mais razoáveis, e sem aquela exigência da firma Mediclott & Cia. que prometera realizar as obras sob a condição do govêrno indenizá-la, imediatamente, de tôdas as despesas, que iam além das possibilidades dos cofres provinciais.

A propósito do contrato celebrado com o Coronel Augusto Corrêa, escrevia o Presidente Cunha Figueiredo os seguintes

comentários em seu Relatório apresentado ao Barão de Santarém, que o substituiu no govêrno:

«Chegando a esta Província, e tendo ouvido constantes reclamações, procurei dar execução à citada lei, (20) mandando prèviamente fazer pelo hábil Engenheiro José Felix Soares, estudos e exames minuciosos sôbre os mananciais, assim como sôbre tôdas as circunstâncias técnicas da emprêsa do encanamento. Em 20 de fevereiro último, mandei abrir novo concurso por oito dias, o qual ainda pela dificuldade de um acôrdo, prorrogou-se até aquela data, e durante todo êsse tempo, assistido dos homens mais competentes e profissionais, tendo ouvido o Tesouro provincial, a Repartição de Obras Públicas, diversos engenheiros e capitalistas, assentei no que mais convinha resolver, celebrando em conseqüência o contrato com aquele capitalista que mui boas garantias oferecer de satisfazer as condições impostas criando para isto uma companhia nacional.»

O contrato constava de 33 cláusulas, (21) sendo a emprêsa ou companhia organizada para êsse fim pelo Coronel Augusto Corrêa, obrigada a satisfazer as seguintes exigências:

— Abastecer a cidade de água potável tirada do ribeiro Ananindeua e Mocajuba, se o primeiro não fôsse suficiente, ou em outro qualquer lugar mais fácil e econômico, elevando-a por meio de máquinas hidráulicas ou a vapor, a uma altura conveniente para poder chegar às mais altas torneiras.

— O reservatório, máquinas, aparelhos de canalização, deveriam ter capacidade, fôrça e dimensões necessárias para a distribuição da água, na razão de *30 litros por habitante*, em 24 horas, para uma população de 40.000 almas.

— Os reservatórios deveriam ser preservados dos raios ardentes do sol, da invasão da vegetação, dos reptis e insetos.

— A distribuição da água seria feita por meio de oito chafarizes e 12 torneiras, os quais forneceriam água gratuitamente para a extinção dos incêndios. (22)

— Dois dos referidos chafarizes seriam destinados à decoração e salubridade pública, construídos de forma monumental, com jatos elevados dágua, sendo situados um no largo do Palácio e e outro no de Pedro II. (23)

— As obras de canalização deveriam começar dentro de um ano, a contar da aprovação dos estatutos da Companhia, e estariam terminadas dois anos o mais tardar.

— À Emprêsa ou Companhia o govêrno cederia todos os terrenos municipais e provinciais necessários.

— Desde o dia em que começassem a funcionar os chafarizes, ficaria vedada a *extração da água nos poços públicos*, os quais seriam entregues à Companhia para os casos de necessidade.

— A venda dágua nos oito chafarizes e doze torneiras seria feita na razão de *oitenta* réis por hectolitro dágua.

— A Companhia ficava obrigada a ter número suficiente de carroças para distribuir e vender a água nos domicílios particulares.

— O govêrno pagaria à Companhia 60 réis por hectolitro pela água consumida nos estabelecimentos públicos, na armada e nos jactos dos chafarizes ornamentais.

— Todo o material da distribuição dágua desde o trigésimo ano da emprêsa ou Companhia, ficaria pertencendo ao govêrno, sem indenização alguma; caso todo o capital estivesse amortisado. Não ocorrendo esta hipótese, findos os trinta e dois anos de funcionamento da companhia, o govêrno procederia a liquidação dela, indenizando-a do que faltasse para completar êsse capital, ou prorrogaria o prazo, por tanto tempo quanto necessário para completar a indenização, sem mais onus para os cofres provinciais. Findo êsse novo prazo, todo o material da companhia passaria a ser propriedade da Província.

Saiu o Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo das suas fúnções, na administração pública, satisfeito por haver estabelecido as bases do melhoramento mais reclamado pelos habitantes de Belém.

Contudo, ainda não seria dessa vez, que a população abandonaria os seus poços, e os aguadeiros o negócio rendoso do Paul d'água.

O Coronel Augusto Corrêa, contra a expectativa geral, nem deu começo às obras. Foi rescindido o contrato.

Em 1870, o Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira mandou fazer a limpeza de que necessitava o Paul. Não existia a menor parcela de higiene nesse manancial público. O presidente da Província chegou a escrever no Relatório com que passou o cargo ao Dr. Abel Graça, que havia ficado espantado *de vêr que dêsses poços, imundos e repugnantes à vista, saía quase tôda a água para a população desta cidade.*» (24)

As despesas com êsse serviço subiram a 15 contos de réis. Passou a pipa dágua a ser vendida à razão de 100 réis, um tostão. O apurado destinava-se a cobrir a soma gasta com a limpeza do Paul.

Um dos primeiros cuidados do Dr. Abel Graça foi o de mandar anunciar pela Secretaria do Govêrno, que «recebia propostas para o contrato do abastecimento dágua potável à capital, de acôrdo com as seguintes bases. (25)

— Privilégio por 40 anos e prorrogação por mais 50, à razão de cinco anos por cada chafariz, segundo o aumento e necessidades da população.

— Findo o prazo máximo de 90 anos as obras ficariam pertencendo à Província.

— Findo o prazo máximo de 90 anos as obras ficariam pertencendo à Província.

— A venda dágua seria feita à razão de 80 réis o hectolitro.

— Multa de um conto de réis por cada mês de demora no começo ou conclusão das obras.

— Além desta multa sofreria o contratante outra de um conto de réis, por dia de interrupção no serviço geral da distribuição das águas, e a de duzentos mil réis nos serviços parciais, salvo caso de fôrça maior, provado perante o govêrno, dentro de três dias.

— Para garantia das multas, o arrematante ficava obrigado a depositar no Tesouro Provincial a quantia de 15 contos de

réis em moeda, apólices da dívida pública ou títulos garantidos pelo govêrno.

—A água seria tirada dos mananciais existentes fora da capital e elevada por meio de máquinas hidráulicas ou a vapor a uma conveniente altura para ser encanada por tôda a cidade, distribuída em chafarizes nos lugares convencionados e «conduzida para os mais altos andares desta cidade».

Nenhum pretendente se apresentou ao govêrno. E como estivesse êste disposto a acabar com a concorrência dos aguadeiros, arrendou os poços do Paul à firma Saldanha & Cia. pela importância de três contos e quatrocentos mil réis anuais, sob o compromisso dos arrendatários fazerem o abastecimento dágua potável à cidade durante oito anos. (26)

Não estava, porém, solucionado o magno problema.

O Barão da Vila da Barra, nomeado presidente do Pará, por Carta Imperial de 27 de maio de 1872, alentava os habitantes de Belém, com as perspectivas da assinatura de um novo contrato.

Teriam os moradores da capital razão para o regosijo de que falam as crônicas dessa época?

Contrato Cordeiro-Vila Flôr

No dia 16 de agôsto de 1872, estavam reunidos no Palácio do Govêrno o Presidente Barão da Vila da Barra, o Secretário da Província Antônio dos Passos Miranda e o cidadão Herman Kalkman Junior, procurador do vice-cônsul dos Estados Unidos da América do Norte, no Rio de Janeiro, Sr. Francisco Maria Cordeiro e de José de Vila Flor, residente, também, na côrte.

A reunião tinha por finalidade a assinatura do contrato para o abastecimento dágua potável à capital. Era essa a terceira tentativa empreendida pelo govêrno para dotar a cidade de um melhoramento que já tardava e estava sendo constantemente reclamado pelos seus habitantes.

Os poços do Paul não satisfaziam mais as exigências da população. A água não era de boa qualidade. E, ainda por cima, cara.

O fracasso das negociações com a firma Mediclott & Cia. e a rescisão do contrato firmado com o Coronel Augusto Corrêa, logo após o falecimento do Presidente Cunha Figueiredo, tinham sido dois tremendos golpes nas esperanças do povo e dos administradores provinciais.

Há 10 anos que vinha sendo debatido o complicado problema do abastecimento dágua pelo sistema de encanamento. E, há igual tempo, que tôdas as tentativas de solução fracassavam. Apesar, porém, dêsses contratempos, a decisão do Barão da Vila da Barra, de contratar o abastecimento com Francisco Maria Cordeiro e José de Vila Flôr, calou agradàvelmente em todos os espíritos. O contrato foi assinado sem gravame para o Tesouro Provincial. A única concessão feita aos contratantes, era a garantia do privilégio. Ao govêrno ficava assegurado o direito de intervir, pelos seu delegados técnicos, no exame da quantidade e qualidade da água fornecida ao público.

As despesas com êsses estudos e pesquisas ficavam por conta da emprêsa contratante. Também ficava sob a responsabilidade desta, a construção de oito chafarizes para uso da população, duas pilastras para aguada dos navios e uma no mercado.

Nos chafarizes o povo podia adquirir a água pelo preço de 20 réis, cada barril de 25 litros.

Assim que a emprêsa pusesse em funcionamento os seus chafarizes, seria vedada a extração da água nos poços públicos.

O prazo estipulado para a nova contratante dar comêço às obras findou, sem que nenhuma providência fôsse tomada pelos dois sócios, na côrte. O Engenheiro Guilherme Francisco Cruz, que serviu eventualmente como presidente da Província, na qualidade de seu terceiro vice-presidente, emitiu no Relatório com que passou a administração pública ao Dr. Pedro Vicente de Azevedo, em 17 de janeiro de 1874, os seguintes conceitos sôbre aquêle contrato:

> «É opinião geral que não se realiza o abastecimento pelo contrato existente, e me parece de tôda a conveniência que se trate de fazer os estudos necessários para que a Província fique habilitada a empreender tão útil melhoramento para dar água gratis ao povo, correndo

a canalização particular e o valor das penas dágua, por conta de quem as queira ter.»

Já haviam sido anteriormente estudados os mananciais de Ananindêua e Marituba, e concluída a aprovação dos mesmos para a extração da água que devia ser canalizada para Belém.

Quando os concessionários do serviço souberam da escolha dessas fontes, enviaram uma reclamação ao govêrno, declarando que «êsse serviço só a êles devia competir». E, para isso, solicitavam novo prazo. ([27])

O Dr. Sá e Benevides, Presidente da Província por despacho de 22 de julho de 1875 deferiu-lhes o pedido. E mais 12 meses tiveram, dessa forma, para dar comêço ao cumprimento do contrato, assinado três anos antes.

Nada, porém, de prático, foi feito até 1878, quando o Presidente Dr. José da Gama Malcher, dando cumprimento à Lei nº 898, de 1 de maio do ano anterior, designou o Engenheiro Guilherme Cruz, para proceder os estudos necessários à canalização dágua potável.

Do Relatório então apresentado por aquele profissional, transcrito na *Fala* com que o Dr. Malcher passou a administração pública ao seu sucessor, Dr. João Capistrano Bandeira de Melo Filho, ([28]), constava, em resumo, o seguinte:

«... deverá ser adotado o igarapé Ananindêua, como manancial das águas a distribuir nesta Capital. Derivadas as suas águas para um tanque, virão elas por canalização livre (aqueduto) até o reservatório de distribuição, construído na Praça de S. Braz ou em suas imediações. Ao passar o conduto pela segunda ponte da estrada de Bragança, deverá aí receber o contingente de uma outra fonte recolhido em um tanque coberto. O reservatório deverá ser construído, ao menos em parte da altura, por escavação, e, no caso de elevação dágua, que poderá apoiar-se em parte do reservatório. Dêste ou da caixa dágua deverão partir dois condutores, um pela Estrada de Nazaré, atravessando parte do terceiro distrito da cidade e todo o primeiro, e terminando à margem do rio

Guajará em um reservatório compensador, também coberto, dêsse condutor partirão as artérias secundárias, que se ramificarão por tôdas as ruas e travessas do 1º distrito e da metade do 3º. O outro condutor tomará a estrada de S. Jerônimo, atravessando a outra parte do 3º distrito e o 2º, e terminando como o 1º, em um reservatório compensador.

Não foi incluído já nesta distribuição o 4º distrito, porque nele a população é menos compacta, e dispõe de água suficiente para esperar a conclusão da canalização pelos outros três, podendo ser depois servido pelo mesmos condutores, ou por condutores especiais do reservatório principal.

Em todo caso o estudo definitivo deve compreender todo o perímetro da cidade na determinação das capacidades e dos diâmetros. Alguns chafarizes francos ao público deverão ser mais tarde colocados nas praças principais. Os *borne fontaines* e os registros de lavagem de sargetas e de irrigação deverão ser espalhados por tôda a rêde de distribuição.»

Depois dêsses estudos e da idealização de novos planos para o abastecimento dágua aos habitantes da capital, tudo voltou ao que era: aos poços do *Paul d'Água*.

Nas proximidades dêsse manancial estavam localizadas as maiores cocheiras de Belém. Dêsse modo — escrevia o Dr. Gama e Abreu em sua *Fala* à Assembléia Legislativa Provincial, a 15 de fevereiro de 1880: «todos os gêneros de dejeções vão infiltrando-se no solo poroso da cidade, e dissolvendo-se nas águas destinadas ao consumo público.»

O remédio para o mal estava na transferência das cocheiras para lugares mais afastados. E foi o que aconteceu, sendo determinado para elas, as áreas formadas pelas novas estradas paralelas às de São Braz e Constituição. ([29])

Ainda em 1880, o engenheiro inglês E. Compton apresentou proposta para os trabalhos de canalização. Foi mais uma tentativa que falhou. E, apezar de tudo quanto se dizia e escrevia, contra os poços do *Paul*, o govêrno autorizado pela Assembléia

Legislativa, madou beneficiá-los com obra nova, na qual dispendeu a soma de 12:821$261 réis. É que continuavam a servir ao público da mesma maneira que no princípio do século XIX, quando os governadores coloniais exaltavam o valor da fonte das Pépes, e diziam mal das águas do *Paul*.

A Companhia das Águas do Grão Pará

Apesar de não haver realizado trabalho algum como propusera ao govêrno, o privilégio do encanamento d'água potável pertencia ao concessionário Edmundo Compton. Cedeu êste os seus direitos a uma emprêsa denominada *Companhia das Águas do Grão Pará*. Os seus estatutos foram aprovados pelo Decreto nº 8.243 de 3 de setembro de 1881.

Inicialmente foi feita a demarcação da área dos terrenos que deviam ser desapropriados como necessários «à conservação dos mananciais.» (30) O Utinga foi o manancial escolhido e indicado pela Companhia. Dos estudos procedidos pela comissão de engenheiros nomeada pelo Presidente Dr. Gama Malcher, em 1880, — escrevia dois anos mais tarde o Dr. Sousa Dantas Filho em sua *Fala* à Assembléia» — ficou reconhecido que esta fonte (Utinga) pode dar cêrca de nove milhões de litros d'água no inverno e perto de quatro milhões no verão; pelo que foi aceito como principal manancial da emprêsa.»

A Companhia deu logo comêço aos trabalhos de canalização. Nomeou o govêrno um fiscal para a concessionária, o Dr. José Felix Soares, substituído mais tarde pelo Engenheiro Agostinho Autran.

O Barão de Maracajú, na *Fala* com que abriu a segunda sessão da 23ª legislatura da Assembléia Provincial, realizada no dia 15 de fevereiro de 1883, alinhou algarismos que dão bem a idéia da colaboração do govêrno nesse empreendimento, que a «*Companhia das Águas do Grão Pará* ia levando a bom têrmo.

Assim diz êle: (31)

> «Segundo informações ministradas pelo Dr. Procurador fiscal do Tesouro Público provincial, tem-se dispendido até esta data com as desapropriações de terreno para uso da Companhia, por conta da Província, nos têrmos da autorização legislativa, a quantia de 52:302$463 réis, representando uma área de 1.486,202 b2.

São os seguintes os terrenos desapropriados:

Por acôrdo amigável na Estrada de Braganaç e Utinga 337,796 b2	26:085$000
Benfeitorias indenizadas no Utinga	5:200$000
Por arbitramento na estrada de Bragança	11:516$463
Também foi desapropriado um terreno do Major Antônio Agostinho d'Andrade Figueira, benfeitorias e casa de vivenda para a Estrada de São Jerônimo, formando um trapézio com 10b. e 5p. de frente na estrada de João Balbi, com 57b. e 5p. de largura entre uma e outra estrada por	9:500$000
	52:302$463

Dêsse terreno é destinada para o 2º depósito da Companhia uma porção medindo 60 metros na Estrada de João Balbi e 50 de fundo, ficando o resto à disposição da província.

O terreno para o 1º depósito no Largo de S. Braz, formando um quadrado de 50 metros por lado, desapropriado à viúva e herdeiros do Dr. Guimarães, não foi indenizado por se achar compreendido na disposição do art. 17, da Lei Provincial nº 221 de 27 de outubro de 1852, isto é, ser foreiro da Câmara Municipal e estar inculto e sem benfeitoria alguma.»

A desapropriação foi feita na base de 74 réis por braça quadrada, sendo que as desapropriações por arbitramento custaram ao govêrno 901 réis, por braça quadrada. Essas, as informações prestadas pelo General Barão de Maracaju, à Assembléia Legislativa, no ano de 1883.

Enquanto a Companhia prosseguia nos trabalhos de assentamento dos canos e construção dos tanques, o público continuava a servir-se não só dos poços do Paul, como dos espalhados pela cidade, para serventia geral.

Nem sempre, porém, êsse serviço era feito a contento. O máu estado das ruas e estradas, por vêzes dificultava o abastecimento dos moradores, resultando daí as reclamações e apêlos

dirigidos à Câmara Municipal, nem sempre em linguagem comedida.

Na *A Província do Pará* de 25 de janeiro de 1883, vem estampada uma dessas reclamações «sôbre o estado lamacento, imundo e intransitável, em que está a Rua de Santo Amaro, entre a Estrada de São José e a Travessa de São Francisco, *nas imediações dos poços d'água potável para abastecimento público...*»

Terminava assim a publicação :

> «Êste pedido é feito pelos proprietários e moradores das circunvizinhanças daqueles poços, e por *muitos aguadeiros que contribuem com onerosos impostos* para o erário da municipalidade.»

Da leitura dêsse editorial concluimos que, não obstante as providências do govêrno e o monopólio por êste dado à firma que explorava os mananciais do Paul, os *aguadeiros* continuavam a servir a população e que esta pagava caro a água que bebia, devido os *onerosos impostos* que gravavam os que exploravam o lucrativo comércio.

A Companhia das Águas do Grão Pará esteve primitivamente situada à Travessa do Passinho, hoje Campos Sales, no sobrado conhecido por *Torre de Malakoff*. Mais tarde transferiu-se para a Travessa da Indústria, defronte do palacete do Comendador Fortunato Alves de Sousa, entre a Avenida 15 de Agôsto e a Travessa 1º de Março.

Trabalhando ativamente para encanar a água dos mananciais do Una e distribuí-la aos consumidores, na cidade, a Companhia fazia publicar nos jornais da época avisos participando à população que até fins de fevereiro de 1883, o serviço estaria terminado em determinadas zonas da capital.

E enumerava-as :

Estrada da Independência, Largo e Estrada de Nazaré, Largo da Pólvora, Travessa 1º de Março, Rua de Santo Antônio, dos Mercadores, do Espírito Santo e Calçada do Colégio.

A colocação dos canos para a residência dos consumidores era feita pelos operários da Companhia, que cobrava pelo material

empregado os seguintes preços: canos de 1½ polegadas, 600 réis; de 3/4 de polegadas, 900 réis; de uma polegada, 1$200 réis, por metro corrente. O preço da água, segundo a tarifa vigorante até o fim do ano de 1883, era de 10 réis por pote de 20 litros. Essa taxa segundo explicava a Companhia no referido Aviso — «equivalia a um desconto de 50% do preço do contrato.»

Cumprindo o que prometera ao govêrno e aos habitantes de Belém, a emprêsa contratante de que era engenheiro e gerente o cidadão inglês Edmundo Compton, inaugurava o serviço permanente de abastecimento d'água potável, por meio de canalização, a 1º de setembro de 1883.

Antes dessa data, o abastecimento limitava-se a *quatro horas* diárias, motivando êsse sistema atropelos e reclamações constantes.

O Paul da Avenida de S. Jerônimo preocupava, ainda, a atenção dos legisladores.

Na sessão de 22 de fevereiro de 1883, segunda da 23ª legislatura da Assembléia Provincial, foi apresentado pelo Deputado Nina um projeto que tomou o nº 1.517 «autorisando a presidência da província a mandar proceder aos estudos, planos e orçamentos necessários para aplicar as águas dos poços do Paul à *irrigação da cidade...*»

Devido as irregularidades do fornecimento da Grão Pará aos seus consumidores, os aguadeiros continuavam em atividade, fazendo franca concorrência à Companhia.

Apenas 100 casas de residência e comerciais possuíam encanamentos. As torneiras onde o público podia adquirir por compra a água canalisada, ficavam situadas nos seguintes pontos da cidade: Rua da Indústria, no estabelecimento da firma *Ribeiro & Freitas;* Travessa 1º de Março, em casa de *Antônio Ferreira da Graça;* Praça *D. Pedro II*, na residência de *Romão Peres;* Largo de Nazaré, no prédio onde morava *João Manoel do Nascimento;* Estrada da Independência, no estabelecimento da firma *Batista Rodrigues & Cia.;* Rua Dr. Malcher, nas casas de *Reinaldo Marques da Silva* e *Manoel Francisco Esteves*. Poucos, porém, serviam-se das torneiras da Grão Pará.

O hábito dos aguadeiros levarem a água de casa em casa estava arraigado nos costumes da população.

Os que não podiam pagar, valiam-se do recurso dos poços públicos. A Câmara Municipal procurava afastar a concorrência dos aguadeiros, impondo-lhes multas, e obrigando-os a comparecer com suas pipas, aos incêndios. A insistência da comuna na aplicação e cobrança dessas multas, deu motivo, certa vez, a que irrompesse uma greve de aguadeiros, na cidade. Êstes — relatam os jornais da época —, depois de sairem muito cêdo para os seus pontos, recolheram-se pouco depois, deixando de fornecer a água do costume.

Era o revide à atitude da Câmara.

A população — acrescentam os noticiaristas — viu-se a braços com grande dificuldade, devido à falta de água potável.

Para remediar a situação, a Câmara teve entendimentos com a Companhia Grão Pará, que prometeu colocar torneiras nas praças públicas e noutros lugares, preterindo com isso o serviço de canalização particular.

A máquina do Largo de S. Braz, comentavam os jornais de 12 de dezembro de 1883, foi posta a funcionar das 6 da manhã às 6 horas da tarde, a fim de melhor atender o povo.

A discussão surgida posteriormente na imprensa sôbre a qualidade da água fornecida pela Grão Pará obstou, de certo modo, que os negócios se desenvolvessem na proporção esperada. Com isto ganharam os aguadeiros.

Para forçar o consumo, a Companhia avisava a população *que não era obrigada a canalisar a água para o prédio que consumisse menos de 50 litros por dia*».

O mínimo a pagar pelos consumidores seria de 2$500 réis mensalmente sendo 1$500 réis de água e 1$000 réis de conservação e registro.

Reservatório do Largo de São Braz

O depósito do Largo de São Braz, que ainda hoje existe, foi inaugurado em 1884.

A propósito dessa obra, os diários de Belém publicavam dias antes de ser posta em funcionamento, as seguintes notas informativas :

> «O reservatório do largo de S. Braz, acha-se a uma altura de 20 metros do solo. Construído de grossas chapas de ferro e assentado sôbre colunas ôcas do mesmo metal, as quais se apoiam em profundo alicerce ou maciço de alvenaria hidráulica.
>
> O maquinismo destinado a alimentar o depósito do largo de S. Braz compõe-se de três grandes caldeiras e doutros aparelhos, precisos ao funcionamento de *cem mil litros d'água por hora*. Acha-se assentado dentro de espaçosa casa de alvenaria de pedra com acomodações para depósito de materiais.
>
> Os reservatórios têm a capacidade de um e meio milhão de litros, e os mananciais ora aproveitados, produzem *quatro milhões* de litros por dia, o que corresponde ao consumo de *cem litros* para cada habitante, admitindo-se a cifra de 40.000 consumidores, o que é exagerado, atentas as atuais condições da cidade.»

No ano de 1883, quando a Grão-Pará iniciou o serviço de canalização, apenas 100 prédios possuíam água encanada.

Aos poucos foi aumentando o número de consumidores. Em 1884, aquele número havia subido para 500, presumidamente, pois nos faltam os algarismos oficiais. Essa presunção tem apoio nas palavras do articulista, quando afirmava ser exagerado o número de 40.000 consumidores, na capital .

Por essa época a população de Belém estava calculada em 120.000 habitantes. Para tão valioso empreendimento, de incalculável benefício para a coletividade e de tamanha relevância para a Província, a estimativa deixava muito a desejar. Não seria isso resultado da resistência passiva dos aguadeiros ? Ou produtos dos hábitos dos tempos coloniais, da época da fonte das *Pépes* e dos poços do *Paul ?*

O desenvolvimento gradativo da cidade, o acentuado progresso do seu comércio e das suas indústrias e a invejável situação geo-

gráfica da capital, que lhe proporcionava freqüentes visitas de artistas e cientistas de várias nacionalidades, impunham modificações nos costumes e tendências da população. Pouco a pouco os poços foram desaparecendo. Os aguadeiros fizeram leilão das suas pipas, carroças e potes.

O govêrno determinava à Companhia do Grão-Pará, a instalação das chamadas bôcas de incêndio, em várias áreas da capital. Era mais um hábito que se extinguia: o do comparecimento obrigatório dos vendedores d'água, com seus veículos, nos locais do fogo. A transformação operava-se, lentamente. Mas, de maneira persuasiva.

No ano da proclamação da República, a Companhia das águas do Grão Pará estamapava nos diários da capital balanços demonstrando a prosperidade da emprêsa. Os pedidos de canalisação para casas de residência e estabelecimentos comerciais, eram em número cada vez maior.

Inegàvelmente, os aguadeiros tinham perdido o antigo e secular prestígio. Os poços começavam a ser entulhados. A cidade progredia.

3. DESAPROPRIAÇÃO DA COMPANHIA DAS ÁGUAS DO GRÃO PARÁ. MODIFICAÇÕES NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO. O RESERVATÓRIO «PAIS DE CARVALHO». O CANAL DO YUNA. ESTAÇÃO DE TRATAMENTO D'ÁGUA. RELATÓRIO DE BYINGTON & CIA.

Desapropriação da Compahia das Águas do Grão Pará

Com o advento da República, a Intendência Municipal não mais permitiu a conservação dos poços nas praças e ruas de Belém.

Cresceu, dêsse modo, a arrecadação da Companhia das Águas. O primeiro ato do govêrno republicano com relação a essa emprêsa, data de 1893. Era governador do Estado o Dr. Lauro Sodré. O Congresso paraense aprovou um decreto-lei, declarando de utilidade pública a desapropriação da Grão Pará, e autorisando a inovação do contrato, caso o govêrno assim julgasse conveniente. Tomou o decreto o nº 127. Foi sancionado em 19 de abril de 1893, estando redigido da seguinte maneira:

«O Congresso do Estado decretou e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1º É de utilidade pública a desapropriação da Companhia das Águas do Grão Pará de todos os direitos e privilégios que possui, por fôrça do contrato celebrado com o govêrno da então Província, para abastecer esta capital de água potável e bem assim de todo o seu material e propriedades empregados ou destinados ao mesmo abastecimento.

Parágrafo único. O Governador poderá também, se assim julgar mais conveniente, entrar em acôrdo com a dita Companhia, a fim de inovar o contrato, tendo em vista a diminuição do preço d'água fornecida à população e o abastecimento às repartições e serviços públicos, inclusive esgotos.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Mando portanto, a tôdas as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencerem que fielmente a cumpram e façam cumprir.

O Secretário do Estado a faça imprimir, publicar e correr.

Palácio do Govêrno do Estado do Pará, 19 de abril de 1893, 5º da República.

LAURO SODRÉ.»

Apesar do ato que autorizava a desapropriação da Companhia, esta continuou no seu rendoso comércio, como era prova eloqüente o balanço que periòdicamente publicava nos diários da capital, e por onde se evidenciava o grau de prosperidade da referida emprêsa.

A Lei nº 501, de 18 de maio de 1897, estabelecia no seu artigo 3º o seguinte :

«Artigo 3º Fica o governador autorizado:

. . . . . .

2º) Alienar o serviço das águas, concedendo os favores que julgar convenientes, conservando, todavia, os benefícios obtidos pela encampação e tendo em vista as necessidades futuras sôbre o saneamento da capital.»

Sancionou o Decreto-lei nº 501 o Dr. Pais de Carvalho, que exercia na época a suprema magistratura do Estado.

Nesse mesmo ano, escrevia Manoel Baena, no seu Relatório, (32) que o consumo d'água havia aumentado extraordinàriamente, em conseqüência das 39 fontes públicas mandadas colocar nos diversos pontos da cidade. Também o número de consumidores havia crescido.

Os melhoramentos introduzidos no serviço de abastecimento d'água estavam orçados em Réis: 2.202:275$800, ou seja na moeda atual Cr$ 2.202.275,80.

Entre as obras novas, figuravam :

Canalização de tubos de 18", do Utinga aos dois reservatórios penais de João Balbi e São Braz; bombas, caldeiras, pertences e chaminés; via fixa *Decauville*, em 2.000 m.c. com cobertura e assentamento; Fundações para o reservatório da João Balbi; Tanque de alvenaria de pedra subterrânea. (33)

O reservatório subterrâneo ficava situado entre a Estrada de São Jerônimo e João Balbi.

Gozavam do consumo gratuito, de acôrdo com a autorização de 17 de dezembro de 1985, êstes estabelecimentos :

Hospital Português D. Luís	40.000 litros
Hospital de São Francisco da Penitência	70.000 litros
Hospital Militar Federal	60.000 litros

Em 1898, o govêrno estadual pela Lei nº 611, de 30 de junho, regulamentou o serviço de abastecimento d'água à capital.

Os principais artigos dessa lei estabeleciam:

— Obrigatoriedade do suprimento d'água, regulado por hidrômetro para tôdas as casas de habitação e edifício de qualquer natureza existente dentro da légua patrimonial do município, de aluguel mínimo mensal de cinqüenta mil réis;

— Pagamento de um mil réis pelo aluguel do hidrômetro e de quatro mil réis pelo consumo mínimo obrigatório;

— Suprimento gratuito d'água às repartições federais, estaduais e municipais e estabelecimentos de caridade.

Enquanto o govêrno do Estado tomava tôdas essas providências no sentido de dotar a capital de um serviço de água digno do seu progresso, os aguadeiros, embora em menor número, voltavam a exercer a profissão, por todos os recantos da cidade. Iam encher as suas pipas, na Estrada de Nazaré, defronte do atual grupo escolar «Floriano Peixoto», em um terreno de propriedade do Sr. Berrêdo, cidadão português, que fazia bom negócio com os seus patrícios e freguêses. Os aguadeiros que vendiam o pote d'água (34) à razão de 200 réis, elevaram mais tarde o preço para 400 réis. Assim mesmo os compradores eram numerosos.

No ano de 1899, derradeiro do século, ainda o Estado sob a administração do Dr. Pais de Carvalho, sancionou êste a Lei nº 651, datada de 8 de junho, que no art. 11, inciso 2, autorizava o govêrno:

> «Arrendar ou alienar o serviço das águas mediante concorrência pública e sob condições de vantagem para o Estado...»

O Decreto nº 699, de 20 de junho de 1899, que fixou a despesa do Estado para o exercício de 1899-1900, estabeleceu no título VII, nº 5, a verba de vinte e cinco contos de réis, para a *Inspetoria das Águas* e renovação do material.

A Tabela nº 22 especificava os vencimentos dos funcionários da Seção das Águas, pessoal do Utinga, oficina e arrecadação da renda, sendo que os cobradores gerais percebiam 10% sôbre a cobrança que fizessem. Preocupada como estava a administração pública em melhorar o serviço do abastecimento, o Congresso estadual aprovava para o Dr. Pais de Carvalho sancionar em 2 de abril de 1900, o Decreto nº 726, que considerava de utilidade pública *as nascentes d'água a partir da sede da capital dentro de uma zona de 20 quilômetros*.

Aqui estão os têrmos da referida lei :

«O Congresso Legislativo do Estado do Pará decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º Ficam consideradas de utilidade pública as nascentes d'água que dentro de uma zona de 20 quilômetros, a partir da sede da capital do Estado, se tornarem necessárias ao abastecimento desta cidade, bem assim os terrenos circunvizinhos indispensáveis à conservação das mesmas nascentes.

Parágrafo único. Para execução desta lei o govêrno fará as expropriações precisas e entrará em acôrdo com o govêrno do município, quanto às terras compreendidas no patrimônio municipal de Belém.

Artigo 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado do Pará, 2 de abril de 1900 — 12º da República.

José Pais de Carvalho

Augusto Olimpio de Araujo e Sousa.»

Êstes foram os trabalhos preliminares da reforma do serviço de canalização d'água à capital. As primeiras providências tomadas pelo govêrno republicano, tendentes a melhorar o sistema de abastecimento, inaugurado pela companhia inglêsa no ano de 1883.

Modificações no sistema de abastecimento

Quando o Dr. Augusto Montenegro assumiu o govêrno do Estado, o problema do abastecimento d'água à cidade ainda não estava solucionado satisfatòriamente. Dois objetivos precisavam ser alcançados primacialmente, para aquêle fim : o aumento da produção da água no Utinga, e a melhoria da canalização em uso. (35)

Para o primeiro caso, o govêrno determinou a *captação do Utinga por meio de galerias subterrâneas filtrantes*.

Mandava, igualmente, construir *uma reprêsa de tôda a bacia do Utinga e de muros ao longo da vala que conduz as águas das*

três nascentes, a fim de poder-se bem aproveitá-las, evitando-se, entretanto o contacto com as águas do igapó.» (36)

Para a solução do segundo, autorizava o *prolongamento do encanamento até a Cidade Velha*.

E para melhorar quanto possível o serviço de abastecimento, as oficinas da Diretoria das Águas eram transferidas do quarto da casa onde estivera instalada a Companhia do Grão Pará, na Travessa da Indústria, para o prédio construído à Estrada João Balbi, canto da Travessa D. Romualdo de Seixas.

Ao tempo da Grão Pará explora esta emprêsa as cinco nascentes do Igarapé (37) «captadas tôdas à superfície e conduzidas por meio de três rêgos tôscos a um pôço circular, donde passavam ao reservatório subterrâneo de acumulação.»

Êsse reservatório era construído de alvenaria de pedra e cimento, possuindo uma capacidade para 1.600.000 litros d'água.

Media a rêde de canalização deixada pela Companhia 68.860 metros. E o máximo de água fornecida diàriamente durante a estação invernosa era de 2.200.000 litros.

Afora as máquinas que haviam servido àquela emprêsa «duas bombas horizontais de baixa pressão, ação direta e duplo efeito com as três caldeiras de tipo Galloway» o Governador Augusto Montenegro descreve em sua *Mensagem* o que mais encontrou, quando deu comêço à obra de remodelação do serviço de água : «dois reservatórios desmontados: um destinado ao local em frente às oficinas das águas em João Balbi, e o outro destinado ao canto da Rua Lauro Sodré com a Travessa 1º de Março.»

E mais: «dois reservatórios de distribuição em funcionamento, um pequeno e esférico, que distribui para a zona entre a Estrada do Utinga e o Asilo de Mendicidade e o grande de 1.500.000 litros, situado no Largo de S. Braz e que faz a distribuição para a cidade.»

Assim estava o serviço de águas quando o Dr. Montenegro tratou de reformá-lo, adaptando-o às exigências de uma cidade moderna e que crescia cada vez mais em população e progresso material.

E as obras de renovação foram iniciadas.

No ano de 1901, segundo os dados que temos à vista, galerias subterrâneas numa extensão de 281 metros com 11 chaminés

de inspeção e um aqueduto de 180 metros, tendo seis poços para limpeza, eram postas a funcionar. (38)

Em 1902, ficavam prontas «as galerias filtrantes da nascente da Mariana, na extensão de 296 metros com 10 chaminés de inspeção, dois poços coletores e duas caixas intermediárias; dois muros laterais na extensão de 332 metros ao longo da vala do cajueiro, isolando as águas das nascentes das do igapó.»

No ano seguinte ficavam terminadas «as obras de captação do Boiussuquára, inclusive a linha *Decauville* até ao tanque de junção, com uma extensão de 3.215 metros.» Ao mesmo tempo eram iniciados os trabalhos para a captação do Catú.

Em 1904, estavam ativadas as obras já começadas, e assentados 270 metros de canos para a Praça Batista Campos; 200 metros para a Rua dos *48;* 260 para a Travessa Campos Sales; 500 para o Boulevard da República; 830 para a Rua Pedro Raiol. (39)

Era notável o esfôrço do govêrno em melhorar o sistema de abastecimento d'água aos habitantes de Belém.

O reservatório «Pais de Carvalho»

O Dr. Pais de Carvalho, um dos mais notáveis propagandistas da República, no Pará, deixou o seu nome ligado à tradicional *caixa d'água* de Belém.

Ao assumir o govêrno do Estado, para o qual fôra eleito em substituição ao Dr. Lauro Sodré, procurou melhorar, dentro das possibilidades da época, o serviço de águas, deixado pela Companhia do Grão Pará. Para isso, e por intermédio da Comissão de Saneamento do Estado, encomendou às Usinas Metalúrgicas da firma *Boudet, Donon & Cia.*, de Paris, a construçã ode um reservatório. Ao encargo dos referidos fabricantes ficou o projeto da obra. Designado o local para a ereção do reservatório, promoveu o govêrno a desapropriação dos prédios localizados na área escolhida.

A escavação do terreno para as fundações foi feita de acôrdo com a planta vinda de Paris.

No ano de 1900, chegava de França, pelo vapor *Valesia,* parte do material encomendado: 702 volumes, pesando 206.585

quilos. A seguir mais 890 volumes descarregavam dos navios *Croatia* e *Hungria,* somando 234.904 quilos.

Em 1901, findava o quatriênio do Dr. Pais de Carvalho. Todo o material importado até aquele ano permaneceu por longo tempo no litoral.

Em dezembro de 1904, já na administração do Dr. Augusto Montenegro, começaram os trabalhos preliminares da montagem do reservatório. Sòmente nas obras de fundação dos tanques, foi gasta a importância de 84:800$000 réis, sendo consumadas 4.215 barricas de cimento.

No mês seguinte tinha início o serviço de alvenaria, e em fevereiro de 1906, começava a montagem pròpriamente dita do reservatório, cujos trabalhos estavam orçados em 291:882$000 réis.

Algumas das principais peças de encanamento vieram da Europa, tendo o Dr. Montenegro encomendado aos fabricantes *Walter Macfarlane & Cia.*, da Inglaterra, um gradil com um portão monumental — o que daria ao conjunto aspecto mais atraente e grandioso.

O reservatório metálico — escrevia em 1908 o governador paraense, na *Mensagem* dirigida ao Congresso Legislativo : «tem a forma esbelta dos altos pilares preconizados por Georges Eiffel na construção dos grandes viadutos e na edificação da sua célebre tôrre de 300 metros».

Coube ao Engenheiro Inocêncio Holanda de Lima a organização do orçamento e planos da construção, ficando o Dr. Francisco Bolonha na direção do serviço, de acôrdo com o determinado na Portaria nº 1.047 de 25 de outubro de 1904. Em junho de 1908, eram feitas as primeiras experiências. O resultado não foi compensador. Cheio o reservatório, aconteceu arrebentar no dia imediato um tubo de 0,90. Consertado êsse defeito, mais outros canos arrebentaram a seguir. Houve celeuma em tôrno do desastre. Foi êste atribuído a «alguma falha da fundição», pois a linha estava assente — segundo expressões dos engenheiros construtores — de acôrdo com tôdas as regras.

E sem que conseguisse ver funcionando o reservatório, concluiu o Governador Montenegro o seu segundo quatriênio administrativo.

Substitui-o nessa elevada função pública o Dr. João Antônio Luís Coelho. Na sua primeira *Mensagem* ao Congresso Legislativo, (40) grafava o nôvo governador as seguintes palavras sôbre o abastecimento d'água :

> «É urgente remodelar êste serviço, no ponto de vista administrativo, para melhorar-lhe a fiscalização. Não estando ainda terminado o serviço de água em nossa capital, necessitando a rêde de distribuição, que é incompleta, de linhas auxiliares, cuja falta ocasiona a ausência d'água em algumas zonas da cidade, poderemos realizar os serviços necessários, sem lançar mão de recursos extraordinários e só aproveitando os saldos verificados na renda, quando haja uma fiscalização perfeita e rigorosa.
>
> O grande desperdício de água observado nesta cidade, torna precisas grandes obras para novas captações.
>
> Penso que a aplicação de hidrômetros nas derivações de todos os consumidores pode adiar por alguns anos êsses trabalhos a que o Estado não poderá atender atualmente sem sacrifício.»

E concluindo:

> «Ainda não foi possível fazer funcionar regularmente o reservatório *Pais de Carvalho*, levantado no centro da cidade. Circunstâncias que sempre ocorrem em serviços desta ordem não permitiram ainda sua utilização, mas espero dentro de pouco tempo, executadas as providências que autorizei, vê-lo concorrer poderosamente para melhor distribuição de água à nossa capital.»

O emprêgo de contador de volume, preconizado pelo Dr. João Coelho, não constituía novidade. A Companhia do Grão Pará fizera uso dêsse aparelho, como já referimos, sendo o preço fixado para a água assim registrada, de *meio real o litro*.

O que houve, foi a substituição dos hidrômetros *Kennedy* pelos *Empire*, fabricados pela National Meter Company, de New York, mais aperfeiçoados que aquêles.

Em 1911, o govêrno proclamava a necessidade da clarificação e filtragem da água. E, a propósito dessa medida, punha em evidência o fato das águas provindas dos mananciais do Buiussuquára e Catú atravessarem zona mais vasta qu ea do Utinga. sujeitas, portanto, a enxurradas que perturbavam a sua limpidez e clareza. (41)

O remédio para êsse defeito, esclarecia o chefe do executivo paraense, estava :

> «No emprêgo de reservatórios de decantação e bacias filtrantes, cujos volumes e áreas serão suficientes para clarificar e purificar o líquido em quantidade necessária ao suprimento diário de Belém.»

Para melhor atender às necessidades do abastecimento, o govêrno adquiria em 1910, pela importância de *vinte e cinco contos de réis*, a chácara denominada *Vila Isabel*, à margem da via férrea bragantina, de propriedade da viúva do Dr. Manoel Barata. Essa propriedade ficava próximo das nascentes onde era captada a água para o abastecimento da capital.

Na *Mensagem* de 1912, dá o Dr. João Coelho amplos informes sôbre o reservatório *Pais de Carvalho*, e as tentativas levadas a efeito para o seu aproveitamento.

O Dr. Maximiano Corrêa, então no cargo de diretor do Serviço de Águas, entregou ao govêrno um Memorial acêrca das obras de que necessitava o reservatório, explicando nesse documento as causas das freqüentes ruturas da tubulação. Apresentou para corrigir êsse defeito um projeto, que visava «dividir a extensão condutora do líquido, de modo que em um trecho a água fôsse elevada pela bomba e no outro atuasse exclusivamente a gravidade.» (42)

Em conseqüência «foi construído em frente ao Instituto *Lauro Sodré* um *Stand Pipe*, de cêrca de 40 metros de altura, sendo a água apenas recalcada até ao alto, em uma extensão de 917 metros, a partir da usina adutora de Utinga». A 12 de junho de 1912, o Engenheiro Corrêa realizava as últimas experiências do reservatório; as três cubas transbordaram às 10,30 horas da noite.

Marcada para o dia 24, a cerimônia da inauguração oficial teve de ser transferida para 30, em virtude dos defeitos que a obra ainda apresentava. Efetivamente, a 30 de junho daquêle ano, presente o Dr. João Coelho; General Ilha Moreira, Inspetor da 2ª Região Militar; representantes dos Srs. Intendente Municipal e Chefe de Polícia, senadores e deputados estaduais e grande massa popular, foi solenemente inaugurado o reservatório *Pais de Carvalho*. Eram transcorridos oito anos, desde que o Governador Augusto Montenegro iniciara os trabalhos preliminares dessa construção.

Depois de proferido o discurso oficial pelo Diretor do Serviço de Águas, o Dr. João Coelho e o General Ilha Moreira abriram a derivação do funcionamento d'água à cidade, declarando inaugurado o reservatório.

Do ato foi lavrada a seguinte *Ata*, lida no momento pelo Dr. Orlando Figueiredo, funcionário da Repartição das Águas:

«*Ata da inauguração do reservatório «Pais de Carvalho, em 30 de junho de* 1912 — Aos 30 dias do mês de junho do ano de 1912, vigésimo quarto da República, nesta cidade de Belém do Pará, Estados Unidos do Brasil, às 9 horas da manhã, sendo Presidente da República o Exmo. Sr. Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, Governador do Estado o Exmo. Sr. Dr. João Antonio Luiz Coelho e diretor do Serviço de Águas o Exmo. Sr. Dr. Luiz Maximiano de Miranda Corrêa, estando presente o Exmo. Sr. Dr. João Antonio Luiz Coelho, Exmo. Sr. Dr. Virgilio Martins Lopes de Mendonça, Intendente de Belém, o Exmo. Sr. General Ilha Moreira, inspetor da 2ª Região Militar, revendíssimo Senhor Don Santinho Coutinho, arcebispo da arquidiocese, autoridades civis e militares, federais, estaduais e municipais e mais pessoas convidadas, foi solenemente inaugurado o reservatório Paes de Carvalho, destinado a melhorar o abastecimento d'água à população desta capital, sendo autor do projeto do seu funcionamento o Exmo. Sr. Dr. Luiz Maximino de Miranda Corrêa.

E eu David Pinto dos Santos, servindo de Secretário, esta escrevi e assino. Belém 30 de junho de 1912. — *David Pinto dos Santos.*»

As capacidades dos reservatórios de S. Braz e da Rua Lauro Sodré eram, respectivamente de 1.500.000 e 2.500.000 litros. A média do consumo em 24 horas, segundo as estatísticas do tempo, chegava a 14.000.000 de litros, levando em conta que sòmente 90.000 habitantes, (43) serviam-se da água fornecida pelo Estado.

Concluimos daí que cada consumidor gastava, em média 155,5 litros d'água por dia.

Existiam em 1913, 8.863 derivações, sendo o consumo mensal de 144.000.000 de litros, dos quais apenas 4.800.000 eram pagos, sendo os demais fornecidos gratuitamente aos hospitais, estabelecimentos religiosos e repartições federais, estaduais e municipais.

Das 8.863 derivações, apenas 5.871 estavam providas de hidrômetros. (44) A rêde de canalização, antes do advento do govêrno Montenegro, media 62.000 metros. Trabalho, ainda, da Companhia do Grão Pará.

Aquele governador mandou colocar mais 15.200 metros. O Dr. João Coelho fêz construir 10.528 metros e o Dr. Eneas Martins 3.872 metros até junho de 1913.

Apesar de todos os esforços empregados para o eficiente funcionamento do reservatório *Pais de Carvalho*, nem sempre foi possível colhêr resultados satisfatórios.

No primeiro govêrno do Sr. General Magalhães Barata, o Diretor do Serviço de Águas Sr. André Benedeto tentou a utilização dêsse reservatório, tendo colaborado nos respectivos trabalhos o Dr. Francisco Bolonha, que foi um dos engenheiros da obra, e a firma Byington & Cia., construtora da Estação de Tratamento das Águas de Belém.

Os resultados obtidos não corresponderam à expectativa. Dois outros engenheiros os Drs. Frederico Bendra e Richard C. Schmandek, propuseram-se a resolver o velho problema do aproveitamento da Caixa d'Água. (45)

Porém, as condições gerais do reservatório eram muito precárias. Constatara-se que, em mais de 1.700 pontos, a estrutura dos suportes, «desde a base, no solo, até a plataforma principal»,

estava oxidada, sendo que centenas daqueles pontos representavam deteriorações extensas. (46) Comunicando ao Diretor das Obras Públicas, Terras e Viação, o estado em que se encontrava a caixa d'água, com as suas peças de resistência quase destruídas o Diretor do Serviço de Águas, em Ofício nº 134, de 14 de novembro de 1938, dizia em certo trecho daquêle documento :

«Sem dúvida urge uma providência para evitar o desastre que seria a *possível queda do Reservatório.*»

E esclarecia, em definitivo:

«Em qualquer caso existe a circunstância de o Reservatório não poder funcionar em regime útil de abastecimento, porque as canalizações não resistiriam à pressão hidrostática, representada pelo Reservatório em carga.»

A vista de informações tão categóricas, tomou o govêrno do Estado a deliberação de ouvir o Sindicato de Engenheiros do Pará, solicitando resposta para as perguntas formuladas nos seguintes têrmos :

«*a*) Se é possível o aproveitamento, no Serviço de Águas do Reservatório *Pais de Carvalho*.

b) Caso não seja possível qualquer medida favorável ao aproveitamento, se deve ser demolido.

c) No caso de demolição, em quanto deve ser avaliado o material existente.»

A resposta dada pela Comissão designada pelo Sindicato, composta dos Engenheiros Antônio Ferreira, Artur Seixas e A. Pena de Carvalho, foi esta :

«*a*) Julga a comissão muito dispendioso o aproveitamento, no Serviço de Águas do Reservatório *Pais de Carvalho*, por ser impossível a água chegar ao mesmo por gravidade, em virtude de ter sido desmontado o *Stand Pipe*, situado na Avenida Tito Franco, como também por se achar a tubulação que conduz a água do Utinga ao reservatório, muito prejudicada com diversas

derivações, o que lhe ocasiona considerável perda de carga. Além disso necessitam a estrutura e o reservatório de grandes e onerosos reparos, dado ao abandono em que se acham há longos anos expostas como estão às intempéries.

b) Aconselha a comissão a *demolição* do reservatório *Pais de Carvalho* que no momento ainda não apresenta perigo de desabamento o que se poderá verificar, todavia, futuramente, caso continui sem conservação.

c) Somos de parecer que o referido reservatório *deve ser vendido*, montado como se acha, correndo o desmonte por conta do comprador.» (47)

A primeira proposta para compra foi feita pelo Sr. E. *Feggion*, que ofereceu Cr$ 60.000,00, por todo o material. Despresada essa oferta, mandou o govêrno abrir concorrência pública, pelo espaço de 60 dias, para desmontagem da tradicional *caixa d'água*. (48)

Já na administração do então Interventor, atual General Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, as firmas *Laminação e Artefatos de Ferro S.A.* (*Laerfe*), da Praça de Recife, e *A. Pinto Guimarães & Cia.*, de Belém, propuseram-se a comprar o reservatório pela quantia de Cr$ 250.000,00.

Consultada a Diretoria das Águas sôbre a oferta, manifestou-se contrária à pretensão dos proponentes, com o que concordou o govêrno. (49)

Mais tarde a *Sociedade Ancar*, de São Paulo, ofereceu *um milhão e cem mil cruzeiros*, pelos materiais da *caixa*.

A 28 de janeiro de 1944, *Artur Obino*, domiciliado na capital da República, apresentou proposta, no valor de *um milhão e duzentos mil cruzeiros*, pelas suas peças.

Porém, até hoje, o Reservatório *Pais de Carvalho*, embora imprestável para o serviço a que foi destinado, permanece de pé.

Quem chega à capital por qualquer dos caminhos fluviais que levam à baía do Guajará, ou corta os céus paraenses, nas proximidades de Belém, há de avistá-lo de longe, com as suas cubas verdes, o seu talhe esguio, onde nos dias de festa cívica costumava tremular a bandeira nacional.

O seu traçado, como escreveu em 1903 o Governador Augusto Montenegro, tem a forma esbelta da célebre tôrre metálica francesa — a Eiffel.

E, embora não tivesse cumprido satisfatòriamente a sua finalidade, por culpa dos homens que a construíram ou montaram, ou mesmo por desígnio do destino, a velha e tradicional *caixa d'água* constitui, ainda, um dos motivos característicos e pitorescos da cidade de Belém.

O Canal do Yuna

Problema dos mais importantes e debatidos desde o segundo quartel do século XIX, o abastecimento d'água de Belém continuava a preocupar a administração pública.

Quando assumiu as funções de Interventor no Estado, a 12 de novembro de 1930, o Sr. Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, tenente nessa época, encontrou o serviço de águas, — afora a parte administrativa, — como fôra deixado pelo Governador Montenegro.

Já em 1924, o Engenheiro Raimundo Tavares Viana, Diretor do Serviço de Águas, em Relatório apresentado ao Sr. Secretário Geral do Estado, confirmava a nossa assertiva, dizendo :

> «O que tenho observado nestes poucos meses da minha administração, é que devido ao estado de obstrução de alguns encanamentos da rêde geral, que em grande parte *é muito antigo*, e das deirvações particulares, há pouca água em alguns bairros afastados e quase sem pressão.»

A respeito dos terrenos dos mananciais, escrevia :

> «Foi no govêrno do Dr. Augusto Montenegro que se fêz a captação tão perfeita quanto possível das nascentes do igarapé Utinga, pois até aquela data, a que existia era muito rústica e imperfeita.
>
> Concluído êsse trabalho, que muito concorreu para aumentar o volume d'água fornecido por aquelas nascentes, mas insuficientes para o nosso abastecimento, fizeram-se detalhados estudos topográficos e geológicos em tôda a zona circunvizinha, determinando-se, então, o plano geral de captação das nascentes dos igarapé Boiussuquara, Catú, Água Prêta, confeccionando-se logo os projetos e orçamentos das obras destas bacias, obras que ainda foram executadas naquele govêrno.»

E prosseguia dêste modo :

> «Em 25 de junho de 1910, já então no govêrno do Dr. João Antônio Luís Coelho, foi adquirido por 25.000$000, à Exma. Sra. D. Leocádia de Figueiredo Barata, um dos terrenos assinalados, denominado *Vila Isabel*, ao lado esquerdo da Estrada de Ferro de Bragança, no quilômetro 15, onde estão situadas as nascentes do igarapé *Catú*.
>
> Desta data para cá nenhum terreno mais foi desapropriado, *apesar da indispensável necessidade de sua aquisição por contarem nascentes e mananciais d'água do abastecimento público.*» (50)

O primeiro trabalho de vulto mandado executar pelo Sr. Interventor Magalhães Barata, nos mananciais do Utinga, poucos meses depois de haver assumido o govêrno do Pará, foi a construção do canal *Yuna* (do Tupy — *Y*, água — *Una*, prêta).

Muito embora a população da capital tivesse aumentado consideràvelmente nestas últimas quatro décadas, a capacidade das nascentes permanecia como no tempo da administração Montenegro.

Nenhuma obra fôra realizada para atender às necessidades do consumo cada vez maior. Não se tratava apenas da desapropriação de terrenos com nascentes e mananciais d'água, de que fala o Engenheiro Tavares Viana, no seu citado Relatório. Era preciso rasgar o caminho para que as águas do Igarapé de *Água Prêta* convergissem para o *Boiussuquára* e, então, juntas, chegassem em maior volume às bombas do Utinga.

Só assim teria a cidade a água suficiente para o consumo da população. O plano era audacioso, porém capaz de solucionar o velho problema do abastecimento de Belém. Resolveu, por isso mesmo, o Interventor Magalhães Barata, levá-lo a cabo. A 7 de

abril de 1931, tinham comêço as obras do que seria mais tarde o *Canal do Yuna*. Na direção dos trabalhos estava o Dr. André Benedetto.

Nesse mesmo dia — esclarece um jornal da época — «*uma turma de 20 homens, com André à frente, inicia a derrubada da mata virgem. Quinze dias depois, em lugar das árvores seculares, havia um cáos de toros revolvidos, de galhos retorcidos, de lamaçal exposto, de podridão de fôlhas. Qualquer que não tivesse coragem recuaria.*

Havia falta de tudo: de ferramentas, de máquinas, de pessoal, de confiança mesmo. André Benedetto só contava para as obras com a boa vontade do Major Barata. Tudo o mais lhe era hostil».

Assim, através da mata cerrada, do igapó traiçoeiro, correndo o perigo das sucurijús e das febres palustres, foi aberto o extenso valado.

Iniciados os trabalhos, houve quem considerasse as obras do canal — *simplesmente impraticáveis*.

Êsse o critério seguido até então. Por isso mesmo, jamais fôra tentado plano igual, tão certos estavam os técnicos, de que a abertura de semelhante canal era coisa impraticável, senão mesmo impossível.

Com o adiantamento da obra, apareceram as críticas soêzes. Chegou a ser dito — para o descrédito do profissional que levou a cabo aquêle empreendimento que, *as águas do canal corriam para a jusante quando devia ser ao contrário*.

A 4 de maio de 1932, à vista das acusações assacadas ao Sr. Benedetto, a Interventoria do Estado designava os Engenheiros Antônio Ferreira Celso, Raimundo Viana, Alberto Brício da Costa e João Dias da Silva, para examinarem as obras do canal.

Tudo chegou, porém, a bom têrmo. O engenheiro Francisco Bolonha expôs, em substanciosa monografia, as razões e os efeitos do notável empreendimento, louvando-o.

O Sr. Interventor Magalhães Barata viu coroada de pleno êxito a obra que mandara executar em benefício da coletividade.

Pelo canal do *Yuna* descem por hora 2.000 metros cbicos de água, que vão suprir as máquinas instalada no Boiussuquára e *Utinga*. ([51])

Concluída a construção do novo canal, tratou o govêrno de solucionar outro problema de relevante interêsse para a saúde dos habitantes da capital: o tratamento químico da água.

Estação de tratamento da água

Ano de 1933.

O *Diário Oficial do Estado* publicava, na sua edição de 14 de agôsto, o edital de concorrência — para o fornecimento e instalação dos aparelhamentos e conjunto de dispositivos necessários e construções hidráulicas do serviço de tratamento da água.

O edital especificava as condições que o govêrno estabelecera para êsse serviço e que deviam ser preenchidas pelos concorrentes.

Estava compreendido o tratamento químico e mecânico da água.

O primeiro — esclarecia o edital, para livrá-la das matérias orgânicas dissolvidas e em suspensão na mesma, abrangendo: arejamento, adição de substâncias químicas, reação e coagulação, decantação e esterilização; o segundo, constando da filtração da água por meio de filtros rápidos que funcionassem por gravidade.

A quantidade máxima da água a ser tratada por 24 horas, ficava estipulada em 27.000 metros cúbicos.

A 14 de dezembro era encerrado o prazo para apresentação das propostas de concorrência. Após minucioso estudo, foi escolhida a firma *Byington & Cia.*, de São Paulo e Recife, que oferecera maiores vantagens sôbre os demais proponentes: Albuquerque Mossler, Reisert, Companhia de Máquinas; The Paterson Engineering Co. e Haupt & Cia.

Uma área da Praça Floriano Peixoto, antigo Largo de São Braz, foi destinada à Estação de Tratamento da Água.

O govêrno municipal mandou proceder o alinhamento dos terrenos necessários, tendo sido desapropriados os dos seguintes proprietários: Manoel Pessoa, estância; Noêmia Baiana Pereira Guimarães, barracas números 1 a 6; Manoel Mendes de Oliveira, barraca nº 32; Anísia Araújo Barbosa, barraca nº 34; Jocelin Ademar Pereira Guimarães, barraca nº 36; Ana Rosa de Almeida, barraca nº 50, e Maria Lopes da Silveira, barraca nº 56. Essas

expropriações custaram à Prefeitura nove mil e oitocentos cruzeiros, na moeda atual.

A 31 de agôsto de 1934, o Secretário Geral do Estado, João Rodrigues Coelho, de ordem do Sr. Interventor Federal, autorizava o Dr. André Benedetto, Diretor do Serviço de Águas, a comunicar à firma *Byington & Cia.* que o terreno para as obras lhe seria entregue a 15 de setembro, podendo os trabalhos começar àquela data, ou no prazo estipulado no respectivo contrato.

Finalmente, a 9 de outubro daquele ano, realizava-se a cerimônia do início da construção da Estação.

Completava dêsse modo, o Sr. Interventor Magalhães Barata a formidável obra começada com o canal do *Yuna*.

Às 8 horas da manhã tinha comêço a cerimônia no terreno desapropriado pela Prefeitura. Do discurso proferido pelo Senhor Diretor do Serviço de Águas, transcrevemos os trechos a seguir:

> «Êste ato que vos dignastes de honrar com vossa presença é o do início dos trabalhos para construção da Estação de Tratamento da Água, destinada ao consumo da população de Belém e assinala o momento característico em que começa a tornar-se realidade prática, traduzida para o campo das realizações concretas uma aspiração do Sr. Major Magalhães Barata, das mais dignas de louvores, das mais merecedoras de elogios.
>
> .....
>
> O tratamento da água consiste em torná-la perfeitamente pura, melhorar sua qualidade, corrigir seus caracteristocos fisicos e organolepticos, depurando-a de tôda a matéria estranha que tenha dissolvida ou em suspensão e fazendo por último sua esterilização, de modo a torná-la pura também sob o ponto de vista bacteriológico, livrando-a de qualquer possibilidade de tornar-se veículo de agentes patogênicos.
>
> Para isso sofre a água diversos tratamentos químicos, representados por arejamentos, pela coagulação e decantação, após adição de sulfato de alumínio e cal, pela filtração por meio de filtros rápidos, funcionando por gravidade, e pela esterilização por meio de cloro.»

Terminado o discurso do Diretor do Serviço de Águas, o Dr. Rodrigues Coelho, representante do Sr. Interventor, tomando de uma pá, deu comêço à excavação para os alicerces da casa de filtros.

Foi assim que tiveram início os trabalhos da construção da *Estação do Tratamento da Água de Belém*.

Dois anos depois, a 11 de maio de 1936, o Engenheiro Raimundo Viana, então diretor das Obras Públicas, Terras e Viação, enviava ao Dr. José Malcher Governador do Estado, os pareceres elaborados pelos Engenheiros Pena de Carvalho e Bertino Barbosa de Lima, que compunham a comissão pericial nomeada para proceder ao estudo da obra pronta a ser entregue ao govêrno, na forma contratual.

Afora êsses dois profissionais, incumbiu o Chefe do Estado, de dar, igualmente parecer sôbre o mesmo assunto, o Engenheiro Francisco Bolonha, que ao tempo da administração Montenegro fôra o encarregado do serviço da construção do reservatório *Pais de Carvalho*.

Dando cumprimento à missão, o Dr. Bolonha terminou o seu Relatório com estas palavras:

> «Terminando o meu Relatório hidrotécnico e técnico econômico, dou o meu parecer inteiramente favorável à obra, não só quanto à execução do seu conjunto e detalhes técnicos, como também à integral aprovação de suas contas...» ([52])

Do Relatório do Dr. Augusto Meira Filho, então diretor do Serviço de Águas, relativo ao movimento técnico, administrativo e financeiro, no período de janeiro a dezembro de 1943, destacamos os seguintes períodos:

> «A Estação de Tratamento de Águas que possuimos é das mais modernas do país. A dosagem é uniforme na sua distribuição e varia de acôrdo com a qualidade e quantidade da água vinda dos mananciais.
>
> O processo de decantação é ótimo e permite um repouso de cêrca de cinco (5) horas. A filtragem é feita

por seis (6) filtros abertos, de gravidade, e o seu sistema de lavagem é por inversão da corrente, utilizando-se para êsse serviço, que é feito diàriamente, a água já devidamente tratada, depositada no reservatório de S. Braz.

Uma vez filtrada, a água é clorada em seguimento e depois conduzida para os poços, a fim de ser bombeada para a cidade.

Nesse tratamento são utilizadas, aproximadamente por mês, seis (6) toneladas de cal, dez (10) toneladas de sulfato de alumínio e trezentos (300) quilos de cloro.

Após o seu tratamento químico, a água natural que, vinda dos mananciais, possui um índice bacteriológico bastante elevado, fica em condições de ser utilizada, uma vez que êsse tratamento reduz o índice a uma colimetria estimada entre 0% e 10%, modificando dessa forma, as condições naturais da nossa água, tal como ela existe, represada em seus reservatórios.

Sem a interferência do tratamento químico, não seria prudente utilizá-la, tendo em vista o seu estado de impureza, semanalmente constatado pelos exames bacteriológicos fornecidos pelo Departamento de Saúde do Estado e pelo Eerviço Especial de Saúde Pública.»

Conclui o Dr. Meira Filho essa passagem do seu Relatório com êstes conceitos:

«Graças a êsse aperfeiçoamento técnico a água fornecida hoje à cidade é limpida, potável e de sabor agradável. Acha-se em igualdade de condições de pureza e potabilidade com a que é bebida em outras grandes capitais brasileiras.»

* * *

A primeira tentativa feita em Belém para canalizar a água e levá-la ao consumidor, data de 1854, quando o Presidente Sebastião do Rêgo Barros soliciaou à Câmara Municipal a entrega da planta da cidade ao Major de Engenheiros Belmont Brokenharut, que estava encarregado dos estudos preliminares do que devia ser o mais notável empreendimento daquela época.

Daí em diante, e por mais de duas décadas, os administradores provinciais tentaram, inùtilmente, concretizar a idéia do Presidente Rêgo Barros.

Tudo fracassou.

Em 1883, estabelecia-se na capital a Companhia das Águas do Grão Pará. Foi feita a almejada canalização. Selecionados os mananciais. Construídos os reservatórios.

O Governador Augusto Montenegro procede, em 1904, a grande reforma com que melhorou o serviço de abastecimento d'água à cidade.

Todo êsse período áureo está registrado nos Anais de Belém. A mais notável obra, nestes dois últimos ciclos da vida política do Estado, foi feita na primeira interventoria do Sr. Magalhães Barata. O canal do *Yuna* e a *Estação de Tratamento da Água.* são trabalhos meritórios. Belém colocou-se, então, no mesmo plano das grandes capitais brasileiras.

A água que os seus habitantes bebem, atualmente, passa por um rigoroso tratamento químico, que a torna límpida e de agradável sabor. Bem diferente, portanto, daquela que o Presidente João Antônio de Miranda dizia há um século, numa das suas *falas* à Assembléia Legislativa Provincial, ser suja e de má qualidade.

Relatório de Byington & Cia.

Do Relatório da Companhia contratante dos serviços de remodelação do abastecimento de água e sistema de esgoto da cidade de Belém, extraímos as informações que nos parecem mais interessantes.

Ficamos sabendo que vários e importantes trabalhos foram executados nas barragens da *Água Prêta* e *Bolonha;* no canal e bacia do *Utinga*.

A 12 de junho de 1950, foi oficialmente inaugurada a Usina de S. Braz, onde funciona a Casa de Bombas.

Estão em acabamento vários reservatórios construídos em diferentes setores da cidade; e, em estudo, um projeto para a «construção de nova rêde de distribuição d'água de Belém.»

Nos bairros mais afastados da capital, foram colocadas torneiras públicas para atender as necessidades dos moradores.

Todos êsses melhoramentos, introduzidos no serviço de abastecimento d'água à população, atestam o interêsse do govêrno em bem atender os justos anseios da coletividade.

II

SISTEMAS DE TRANSPORTE E DE ILUMINAÇÃO

1. SEGES E SERPENTINAS. OS BONDES

SEGUNDO o depoimento dos cronistas que traçaram as primeiras páginas da história da cidade de Belém, os meios de condução usados no século XVIII, e que provinham, certamente, dos hábitos do anterior, eram as *seges* e as *serpentinas*. Dêsse modo acompanhavam os fiéis mais ricos o Círio de Nossa Senhora de Nazaré nos idos coloniais.

As damas costumavam ir à missa e ao comércio acomodadas em vistosas e confortáveis rêdes, carregadas por negros escravos, acompanhadas de mucamas, que também lhes serviam de alcoviteiras. Os homens preferiam os cavalos, correndo pela cidade em disparada, provocando o protesto dos oficiais da Câmara, através de rígidos artigos de Postura, onde castigavam os infratores com penas que iam da multa à prisão.

Os moradores do interior serviam-se para a sua condução de *montarias* ou *casco*, um pequeno transporte de três bancos, feito de uma peça de madeira. As canoas veleiras atravessavam os rios, alongando a sua viagem mar a fora, até o oceano, quando tinham de viajar a Salinas ou ir às Guianas.

Os carros ou seges transportavam de 5 a 8 passageiros, mas havia os que levavam até 16, ficando nesse caso os proprietários obrigados a atrelarem quatro animais.

Assim esteve em uso o precário estado de transporte, na capital, até o segundo quartel do século XIX.

A 23 de outubro de 1868, foi concedido a James B. Bond, pela Carta de Lei nº 585, o privilégio exclusivo por 30 anos, para explorar o serviço de transporte coletivo em Belém.

Foi como teve origem o *bonde*, veículo que tomou o nome do concessionário dêsse melhoramento público, que se propunha a conduzir passageiros e materiais «para diferentes pontos da cidade, de modo rápido e econômico.»

James B. Bond era americano e de espírito empreendedor. Por largo tempo exerceu o cargo de cônsul dos Estados Unidos da América do Norte, no Pará. Obtida a concessão, assinou no ano seguinte, a 1 de setembro, o Têrmo de Convênio para assentamento dos trilhos e estabelecimento das linhas dos bondes.

A primeira tinha comêço no Largo da Sé e ia até o Largo de Nazaré, além da ermida. Os carros desciam pela Calçada do Colégio, Rua da Cadeia, hoje João Alfredo, frente do Teatro Providência, Rua de Santo Antônio, dobrando na Travessa da Misericórdia, atual Praça Barão de Guajará, subiam pela Rua de São Vicente, agora Pais de Carvalho, Travessa dos Mirandas que é a moderna Avenida Presidente Vargas, antiga 15 de Agôsto, Largo de D. Pedro II, atualmente Praça da República, de onde tomavam a direção da Estrada de Nazaré ,até o fim da linha.

Não havia regularidade nas paradas. Para corrigir o defeito, o govêrno da Provincia deu ordens para o estabelecimento de *estações* intermediárias, onde os vagões deviam parar para receber passageiros.

As paradas em número de 16, ficavam situadas nos seguintes pontos: Largo do *Palácio;* Travessa do *Pelourinho;* Travessa do *Passinho;* Largo da *Misericórdia;* Travessa das *Gaivotas*, esquina da Rua dos *Mártires;* esquina da Rua das *Flôres* antes da volta da Travessa dos *Mirandas;* Largo da *Pólvora*, depois da volta, defronte da casa do Dr. Morais; Travessa da *Glória;* Largo da *Memória*, defronte da casa do Dr. Jaime Pombo Brício; centro do Largo de Nazaré, defronte da casa de Dona Maria Carolina de Figueiredo; Estação. O preço das passagens era de 320 réis, podendo cada passageiro conduzir um volume, nas condições de ser guardado debaixo do assento do banco.

De James B. Bond passou a concessão para a firma *Bueno & Cia.* da qual era chefe o Comendador Manoel Antônio Pimenta Bueno, e desta para a Sociedade Anônima *Companhia Urbana da Estrada de Ferro Paraense*.

Inicialmente o serviço de transporte foi feito por três locomotivas de caldeiras verticais, 12 carros de passageiros e oito de carga.

Concluída a primeira linha foi estabelecida a segunda, que ia do ponto terminal de Nazaré à pedra comemorativa do *Marco da Légua*. A via férrea tinha a extensão de nove quilômetros e 142 metros, sendo: do Largo de Palácio a Nazareth três quilômetros e 413 metros; de Nazaré ao Boulevard da Câmara Municipal, quatro quilômetros e 119 metros; o ramal do Largo de Palácio ao da Pólvora um quilômetro e 610 metros.

A segunda linha gozava da subvenção de dez contos de réis anuais, concedida pela Lei nº 665 de 31 de outubro de 1870.

No ano de 1873, viajaram na primeira 252.973 passageiros, produzindo uma receita de 63:243$250 réis. Na segunda linha viajaram 12.373 passageiros, com uma receita de 3.093$250 réis, sendo o movimento de fretes, em ambas as linhas de 4:089$500 réis.

Dizia a emprêsa ter tido, nessa época, o saldo de 278$285 réis, o que equivalia a uma confissão de séria dificuldade.

A «Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense» era representada pelos diretores: Comendador Antônio Homem de Loureiro Siqueira e comerciantes José Francisco Linhares e E. Scharamm.

Para evitar concorrência, desde que o govêrno, nos têrmos da Lei nº 630 de 13 de outubro de 1870, concedera privilégio aos cidadãos João Rodrigues Ferreira e José Maria Guedes Morais, para fazerem na cidade o serviço de transporte de passageiros, por veículos a vapor, sôbre rodas forradas de borracha, a *Companhia Urbana* ampliou os têrmos das cláusulas da concessão obtida por James Bond, que além das ruas já discriminadas, passava a abranger mais as seguintes: Sousa Franco, Pedro I, da Saúde, Manoel Evaristo, Pio, Dona Januária, Dom Romualdo de Seixas, Dom Romualdo Coelho, Dois de Dezembro, 14 de Março, 25 de Março, 9 de Janeiro, 3 de Maio, 14 de Abril, Caldeira Castelo Branco, José Bonifácio, Municipalidade, São João, Cônego Jerônimo Pimentel, Rosário, Pedreira, Dr. Morais, Bernal do Couto, Oliveira Belo, Diogo Maia, Antônio Barreto, Domingos Marreiros,

Boaventura da Silva, João Balbi, São Jerônimo e quantas se edificassem do mesmo lado da cidade até 1 de setembro de 1899, fôssem ruas ou travessas. A sudeste, sudoeste e noroeste da capital tôdas as ruas não discriminadas no contrato, e *quantas se abrissem* para o futuro.

Estava afastada dêsse modo a possibilidade dos concorrentes fazerem frente à poderosa emprêsa, embora uma das cláusulas do Convênio estabelecesse claramente:

> «Fica, porém, salvo e excluído dêste privilégio o direito da *Companhia de Bondes Paraenses* às ruas em que tem assentado os *seus trilhos* até a presente data.»

No ano de 1883, a Companhia *Urbana* possuía 35 quilômetros de linha, e a *Paraense* 25. Entre os pontos percorridos por esta figuravam o *Matadouro* e o Largo de Batista Campos.

Foi a 8 de agôsto de 1870, que chegaram de Nova York, pelo vapor *Merimack* a máquina e dois carros, idênticos aos usados no Rio de Janeiro «muitos elegantes e bem pintados», e que se destinavam excuusivamente «para o transporte de famílias.»

No mesmo ano estavam sendo esperados mais seis carros, que seriam postos em circulação no dia do Círio. Segundo os jornais do tempo e os Relatórios dos presidentes da Província, a Companhia *Urbana* não satisfazia as necessidades do transporte da população. O horário era irregular. O aparecimento, em 1899, dos carros *Rippert* veio dar esperanças. Necessàriamente o público ganharia com o concorrência.

Porém, alguns meses depois, o concessionário liquidava o negócio.

Logo a seguir, a tentativa do estabelecimento de uma linha regular de *Tilburis*, fracassava, também.

E a *Urbana* findava o século XIX, prestando, de qualquer modo, grande serviço à coletividade, e enchendo uma página da história dos transportes de Belém.

* * *

A desorganização da Companhia Urbana provocou contrariedades difíceis de sanar.

Teve, por isso mesmo, o govêrno municipal de Belém de tomar medidas que acautelassem os interêsses da cidade, dos seus habitantes e da comuna.

A Lei Municipal nº 391 de 9 de dezembro de 1904, permitiu a transferência para C. H. Chirstopher Moller, emprêsa ou companhia que «para êsse fim fôr organizada em Londres», dos contratos assinados com a Companhia Urbana, em 26 de maio e 12 de novembro de 1894. (53)

O sistema de tração elétrica seria o adotado, ao invés de tração animal, então usado. Desapareciam os *bondinhos de burro*.

A 27 de janeiro de 1905, foi assinado o contrato com o capitalista britânico Moller.

A emprêsa organizada em Londres, com o objetivo de explorar os serviços de iluminação e viação de Belém, teve a denominação de *Pará Eletric Railways and Lighting Company*.

A 16 de dezembro do mesmo ano era assinado contrato definitivo com a *Pará Eletric*, depois do govêrno federal haver concedido permissão à emprêsa para funcionar no Brasil.

De início apresentou a concessionária o projeto do percurso das 13 linhas de bondes, iniciais.

E a 15 de agôsto de 1906, realizava-se a cerimônia do princípio dos trabalhos, com o assentamento do primeiro trilho à Avenida *Independência*, esquina da Praça *Floriano Peixoto* (São Braz).

Sôbre o acontecimento, o Intendente Antônio Lemos traçou no seu Relatório, as seguintes linhas:

> «... O ato foi revestido de tôda a pompa, assistindo a êle as mais altas autoridades estaduais, municipais e federais e grande massa de povo.
>
> O local achava-se vistosamente engalanado; os pavilhões de quase todos os países do mundo flutuavam no topo dos mastros, decorados com escudos do Estado e do município, ladeados por bandeirolas.
>
> O Sr. G. L. Andrews deu começo à cerimônia, pronunciando uma ligeira alocução. Convidava, disse, ao Intendente Municipal de Belém, para colocar o primeiro grampo dos trabalhos iniciais da tração elétrica de Belém.

Empunhando, então, um martelo de prata, bati o grampo, também do mesmo metal, que segurava o *rail* sôbre o dormente.

Nesse momento o gerente da *Pará Electric* ergueu dois calorosos vivas: ao Governador do Estado e ao Intendente de Belém. Também o Capitão Cassulo de Melo e Monsenhor Andrade Muniz rebateram o grampo.» (54)

Um ano decorrido, a 15 de agôsto de 1907, era inaugurado o novo sistema de transporte, por tração elétrica.

Às 8 horas da manhã, saiu o primeiro bonde, da antiga estação de bitola estreita, entre as avenidas São Jerônimo e Nazaré, conduzindo o Governador do Estado, Intendente de Belém, Chefe de Polícia, Secretários de Estado, representante do Arcebispo diocesano e outras autoridades.

Mais vinte e um veículos acompanharam o carro principal, todos obedecendo êste trajeto: Avenida São Jerônimo, Praça da República, 15 de Agôsto, Rua Pais de Carvalho e Senador Barata, Avenida 16 de Novembro, até o Largo de Palácio.

O regresso foi feito pelas Ruas Conselheiro João Alfredo e Santo Antônio, 15 de Agôsto, Praça da República e Avenida São Jerônimo.

Foi uma festa para a cidade a inauguração dos bondes elétricos .Depois da solenidade, os veículos passaram a conduzir passageiros, que se aglomeravam nas paradas, todos desejosos de percorrer os pontos servidos pelo novo sistema de transporte coletivo.

Com o decorrer dos anos a *Pará Electric* começou a viver os mesmos dias angustiosos, idêntica apatia que caracterizou a *Urbana*, no seu fim inglório. Os diários de Belém de 24 de abril de 1947, noticiavam uma reunião havida no Palácio do Govêrno, no dia anterior, onde o Governador Moura Carvalho, o Prefeito de Belém Dr. Teivelindo Guapindaia e o Sr. Belino Bittencourt Interventor Federal na Companhia de eletricidade, discutiram a situação aflitiva da companhia inglêsa.

Esclarecia o noticiarista que :

«A falta de elementos da Emprêsa continua a ser ponto nevrálgico da questão e a situação precária do material rodante está levando o govêrno e a companhia a cogitarem de suspender a circulação dos bonde dados como imprestáveis na sua quase totalidade.»

O que a população previa, com o recolhimento à Estação dos bondes dados como imprestáveis, aconteceu, realmente: a paralização do tráfego. Dois dias depois da reunião havida no Palácio do Govêrno, os jornais publicavam a seguinte nota, subscrita pelo Sr. Belino Bittencourt :

«O Interventor Federal na Pará Electric confirmando os têrmos da *Nota Oficial*, comunica por êste meio a todos os servidores desta emprêsa que, a partir de *amanhã*, 27 do corrente, *será suspenso o tráfego de bondes*.

Os motivos de tal medida, resultantes de entendimentos havidos entre o govêrno da municipalidade e esta Interventoria, com aprovação do Govêrno do Estado estão suficientemente esclarecidos na *Nota* acima referida. (55)

Resta-me, entretanto, aqui, cumprir o dever de comunicar a todos os empregados do Departamento do Tráfego e suas dependências, que, como conseqüência inevitável, terá de se verificar a dispensa de todos os que, até aquela data, vêm exercendo suas atividades no referido Departamento.

Desnecessário será dizer quão penoso é para esta Interventoria ter de tomar tal medida que atinge velhos e bons servidores, cuja situação procuraremos resodver da forma mais conciliatóriar possivel independentemente de qualquer direito que porventura lhes assista.»

De Belém foram enviados apêlos ao Presidente da República, para que não consentisse na suspensão do tráfego dos bondes, para evitar que fôssem lançados à miséria cêrca de mil servidores daquela emprêsa. (56)

Mas, os bondes saíram mesmo dos hábitos do povo. Substituídos pelos ônibus, que, atualmente, em grande número, trafegam pela cidade, cortando-a em todos os quadrantes, ligando-a através de diferentes e populosos bairros. Da capital partem diàriamente

ônibus para os municípios vizinhos de Belém, percorrendo as estradas de rodagem que foram abertas com essa finalidade. É um modo de levar o progresso até onde seria difícil conduzí-lo, sem o auxílio do transporte rápido e cômodo.

2. OS CANDEEIROS DE AZEITE. DE GÁS. A LUZ ELÉTRICA

Entrou o Pará no segundo quartel do século XIX, com o mesmo e precário sistema de iluminação dos tempos coloniais.

O azeite e o sêbo eram os combustíveis usados, não existindo regularidade na iluminação pública. Nos dias de festa nacional, os moradores, segundo os costumes adotados e as determinações da Postura, iluminavam as fachadas de suas casas, e o govêrno mandavam acender os candeeiros de reverbero, com os quais ornamentava o Palácio.

Quando era tempo de lua, economisava o Tesouro provincial o gasto com os lampeões.

Assim foi até o ano de 1861, quando o Presidente Francisco Carlos de Araújo Brusque contratou com o inglês *Hardy Hislop*, por intermédio do seu Procurador Leonardo Pinheiro da Cunha Carneiro, a iluminação de Belém por meio de gás hidrogênio carbonado.

Segundo os documentos manuscritos do Arquivo Municipal, a colocação dos tubos de condução do gás começou no dia 9 de junho de 1863. A 13 de maio seguinte, foi inaugurado o novo sistema de iluminação.

Essa constituiu uma noite de grande sensação para os paraenses, que de há muito vinham clamando pelo melhoramento. A emprêsa contratante procurando dar maior realce à solenidade, mandou colocar na fachada do Palácio do Govêrno uma legenda luminosa com os dizeres:

Viva Dom Pedro II — Viva o Presidente — No centro da inscrição fulgurava a coroa imperial.

Fôra uma feliz iniciativa do Sr. Aigles, que viera da Europa para instalar a aparelhagem do gás.

O povo gostou do conjunto. O efeito estava maravilhoso. O mesmo acontecia na repartição de Polícia, onde brilhava na fachada

uma enorme estrêla luminosa. Nas sedes dos consulados, também era notável a iluminação.

Contudo, nem tôdas as ruas ofereciam igual aspecto. Enquanto a do *Espírito Santo* e do *Imperador* estavam bem iluminadas, na dos *Mercadores, Formosa, Nova de Santana*, do *Rosário* e adjacentes, os lampeões não funcionavam com regularidade. Soube-se depois, que o defeito provinha do diâmetro dos bicos dos candeeiros que eram menores do que os pedidos. Um engano dos engenheiros da emprêsa, que deu oportunidade aos adversários do govêrno de registrarem o fato de acôrdo com as suas conveniências partidárias, apontando-o como culpado do êrro...

Inicialmente, o Presidente Brusque, contratou a montagem de 700 lampeões para iluminação da cidade. O tempo de fornecimento diário da luz era de *dez horas e meia*. Cada combustor custava, por noite, ao govêrno, 250 réis.

Fiscalizava as obrigações da emprêsa o Chefe de Polícia, que vez por outra aplicava as multas estabelecidas no contrato. Quase sempre o motivo era a intensidade da luz que não correspondia ao prometido. Também a emprêsa demorava a instalação de novos combustores. Tanto que, na sessão da Assembléia Legislativa, de 10 de novembro de 1866, foi aprovada uma tabela de distribuição de 341 lampeões de azeite, nas ruas, travessas, largos e estradas onde fôsse insuficiente ou não houvesse iluminação a gás.

Dêsse modo foram instalados: 22 lampeões na Estrada de São João; seis em São Jerônimo; 16 na Rua da Pedreira; 17 na dos Inocentes; quatro na do Rosário; 19 na das Flôres; 16 na de São Vicente; 15 na do Príncipe; 14 na da Princesa; dois na Chafariz; um na travessa da Piedade; quatro na Estrêla; cinco na de S. Mateus; sete na das Gaivotas; um na de Vera Cruz; três na Misericórdia; cinco na Queimada; oito na Rua de Santo Amaro; 13 na Bailique; quatro na Paciência; quatro na Caetano Rufino; 24 na Independência; 31 na do Arsenal; quatro na dos Ferreiros; 11 na Barroca; 5 na das Flôres; seis na Longa; três na Alfama e dois no pôrto do Colares.

Em 1867, constava da lei orçamentária provincial uma verba de *cento e três contos de réis* destinada às despesas com a iluminação de Belém, que na ocasião era feita com 1.100 lampeões.

Quando foi recebida no Pará, a auspiciosa notícia da terminação da guerra do Paraguai, o govêrno celebrou o acontecimento com festas de regosijo público e atos beneficentes que se tornaram memoráveis.

Para os lázaros do Tocunduba foram comprados vestuários novos; para a igreja da Trindade adquiridas alfaias; ao Bispo diocesano foi entregue o dinheiro suficiente para a colocação das cadeiras capitulares da catedral e concerto da Igreja e Convento do Carmo; à Companhia de Gás uma elevada quantia para a iluminação da fachada do Palácio e do edifício onde funcionava a Assembléia provincial.

Esteve notável, comentavam os jornais, o fornecimento da luz à cidade. Em todos os lampeões o gás brilhava através dos bicos novos que a emprêsa mandara colocar especialmente para os três dias da festa cívica.

A 26 de maio de 1894, a Intendência de Belém, na administração do Barão de Marajó, ajustou o fornecimento da luz elétrica à capital.

Foi contratante do serviço a *Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense*, que inaugurou o novo sistema em 1896. Foi um acontecimento na vida social da cidade.

Tão marcante e jubiloso como aquêle que assinalou a substituição dos seculares candeeiros de azeite pelos lampeões de gás.

Era mais um passo a separar Belém dos enraizados costumes coloniais.

III

A ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA. COLONIZAÇÃO, IMIGRAÇÃO NACIONAL E ESTRANGEIRA, NÚCLEOS COLONIAIS COMO ORIGEM DOS MUNICÍPIOS BRAGANTINOS

1. AS ORIGENS DA VILA DE BRAGANÇA. A PRIMEIRA ESTRADA ABERTA PELOS COLONIZADORES NO PARÁ. A VIAGEM DE PEDRO TEIXEIRA AO MARANHÃO

Estava Portugal sob o domínio da Espanha, quando Francisco Caldeira de Castelo Branco lançou os fundamentos do Pará, em 12 de janeiro de 1616.

Seis anos mais tarde o Rei D. Felipe III, em Carta datada de 9 de fevereiro doou a Gaspar de Sousa, Governador Geral do Brasil, a capitania do Gurupi, situada entre o Tiriaçu e Caeté «com vinte léguas de fundos para o sertão».

Foi a origem do povoado do *Sousa do Caeté*. (58) fundado depois da côrte de Madrid haver atendido às reclamações de Álvaro de Sousa, filho do governador geral, de quem Feliciano Coelho de Carvalho pretendia usurpar o direito de posse, apresentando como razão dêsse gesto haver obtido, em 1633, do seu pai, o Governador Francisco Coelho de Carvalho, a mesma mercê já concedida em 1622, por Felipe III.

Dêsse modesto povoado, de cujo progresso nada adiantam as crônicas, vem a origem de Bragança, ao tempo em que era Governador o Capitão General do Grão Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que deu o nome à vila. Foi isto em 1753.

Depois de ter Castelo Branco iniciado a conquista do Pará, foi Pedro Teixeira incumbido de levar a boa nova ao Maranhão.

Preferiu o caminho terrestre, pois a navegação marítima *por fora* era perigosa, sujeitando os viajantes aos contratempos das correntes e dos ventos. O Padre Antônio Vieira justificava o receio dos que se aventuravam nesta travessia, escrevendo :

> «Com esta contrariedade contínua das águas e dos ventos, que ordinàriamente são brisas desfeitas, fica tôda a costa dêste Estado quase inavegável para barlavanto, de *sorte que do Pará para o Maranhão de nem um modo* se pode navegar *por fora*.» (59)

O caminho percorrido por Pedro Teixeira, na sua viagem de Belém a São Luís, foi êste: subida pelo rio Guamá, passagem por Ourém e Bragança até sair «na costa junto ao Turiaçu.»

Gastou dois meses nesse trajeto, de 7 de março a 17 de maio de 1616. Era a primeira vez que um homem se arriscava nessa destemida emprêsa, própria da coragem e da abnegação daqueles que, por amor e devotamento à pátria, se alistavam no serviço d'El-Rey, (60)

O caminho ínvio e perigoso, atravessado pelo destemido soldado português, foi mais tarde aproveitado para, em melhores circunstâncias, ser aberta nova estrada, ligando o Pará ao Maranhão. O empreendimento não contou, todavia, com os auxílios que lhe deviam ser dados. Tanto que, um século decorrido, o Governador João da Maia da Gama recebia a Carta Régia de 31 de março de 1722, onde o rei recomendava que se acabasse aquele caminho «a que já tinha dado princípio Cristóvão da Costa Freire, em tempo do seu govêrno», e isto porque se tiravam «*as maiores utilidades em se comunicarem e comerciarem por terra sem trabalho e risco de uma navegação por mar tão perigosa e prolongada.*» (61)

A navegação marítima, não se cansava de dizer Vieira, era desconfortante, demorada e perigosa. E descrevia o que era a viagem :

> «Navega-se nestes meses pela madrugada com a bafagem dos terrenos, os quais como são incertos e duram poucas horas, todo o resto do dia e da noite, e às vêzes semanas e meses inteiros, se está esperando sôbre ferro na costa descoberta e sem abrigo, sendo êste um trabalho e enfadamento maior do que tôda a paciência dos homens, e o pior de tudo é que, depois desta tão cansada porfia, aconteceu muitas vêzes tornarem as embarcações arribadas ao Maranhão.»

Os perigos a que se expunham os navegadores que se arriscavam a atravessar a distância que ia de São Luís a Belém, justificavam as providências reais.

Daí as recomendações da côrte para que acabasse o *caminho* terrestre iniciado por Cristóvão da Costa Freire, e onde, advertia o rei, havia a utilidade de ser feito com mais segurança o comércio entre os dois portos. Da primitiva estrada, aberta pelos colonizadores, ainda restavam vestígios em 1811. (62)

Admitiu Capistrano de Abreu que essa devia ser a estrada que foi aberta em 1770, pelo pernambucano Evaristo Rodrigues «para introduzir no Pará o gado do Maranhão e Piauí. (63) Estrada precária, sujeita aos constantes perigos que a queda das grandes árvores provocavam, (64) só seria, realmente praticável, comenta Capistrano, se as suas margens fôssem povoadas.

É o mesmo notável historiador quem afirma, que o caminho percorrido por Pedro Teixeira *existiu até o século XIX*.

Êsse não foi, nem é a estrada de Bragança, de que falam os cronistas, quando se referem à ligação terrestre entre o Pará e o Maranhão, nos idos do século XVII, quando Portugal lançava as bases do seu domínio na Amazônia. Aquela comunicação entre as duas capitanias era feita do seguinte modo:

> «Partia de Belém, subia o Guamá, passava por Ourém e Bragança, e saía na costa junto ao Turiaçu.»

Ourém, referido por Capistrano, teve a sua origem na Casa Forte do Guamá. Foi essa Casa Forte edificada por Luís de Moura, no ano de 1727. Era o ponto de ancoragem das embarcações que, saindo de Belém, percorriam o primeiro trajeto do *caminho* que ligava o Pará ao Maranhão, através de Bragança.

Sòmente no século XIX, com a construção da via-férrea bragantina, foi possível fazer-se, efetivamente, por terra, o caminho

que os colonos da era da conquista chamavam de terrestre, mas que começava com a extensa jornada que ia desde Belém à Casa Forte de Luís de Moura, pelo rio Guamá, acima, até onde os açorianos lançaram mais tarde os fundamentos de um promissor povoado.

O tempo havia de conservar, no entanto, a denominação que lhe deram os seus desbravadores. Seria, sempre, a *Estrada de Bragança*.

O que importava que lhe mudassem os rumos? Não estaria por acaso, cumprindo a sua finalidade?

Era o que o rei pensava e mandava dizer ao Governador João da Maia da Gama: dela haviam de se tirar *as maiores utilidades*.»

Por acaso falhou o vaticínio d'El-Rei?

2. A ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA. PROJETOS E CONTRATOS. O ASSENTAMENTO DOS PRIMEIROS TRILHOS. 1870-1883

A Estrada de Ferro de Bragança surgiu do imperativo da colonização de uma extensa faixa de terra que, partindo de Belém, ia terminar na primitiva capitania de Álvaro de Sousa, filho de Gaspar de Sousa, que foi governador geral do Brasil.

Com a instalação e promissor desenvolvimento da Colônia Agrícola de *Benevides*, mais acentuada foi sentida a necessidade da construção daquela via férrea, com o duplo sentido — social e econômico —, desde que se abriam possibilidades para a fundação de novos núcleos populacionais e perspectivas auspiciosas para o comércio e a lavoura da zona bragantina.

A colônia de *Benevides* era uma experiência que o govêrno da província tentava com aquêle duplo objetivo.

Até então os produtos agrícolas produzidos naquele núcleo eram trazidos para o mercado consumidor de Belém, por via fluvial. Transporte caro, difícil e moroso, que não compensava o trabalho dos colonos, nem atenuava as grande despesas feitas pelo govêrno com a manutenção daquela propriedade.

Para que se tornasse «uma *realidade* a colonização das terras marginais à Estrada de Bragança e seus ramais, era indispensável», esclarecia o Dr. Guilherme Francisco Cruz, (65) que «ficasse

garantido aos produtos agrícolas e industriais, transporte fácil e rápido para o mercado da capital, e êsse transporte só pode satisfazer sendo feito por estrada de ferro.»

Essa tentativa vinha sendo feita desde o ano de 1870, quando pela Lei nº 658, de 31 de outubro, o govêrno da Província procurou atrair o interêsse de qualquer companhia ou emprêsa para fazer o serviço de *rodagem a vapor*, entre o *Boulevard*, (66) e a cidade de Bragança, para o transporte de passageiros e cargas. A via férrea começaria no *marco* de pedra que assinalava a primeira légua patrimonial de Belém, concedida pelo Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão Pará, o Sr. Francisco Coelho de Carvalho, por Carta de doação e sesmaria datada de 1 de setembro de 1627, e terminava na cidade de Bragança.

O Govêrno comprometia-se: a pagar o juro anual de 6%, sôbre o capital empregado, que não poderia exceder de *novecentos contos de réis*; a isentar de direitos provinciais e municipais todo o material importado para o serviço. As obrigações da companhia ou emprêsa seriam estas: aprontar no prazo de três anos, todo o serviço necessário, para a inauguração do serviço de *rodagem a vapor;* fazer duas viagens redondas por semana, com trens de passageiros e uma viagem redonda, também por semana, com trens de carga.

O Govêrno da Província ficaria com o direito de dispor de três passagens por viagem, e a 50 quilos de carga. As passagens e o transporte dos objetos dos colonos teriam o abatimento de 20%.

Havia, na referida lei ,uma disposição que obrigava a emprêsa contratante pôr à disposição da Presidência da Província, em caso de guerra, todo o seu material rodante. O prazo do contrato seria por 20 anos.

Apesar da promessa da garantia dos juros sôbre o capital de *novecentos contos de réis*, e da isenção de direitos provinciais e municipais para o material necessário à construção da via férrea, não apareceram concorrentes à proposta do Govêrno.

Como um estímulo à construção dessa estrada de reconhecido valor econômico para tôda a região ainda inexplorada, que se estendia de Belém a Bragança, foi sancionado pelo Presidente Domingos José da Cunha Júnior, a Lei nº 779, de 9 de setembro

de 1873, autorizando o pagamento do *prêmio* de *cinco* contos de r;is, por *quilômetro* de estrada de ferro construída. (67)

Também não surtiu efeito mais essa tentativa. Procurou, então, o Govêrno dilatar o prazo do privilégio para 40 anos, e elevar os juros sôbre o capital empregado para 7%. (68) Deliberou, igualmente, ceder à emprêsa contratante 10 léguas quadradas de terras, na estrada de Bragança, onde seriam estabelecidos núcleos de colonização. Para êsse fim a emprêsa ficaria na obrigação de estabelecer em suas propriedades 10.000 imigrantes, na base de 2.500 por ano.

Garantia o Govêrno da Província o pagamento das passagens dos colonos, ficando a manutenção dos mesmos a cargo da emprêsa contratante. Apareceram, então, os primeiros interessados na construção da ferrovia bragantina. Foram êles os Engenheiros Cícero de Pontes e Antônio Gonçalves da Justa Araújo.

O contrato feito nas bases da Lei nº 809, de 6 de abril de 1874, foi assinado no dia 15 de setembro daquele ano.

Comprometeram-se os dois concessionários, por si ou emprêsa que organizassem, a dar princípio à construção da estrada dentro do prazo de 30 meses, que findaria no mês de março de 1877. Porém, o tempo decorreu e nada foi feito. Esclarecia o Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, presidente da Província, (69) num dos seus Relatórios à Assembléia Legislativa provincial:

> «Até hoje não consta que se tenha ao menos iniciado tais trabalhos. Para o desenvolvimento dos núcleos coloniais, na Estrada de Bragança, é questão vital a via férrea.»

Três anos mais tarde, isto é, em 1879, o Presidente da Província, Dr. José Coelho da Gama e Abreu, revelava que encontrara nos papéis do seu antecessor uma proposta feita pelo Desembargador Isidro Borges Monteiro e Francisco de Siqueira Queirós, concessionários da Estrada Bragantina, em São Paulo, (70) onde faziam algumas alterações para menos nos preços da respectiva proposta de concorrência. Essa foi submetida a apreciação e aprovada, tendo sido lavrado o contrato em 21 de maio de 1879.

Não consta que os interessados tenham procurado modos para cumpri-lo, a não ser cedendo os seus direitos a terceiros.

Segundo informações chegadas da côrte, teria sido organizada ali uma sociedade anônima de capitalistas, sob a direção do Senhor Bernardo Caymari, com o propósito de construir a ferrovia bragantina. Tanto a notícia era verdadeira, que no dia 5 de fevereiro de 1883, chegava a Belém o representante da emprêsa denominada *Estrada de Ferro de Bragança*, trazendo procuração dos diretores daquela companhia, que eram os Senhores: Senador Ambrósio Leitão da Cunha, Michel Calógeras e Otto Simon.

Nesse sentido, o Sr. B. Caymari enviou comunicação escrita ao General Barão de Maracaju, Presidente da Província, onde esclarecia que a emprêsa desejava iniciar, imediatamente, os trabalhos da estrada de ferro. Para isto invocava o contrato celebrado anteriormente, entre a Província e o Desembargador Izidro Borges Monteiro e Francisco de Siqueira Queirós, da qual se fizera concessionária a nova emprêsa, por meios legais.

O Barão de Maracaju, alegando a caducidade do contrato invocado pelo Sr. Caymari, sob o pretexto de não ter o govêrno imperial decretado fiança à garantia de juros, como estabelecia a cláusula 18ª, do mencionado contrato, não permitiu que a emprêsa desse começo aos trabalhos da construção da ferrovia bragantina.

Reconhecendo, porém, a utilidade e a importância da estrada, declarou que estava disposto a firmar um contrato adicional, desde que a emprêsa aceitasse a condição de fixação do capital garantido por orçamento visto e aprovado pela Presidência da Província, não excedendo o seu máximo a *trinta* contos de réis por quilômetro. (71)

A emprêsa atendeu a exigência do govêrno. E o contrato adicional foi assinado no dia 16 de junho de 1883. Decorrida uma semana dessa solenidade, a emprêsa levantou 10% do capital garantido, para aplicação nas despesas preliminares.

No dia 24 de junho de 1883, foi assentado o primeiro trilho da Estrada de Ferro de Barança.

Às 8,30 da manhã chegavam ao lugar designado para a cerimônia, onde está hoje a Estação de São Braz, numerosas pessoas, especialmente convidadas, conduzidas em 12 bondes da Companhia Urbana Paraenses, puxados por tração animal.

No primeiro veículo iam S. Excia. Revdma. o Sr. Dom Antônio de Macedo Costa, e o Sr. Bernardo Caymi, da emprêsa concessionária. Nos demais, o que Belém possuía de mais representativo, nos diferentes círculos social, econômico e político. Era um acontecimento digno das alegrias que todos deixavam transparacer. Grande iniciativa para o progresso do Pará. Estímulo para os núcleos agrícolas, que não podiam preencher as suas finalidades sem que os produtos produzidos nas colônias fôssem escoados com facilidade e economia para o mercado consumidor. Era um dia de festa para a Amazônia, quando se transformava em realidade, uma das grandes aspirações do govêrno provincial.

O assentamento do primeiro trilho de uma estrada de ferro era o comêço da fartura que se prenunciava, através das organizações agrícolas que iam ser fundadas e trabalhadas, carinhosa e tècnicamente, com a ajuda dos colonos estrangeiros. Justas, pois, as festas realizadas naquela oportunidade.

Reunidos o Barão de Maracaju e as principais autoridades da Província, foi iniciada a cerimônia da colocação dos primeiros trilhos, feita pelos Engenheiros Batista, Weower, Moura e Campos, sôbre dois dormentes de mármore. Nêsses estavam gravados os seguintes dizeres :

> «*Estrada de Ferro de Bragança* — Primeira estrada de ferro construída na Província do Pará, inaugurada em 24 de junho de 1883, sendo presidente o Exmo. Sr. General Visconde de Maracaju — Estrada de Ferro de Belém a Bragança — Organizada e construída por *B. Caymari*, sendo Engenheiro Chefe *M. B. Batista;* Primeiro Engenheiro *H. E. Weower;* Engenheiros *Ignacio B. de Moura, A. O. R. da Costa, F. Martin;* Auxiliar *H. Sholl;* Contador *Elkin Hime Junior;* diretores *Barão de Mamoré, Otto Simon* e *Michel Calógeras.*»

Os trilhos foram pregados com oito pregos de bronze prateados, batidos cada um pelos Senhores: Visconde de Maracajú; D. Antônio de Macedo Costa, Bispo diocesano; General Tibúrcio, comandante das Armas; Dr. Chefe de Polícia; Tenente-Coronel João

Diogo, Presidente da Câmara Municipal; Conselheiro Tito Franco, Joaquim Cabral e o jornalista Joaquim Lúcio.

Assim findavam as cerimônias daquele dia. A emprêsa *Estrada de Ferro de Bragança* começou os trabalhos que tinha contratado com o govêrno da Província. O Presidente, General Visconde de Maracajú dá, no Relatório, (72) que remeteu aos membros da Assembléia Legislativa Provincial, contas detalhadas dos primeiros passos da emprêsa, ainda no ano de 1883. Assim esclarece: No dia 14 de julho foi autorizado o levantamento do capital de 1.598:000$000 réis, devendo essa importância ser depositada no Banco Comercial de Belém; a 21 ficou aprovado o plano do trem rodante da referida estrada, de acôrdo com o Parecer do Doutor Procurador Fiscal do Tesouro Provincial; por ato de 27 do mesmo mês foi designado o Engenheiro Dr. Felix Soares, para servir de árbitro na avaliação dos terrenos particulares que tinham de ser desapropriados.

A 5 de outubro aprovou o Govêrno as plantas da Estação Central de Belém, apresentadas pelo Engenheiro Chefe da Estrada Dr. Manoel Rodrigues Batista. Enquanto isto, várias turmas de trabalhadores preparavam o leito da estrada, desde o Largo de São Braz à sede da colônia de *Benevides*, sob a fiscalização do Engenheiro Antônio Joaquim de Oliveira Campos, que era o representante do govêrno junto à emprêsa.

Aberto e limpo o caminho, o Visconde de Maracaju anunciou que havia aprovado o traçado definitivo da via férrea bragantina até a colônia de Benevides.

Era o comêço de um grande empreendimento de sentido econômico, social e político.

3. DE BELÉM A BENEVIDES — 1884-1885

No contrato assinado a 16 de junho de 1883, havia o compromisso da companhia *Estrada de Ferro de Bragança*, de introduzir 10.000 colonos, na base de 2.500 por ano.

A impossibilidade de manter êsse dispositivo levou a companhia, por intermédio do seu gerente e representante no Pará, Engenheiro William Thomson, a pedir a eliminação dessa cláusula. A 6 de junho de 1885, foi assinado um acôrdo entre os concessioná-

rio e o govêrno, não só para a reclusão daquele dispositivo, como para esclarecer outros, de relativa importância para ambas as partes contratantes.

Livre a companhia dêsse oneroso encargo, e eliminadas algumas omissões do contrato, (73) com a aprovação do govêrno provincial, prosseguiram os trabalhos preliminares para o assentamento dos trilhos da estrada até Apeú. Aquela mata cerrada que se estendia desde o Boulevard da Câmara, (74) até os confins de Bragança, começou a cair. Os trabalhadores manejavam com segurança o machado e a picareta, na derrubada indiscriminada, eliminando os obstáculos que embaraçavam a picada, onde outros grupos limpavam o terreno para a fixação dos dormentes.

Não houve a preocupação de uma limpeza geral. Apenas a necessária para a estrada por onde passaria o trem, futuramente, levando o progresso aos núcleos coloniais que seriam instalados à margem da via férrea.

Foi um trabalho penoso, mas produtivo. Ao mesmo tempo que eram assentados os trilhos, em cada área da terra conquistada pelos denodados desbravadores, ficavam chantados os postos para o telégrafo. Era o cumprimento integral da cláusula 10ª do contrato. (75)

Assim foram vencidos os 29 quilômetros que separavam a Estação de S. Brás, da colônia de Benevides.

No domingo 9 de novembro de 1884, foi aberto ao trânsito público êsse primeiro trecho da via-férrea bragantina.

A solenidade da inauguração dêsse primeiro percurso, que vinha marcar uma nova era de progresso para a economia paraense, e para o desenvolvimento agrícola de uma região ainda inexplorada e desconhecida, porém de grande futuro, decorreu com a presença do que a cidade de Belém tinha de mais representativo nas esferas administrativa, social e política.

Saíram naquele dia dois trens com destino a Benevides, um às oito horas da manhã e outro às duas da tarde, levando as autoridades provinciais, inclusive o Presidente da Província, Bispo diocesano, corpo diplomático residente na capital, engenheiro representante da companhia, funcionários e convidados.

O tempo gasto nessa primeira viagem foi de uma hora e oito minutos. Chegando ao núcleo colonial de Benevides, os caravaneiros foram fidalgamente recebidos pelo Engenheiro Pinto Braga, o principal organizador dos festejos comemorativos da inauguração da ferrovia bagantina.

Para que aquela solenidade ficasse realmente marcada com o destaque merecido, o *Clube Amazônia* e o Engenheiro B. Caymari, a quem deve o Pará a construção da primeira estrada de ferro que teve a Amazônia, concederam Cartas de Alforria a vinte escravos residente naquela colônia.

Cerimônia comovente essa, que viria assinalar, com traço indelével, as festas da inauguração do primeiro trecho da estrada de ferro de Bragança. Os corações generosos que se abrigavam nos peitos dos organizadores do humanitário *Clube Amazônia* e do operoso e culto construtor da ferrovia bragantina, tinham encontrado o modo mais original de ser comemorada aquela trajetória inicial para o progresso da terra paraense. Era com uma grande demonstração de solidariedade e de compreensão humanas, que os habitantes de Benevides traduziam o seu entusiasmo pelo assentamento dos trilhos que, em breve, se prolongariam até o Apeú.

As festas prosseguiram com a reunião havida no núcleo. Os imigrantes estrangeiros apareceram com os seus trajes típicos, dando ao ambiente a alegria que a todos dominou naquela semana de ruidosas comemorações pela inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro de Bragança.

Daí em diante, o trabalho ativo e laborioso da colônia ia produzir o resultado que justificaria a expectativa do govêrno e as esperanças de todos os paraenses.

Nos dois últimos meses do ano de 1884, o movimento de passageiros entre as estações de S. Braz e Benevides foi de 2.624. (77)

4. DE BENEVIDES AO APEÚ — 1885

O prolongamento da linha de Benevides a Santa Isabel e dêste povoado ao Apeú, foi trabalho que a Companhia da Estrada de Ferro de Bragança encetou logo em seguimento à abertura oficial do primeiro trecho, em 9 de novembro de 1884.

Quatro meses decorridos daquele magno acontecimento, a companhia anunciava no *Diário do Grão Pará*, (78) que a distância entre Benevides e Santa Isabel seria aberta ao tráfego, no dia 16 de março de 1885, o que realmente aconteceu.

Não encontramos na correspondência trocada entre o govêrno e a companhia, nem nos jornais da época, registro especial sôbre o fato. É que começavam a surgir as primeiras reclamações contra os concessionários, que vinham contrariando os interêsses econômico sda região servida pela ferrovia. Alegava o govêrno que a situação da estação central, no Largo de S. Braz, a cinco quilômetros da cidade e do litoral, ia «acarretando resultados negativos ao que era de esperar da realização dessa estrada." (79) E aduzia mais o seguinte esclarecimento:

> «De todos os pontos, que são servidos por essa linha férrea, se levantam procedentes queixas contra a situação dessa estação que acarreta ao exportador e importador despesas excessivas em que escoa tôda a economia do trabalho. A indústria agrícola, que se teve por fim animar com a presença da estrada de ferro, vai em decadência sensível; o frete que cobram os veículos, que fazem o transporte de S. Braz para a cidade e litoral e vice-versa dos produtos importados e exportados pela via férrea, são por tal forma exagerados que não posso deixar de propor o *prolongamento* da linha férrea até a cidade e o litoral como adequado meio de atingirmos ao desideratum que se teve em vista na execução da Estrada de Ferro de Bragança.»

Era como tinha origem a construção da Estação de *Belém*, na antiga Estrada de São José, hoje 16 de novembro, e cujas obras compreendendo as desapropriações necessárias, material rodante e levantamento das estações, estavam orçadas em 317 contos de réis.

Nesse mesmo ano de 1885, ficava concluído e entregue ao tráfego o prolongamento até o Apeú, compreendendo uma distância de 61 quilômetros, desde a Estação de S. Braz, assim discriminada: de São Braz a Benevides, 29 quilômetros; ao povoado

de Santa Isabel, 42 quilômetros; ao Apeí, 61 quilômetros, incluindo um quilômetro e 3/4 de desvios.

Até essa data e em cumprimento ao contrato celebrado entre a companhia e o govêrno, estava êste obrigado ao pagamento do juro de 7% sôbre o capital empregado na referida construção, acrescido de 10% levantados para as despesas preliminares.

O custo do trecho até ao Apeú foi de *dois mil duzentos e setenta e três contos e seiscentos mil réis*. Sôbre esta quantia foi calculado o juro anual de 7%, que ao câmbio de 27 dinheiro, (80) por *mil réis*, produziu a soma de 206:892$600 réis.

Êsse detalhe do contrato fêz o govêrno pensar na encampação da estrada. E nesse sentido pediu à Assembléia Legislativa Provincial a devida permissão. Era uma experiência que podia trazer vantagens à economia da Provincia. E apegou-se o govêrno à idéia, sustentando-a com ânimo e convicção.

* * *

A receita arrecadada durante o ano de 1885 e proveniente das vendas de passagens, fretes, telegramas e bagagens, foi de 56:645$390 réis. As despesas com administração, tráfego, locomoção e conservação ascendeu a 114:033$150 réis, produzindo um *deficit* de 57:387$760 réis. Comunicou o Presidente da Provincia à Assembléia Legislativa, na sua *fala* de 25 de março de 1886, que o serviço do tráfego da estrada havia sido feito, no ano anterior, por três locomotivas, (81) dois carros de primeira classe; três carros de terceira; dois Breck; 12 vagões para carga; dois vagões para gado; quatro vagões para lastro; 1 Breck de carga.

Todo êsse material era de fabricação inglêsa, e segundo esclarecimentos da companhia cada locomotiva tinha fôrça para rebocar 80 toneladas e podia desenvolver a velocidade de 35 quilômetros por hora.

Como complemento da estatística levantada pela administração da estrada, nesse ano, vinham mais êstes esclarecimentos, sôbre passageiros e mercadorias transportados naquele ano: Passageiros de primeira classe, 1.461; de segundo classe, 7.839; bagagens, 28.531 quilos; mercadorias diversas, 1.601.333 quilos; animais, 169 quilos; materiais de construção, 743.020 quilos.

5. A ENCAMPAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA PELO GOVÊRNO DA PROVÍNCIA — 1886

Tendo a Assembléia Legislativa decretado, o Presidente Joaquim da Costa Barradas sancionou a Lei nº 1.292, de 13 de dezembro de 1886, (82) que autorizou a encampação da Estrada de Ferro de Bragança.

O pagamento seria feito em apólices da dívida pública da Província, ao juro de 6% ao ano, em moeda brasileira. Feita a encampação deviam ser continuadas as obras da estrada de *Batista Campos* ao *Jardim Público*, pela Rua Longa. (83) Entrando em entendimentos com o representante da Companhia concessionária, para a efetivação dessa medida julgada conveniente aos interêsses da Província, confessa o Presidente Tristão Araripe, substituto de Joaquim Barradas, que nenhum acôrdo ficou firmado, em definitivo.

A proposta feita pelo govêrno obedecia às seguinte condições:

1ª) Pagamento de apólices provinciais no valor nunca excedente de *mil e oitocentos contos de réis*.

2ª) Apólices ao portador a juros de 6%;

3ª) Resgate das apólices dentro de 12 anos, podendo a Província apressar êsse resgate pelo aumento da cota da amortização anual do capital. Para chegar a essa conclusão, o govêrno pedira ao engenheiro fiscal da ferrovia de Bragança o seu parecer sôbre o assunto. Assim veio a resposta:

> «O custo da estrada de *São Braz* ao *Apeú* foi de *mil setecentos e oito contos de réis*, correspondente a 61 quilômetros a 28 contos de réis; adicionados os 10% para as despesas preliminares num total de 565 contos de réis, dava a importância de 2.273:600$000 réis, que correspondia exatamente o preço daquele trecho da via férrea bragantina. Sôbre essa quantia pagara o o govêrno o juro de 206:892$600 réis.
>
> Para a conclusão da estrada até Bragança, teriam de ser dispendidos mais 6.221:600$000 réis. Os juros que cumpria o govêrno pagar eram de 576:165$600 réis.»

Estabelecidas as bases para a encampação na quantia de *mil oitocentos contos de réis*, (84) rigorosamente demonstrada, num meticuloso trabalho do Major Luís Eduardo de Carvalho, auxiliado pelo Capitão José Freire Bezerril Fontenele e Engenheiro Manuel Odorico Nina Ribeiro, ficou o assunto dependendo da resposta da Companhia. Veio o acôrdo. E a encampação foi feita a 31 de dezembro de 1886.

Para dirigir a estrada, provisòriamente, enquanto não fôsse baixado o Regulamento respectivo, o govêrno designou, por Portaria de 3 de janeiro do ano seguinte, o Engenheiro Antônio Joaquim de Oliveira Campos, Diretor da Seção de Obras Públicas. (85) Êste, nas informações que prestou ao Presidente Barradas, afirmou que o material da estrada estava em boas condições, prova do zêlo da Companhia que acabava de encerrar as suas atividades na capital paraense.

6. PROLONGAMENTO DA ESTRADA ATÉ O JARDIM PÚBLICO. A ESTAÇÃO DE BELÉM — 1887-1889

O prolongamento da estrada de ferro até a cidade, de modo a diminuir as despesas dos exportadores e importadores, sujeotos ao pagamento do transporte das suas mercadorias até a Estação de São Braz, foi motivo de preocupação dos Presidentes Araripe e Barradas. Deixaram, ambos, os planos para essa realização, fundamental para a economia do comércio e do consumidor. Coube, porém, ao Presidente Francisco José Cardoso Júnior, que substituiu, no caráter de 1º vice-presidente o titular do cargo, desembargador Barradas, que havia embarcado para o Maranhão, a execução dessa obra.

Com o Comendador Antônio Homem de Loureiro Siqueira, foi assinado o contrato para o prolongamento da estrada até o Jardim Público, na Estrada de São José, atualmente denominada 16 de Novembro. Por êsse contrato, datado de 18 de agôsto de 1887, o custo dos trabalhos estava fixado em *duzentos e sessenta e três contos de réis*. O prazo para a conclusão das obras era de seis meses, ficando o contratante obrigado à multa de 10% sôbre o valor total das obras, pela falta de execução das mesmas.

Os terrenos necessários para o assentamento dos trilhos seriam desapropriados judicial ou amigàvelmente, pelo govêrno.

Dentro de um mês decorrido da assinatura do contrato, as obras deviam começar. Mas foram adiadas além do tempo combinado. Sòmente a 24 de junho de 1888, foi inaugurado o prolongamento, que viria facilitar o comércio e suprimir os gastos do transporte de mercadorias até São Braz, que eram onerosos, afirmavam os interessados.

A receita da estrada que, antes da inauguração da Estação de Belém, fôra de 47:272$080 réis, elevou-se no ano de 1888, a 59:295$080 réis.

Estava justificada a previsão do Presidente Cardoso Júnior que, na sua *fala* à Assembléia Provincial (86) dizia:

> «Estou convencido de que aberto ao tráfego o prolongamento da linha até a nova estação do Jardim Público e feitas nas tarifas as modificações que a experiência tiver aconselhado, para animar o movimento de trânsito de passageiros e transportes de cargas, a renda da estrada dará pelo menos o suficiente para reduzir muito o *deficit* que pesa sôbre o Tesouro.»

E passava a justificar, no mesmo documento, as causas aparentes do decréscimo da receita.

A falta de povoamento nas margens da estrada era o principal motivo. E esclarecia que «com exceção dos núcleos de Benevides, Santa Isabel e Colônia Araripe, que agora se principia a povoar, quase tôda a zona percorrida ou é despovoada, ou contém pequenas barracas dispersas.»

Lembrava, então, que a melhor fonte de renda era a condução de lenha em trens especiais. Quanto aos produtos de lavoura, só podiam figurar, como os de maior produção a farinha, a cachaça e a rapadura, procedentes de Benevides, quarta travessa, Maguarí e Santa Isabel.

Concluía aceitando a justificativa do diretor interino da estrada, Engenheiro Antônio Joaquim d'Oliveira Campos, de que «não havendo produto a transportar, não podia haver renda.»

O Presidente Atnônio José Ferreira Braga informa no seu Relatório de 18 de setembro de 1889, que estavam em tráfego cinco locomotivas denominadas: *Bragança, Barão de Marajó, Siqueira Mendes, Princesa Isabel* e *Conselheiro João Alfredo*, estas duas últimas adquiridas pela importância de trinta e cinco contos e quinhentos mil réis, à firma *Kingdon & Cia*.

7. PROLONGAMENTO DA ESTRADA ATÉ O JAMBÚ-AÇÚ. CONTRATO COM O EMPREITEIRO AFONSO D'ALBUQUERQUE MARANHÃO — 1890-1897

Quando o govêrno provincial encampou a Estrada de Ferro de Bragança, a extensão da ferrovia em tráfego era de 62 quilômetros, contados da Estação de São Braz ao Apeú.

Daí em diante os trabalhos de prolongamento até o ponto programado, que era a cidade de Bragança, iam sofrer constantes interrupções, longos estágios, apenas justificados pelas dificuldades financeiras com que lutava o Estado para ultimá-los, de par com a natureza do terreno, hostil e inexplorado.

Achou o govêrno de bom alvitre entregar a construção do prolongamento da estrada, a quem pudesse conduzir êsse empreendimento do modo mais râpido e econômico. Com êsse propósito autorizou a execução do contrato celebrado em 27 de maio de 1895, com o Major Afonso d'Albuquerque Maranhão que, precisamente três meses decorridos, deu início às obras.

Matas virgens e capoeiras extensas foram derrubadas; cortes e atêrros foram feitos; casas e estações construídas; dormentes e trilhos assentados; plantas e perfis traçados. Depois êsse trabalho arrefeceu, inexplicàvelmente. E durante dois anos, quase nada foi feito.

Em princípios de 1897, as obras de maior vulto resumiam-se no movimento de terras para o assentamento e junção das pontas dos trilhos que começavam a alcançar a ponte do rio *Abacate*, e no projeto da substituição da ponte de madeira por uma de ferro sôbre o rio Jambú-Açú.

A 31 de dezembro de 1897, podia o govêrno anunciar que, nesse dia, estavam abertos ao taráfego 105 quilômetros de linha.

E especificava as distâncias interestacionais da ferrovia, desde a Estação Central de Belém até o Jambú-Açú.

Apenas concluído êsse prolongamento, o contratante Afonso Maranhão requereu uma alteração no contrato, para que «*fôsse fixado o prazo de sete anos para a conclusão das obras da estrada até a cidade de Bragança e a vila de Salinas.*»

O Diretor da Estrada, Engenheiro Nina Ribeiro, referindo-se à marcha da via férrea, escrevia no seu Relatório ao govêrno, os seguintes trechos: (87)

> «No intuito de fazer-se de Bragança um grande celeiro para esta capital e de Salinas uma cidade moderna balnear, autorizou-se o prolongamento da estrada e os estudos preliminares para o seu traçado foram criteriosamente efetuados. Novos horizontes se abriram. Do Apeú ao Jambú-Açú, foram os trilhos assentes e mais 37 quilômetros de linha abertas ao tráfego.»

Estavam em uso *onze locomotivas* e, no ano seguinte ao da inauguração do trecho até Jambú-Açú, o número de viajantes tinha duplicado: de 44.115 para 96.554. A quantidade de toneladas métricas de mercadorias transportadas, passara de 15.142 para 46.818. A receita produzida pela venda de passaegns que fôra de 33:552$090 réis, elevara-se a 100:321$802 réis.

Aumento importante verificou-se no transporte de mercadorias, que de 52:570$418 réis passara a 222:343$044 réis. (88)

Eram resultados promissores, que a direção da estrada revelava, através das estatísticas fornecidas ao govêrno do Estado.

8. CONCLUSÃO DA ESTRADA. RAMAIS DO PINHEIRO E DO PRATA. CONTRATO PEREIRA, BARBOSA & CIA. — 1898-1908

O contrato firmado entre o empreiteiro Afonso Maranhão e o Govêrno do Estado, para o prolongamento da estrada, passou a ser explorado pelo Banco Norte do Brasil. Do mês de dezembro de 1897, até igual mês do ano de 1901, tinham sido construídos,

apenas, 31 quilômetros de linhas, (89) o que equivaila a sete quilômetros por ano.

Foi realmente um trabalho moroso e caro.

Tendo suprimido do contrato inicial a cláusula que obrigava a construção do ramal para Salinas, o Governador Augusto Montenegro autorizou a do *Pinheiro*, atual *Icoaracy*, que ficou sob a responsabilidade do Banco Norte do Brasil. Para a inauguração dêsse novo melhoramento, já estavam prontas a trafegar duas locomotivas para passageiros, tipo *Mogul*, velocidade de 60 km por hora; quatro carros de passageiros de primeira classe; quatro carros de segunda classe e um carro para bagagem. Seriam realizadas qutro viagens diárias. O ramal do *Pinheiro* foi solenemente inaugurado a 7 de janeiro de 1906, tendo em conseqüência cessado, no dia imediatoi o serviço fluvial que era feito pela Companhia do Amazonas. (90)

Da Estação do *Entroncamento* à do *Pinheiro*, a extensão da linha era de 15.596 metros.

Nesse mesmo ano o govêrno anunciava que os trilhos da via férrea tinham chegado ao quilômetro 156; mas, havia a possibilidade de em poucos dias estar aberto ao tráfego até ao 178, no trecho entre *Livramento* e *Peixe-Boi*. Também era comunicada a conclusão da ereção das oficinas em *Marituba*, e da construção da vila operária, que teve início em novembro de 1905.

Era desejo do Governador Augusto Montenegro concluir a estrada, antes do término da sua administração. E para isso não poupou esforços. Estimulou os trabalhos. Justificou o seu conceito de que «*o prolongamento e a conclusão da estrada de ferro de Bragança por si só constituíam um programa de govêrno.*»

E devotou-se, decididamente, a essa obra.

Ainda em fevereiro de 1905, eram iniciados os trabalhos de construção da ligação férrea entre o Instituto do Prata e a estação de Igarapé-Açú. A extensão da linha era de 20.777 metros, e o nmero de dormentes necessários para o assentamento dos trilhos ia a 35.100. A linha telegráfica seria estendida através de 220 postes de madeira.

Contrato Pereira, Barbosa & Cia.

Substituiu o Banco Norte do Brasil no contrato da construção e término da estrada, a firma Pereira, Barbosa & Cia. que assinou a 21 de maio de 1907, com o govêrno do Estado, novas obrigações, e o compromisso de entregar concluída a via-férrea até Bragança, num prazo máximo de 18 meses, isto é, até o fim do ano de 1908.

Por êsse novo contrato, verificava-se que a extensão realmente entregue pronta pelo Banco Norte do Brasil, fôra de 166 quilômetros, faltando, portanto, construir mais 74, que a firma contratante ia terminar.

Por quilômetro de linha «concluída, inclusive estudos, fornecimentos de materiais para superestrutura da via permanente, obras d'arte, telégrafo, edifícios, estações e mais obras classificadas nas condições e especificações», o Estado obriga-se a pagar a importância de 50 contos de réis.

Sob a administração dos novos contratantes, os trabalhos do prolongamento da estrada correram normalmente, de modo a ser cumprido o contrato, de que fôra o Banco Norte do Brasil o último concessionário.

Durante o tempo em que êste estabelecimento bancário manteve os seus compromissos com o Estado, e posteriormente, na vigência do contrato com a firma Pereira, Barbosa & Cia. foram inauguradas as seguintes Estações:

Livramento — no quilômetro 141, em 9 de março de 1903;

Peixe Boi — no quilômetro 163, em 1º de março de 1907;

Capanema — no quilômetro 182, em 16 de novembro de 1907;

Tauary (parada) — no quilômetro 191, em 1º de janeiro de 1908;

Quatipurú — no quilômetro 211, em 24 de fevereiro de 1908.

Os mesmos empreiteiros tomaram o encargo da execução do orçamento da estrada de ferro de Benjamin Constant, ligando Bragança à estação de Sapucaia, numa extensão de 1.800 metros e na importância de 62:040$000 réis. Êsse ramal ficou concluído em 9 de maio de 1908.

Antes, a 3 do mesmo mês e ano, era feita a inauguração oficial da estrada entre Belém e a cidade de Bragança.

O primeiro trem a fazer êsse percurso saiu da estação de S. Braz às 6 horas e 15 minutos da manhã, chegando a Bragança, às 3 horas da tarde.

Ainda não estava terminada a estação, pois que faltavam chegar da Europa, os materiais metálicos encomendados. O próprio governador Augusto Montenegro comunicava, em sua Mensagem ao poder legislativo, que essa construção só estaria pronta para ser inaugurada a 7 de setembro de 1908.

No comboio especial que partiu de Belém, no dia 3 de maio, seguiu a comissão construtora da estrada e diversos convidados, que iam tomar parte nos festejos da inauguração da estrada.

Pouco depois saia o trem horário, com o mesmo destino, repleto de passageiros. A velocidade excessiva com que corria sôbre os trilhos, deu causa ao descarrilamento da locomotiva, nas cercanias de Tracuateua. Em conseqüência foram arrancadas 17 emendas dos trilhos, numa longa distância. O acidente sofrido pela máquina do horário obrigou o trem expresso a voltar de Bragança, ao lugar do desastre, onde auxiliou a reposição da locomotiva descarrilada, nos trilhos, dando-lhe possibilidade para continuar sua viagem até Bragança, onde chegou às 7 horas da noite.

Referindo-se à inauguração do último trecho da via férrea bragantina, o jornal «A Província do Pará», (91) comentou o acontecimento dêste modo:

> «Chegaram a Bragança os trilhos da primeira via-férrea que se construiu na Amazônia.
>
> A jornada iniciada em 1883 concluiu-se em 1908. Há poucos exemplos no mundo industrial de tão vagarosa marcha na seqüência de tão curto trecho férreo. Gastou-se 25 anos para assentar menos de 300 quilômetros de trilhos.»

O engenheiro Inácio Moura, que tem o seu nome ligado à construção da estrada, escreveu, no mesmo diário, êste depoi-

mento que constitui um detalhe da história da via férrea bragantina:

> «Fui eu um dos cinco engenheiros que iniciaram em março de 1883, no antigo largo de S. Braz, hoje praça Floriano Peixoto, os primeiros trabalhos de exploração, locação e construção da estrada de ferro que ora se conclui.
>
> Tinha me formado, no ano anterior, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e depois de alguns meses de comissão na estrada de ferro Caruarú, em Pernambuco, vinha empregar as primícias do meu trabalho intelectual e profissional na construção da primeira estrada de ferro da minha terra natal».

Um quarto de século havia decorrido desde aquele festivo dia 23 de junho de 1883, quando foram assentados os primeiros trilhos que traduziam o início de um grande melhoramento para o Pará. Fundadas esperanças para a região que procurava valorisar o trabalho que se iniciara com os núcleos coloniais, semeando e colhendo, cultivando e produzindo, nessa comunhão do homem e da terra, do arado e do grão.

Perspectivas radiosas para uma área extensa e desconhecida abriam-se, com a instalação das colônias, com a chegada dos agricultores europeus e brasileiros, e com os trilhos da estrada de ferro, encurtando as distâncias, facilitando o escoamento das produções e unindo os imigrantes das diferentes partes do mundo, num convívio social e fraterno.

A inauguração da estrada de ferro de Bragança, com os seus ramais, as suas obras de arte, as suas estações e paradas, numa extensão total de 293 quilômetros, era o corolário de 25 anos de trabalhos e canseiras.

Iniciada na administração do Visconde de Maracajú, foi concluída no govêrno do Dr. Augusto Montenegro.

Escreve Fernando de Azevedo em «Um trem corre para Oeste» que «—o fenômeno da circulação é tão constante e de tão extraordinária importância, comercial e cultural, nas sociedades humanas, que parece residir à base de todo processo de civilização».

O que se verificou no estabelecimento de milhares de imigrantes na estrada de Bragança, pessôas que procuravam novos meios de vida, melhores ambientes para o trabalho, foi a perspectiva de «— uma exploração agrícola ou industrial», que se prenunciava promissora e duradoura.

E aí as colônias espalhadas na extensão da via férrea de Bragança, cumpriram a sua finalidade: dando ensêjo à criação de um conjunto social e econômico, sob cujas bases haviam de surgir os municípios da zona bragantina, a partir dessa época.

9. ALIENAÇÃO AO GOVÊRNO FEDERAL, DA ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA — 1909-1936

Afirma com bôa razão o professor Fernando de Azevedo, (92) que «— *o trilho é ainda um extraordinário instrumento de penetração e um pioneiro do povoamento*».

Foi a locomotiva, atravessando a estrada de Bragança, que levou a colonização e o progresso a essa zona agrícola e industrial do Estado. Graças ao caminho de ferro foi possível escoar para o mercado consumidor a considerável produção que as colônias davam. Cada vez que os trilhos chegavam mais perto de Bragança e se organisavam novos núcleos, ia-se acentuando o espírito colonizador. Novos imigrantes chegavam para povoar e cultivar as áreas marginais da estrada, estabelecendo pontos de partida e perspectivas para a exploração da terra e o progresso agrícola e fabril.

O acentuado desenvolvimento econômico da região retratava-se nas rendas da Companhia da Estrada de Ferro.

Entre os anos de 1886 a 1899, a receita arrecadada foi de 3.465:512$161 réis. A despesa figurava desproporcionadamente com 5.030:878$681 réis, havendo portanto um *deficit* de 1:665$366$520 réis, o que representava em média, por ano, na moeda atual Cr$ 118.954,75. Diante, pois, da receita, que não dava para cobrir a despesa, o Dr. Pais de Carvalho, então governador do Estado, admitiu a possibilidade do arrendamento

da Estrada de Ferro de Bragança. Estudou com aquela meticulosidade que punha nos seus atos, todos os prós e os contras da idéia que julgava providencial para manter o equilíbrio dos cofres estaduais, face aos constantes *deficits*.

E confessava:

> «Minha experiência pessoal de três anos de govêrno, tem-me arraigado ainda mais no espírito os princípios que acabo de expor: cada vez me convenço mais que o arrendamento da Estrada de Ferro de Bragança impõe-se como uma necessidade, de que o Estado não pode escapar. Estou convencido que essa estrada é de um enorme futuro para servir a uma das mais ricas e ferazes regiões do Estado: não estou longe de acreditar que ela hoje poderia não ser pesada ao orçamento, se sua administração se fundasse em outros princípios».

Os argumentos do Dr. Pais de Carvalho tiveram reflexo no Congresso do Estado. Pedida a autorização para o arrendamento, obteve o governador o assentimento necessário.

Apareceram, de início, cinco propostas. (93) Sem mencioná-la, nominalmente, esclareceu que ia estudá-las, para proferir, então, o seu parecer.

O desenvolvimento que iam tendo os núcleos coloniais com a localisação dos imigrantes europeus e nacionais, e o futuro que daí podia advir para a economia do Estado, tiveram considerável influência no espírito do Dr. Pais de Carvalho. Sem abandonar definitivamente a idéia do arrendamento, admitiu que êsse assunto poderia ser tratado quando a ferrovia estivesse concluída.

> «Julgo de tal importância a conclusão da estrada que pouco ou nenhum sacrifício deve ser poupado para a sua pronta terminação». (94)

E justificava o seu pensamento com estas observações:

> «A Estrada de Ferro de Bragança pertence à classe das estradas que são construídas para beneficiar e povoar terrenos desocupados, por conseqüência, onde a estrada é preciso também criar o tráfego. Para se avaliar as vantagens que se colhem de estradas desta ordem, *não se deve olhar sòmente para o balanço da sua receita e despesa*, mas para as riquesas que ela criou nas regiões que atravessa, para a população que se fixou e prospera nas terras que a marginam, para a agricultura que ela faz nascer, enfim para a fôrça produtiva do Estado que ela aumentou.
>
> Considerando todos êstes elementos e contrabalançados com o que a estrada produz e consome, é incontestável que grandes benefícios nos tem ela trazido.»

Não foram diferentes os conceitos emitidos pelo Dr. Montenegro, no Manifesto que dirigiu ao povo, ao assumir o exercício do cargo de governador, em 1º de fevereiro de 1901. Dizia:

> «O prolongamento e a conclusão da Estrada de Ferro de Bragança por si só constituem um programa de govêrno.»

Interessado na colonização da zona bragantina, estava convencido que ali existiam — riquezas agrícolas e industriais — de grande proveito para o Pará. Era a confissão do propósito de não se aproveitar da autorisação do Congresso para o arrendamento da estrada, que tanto havia preocupado o seu antecessor.

Decidido a enfrentar as dificuldades que cada vez mais se avolumavam para a conclusão da linha até Bragança, o Dr. Montenegro encaminhou ao Congresso legislativo do Estado, (95) um projeto autorisando o governador a negociar dentro ou fora do Brasil, um empréstimo de £ 650.000, ao juros de 5%. Na justificativa que fez, o deputado Bento Miranda usou de conceitos que bem traduziam o interêsse do govêrno na breve solução dêsse magno problema. Mas não deixou de acentuar o Dr. Miranda alguns defeitos da construção da estrada, que destinada a ligar dois centros importantes de produção e consumo, há longos anos avançava lentamente através da floresta virgem e despovoada!

Essa marcha vagarosa era a justificativa do dispêndio que

os orçamentos registravam desde o início da construção da estrada.

Fôra ela bem traçada? Estaria ou não justificando a sua finalidade? Em breve os povoados marginais, a constante penetração, a distribuição dos lotes agrícolas, a instalação dos colonos, a imigração dos agricultores europeus, a criação dos engenhos centrais, o plantio, a colheita, a fundação de novas cidades, a vida social e política dos municípios que surgiriam à sombra dos primeiros núcleos, iam justificar o traçado da estrada de ferro de Bragança. Tudo fôra bem feito para alcançar o objetivo visado.

Conseguiu o govêrno a eliminação da cláusula que obrigava a construção do ramal de Salinas. Em compensação foi feito o do Pinheiro, de mais viável utilidade.

Sem a preocupação do arrendamento da estrada, mas disposto a concluí-la, lançou o govêrno mão dos meios indispensáveis para êsse propósito: o empréstimo de £ 650.000.

* * *

Votando os dispositivos da Lei nº 1.929, de 8 de novembro de 1920, o Congresso Legislativo do Estado deu ao poder executivo autorização para alienar e fazer os contratos necessários à reforma do material fixo e rodante da Estrada e que satisfizessem a exigência do seu tráfego. Era governador do Estado o Dr. Lauro Sodré, que sancionou a referida Lei, não chegando, todavia, a usar da autorização que o poder legislativo lhe dera com êsse fim.

Substituiu-o no Govêrno o Dr. Antônio E. de Sousa Castro, que no ano seguinte, na Mensagem que apresentou ao Congresso Legislativo, (96) disse dos inícios dos trabalhos realizados em maio de 1921, para a encampação da ferrovia bragantina:

> «Tenho a informar-vos que em maio próximo findo foram iniciados os trabalhos de avaliação e inventário da Estrada de Ferro de Bragança, por iniciativa do Govêrno Federal, e como preliminar à operação de Encampação autorisada pelo Congresso Federal.
>
> Como chefe da Comissão encarregada dêsses trabalhos veio o ilustre engenheiro Dr. Antônio Vitorino Avila, chefe da construção do prolongamento da E.F. Central do Rio Grande do Norte, o qual teve por auxiliares os distintos engenheiros Drs. Augusto Nobre Miranda e José Meira de Vasconcelos.
>
> A Comissão terminou os seus trabalhos no mês de agôsto findo, regressando imediatamente ao Rio de Janeiro, onde apresentará o seu Relatório.»

A situação econômica e material da Estrada exigia do govêrno do Estado a providência que tomara.

Estando em Belém, nessa época, o Dr. J. Niepce da Silva, diretor da E.F. São Luís-Terezina, teve oportunidade de percorrer a estrada de Bragança, e de transmitir suas impressões a um jornal paraense. (97) O trecho a seguir revela que a preocupação do govêrno era, efetivamente, a de salvar a estrada de ferro, da derrocada que a aguardava:

> «A situação premente que aflige o Pará não permitiria ao seu govêrno qualquer movimento tendente a beneficiar as condições da estrada, tornadas cada vez mais precárias.»

E concluia:

> «Ao que se sabe, o govêrno da União resolveu encampar a Bragança. Eis uma medida que só merece louvores e aplausos. Desafoga, em determinado grau, as aperturas críticas do pobre Estado, e ao mesmo tempo repleta de suaves esperanças o espírito dos que à margem da vetusta vereda, lhe sentem o gradativo debilitar de capacidade de transporte e já andam a recear o instante em que o tráfego poderá vir a ser suspenso, o que de resto, ainda não ocorreu, graças aos carinhos e aos cuidados que o seu atual diretor, engenheiro Cândido Santos, tão lùcidamente sabe desenvolver.»

Prestadas as informações ao govêrno federal, pela Comissão de engenheiros, ficou resolvida a aquisição da Estrada de Bragança, e o seu arrendamento ao govêrno do Pará. (98)

Por sua vez o Congresso Legislativo do Estado decretava, e era logo sancionada, a Lei nº 2.169, de 17 de setembro de 1923, aprovando os atos do executivo, relacionados com a alienação da Estrada e concedendo-lhe autorisação para utilizar, do modo mais conveniente, as apólices recebidas por essa transação. (99) Confessava o governador Sousa Castro, (100) que a encampação da E.F. de Bragança pelo govêrno federal, dera ensejo a importante alteração no contrato que regulava as obrigações do Estado concernentes à dívida externa.

Com efeito, assim era. A renda da via férrea estava gravada, esclarecia o govêrno, para garantia das dívidas externas, cujos pagamentos ascendiam a 88.088 libras esterlinas, por semestre, o que equivalia à absorção da quase «— *Totalidade* das rendas do Estado». Era o que o Dr. Sousa Castro dizia naquele documento.

Quando ficou decidida a encampação da estrada, pela quantia de *dezessete mil contos de réis*, foi necessário obter a anuência prévia dos credores, para que a transação pudesse ser feita.

Designou o Estado um procurador para conseguir a permissão dos banqueiros Seligman Brothers, de Londres, o que foi feito, mediante a entrega àquela firma de *cinco mil contos de réis*, apólices federais, de juro de 5% ao ano. (101)

A operação de venda foi ultimada do seguinte modo:

12.000 apólices, do valor nominal de 1:000$000, juros de 5% ao ano	12.000:000$000
Em moeda corrente para ser aplicada na reforma da estrada	5.000:000$000
	17.000:000$000 réis.

* * *

No relato que fez sôbre a situação da E.F. de Bragança, (102) o Dr. Dionísio Bentes, governador do Estado, dizia que da quantia de 5.000 contos, destinada à reforma da ferrovia, sòmente tinham sido recebidos 2.000 contos de réis. Assim mesmo, os trabalhos indispensáveis ao importante serviço foram iniciados, sob a direção do Dr. Crespo de Castro.

Permitia o contrato celebrado entre os governos do Estado e da União, que a partir de 1 de janeiro de 1937, podia aquêle fazer o resgate ou promover a encampação da Estrada. O preço do arrendamento da ferrovia ao Estado, foi na base de 50% da renda líquida.

A êste propósito esclarecia o Dr. José Carneiro da Gama Malcher, as conseqüências da transação feita com o govêrno federal: (103)

> «A exploração do arrendamento foi danosa ao Estado, como demonstram os *deficits* que se vieram acumulando de ano a ano com evidente sobrecarga e prejuízo para o erário do Estado.
>
> Encontrando virtualmente rescindido o contrato, com projeto na Assembléia Legislativa Federal nesse sentido, tratamos de apresentar *propondo* a rescisão ao govêrno federal que a aceitou...»

E, assim, passou desde junho de 1936, definitivamente para a União, a E.F. de Bragança.

Está atualmente provida de trens elétricos, de vagons de luxo, de considerável material rodante.

Estamos plenamente de acôrdo com a tese defendida pelo engenheiro Fernando de Azevedo: contra a administração oficial direta das estradas, e a favor da fórmula: propriedade do Estado; tráfego arrendado.

Era o que defendia Pandiá Calógeras em «Problemas de Govêrno», e o que podemos verificar no exemplo da «São Paulo Railways» e a «Paulista», geridas por particulares e que são «certamente um modêlo de organização». (104)

NÚCLEOS COLONIAIS

1. A COLÔNIA DE BENEVIDES

A origem dos primeiros núcleos de colonização instalados na estrada de Bragança vamos encontrar na concessão de seis léguas de terra, feita pelo govêrno imperial ao provincial, nos têrmos da Lei nº 514, de 28 de outubro de 1848.

Destinada essa extensa área ao trabalho agrícola, ainda incipiente, mas que se prenunciava auspicioso, dadas as condições do solo e do clima, tratou o govêrno da província de mandar medi-la e demarcá-la.

Embora as providências tomadas de início e o interêsse demontrado pela administração pública na instalação dos colonos, os serviços preliminares de medição e demarcação sòmente foram começados no ano de 1873. ([105])

Não chegou a ser revelada a causa dessa demora, sabendo-se no entanto que os trabalhos haviam sido contratados com o cidadão Valentim José Ferreira, ao preço de dois contos e quatrocentos mil réis, a légua. ([106])

O caminho através da mata cerrada, teria, talvez, dificultado o empreendimento. Os obstáculos aparecidos no decorrer dos primeiros anos, a penetração lenta, a falta de organização própria para semelhante emprêsa foram, certamente, os fatores responsáveis pelo tempo perdido. Nêsse transcurso de 25 anos, desde o favor da concessão à demarcação dos primeiros 170 lotes de terras, nada de positivo foi feito.

Limpo porém o caminho e demarcada a área destinada à instalação do primeiro núcleo colonial, a Assembléia legislativa provincial deu autorização ao govêrno para conceder o privilégio, pelo prazo de 40 anos, à emprêsa ou companhia que se propuzesse a levar a efeito, segundo o texto da Lei, a construção de uma estrada de ferro, entre a capital da província e a cidade de Bragança, ficando os concessionários obrigados a mandar vir e estabelecer na área percorrida pela referida via férrea, 10.000 colonos em famílias, na proporção de duas mil e quinhentas, anualmente, assim que o govêrfno imperial tivesse garantido o embôlso das respectivas passagens. ([107])

Essa lei, votada pela Assembléia provincial, tomou o número 809, e foi sancionada pelo presidente Pedro Vicente de Azevedo, em 6 de abril de 1874. O caminho ligando êsse primeiro ncleo colonial a Belém tinha de extensão 30 quilômetros percorridos a pé ou a cavalo. Não oferecia, pela dificuldade do transporte, base para uma colonisação imediata. Estrada estreita e eriçada de obstáculos, não atraía o colono, nem estimulava. de pronto, a iniciativa particular.

Havia, é certo, a perspectiva de um futuro promissor e a vantagem de um privilégio longo, e de certo modo compensador. Os juros de 7% prometidos pelo govêrno, sôbre o capital empregado pela companhia ou emprêsa que se propuzesse a estender as linhas férreas, além da promessa da concessão dos ramais do Pinheiro, Vigia, Cintra, Ourém e São Miguel, onde já existiam estabelecimentos agrícolas em funcionamento, eram condições atraentes.

Para a localisação dos colonos, os concessionários recebiam do govêrno, sem despesa alguma, 10 léguas quadradas de terras marginais à estrada de Bragança.

Apareceram, então, os primeiros concorrentes. Abriram-se perspectivas animadoras. Foi celebrado o contrato. Porém nada passou dessa cerimônia.

Os concessionários abandonaram a idéia da formação da emprêsa. Tomou dêsse modo o govêrno a iniciativa de iniciar o desenvolvimento da colônia. Foram tomadas as providências preliminares, que consistiram a limpeza da estrada, numa extensão de 30 quilômetros; na medição e demarcação de lotes de terras, e na nomeação de um diretor para a colônia.

O escolhido para essa função foi o coronel José do O' de Almeida, proprietário na ilha das Onças e na vila do Mosqueiro. Antes havia iniciado o coronel do O', os fundamentos de um núcleo agrícola chamado *Colônia de Nossa Senhora do O'*, — instalado nas terras que foram do Engenho *Bôa Vista*, na ilha das Onças. ([108]) Essa colônia não produziu os resultados esperados. Os imigrantes abandonaram o núcleo. Em conseqüência veio o fracasso.

Apesar dêsse insucesso, foi o coronel O' de Almeida escolhido para dirigir a Colônia em organização na estrada de Bragança. Tinha êsse administrador, explicava o govêrno, ([109]) a experiência adquirida nos anos gastos na ilha das Onças, no amanho da terra e no trato com os agricultores que mandava vir da côrte.

* * *

Pelo vapor «Bahia», chegado do Sul do Império no dia 25 de abril do ano de 1875, vieram para Belém 68 imigrantes

francêses, italianos e espanhóis, que foram hospedados num dos navios da «Amazon Steam Navigation Company», por conta do govêrno. Eram quase todos artistas, segundo informava o «Diário do Grão Pará» aos seus leitores. Decorridos três dias da chegada dêsses colonos, o presidente da província Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, resolveu nomear uma Comissão para estudar os meios mais convenientes para acomodá-los. Essa comissão era composta dos vice-cônsules da França, Itália e Espanha e dos Srs. Drs. Antônio Gonçalves Nunes e Guilherme Francisco Cruz, coronel F. X. Pereira de Melo e Fortunato Alves de Sousa.

Houve muita dificuldade na colocação dêsses imigrantes. A colônia da estrada de Bragança ainda não estava em condições de recebê-los. Diante dos gastos que o govêrno fazia diàriamente para alimentá-los e mantê-los com decência, foi tomada a deliberação de oferecê-los para quem precisasse dos seus serviços.

Como ninguém tomasse interêsse pelos 68 imigrantes, a comissão depois de aclamar o Dr. Antônio Gonçalves Nunes, seu presidente, tomou as seguintes deliberações:

1º) Reunir-se diàriamente, de uma hora da tarde em diante, na sala da praça de comércio;

2º) Anunciar que tratava da locação dos serviços dos imigrantes;

3º) Promover a mudança de todos êles para a rocinha de São João, que viria a ser o depósito provisório dos mesmos.

Apesar de tôdas essas providências, nenhum interessado apareceu, nos serviços dos colonos. O presidente da Provincia deliberou, então, estabelecer na estrada de Bragança, os imigrantes francêses, especializados em agricultura. As vantagens que oferecia eram estas: concessão do título provisório de um lote de terras, à escolha do colono; uma coleção de instrumentos indispensáveis à lavoura; sementes e alimentos durante seis meses.

Para o estabelecimento de todos seria construído um vasto e cômodo barracão. Aos imigrantes que se dispuzessem a levantar suas próprias casas, comprometia-se o govêrno a fornecer telhas e materiais adequados.

Foi feito o barracão. Os imigrantes tomaram o rumo do novo núcleo. Instalaram-se. Receberam seus lotes de terra, devidamente medidos e demarcados. E foi dado começo aos trabalhos da colônia, precedidos da sua solene instalação.

* * *

No domingo 13 de junho de 1875, o presidente da Provincia, em companhia do presidente da Câmara municipal, do Chefe de polícia, comandante das armas, membros da comissão de colonisação e de vários chefes de repartições públicas, partiu de Belém, às duas horas da madrugada, no vapor *Pará*, com destino ao primeiro núcleo colonial da Província. Às 7,30 da manhã chegavam os caravaneiros a Marituba. Uma hora depois o presidente e sua comitiva, tomando o caminho da estrada de Bragança, seguiram para a colônia, onde chegaram três horas mais tarde, sendo recebidos pelos colonos, festivamente. Ao meio dia começou a cerimônia programada. Inicialmente os colonos francêses em número de 17, receberam os títulos de propriedade territorial, que lhes fôra concedida: 150 braças de frente por 300 de fundos. Finda essa solenidade, uma filha de colono ofereceu à mais alta autoridade da província um ramo de flôres, em retribuição às mercês recebidas. Depois, e como remate às festas, o presidente discursou. Disse das vantagens da colonisação, da uberdade do solo paraense, e do trabalho honesto e produtivo dos imigrantes. Foram dados vivas ao Brasil, ao Pará e à França.

Desceu o presidente do pavilhão. Empunhou um machado e feriu com um golpe, uma das árvores da colônia, cerimônia que foi repetida por tôdas as pessoas presentes. As penas que serviram para a assinatura da Ata da inauguração da colônia, que passou a ser denominada — *Benevides* —, em homenagem ao presidente Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, e o machado que cortou a primeira árvore, foram figurar na Exposição Industrial, inaugurada a 20 de junho no mesmo ano.

Estava lançada a semente da colonização da estrada de Bragança.

A carinhosa assistência, o crescente estímulo dado pelo presidente Sá e Benevides aos primeiros colonos, e ao desenvolvi-

mento dos trabalhos agrícolas, alcançaram grande repercussão.

Esclarece o notável administrador, a quem a Província ficou devendo assinalados serviços, que de New York recebeu o oferecimento de cêrca de 10.000 pessôas que desejavam imigrar para o Pará, para se instalarem na terra da estrada de Bragança. Dessas vieram 250. (110)

Desde o dia da sua inauguração a 13 de junho de 1875, a outubro do mesmo ano, os imigrantes instalados na colônia de Benevides, que posteriormente passou a ser chamada de *Santa Isabel de Benevides*, pertenciam às seguintes nacionalidades: 87 francêses; 35 italianos; 33 espanhóis; 11 alemães; 5 belgas; 3 inglêses; 3 suíços; 2 argentinos e 1 norte-americano.

Totalizavam 180 pessoas, (111) com as quais a colônia de Benevides iniciava os seus trabalhos na estrada de Bragança. Havia ali um sentido social e econômico em pleno desenvolvimento.

* * *

A vida dos imigrantes dentro do núcleo decorria normalmente. Uns, porém, não se adaptavam às condições climatéricas, à natureza dos trabalhos, às exigências da administração, enquanto outros continuavam a cumprir rigorosamente os seus contratos. A saída e entrada constante de colonos, justificava o conceito que dêles fazia o presidente da província Dr. João Capistrano Bandeira de Melo Filho, e exposto na sua *Fala* à Assembléia legislativa provincial, em 15 de fevereiro de 1877. Escrevia o delegado da côrte, naquêle documento:

> «Os colonos ali estabelecidos, em sua maioria não são lavradores, e nem revelam amôr ao trabalho e à propriedade territorial.»

O administrador da colônia dava razão a êste comentário, diante da demonstração feita ao govêrno, do movimento da admissão de novos e da desistência de antigos colonos, nos serviços do núcleo.

Em 1877, dois anos decorridos da instalação de Benevides, já haviam entrado 364 imigrantes e saído 247. Os restantes 117, pertenciam às seguintes nacionalidades: (112) 71 francêses; 10

italianos; 2 espanhóis; 3 belgas; 4 suíços; 26 brasileiros e 1 português.

Começavam a aparecer na colônia trabalhadores brasileiros, que demonstravam melhor aproveitamento e davam maior rendimento à lavoura. Dêles dizia o presidente Bandeira de Melo Filho, que eram melhores que os estrangeiros, e daí justificar a sua tendência para a imigração nacional. (113) As despesas com a manutenção do núcleo, até o ano de 1876, tinham sido avultadas. (114) Pesavam fortemente na balança das rendas provinciais, provocando um regular desequilíbrio.

A colônia não apresentava nenhum vestígio de progresso. Desmantelava-se aos poucos. Caía no abandono. Tal como sucedera ao núcleo estabelecido pelo coronel José do O' de Almeida, no antigo Engenho da Bôa Vista, na ilha das Onças. Eefacelava-se com o decorrer do tempo, sem que o govêrno apontasse os responsáveis pelo desmantelo. Seria culpa da administração? Inaptidão dos colonos? Falta de selecionamento dos imigrantes?

Tentando justificar êsse fracasso inicial, escreve PALMA MUNIZ: (115)

> «A ausência de um serviço bem organizado, com propaganda no estrangeiro, facilidade de passagens e fundos competentes para dar ao imigrante os primeiros auxílios, não só de manutenção, como de encaminhamento de trabalhos, em um país em que os processos de agricultura não são compatíveis com os de países adiantados, contribuiu para a nulidade dos esforços feitos.»

Diante, porém, da realidade, do prejuízo do tempo e do dinheiro público, só grande esfôrço, melhor administração e seleção de imigrantes, podia salvar o núcleo fracassado.

O presidente Dr. José da Gama Malcher, (116) procurou restabelecer a confiança na colônia, esclarecendo:

> «Não deve arrefecer a idéia da colonisação, o fato do malôgro que se teve com a colônia de Benevides. Se ela não prosperou, se caiu no descrédito, se trouxe

ônus aos cofres da província, forçoso é confessar que êstes resultados foram conseqüências inevitáveis de erros fatais, e alguns injustificáveis, como o de sua extinção.»

Concordavam os presidentes que sucederam o Dr. Sá e Benevides com a conclusão de que os êrros cometidos, inicialmente, no núcleo, foram os responsáveis pelo fracasso decepcionante.

Havia, porém, a esperança da recuperação. Sim, a colônia de Benevides seria restaurada. Teria um regulamento adequado às suas finalidades. Criada uma verba de socorros públicos. Fundadas colônias mistas — «medidas e demarcadas com área da localização, título que seria substituído por outro urbanos e rurais, tendo êstes a superfície de 75.000 braças quadradas e os urbanos 360 braças quadradas.»

E vinham mais esclarecimentos, tentando recuperar o tempo perdido:

> «Cada colono receberia um título provisório no ato da localisação, título que seria substituído por outro definitivo, quando fôsse ultimado o pagamento dos terrenos. Cada colono teria direito a 15 dias de manutenção a título de adiantamento, além de 20$000 réis por pessôa maior de 10 anos, uma só vez, no ato da localização, e de ser aproveitado, durante seis meses, nos trabalhos públicos do núcleo.
>
> Aos colonos dedicados aos trabalhos de lavoura, seriam feitos adiantamentos de instrumentos aratórios, ficando a administração pública obrigada a dar gratuitamente sementes e mudas.»

Era o que se continha no projeto de Regulamento para as colônias mixtas aprovado em 26 de março de 1878.

Conseqüência dessa regulamentação e de um plano para socorro aos imigrantes, foi a nomeação de comissões especiais para todos os pontos da Província. Enquanto assim agia o govêrno na preocupação de recuperar a colônia de Benevides, que a má administração havia lançado ao fracasso e ao descrédito

pblico, vejamos como se organizava a colaboração particular, visando a vinda de imigrantes para a Província.

* * *

Na noite de 17 de novembro de 1885, no salão de honra do Palácio do Govêrno, foi fundada a *Sociedade Paraense de Imigração*. Entre as pessoas especialmente convidadas para êsse fim, encontravam-se o Sr. Dom Antônio de Macêdo Costa, Bispo do Pará e o Sr. Senador Gomes do Amaral, que juntamente com o Sr. presidente da Província conselheiro Tirstão de Alencar Araripe, compuseram a mêsa que dirigiu os trabalhos da fundação da Sociedade.

A colonisação com imigrantes europeus foi assunto que predominou entre os presentes, levando-os a concluir por essa escolha.

Para isso se tornava necessário fazer na Europa uma intensa propaganda das vantagens que encontrariam aquêles que desejassem imigrar para o Pará. Aos colonos seriam distribuídas terras sem pagamento, com a concessão do título definitivo. Passagens, alimentação, instrumentos aratórios e sementes receberiam os colonos, inclusive a planta da colônia de Benevides, com a menção das terras devolutas, demarcadas e preparadas com tôdas as indicações úteis. (117)

Da reunião foi lavrada a respectiva Ata, publicada no «Diário do Grão Pará», o jornal conservador da época.

Tratou o presidente Tristão de Araripe de conseguir imigrantes na Europa, por intermédio do Dr. Frederico José Santana Nery, proprietário da «Revue du Monde Latin» e fundador em Paris da «Sociedade Internacional de Estudos Brasileiros».

A 8 de janeiro de 1886, dois meses depois da fundação da *Sociedade Paraense de Imigração*, respondia o Dr. Santana Nery, ao presidente Araripe, nestes termos:

> «A imigração tal qual foi votada pela patriótica Assembléia Legislativa provincial do Pará, e tal qual a deseja V. Excia. parece-nos constituir um ensaio utilíssimo, que poderá servir de exemplo para a futura organisação em grande escala, dêsse importante ser-

viço. (118) A experiência adquirida no estabelecimento dos núcleos coloniais do sul do império, não é de todo aplicável às províncias do norte, primeiro por causa das condições climatéricas, que são muito diferentes, em segundo lugar, porque as regiões setentrionais, acêrca das quais só nestes últimos anos iniciei aqui uma série de publicações, são muito menos conhecidas do que as do sul; finalmente, porque se, no sul são chamados os imigrantes para manter e desenvolver culturas já extensas e conhecidas, como as do café, têm êles no norte, que criar por assim dizer hábitos de lavoura sedentária.

O ensáio era, pois, indispensável, e é acertada providência o tentá-lo com *limitado número de famílias*».

E o Sr. Santana Nery indicava ao govêrno provincial os meios mais acertados para a tentativa do estabelecimento de um núcleo colonial europeu no Pará, e que eram: propaganda na Europa; contratos de imigrantes; transporte dêstes. A publicação de um *Guia* de imigração — «dando em linguagem singela, ao alcance de tôdas as inteligências, informações gerais, relativamente aos favores concedidos aos imigrantes, noções sumárias acêrca da província, do clima, das vias de comunicação, de comércio, da produção, das condições de existência, conselhos sanitários etc. Uma planta da colônia de Benevides, e uma carta da província, completariam êsses dados resumidos».

A propósito dos contratos de imigrantes, era despertada a atenção do govêrno provincial, sôbre a facilidade com que intermediários inescrupulosos contratavam pessôas sem habilidades para o trabalho da lavoura, e que só tinham por finalidade — «emprender uma viagem de recreio» —, da qual voltavam tempos depois, falando mal da terra e dos brasileiros, incutindo o desânimo no espírito dos verdadeiros trabalhadores, que temiam, justamente, arricarem-se em lugares de climas adversos e de condições precárias.

Assim, advertia, só seriam enviados imigrantes capazes, mecânicos e agricultores, munidos de documentos — «abonando-lhes a moralidade e o passado imaculado».

A correspondência vinda de Paris teve larga repercussão na Província. O trabalho do Dr. Santana Nery, desenvolvido no sentido de selecionar os colonos necessários para o desenvolvimento do núcleo de Benevides, foi considerado importante e proveitoso. Esclarecia o govêrno, alertando-o contra os intermediários sem escrúpulos, que contratavam pessoal sem habilitações para os serviços agrícolas.

Ao mesmo tempo que se dirigia ao Dr. Nery, o conselheiro Tristão de Alencar Araripe solicitava ao cônsul geral do Brasil, em Portugal Sr. Paulo Porto Alegre, a sua colaboração para a vinda de imigrantes portuguêses para o Pará. Era o Dr. Pôrto Alegre delegado em Lisbôa da *Sociedade Central de Imigração*, do Rio de Janeiro, e as suas recomendações e conselhos traziam a marca da experiência.

Recomendou, inicialmente, a propaganda na imprensa diária, e em escritos práticos, avulsos, com especialidade nas províncias, para despertar o interêsse e a confiança dos colonos. Sem dinheiro isso não seria possível, mesmo porque não era fácil enfrentar os agenciadores, que viviam de província em província, tentando catequizar os trabalhadores para os seus representados.

E explicava o cônsul, qual era a fôrça dêsses agenciadores:

> «Se por ventura quisessem dispensar os serviços de tais indivíduos, que ascendem a mais de 1.300, recusando-lhes certos interêsses por êles criados, teríamos sem dúvida alguma que afrontar com a sua baixa intriga contra a imigração subvencionada, qualificando-a de engajamento, escravatura branca e outras difamações, que lançaram por terra a missão do Dr. Afrânio Henriques Leal, há anos encarregado pelo govêrno imperial de subvencionar a imigração para o nosso país.»

Outras informações prestava o diplomata brasileiro, principalmente quanto às despesas que eram avultadas para os cofres provinciais.

Naquêle mesmo ano de 1886, a 7 de junho, chegavam vinte e uma famílias açorianas com 108 pessôas, (119) encaminhadas para a colônia *Araripe*, assim denominada em homenagem ao pre-

sidente Tristão de Araripe, que tantos esforços dispendeu em favor da imigração européia.

Os colonos açorianos recusaram-se a desembarcar no núcleo a que se destinavam. Os representantes da *Sociedade Paraense de Imigração,* regressaram com êles para a capital, onde se dispersaram, elucida o Barão de Igarapé Miri, em seu Relatório.

Fracassou a tentativa do Dr. Santana Nery, de introduzir os imigrantes provindos da Europa.

O contrato, nesse sentido, firmado a 12 de julho de 1887, para vigorar de 1º de outubro do ano seguinte, foi desaprovado pela Assembléia Legislativa provincial. O mesmo aconteceu com o contrato assinado com o Dr. Heráclito Vespasiano Fiock Romano, que se propunha a introduzir 5.000 imigrantes europeus — «mediante a indenisação de dez mil réis por imigrante introduzido.»

Estava assim desfeito um sonho que por tanto tempo embalou os patriotas da *Sociedade Paraense de Imigração*.

A colonisação européia, na escala proposta, fracassava de modo lamentável. Mas a colônia de Benevides tinha de sobreviver.

Vamos vêr como isso foi possível.

* * *

Escreve o Dr. José Coelho da Gama e Abreu, no Relatório apresentado à Assembléia Legislativa, no ano de 1880, ([120]) que ao assumir a administração do Pará, contava o núcleo colonial de Benevides cêrca de 8 a 9 mil pessôas.

Dois diretores da colônia, os Drs. Martinho Damiense Pinto Braga e João Henrique Costard, o primeiro muito generoso e o segundo demasiado pródigo, não foram bem compreendidos pelos colonos. Estes, desatinavam-se, acostumados que estavam com as generosidades e as prodigalidades dos chefes fracos e sem ânimo para contê-los. Os atos de indisciplina e de desrespeieo ao diretor da colônia tornaram-se freqüentes. Desforços pessoais, brigas entre colonos e dêstes com o próprio diretor; espancamento das praças de um destacamento policial; desavenças constantes tumultuavam o ambiente do núcleo.

Afóra a indisciplina a notícia de que o govêrno estava disposto a reduzir os gastos excessivos da colônia provocou visível descontentamento entre os colonos.

Apareceram nessas horas de agitação alguns insufladores, que proferiam discursos incitando os imigrantes à reação. Efetivamente os nordestinos que lá se achavam tentaram um levante, ameaçando marchar sôbre a capital, se o govêrno persistisse no propósito de diminuir os socorros econômicos. O presidente para evitar a desmoralização que o ato impensado dos imigrantes nordestinos provocaria com a marcha sôbre Belém, deliberou tomar medidas enérgicas que acabassem, não só com a excessiva despesa da colônia, como, também, com a indisciplina reinante.

E assim foi feito. A marcha não se efetivou. Os colonos mantiveram-se em ordem. E as despesas que eram de 14 contos por semana e de 56 por mês, foram reduzidas para 20 contos mensais.

No princípio do ano de 1881, as chuvas e a abundância que haviam voltado ao Ceará, davam oportunidade a que regressassem à terra querida os imigrantes cearenses.

Entretanto, esclarecia o presidente Gama e Abreu: ([121])

> «A colônia não morre; diversos colonos, especialmente dos francêses ali estabelecidos, alguns têm montado pequenos engenhos a vapor para fábrica de cachaça e açúcar, e sou informado que o engenheiro Pinto Braga ali pretende estabelecer um com o mesmo fim, mas em maiores proporções.»

Na falta de mais fácil comunicação terrestre com Belém, onde eram consumidos os gêneros produzidos na colônia, foi estabelecido o sistema de transporte fluvial, pelo rio de Benfica, através do Pinheiro, duas vêzes por semana. Os vaporem *Belém* e *Elefante*, aquêle de 35 toneladas e 30 cavalos de fôrça, com acomodação para 150 passageiros, e êste de 20 toneladas e 18 cavalos de fôrça, com acomodações para 50 passageiros, faziam regularmente, oito vêzes por mês, a ligação entre Belém e a colônia de Benevides, através do pôrto de Benfica. Era respon-

sável por essa linha a «Emprêsa de Navegação a vapor para o Pinheiro».

O vapor *Elefante* só na falta do *Belém*, fazia as viagens semanais, suficientes para o escoamento dos produtos que o núcleo produzia, já em considerável quantidade.

Sôbre os flagelados cearenses, transformados em agricultores, pela necessidade de ser mantida a colônia, dizia o presidente Dr. Antônio José Ferreira Braga, no ano de 1889 (122)

> «Foi meu primeiro empenho esforçar-me por distribuir-lhes lotes de terras devolutas ali existentes, mas vi com muita mágua que preferiam a vida indolente à do trabalho que nobilita o homem e produz-lhe os meios de subsistência.»

Mas, não sòmente o núcleo de Benevides, como os demais que iam ser abertos na estrada de Bragança, até onde fôssem chegando os trilhos da estrada de ferro, iam receber o impulso da colonisação selecionada, trazida para o Pará, através das providências que os governadores do Estado, na sua nova fase politica, inaugurada com o advento do regime republicano, implantado no país a 15 de novembro de 1889, iam determinar visando engrandecê-los, estudando-lhes as possibilidades e levando-lhes o progresso.

* * *

No ano de 1889, recebia o Pará novos imigrantes nacionais e espanhóis, em grande número. (123)

Antes tinham vindo colonos italianos que ficaram estabelecidos em dois núcleos denominados *Anita Garibaldi* e *Ianetama*. Seguindo os conselhos do Dr. Santana Nery, o govêrno do Estado mandou editar um *Guia* para os imigrantes espanhóis ,sob o título: «*Amazônia — Escritorio de imigración de España y las islas Baleares y Canarias al Estado del Pará — Informacion a los españoles que deseam emigrar al Estado del Pará*», e onde estavam contidas valosas informações de natureza histórica, geográfica, politica e social.

Com a abertura de outros núcleos à margem da estrada de Bragança, que iam sendo valorisados e conhecidos à proporção que eram inaugurados novos trechos da estrada de ferro, a colônia de Benevides, já então chamada — *Nossa Senhora do Carmo de Benevides*, perdia aquela preferência justificada pela primaria. Os núcleos inaugurados posteriormente estavam destinados a melhor êxito. O de Benevides fôra uma grande experiência.

2. APEÚ

A construção da via férrea até o *Apeú* foi iniciada a 24 de junho de 1883. Aberta a estrada, demarcadas as terras, assentados os trilhos, tratou o govêrno de instaladar um novo núcleo colonial, chamado do *Apeú*.

Para ali foram destinadas vinte e uma família açorianas, compostas de 108 pessôas, recém-chegadas da Europa. Os imigrantes portuguêses, procedentes dos Açores, eram tidos como ótimos agricultores. No século XVII, vários colonos estabeleceram-se em Belém. Ficaram instalados na área que passou a ser chamada de rua de *São Vicente*, por ter sido aberta no dia consagrado ao Santo do mesmo nome. Deram, posteriormente, grande impulso a outros povoados paraenses, distinguindo-se como trabalhadores operosos e honestos.

Aconteceu, porém, que os açorianos vindos para a colônia do *Apeú, negaram-se a desembarcar* do trem que os conduzira da capital ao núcleo a que se destinavam. Não cumpriram o compromisso firmado em Portugal, por intermédio da firma *Calheiros & Oliveira*, que havia recebido do govêrno da Província, para êsse fim, vinte contos de réis.

O pretexto apontado pelos imigrantes para tal procedimento, foi o de não estarem concluídas as casas situadas nos diferentes lotes que lhes foram destinados. Também o galpão, ou seja o alojamento coletivo não ficara pronto. Faltava destocar a terra; as árvores derrubadas ainda não tinham sido removidas; tôda a área do núcleo estava transformada numa vasta capoeira, tornando — «*repugnante o lugar*» — segundo expressões de um dos membros da Sociedade Paraense de Imigração, que acompanhou os colonos até o núcleo. (124)

Como lavradores profissionais não concordaram em perder tempo na limpeza do solo, arrastando tóros, desmanchando matos, encoivarando para a queima, sujeitando-se à promiscuidade de um alojamento coletivo que, ainda assim, não estava concluído.

O fracasso da primeira tentativa da localização de imigrantes europeus em Apeú, levou o presidente Cardoso Júnior a esta observação: (125)

> «Muito tempo se pensou que só as províncias do sul do império estavam no caso de receber a imigração européia.»

O procedimento dos colonos portuguêses justificava o conceito.

A Assembléia Legislativa provincial, temerosa de que os imigrantes europeus repetissem o exemplo dos açorianos, desaprovou as propostas feitas pelos Srs. Santa Nery e Fiock Romano. Concedeu, no entanto, ao govêrno, pela lei nº 413, de 9 de maio de 1896, autorização para promover um ajuste ou acôrdo para a desapropriação das terras onde estava localisado o núcleo do *Apeú*. Como complemento dêsse ato, foi o govêrno autorisado a dispender até a importância de 70 contos de réis.

O número de lotes da colônia era de 527, tendo sido discriminados 30, antes da chegada das vinte e uma famílias açorianas.

Imigrantes cearenses foram, posteriormente, instalados na colônia. Pela lei nº 712, de 2 de abril de 1900, os lotes urbanos e rurais da povoação do *Apeú* foram concedidos à Intendência Municipal de Belém, passando a constituir patrimônio da capital. (126)

Antes, fôra o povoado elevado à categoria de Vila, de acôrdo com os têrmos do Decreto nº 646, de 6 de junho de 1899.

Não há razão para acreditar que tivesse obtido êxito o núcleo colonial do Apeú. Foi uma experiência que não chegou a produzir os resultados esperados. Mas, como ao tempo da sua instalação era o ponto terminal da estrada de ferro de Bragança, justificava-se o interêsse que chegou a despertar entre os componentes da «Sociedade Paraense de Imigração».

Faltou à colônia uma administração eficiente, que justificasse o dispêndio feito com a sua instalação e a vinda de imigrantes estrangeiros para os trabalhos agrícolas.

Daí o insucesso, que teve começo com a recusa dos colonos açorianos de ocuparem o núcleo, que seria o marco do seu desenvolvimento e progresso. Foi sem dúvida, o primeiro fracasso da colonização européia, no Pará, conseqüência da má direção da colônia e da precipitação dos seus fundadores.

3. CASTANHAL

Com a divisão dos terrenos, separados em lotes agrícolas, nos campos de Castanhal, e entregues aos imigrantes cearenses para cultivo, teve origem o núcleo colonial ali fundado pelo govêrno.

Mediam aquêles lotes 110 metros de frente por 440 de fundos. Até o ano de 1913, o número de áreas medidas e demarcadas foi de 218, tendo sido concedidas 159 por compra e apenas uma a título gratuito.

No núcleo de Castanhal não estiveram os imigrantes estrangeiros que se espalharam pela estrada de Bragança.

Todos os trabalhos agrícolas foram feitos pelos nacionais. Como diretores do núcleo funcionaram em diferentes épocas os Srs. John Misael, Antônio Marcelino Cardoso Barata e Sigmund von Paumgmartten. Segundo informações de Henrique Santa Rosa, (127) as despesas feitas na colônia até o ano de 1893, ascenderam à soma de 151:225$064 réis.

Esclarece Palma Muniz que, em Castanhal mantinha o govêrno do Estado um grande Engenho, que por contrato de 23 de setembro de 1893, foi cedido aos cidadãos Filadelfo de Oliveira Condurú e Júlio de Cristo Ferreira, cujo contrato transferiram mais tarde para a firma Ferreira Castro & Cia. até que o governador Augusto Montenegro mandou rescindí-lo.

No ano de 1905, em virtude da Lei nº 957, de 1º de novembro, os terrenos da então vila de Castanhal, elevada a essa categoria em 6 de junho de 1899 (128) foram incorporados ao patrimônio da municipalidade de Belém.

A propósito das terras de Castanhal, o senador Antônio José de Lemos, na época Intendente municipal da capital, usou das seguintes expressões:

> «Os terrenos da vila de Castanhal acham-se em boas condições de divisão, tendo havido um projeto prévio, ao qual obedeceram as concessões de terras.
>
> A vila está dividida em quarteirões quadrangulares e êstes em lotes de 968 m2. Também nesta vila as vias públicas carecem de denominação. A quase totalidade dos terrenos urbanos são de propriedade particular, por venda feita pelo govêrno do Estado.»

A elevação de Castanhal à categoria de município foi feita em conseqüência dos têrmos do decreto nº 600, de 28 de janeiro de 1932, que revogou o ato que havia criado o município de Santa Isabel, e deu ao de Castanhal essa prerrogativa, fixando-lhe os limites e desanexando-o do patrimônio municipal de Belém, onde figurava desde 1905.

4. JAMBU-AÇÚ

O núcleo foi fundado em 1895, demarcado pelo engenheiro Pedro Bezerra da Rocha Morais, ficando situado no quilômetro 118 da estrada de ferro de Bragança. Até o ano de 1910, os colonos existentes pertenciam às seguintes nacionalidades: (129) Brasileiros 1.149; Espanhóis 642; Portuguêses 10.

O número de imigrantes localisados até o ano de 1901, segundo o recenseamento feito em tôdas as colônias, era em Jambuaçú de 1.980, sendo 1.008 homens e 972 mulheres, entre adultos e menores.

Existiam naquela época 5 engenhos para a fabricação de aguardente, (130) e 44 fornos para a fabricação de farinha. Além dêsses gêneros, produzia mais: arrôs, milho, feijão, frutas e cana de açúcar.

Os títulos gratuitos de posse de terras expedidos até o ano de 1908, somavam 318, sendo 500 o número de lotes.

As despesas feitas para a manutenção do núcleo, de 1º de janeiro a 30 de setembro de 1897, chegaram à importância de 115:905$657 réis. (131) A distribuição de imigrantes, no referido período, foi de 255 adultos e 162 menores. Com a criação do município de Igarapé-Açú, em virtude da Lei nº 985, de 26 de outubro de 1906, naantiga sede da colônia de Jabu-Açú, perdeu esta, depois de onze anos de atividade as suas características iniciais.

5. BENJAMIN CONSTANT

No ano de 1894, foram demarcados e divididos os primeiros lotes agrícolas, num total de 559, e numa extensão de 116 quilômetros.

Os imigrantes nacionais e estrangeiros enviados para a colônia de Benjamin Constant, até o mês de outubro de 1900, correspondiam a 1.945 brasileiros e 956 espanhóis, num total de 574 famílias.

Os administradores da colônia desde a sua fundação foram respectivamente: o engenheiro João Arnoso, Ângelo Cesário Valente Dôce, João Régis de Lima Valverde e engenheiro Guilherme von Linde e José Pereira de Brito Leite de Berredo. (132)

Cabe ao núcleo Benjamin Constant — «a iniciativa da instalação dos engenhos a vapor»: entre os quais se destacaram os denominados «Pais de Carvalho» e «LauroSodré». (133) Afora êstes, alguns colonos adquiriram e instalaram outros pequenos engenhos e engenhocas para fabricação de aguardente e açúcar.

Até dezembro de 1898, o número de colonos era de 1.695, constituindo 328 famílias. Dessas, esclarecia o Dr. Serzedelo Corrêa, 100 já haviam deixado de receber rações, 37 recebiam meia ração, e 191 tinham a ração inteira. Os gastos do govêrno com o núcleo elevavam-se até aquêle ano à importância de 423:991$410 réis.

Atualmente Benjamin Constant faz parte integrante do município de Bragança, tendo sido a sua antiga denominação mudada para *Tijoca*.

6. MARAPANIM

Este núcleo, próximo do povoado de Castanhal, obteve a preferência dos imigrantes nordestinos. Criado em 1893, foi seu primeiro administrador o Sr. Antônio Marcelino Cardoso Barata, que em outras colônias havia dado provas de capacidade de trabalho.

Tendo o govêrno cedido a área do núcleo aos arrendatários Filadelfo de Oliveira Condurú e Júlio de Cristo Ferreira, primeiros contratantes do engenho da colônia de Castanhal, passou esta à denominação de Burgo Marapanim.

As despesas do núcleo até o ano de 1897 (134) foram de 529:073$264 réis. Marapanim, referem as crônicas da época, tornou-se pela sua prosperidade e privilegiada situação geográfica, um dos mais procurados núcleos da estrada de Bagança. Nas suas matas abundavam as madeiras de lei que davam bom preço no mercado, e eram, por isso mesmo, procuradas pelas casas comerciais que negociavam com essa especialidade. Os colonos do núcleo, tentados pelo lucro fácil e rápido, deixaram as suas lavouras à margem, e entregaram-se completamente à derrubada das árvores de porte, que arrastavam na sua queda, abatidas pelo machado dos derrubadores, as árvores menores. (135)

Não só esta circunstância, da venda da madeira de lei, como a preferência que lhe foi dada pelos imigrantes do Ceará e Rio Grande do Norte, (136) fizeram dêste núcleo um dos mais populosos e prósperos. Tanto que foi necessário — «aumentar o número de lotes e proceder aos trabalhos de discriminação e preparação dêstes e construção de casas para os colonos.»

O govêrno do Estado, por Portaria pe 15 de dezembro de 1897, mandou dividir a colônia em duas seções — «ficando a primeira com a sede e denominação primitivas, e compreendendo as estradas dos quilômetros 12 e 14 e transversais existentes desde a primeira dessas estradas até o rio Marapanim. A segunda seção recebeu honrosamente o nome de núcleo *José de Alencar*, como um tributo de aprêço à colaboração do povo cearense na obra da colonização dêste Estado, tem a sede na estrada do quilômetro 6 e compreende esta estrada e a do quilômetro 9 e as transversais anteriores ao quilômetro 12». (137)

Ficavam os limites dos dois núcleos entre os de Marapanim e do povoado de Castanhal.

Os imigrantes nacionais e estrangeiros localizados em Marapanim, até o ano de 1900, eram: brasileiros 708; espanhóis 405; portuguêses 19.

7. JOSÉ DE ALENCAR

Este núcleo foi criado em conseqüência da Portaria de 16 de dezembro de 1898, do govêrno do Estado, sendo constituído de 218 lotes agrícolas. Nêle foram instalados até o mês de outubro de 1900, os seguintes imigrantes: brasileiros 1.312; espanhóis 13.

Depois de feita a instalação do núcleo, informa Palma Muniz, a sua administração foi contratada com os padres Agostinianos, que não se mantiveram por muito tempo na direção da colônia, tendo pedido ao govêrno a rescisão do contrato, como haviam feito com o núcleo de Monte Alegre, na cidade do mesmo nome.

Tomando o govêrno a direção e a responsabilidade da colônia, fez inaugurar na manhã de 20 de janeiro de 1901, um moderno Engenho. Antes, às 9 horas, em um altar levantado na casa das máquinas, celebrou o sacrifício da missa o padre Leitão, vigário da igreja de Nossa Senhora de Nazaré, de Belém. Assistiram à cerimônia religiosa, além de 2.000 colonos de *José de Alencar* e de outros núcleos convizinhos, autoridades e convidados especialmente para o ato. Ao Evangelho o padre Leitão dirigiu-se aos colonos exortando-os ao — «trabalho aporfiado e persistente, (138) para que a terra que lhes fôra confiada, sob o cultivo inteligente e bem dirigido, pudesse pagar-lhes em benefício o labor consumido».

Depois de celebrada a missa foi dada a benção às máquinas, servindo de padrinhos o coronel Joaquim Mendonça, o agrônomo Gomes do Carmo e um jornalista presente à festa. Eram oito as máquinas.

Com a abertura e demarcação do núcleo, instalação dos imigrantes e despesas consequentes, gastou o govêrno, até o ano de 1899, a importância de 331:093$420 réis.

Atravessava o *José de Alencar* uma estrada de rodagem, ligando Castanhal à cidade de Curuçá.

A Lei nº 824, de 14 de outubro de 1902, autorisou o govêrno a conceder títulos definitivos de propriedade aos colonos ali sediados.

Para êste favor era necessário, apenas, que o pretendente provasse que ocupava o lote agrícola há mais de um ano; que tivesse morada habitual e com cultura efetiva de uma parte apreciável da área do lote; que tivesse bom comportamento; que fôsse de bons costumes e vivesse em paz com os seus vizinhos.

8. SANTA ROSA

Núcleo fundado nos têrmos da Portaria de 15 de dezembro de 1898, a sua denominação constituiu uma justa homenagem ao Dr. Henrique Santa Rosa, na época, diretor do Departamento de Obras Públicas, Terras e Colonisação do Estado. A divisão dos lotes agrícolas, a construção das casas destinadas aos colonos, a abertura de estradas e construção de estivas, (139) foram feitas pelos contratantes dêsses serviços, engenheiro Antônio Teles da Silva Lôbo, José Augusto de Menezes Sales e Antônio Pinto Xavier.

O núcleo ficava situado à margem da estrada que ia do povoado de Santa Isabel à estrada da Vigia.

Até o ano de 1898, as despesas com a instalação da colônia haviam alcançado a soma de 69:951$920 réis. O preço de cada casa de colono foi de 650$000 réis. Os imigrantes estabelecidos nos núcleos, conforme o recenseamento feito no mês de outubro de 1900, eram os seguintes: 458 brasileiros; 624 espanhóis; 4 alemães; 5 italianos.

Predominavam no núcleo os imigrantes espanhóis, com 104 famílias. Os colonos alemães tinham vindo espontâneamente para o Estado, indo empregar as suas atividades na estrada de Bragança. Eram ótimos agricultores e excelentes trabalhadores. O mesmo acontecia com a família italiana, que não veio no meio dos imigrantes contratados, mas às expensas próprias.

9. FERREIRA PENA

Núcleo criado a 9 de março de 1898, em virtude da proposta feita pelo Dr. Henrique A. Santa Rosa, então diretor da Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonisação, (140) Estava sediado na confluência da colônia de *Araripe*, à margem esquerda da estrada de ferro de Bragança.

Possuía 4 engenhos de fabricação de cachaça e fôrnos para fabricação de farinha.

Os imigrantes que predominavam na colônia eram os brasileiros, seguindo-se os espanhóis em número de 34 famílias. Até o ano de 1900, o número de colonos, era: brasileiros 330; espanhóis 145. Foram demarcados 208 lotes e concedidos 26 títulos gratuitos, até o ano de 1908.

Posteriormente foi feita a discriminação dos terrenos nas estradas conhecidas pelas denominações de: Ferreira Pena, Floriano Peixoto, Deodoro da Fonseca, Lauro Sodré; travessas: 15 de Novembro, Pais de Carvalho e 13 de Maio, num total de 96 lotes.

No dia 8 de setembro de 1900, embarcava para o Americano, com o propósito de emancipar a colônia *Ferreira Pena*, que estava apta a viver dos seus próprios recursos, o Dr. Pais de Carvalho, governador do Estado, em companhia dos Srs. Augusto Montenegro, Artur Lemos, Augusto Olimpio, Gomes do Carmo, Numa Pinto e João Luís de La Roque. Chegando à tardinha à vila do Americano, dali foram a cavalo para a sede da colônia, distante cêrca de 6 quilômetros, juntando-se à comitiva mais as seguintes pessôas: coronel João Moreira de Castro, capitão Manuel Honorato, frei Carlos de San Martinho, Frei Paulo Trescorre, Antônio Lôbo, Costa Rodrigues, Duque Estrada e Joaquim de Morais Novas, assim como numerosos habitantes do Americano.

Na manhã seguinte, numa das salas da administração, presentes todos os colonos, foi celebrada missa por Frei Carlos, acolitado por Frei Paulo.

Seguiu-se a solenidade da entrega dos títulos dos lotes agrícolas a 85 famílias, das quais 43 brasileiras e 42 espanholas, num total de 512 pessôas. A cultura da colônia era próspera. Havia grandes plantações de mandioca, milho, feijão, cana de açúcar,

algodão e arroz. Desenvolvida era também a plantação de hortaliças e de árvores frutíferas.

Existia na colônia uma escola mista, dirigida por dona Rita Linhares Menescal.

10. ANITA GARIBALDI

Data de 29 de dezembro de 1898, o contrato assinado entre o Govêrno do Estado e o cidadão Mário Mataruzza, para a introdução no Pará, de duzentas famílias italianas, que seriam destinadas à estrada de Bragança, onde ficariam instaladas no núcleo agrícola *Anita Garibaldi*.

Ficava a colônia à margem direita do caminho que ligava o povoado de Castanhal a Curuçá.

Não obstante as facilidades dispensadas pelo govêrno ao contratante Cataruzza, êste só conseguiu a vinda de 19 famílias. Em conseqüência foi rescindido o contrato.

Mais tarde foi projetado nas terras fronteiras do núcleo *Anita Garibaldi*, o núcleo *Antônio Baena*, que teria 117 lotes agrícolas. Não progredindo êste, ficou anexado ao primeiro, constituindo então 403 lotes de terras demarcadas.

O número de colonos existentes até o mês de outubro de 1900, era o seguinte: brasileiros 746; espanhóis 131; italianos 37; belgas 3.

O total de imigrantes localizados no núcleo era de 917 pessôas. Estavam em funcionamento na colônia 8 fôrnos de cobre para fabricação de farinha.

O núcleo foi emancipado a 21 de abril de 1902, nos têrmos do Decreto nº 1.000 daquela data.

11. IANETAMA

Com o cidadãos italiano Salvador Nicassia, contratou o govêrno do Estado, por documento assinado a 20 de janeiro de 1899, a introdução de duzentas famílias, no núcleo *Ianetama*. Ficava êste situado na estrada telegráfica de Bragança, 19 quilômetros distante da vila de Castanhal, «— regado pelas nascentes dos rios *Açú*, *Tauary* e *Constantino*, afluente do rio Inhangapy, da vertente direita do rio Guamá». (141)

Como o seu patrício Mário Cataruzza, também Nicassia não satisfez o compromisso assumido com o Estado, introduzindo apenas 48 famílias, o que deu motivo à rescisão do contrato anteriormente assinado.

Passando a dirigir o funcionamento da Colônia, o govêrno localisou imigrantes nacionais e espanhóis nos 213 lotes agrícolas em que foi dividido o núcleo. Pelo recenseamento feito no mês de outubro do ano de 1900, existiam trabalhando em *Ianetama* 99 famílias, num total de 648 pessoas, com a seguinte discriminação: brasileiros 602; espanhóis 32; italianos 14.

Com a criação do núcleo, demarcação dos lotes agrícolas, localisação dos imigrantes, gastou o Estado a importância de 253:819$113 réis, incluídos 18 fôrnos para fabricação de farinha.

12. INHANGAPY

Este núcleo foi fundado no fim do ano de 1898, e estava situado em «— terras da vertente direita do rio Inhangapy, afluente direito do rio Guamá, e ligado à vila de Castanhal, no quilômetro 75, da estrada de ferro de Bragança, por uma estrada de rodagem de 3 quilômetros, e ao rio Inhangapy, pela continuação da mesma estrada que atravessa o núcleo.» (142)

Inhangapy constituiu a 11ª circunscrição do município de Belém, feita pelo govêrno do Estado, nos têrmos do Decreto nº 1.267 de 1º de julho de 1905, que fixou os limites da capital.

Sòmente imigrantes nacionais foram localisados até o ano de 1900, neste núcleo, num total de 117 famílias, com 711 pessôas, sendo 409 adultos e 302 menores. As do sexo masculino eram 346 e do feminino 365.

No ano seguinte, o número de colonos tinha ascendido a 890. Foram instalados, para a fabricação de farinha 12 fôrnos de cobre.

A sede do núcleo era constituída de uma área de 900.000 metros quadados, tendo — «450 metros de frente na estrada e 2.000 metros de fundo». (143)

BURGOS AGRICOLAS

1. SANTA RITA DO CARANÁ

A lei nº 583, de 21 de junho de 1898, definiu como *Burgos Agrícola* os estabelecimentos industriais de agricultura, fundados em virtude de concessão do govêrno, com o fim de facilitar e auxiliar a criação e desenvolvimento de pequenas propriedades rurais, ligadas à propriedade central, na qual, maquinismos aperfeiçoados permitissem aos agricultores beneficiar os seus produtos, mediante contratos de parceria ou preços de tabelas aprovadas pelo govêrno.

Os Burgos agrícolas seriam localizados em terrenos considerados férteis e cujo clima e extensão territorial pudessem permitir vantagens idênticas às dos núcleos coloniais mantidos pelo Estado.

Por conta própria, ou seja no interêsse pessoal, só podia o concessionário dos burgos agrícolas explorar um terço dos terrenos concedidos pelo govêrno, ficando os dois terços restantes, destinados às famílias dos colonos nacionais e estrangeiros, que ficariam constituídos em pequenos proprietários, na obrigação de indenizar as despesas feitas com a respectiva instalação no Burgo.

As obrigações dos concessionários e colonos estavam reguladas nos minuciosos e longos contratos que assinavam, de modo a garantir a estabilidade do agricultor e o desenvolvimento do Burgo, de conformidade com as bases fixadas pelo Estado.

O Govêrno garantia um auxílio de quatrocentos mil réis, por família dos colonos introduzidos no Burgo, pago ao concessionário, além da ajuda de duzentos mil réis, entregues a cada colono chefe de família. Esclarecia a referida lei, que o número de família de imigrantes, que podiam ser instaladas nessas propriedades rurais, e sôbre as quais o govêrno estabelecesse subsídios, não excederia de cem, devendo ser um têrço de famílias brasileiras e o restante de colonos estrangeiros.

Vários Burgos foram instalados na estrada de Bragança, por iniciativa particular, como exigia a lei. Porém nem todos prosperaram. Os que fracassaram, como o *Anita Garibaldi* e *Marapanim*, cujos concessionários não satisfizeram integralmente os

seus compromissos, foram incorporados ao Estado, vindo a constituir outros núcleos coloniais, administrados e subvencionados pelo Govêrno.

O Burgo de *Marapanim*, ([144]) como informa o Dr. Henrique Santa Rosa, chegou a constituir um estabelecimento digno de menção, capaz de — «levar ao silêncio os gritadores —», que eram aquêles que combatiam a constituição dos Burgos e defendiam a tese de que as colônias agrícolas deviam ser mantidas e orientadas pelo Estado.

Demonstrando a vantagem da manutenção dos Burgos, escrevia aquele ilustre engenheiro, em documento revelado pelo Dr. Serzedelo Corrêa, no Relatório que mandou ao Dr. Pais de Carvalho, na época governador do Estado:

> «— Estimular a fundação, fomentar a criação de estabelecimentos industriais pelo Govêrno auxiliados e situados em torno de terrenos devolutos apropriados para a lavoura e nos quais o industrial obrigue-se, mediante favores do Estado, a tomar a si o encargo da localização dêsses agricultores, que serão os trabalhadores cujos produtos o seu estabelecimento beneficiará, e por conseguinte, contribuirão para a vitalidade da sua indústria: eis o principal problema que os burgos têm por fim resolver, dando ao mesmo tempo o duplo resultado da criação de grandes propriedades em dependência de pequenos agricultores e da localização dos imigrantes feita por aquêles proprietários.
>
> Tenaz foi a luta promovida contra êsse sistema pelos que, pretendendo alegar competência em assunto que ignoram por completo, não duvidaram em afirmar desastroso o auxílio prestado pelo Govêrno para tal fim.»

Não obstante o estímulo do Govêrno e as concessões e auxílios oferecidos aos que pretendessem criar burgos agrícolas, os sucessos obtidos foram, apenas, iniciais.

Contudo o estabelecimento dessas propriedades agrícolas, de qualquer modo ligadas à formação histórica, social e econômica

da estrada de Bragança, contribuiu para o progresso da região bragantina.

* * *

Em conseqüência do contrato assinado entre o Govêrno e o cidadão Francisco de Paula Teixeira, e de conformidade com os têrmos da lei nº 583, de 21 de junho de 1898, foi fundado o Burgo agrícola denominado *Santa Rita do Caraná*, à margem do rio Caraná, afluente do Marapanim.

O núcleo seria constituído de 50 famílias de imigrantes nacionais. A área destinada àquela finalidade ficava situada «— na zona meridional da via férrea de Bragança, e do núcleo de Marapanim, com uma extensão de 10.260 metros, ao longo da referida estrada».

Destinava-se êsse burgo, a beneficiar a produção agrícola e a promover o desenvolvimento da cultura da cana de açúcar, cacau, café, tabaco, mandioca, milho, arrôs, feijão e de outros cereais que as terras pudessem produzir. No ano de 1891, segundo o recenseamento feito nos núcleos coloniais, *Santa Rita do Caraná* contava com 227 colonos.

2. GRANJA AMÉRICO

A instalação dêste Burgo agrícola foi contratada com o cidadão Raimundo Cudvelo, que se comprometeu a mandar buscar 50 famílias de imigrantes cearenses. Ficava o Burgo situado «— nos fundos dos lotes da margem direita do núcleo *Santa Rosa* nas nascentes dos rios São Francisco e Santo Antônio, afluentes direitos do rio Tauá». (145)

Fez a demarcação dos lotes, em número de 92, o engenheiro agrônomo Antônio Teles da Silva Lôbo. (146) O concessionário Curvelo constituiu mais tarde a firma *Pinheiro & Cia.* admitindo como sócios para a exploração comercial dos Burgos os Srs. Alfredo da Costa Gadelha e Isaac Amaral.

No ano de 1900 estavam localisados na *Granja Américo* 35 famílias de imigrantes brasileiros. No ano seguinte o número havia subido para 316. Os títulos gratuitos de terras, distribuídos até o ano de 1912, foram de 92. Na *Mensagem* que o Governador Augusto Montenegro enviou ao Congresso Legislativo do

Estado, em 7 de Setembro de 1908, a *Granja Américo* figura entre os núcleos coloniais do Estado, detalhe êste que escapou ao historiados Palma Muniz, na sua preciosa obra intitulada *Imigração e Colonisação* que abrange o período histórico de 1616 a 1916.

MUNICIPIOS BRAGANTINOS

1. ANANINDEUA

Pertencia, antes, ao município de Belém, cuja área patrimonial integrava. Desanexado, passou a constituir, por fôrça do Decreto-lei estadual nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943, o município de Ananindeua compreendendo quatro distritos, inclusive o da sede, e mais: o de Benfica, Engenho Aracy e Benevides. Está situado no quilômetro 14 da E.F. de Bragança. A sua população é de 13.303 habitantes. (147)

2. JOÃO COELHO

Integrou, anteriormente, a área patrimonial do município de Belém. Nos têrmos da lei nº 646, de 6 de junho de 1899, foi elevado à categoria de Vila. Desmembrado do patrimônio territorial de Belém, o Decreto estadual nº 565, de 30 de dezembro de 1931, deu-lhe os predicados de município, sendo instalado solenemente a 2 de janeiro de 1932.

Extinto o município nesse mesmo ano, foi novamente restaurado em 1933. Perdeu a primitiva denominação de *Santa Izabel*, substituída para *João Coelho*, em face do disposto no Decreto-lei estadual nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943.

Está situado no quilômetro 42, da E.F. de Bragança, numa altitude de 21,543 m. A sua população é de 10.710 habitantes. (148)

3. CASTANHAL

O município de Castanhal foi criado em virtude da lei nº 600, de 28 de janeiro de 1932. Antes fazia parte da área patrimonial do município de Belém. Foi elevado à categoria de Vila, de

conformidade com a Lei nº 646, de 6 de junho de 1899, juntamente com os povoados de Benevides, Santa Isabel e Apeú. A instalação solene da Vila de Castanhal, teve lugar no dia 15 de agôsto de 1901, data comemorativa da adesão do Pará à independência nacional. Do município de Castanhal foi desmembrada a área que passou a constituir o município de Inhangapy. Castanhal compreende apenas dois distritos, que são: Castanhal e Apeú.

Fica localisado no quilômetro 69, da E.F. de Bragança, numa altitude de 45,913 m.

A sua população é de 14.261 habitantes.

4. INHANGAPY

Com a categoria de povoado constitui por fôrça do Decreto nº 1.262, de 1º de julho de 1905, a 11ª circunscrição do município de Belém.

Em virtude da criação do município de Castanhal, passou a constituir parte integrante do mesmo. Feita a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, de conformidade com o Decreto-lei estadual nº 4.505 de 30 de dezembro de 1943, foi transformado em município. Possui 4.610 habitantes.

5. ANHANGA

A lei nº 902, de 5 de novembro de 1903, criou a povoação de Anhanga, incorporada ao município de Belém. Passou depois a integrar a área patrimonial do município de Castanhal, até que pela lei nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943, foi constituído em município, com um único distrito, que é o da própria sede municipal.

Está situado no quilômetro 83 da E.F. de Bragança. Tem 6.419 habitantes.

6. IGARAPÉ-AÇÚ

Antiga sede do núcleo colonial de Jambú-Açú, (149) foi constituído em município pela lei nº 985, de 26 de outubro de 1906,

que extinguiu o município de Santarém-Novo e criou o de Igarapé-Açú e determinou-lhe os limites.

O Decreto estadual nº 264, de 4 de abril de 1931, alterou a denominação de Igarapé-Açú para *João Pessôa*, em homenagem ao governador da Paraíba. Porém, novo Decreto nº 2.972 de 31 de março de 1938, deu ao município a antiga denominação de *Igarapé-Açú*, que conserva até hoje.

Compõe-se de dois distritos, que são: Igaraé-Açú e Carirí (ex-São Luís). Fica situado no quilômetro 112 da E.F. de Bragança. Tem 15.370 habitantes.

7. NOVA TIMBOTEUA

Pertencia à área patrimonial do município de Santarém-Nôvo, depois Igagarapé-Açú.

A instalação da povoação de *Timboteua* foi feita a 1º de dezembro de 1895, de acôrdo com o disposto no Decreto nº 138, de 24 de outubro daquêle ano. Está situado no quilômetro 147, da E.F. de Bragança. A sua população é de 14.801 habitantes.

8. CAPANEMA

O atual município de Capanema tem as suas origens nas terras patrimoniais do extinto município de Quatipurú, que até o ano de 1789, era parte integrante do de Bragança.

Elucida PALMA MUNIZ, (150) que a instalação do município de Quatipurú «— teve lugar às 10 horas da manhã de 1º de julho de 1883». Feita com solenidade, com a presença dos representantes da Câmara municipal de Bragança, que exibiram na ocasião, o Ato Oficial firmado pelo presidente da Provincia, dispondo sôbre a criação do novo município paraense.

Até o ano de 1900, gozou dessas prerrogativas. Foi extinto pela Lei n.º 729, de abril daquêle ano, sendo o seu território anexado, novamente, ao de Bragança. (151) Dois anos mais tarde, em conseqüência da Lei nº 823, de 24 de outubro de 1902, — «foi solenemente reinstalado em 7 de dezembro do mesmo ano.»

Esteve a sede municipal na povoação de Miraselvas, (152) e na Vila de Capanema, cujo distrito foi criado pela lei muni-

cipal de 7 de dezembro de 1902. Passou Capanema a denominar-se *Siqueira Campos*, por fôrça do Decreto estadual nº 68, de 27 de dezembro de 1930; porém, no ano de 1938, o Decreto nº 2.972, de 31 de março, restaurou a sua primitiva denominação, com que figurou na divisão territorial do Estado, feita de conformidade com o Decreto nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943. Compõe-se de 5 distritos: Capanema, Miraselvas, Primavera. Quatipurú e Tauary. Está Capanema situado no quilômetro 175 da E.F. de Bragança, numa altitude de 20,055 m.

Tem 27.480 habitantes.

9. BRAGANÇA

Seis anos decorridos da fundação de Belém, estando Portugal sob o domínio da Espanha, concedeu o Rei dom Felipe III, por Carta de 9 de fevereiro de 1622, ao Governador geral do Brasil, Gaspar de Sousa, a capitania do Gurupi, que se prolongava do Turiassú ao Caeté — «com 20 léguas de fundos para o sertão». De Gaspar de Sousa passou a doação régia para o seu filho Álvaro de Sousa. Francisco Coelho de Carvalho, Governador e Capitão general do Estado do Maranhão, concedeu a seu filho Feliciano Coelho de Carvalho, a mesma capitania, o que motivou uma reclamação de Álvaro de Sousa à côrte de Madri, que confirmou a doação ao reclamante.

Assim foram fincados os primeiros marcos da colonização, e fundado o povoado de *Sousa do Caeté*, à margem direita do rio de igual nome.

A atual cidade de Bragança foi ereta na margem esquerda do Caeté, onde teria existido, segundo os cronistas da época, uma aldeia dos índios Tupinambás. Coube a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador e Capitão general do Grão Pará, criar e dar denominação ao povoado.

A História de Bragança é movimentada e interessante, cabendo-lhe capítulos de intensa vibração cívica, no conjnuto da história do Pará. Está intimamente ligada às páginas iniciais da colonisação portuguêsa, o que equivale dizer aos primórdios da conquista e da penetração da Amazônia, pelos infantes e missionários da Espanha e de Portugal. Em todos os momentos

da intensa e agitada vida política paraense. Bragança esteve presente.

Assim é a sua história, escrita através dos séculos, desde o primitivo marco da civilização fincado por Álvaro de Sousa à margem do Caeté, em terras da capitania, aos dias presentes.

A Resolução nº 252, de 2 de outubro de 1854, sancionada pelo presidente da Província, conselheiro Sebastião do Rego Barros, elevou à categoria de cidade a antiga Vila de Bragança. Fica situada no quilômetro 228 da E.F. de Bragança, numa altitude de 28,900 m. A sua população é de 57.888 habitantes. Possui 10 distritos, que são: Bragança, Almoço, Caratateua, Emboraí, Itapixuna, Nova Mocajuba, Piabas, Tijoca, Tracuateua e Urumajó.

IV

PROCESSOS DE COLONIZAÇÃO NO ESTADO. CRIAÇÃO DE COLÔNIAS AGRÍCOLAS

É fora de dúvida que obtivemos, no Pará, com o desenvolvimento da imigração estrangeira, regular progresso agrícola. Pessoas afeitas à profissão, dotadas de conhecimentos além dos rudimentares, que caracterizavam o colono nacional, confiantes na prosperidade das suas terras, dos seus esforços, do seu trabalho, trataram de conseguir a recompensa justa para os seus labores.

No seu interessante livro *Cartas do Brasil*, MAX LECLERC deixou uma judiciosa afirmação sôbre os colonos europeus.

Escrevia êle:

> «O proprietário que deixa o velho mundo, para fugir às condições demasiado duras que lhe impõe a sociedade, precisa encontrar na sua nova pátria algo mais que um proletariado menos penoso.»

Se o ambiente dos núcleos de colonização abertos no Pará, não podia oferecer as condições almejadas pelos mais exigentes imigrantes, como os açorianos, negando-se a desembarcar no Apeu, porque o panorama da colônia, ainda em preparo, não lhes agradara a vista, havia a possibilidade de criar nas terrs incultas algo do que sabiam e para o que vinham.

Ensina François Bernard que :

> «Hoje não é mais a terra que deve produzir; deve o agricultor estimulá-la e tirar dela o melhor partido possível. O clima, as qualidades do solo e o suor dos trabalhadores cessaram de ser os únicos fatores do rendimento agrícola: a ciência do cultivador tornou-se o seu principal agente.»

Daí a preferência pelo imigrante europeu, que vinha, antes de tudo, ensinar a estimular a terra tirando dela o melhor rendimento.

Em 1895, dando os primeiros passos para a efetiva localização dos colonos europeus, no Pará, o Govêrno do Estado autorizou a assinatura de contratos com os cidadãos Francisco Cepeda, Emílio Martins, William Brice e Júlio Bonavides, que se comprometeram a introduzir 38.000 imigrantes europeus, das Antilhas e japoneses, êstes em número de 3.000. ([154])

Com William Brice, que se responsabilizara pela vinda de 7.000 imigrantes, caducou o contrato, por falta de cumprimento das principais cláusulas. Os contratantes F. Cepeda e Emilio Martins começaram, nos têrmos dos respectivos contratos, a introduzir os imigrantes. Assim, até dezembro de 1896, haviam desembarcado em Belém 3.123 colonos. As despesas feitas, inclusive com os trabalhadores nacionais, até a primeira quinzena de janeiro foi de 1.491:342$610 réis, ou seja na moeda atual Cr$ 1.491.342,61.

Para incentivar o trabalho dessa gente, na cultura do cacau, do café, do algodão, da cana de açúcar «de mais fácil plantio e mais expedita colheita», foram criados prêmios aos lavradores, nas importâncias de um conto de réis e *quinhentos* mil réis. ([155]) Para pagamento dêsses prêmios seria consignada em cada lei de orçamento do Estado a verba de *cem* contos de réis. E fêz mais o govêrno: sugeriu a criação de sindicatos agrícolas, como os fundados na França, em 1884. ([156])

Não tendo sido possível levar à realidade a idéia dos Sindicatos agrícolas, o Congresso do Estado autorizou nos têrmos da Lei nº 53, de 27 de agôsto de 1892, a fundação de uma escola de agricultura e fazenda agrícola moderna. Veio depois a autorização para a fundação de núcleos coloniais suburbanos. ([157]) A seguir a lei que reorganizou o «Serviço de Imigração e Colonização do Estado.» ([158])

Embora os lotes agrícolas fôssem distribuídos sempre um por família, podia o colono adquirir quantos quisesse, contanto qeu os

pagasse à vista, indenizando o Estado pelas benfeitorias já existentes. Permitia o govêrno a organização de Junta colonial, desde que nos núcleos se achassem localizadas, pelo menos ,cinqüenta famílias. Competia aos colonos eleger os diretores da Junta, composta de imigrantes nacionais e estrangeiros. Essa organização de âmbito social e econômico visava atender as necessidades dos colonos, prestando-lhes ajuda e assistência permanente.

Os trabalhadores que preferissem localizar-se por conta própria, em terras devolutas, fora dos núcleos, ficavam sob a proteção do govêrno, durante um ano, para que pudessem gozar das vantagens da facilidade do transporte.

Eram essas, medidas de proteção, cujo alcance o govêrno justificava, através dos contratos de localização de imigrantes na Estrada de Ferro de Bragana e em outras zonas agricolas do Estado. Apesar, porém, das facilidades oferecidas, das medidas tomadas para permitir e garantir a fixação do colono nos lotes agrícolas, nem sempre foram compensadores os resultados.

Através da *Mensagem* que o Dr. Pais de Carvalho dirigiu ao Congresso do Estado, em 15 de abril de 1898, temos a confirmação do conceito exposto acima. Dizia o governador, naquele documento:

> «Um dos fatos que mais freqüentemente se repete na história da constituição dos núcleos coloniais é a debandada e a inconstância das primeiras levas de imigração.
>
> Não podíamos escapar e efetivamente não escapamos a essa lei geral e se temos muitos êrros a reparar, não devemos desanimar diante do pouco desenvolvimento e progresso das nossas colônias.
>
> Seria impossível fazê-las melhor no curto espaço de dois anos.»

Vinham a seguir as sugestões para que a imigração nacional e estrangeira produzisse os resultados previstos.

1º) Propaganda na Europa, com o auxílio das autoridades locais e consulados, por agentes idôneos de nomeação e demissão do govêrno. ([159])

2º) Rescisão dos contratos vigorantes para a introdução de colonos, em bases prejudiciais à economia do Estado.

3º) Criação de uma escola prática de agricultura e um instituto zootécnico.

Acreditava o Dr. Pais de Carvalho que, com essas medidas, muito lucraria o Estado, pois haveria com a propaganda na Europa, melhor seleção de trabalhadores, e assim, maior desenvolvimento dos núcleos.

Infelizmente, no ano seguinte, a epidemia de varíolo, grassando na Espanha e no sul do Brasil, veio propagar-se no Pará, por intermédio dos imigrantes chegados daquelas plagas.

Além da variola, a febre amarela apareceu, fazendo numerosas vítimas, principalmente entre os colonos europeus. Debelado o mal, o govêrno prosseguiu na política de comprimir as despesas, favorecendo, apenas, a imigração espontânea, sem onus ou responsabilidade para o Tesouro estadual.

Como medida de economia não concedeu mais autorização para a formação de novos núcleos, apresentando, como justificativa dessa ordem, a improdutividade dos dois burgos italianos existentes na Estrada, cujos colonos fracassaram, apesar de tôdas as vantagens concedidas. ([160])

Até o ano de 1902, a situação das colônias na zona bragantina, era a seguinte:

Colonos nacionais	8.396
Colonos estrangeiros	1.726
Total	10.122

Sôbre a imigração estrangeira manifestava-se o Dr. Augusto Montenegro, através dêste conceito:

> «A imigração estrangeira, do modo por que foi tentada entre nós, constitui o maior dos êrros de quem a iniciou, por meio de onerosíssimos contratos então assinados. Dela pouco resta e com certeza cada vez mais se apagarão os seus vestígios, ficando sòmente para atestá-la os enormes dispêndios do Tesouro.»

Os contratantes da introdução dos colonos estrangeiros no Pará foram os Srs. Cepeda e Martins. Nos têrmos dos respectivos contratos, ambos deviam introduzir 25.000 colonos, ficando 15.000 sob a responsabilidade de Francisco Cepeda e 10.000 sob a de Emilio Martins. Todavia, só chegaram 12.024 imigrantes, o que deu motivo à rescisão do contrato de ambos, mediante a indenização de 220 contos ao primeiro e de 100 contos de réis ao segundo, em papel e em títulos do empréstimo externo.

Se a suspensão dêsse serviço dava ao Estado a economia de Cr$ 4.071.886,13 na moeda atual, por outro lado cortava a possibilidade de uma melhor seleção de imigrantes, principalmente europeus, que no conceito de Max Leclerc constituíam um reservatório humano que não devia ser abandonado.

Um dos argumentos usados pelo Governador Montenegro a favor da rescisão dos contratos, foi o do sistemático abandono pelos colonos europeus, dos núcleos onde estavam localizados. Não explica a razão dessa anormalidade; mas, situa, em números ,a prova daquela afirmativa, esclarecendo que, dos 12.029 imigrantes espanhóis introduzidos no Pará, restavam nas colônias 1.802. Como o Estado dispendera com êsses 12.029 colonos a importância de cêrca de *vinte e um mil* contos de réis, e só restavam 1.802, a despesa de cada um se elevava, aproximadamente, a 12 contos de réis, quando na verdade, o dispêndio previsto com cada imigrante era, na moeda atual de Cr$ 1.725,00. Daí o desequilíbrio econômico provocado pelo abandono dos núcleos.

Como afirmava na sua *Mensagem* enviada ao Congresso Legislativo do Estado, em 1902, o Sr. Augusto Montenegro não mais se interessou pela introdução de imigrantes estrangeiros, no Pará. O exemplo dos açorianos e dos espanhóis, aqueles negando-se a desembarcar em Apeú, e êstes abandonando os núcleos, depois de instalados convenientemente, constituía, sem dúvida, uma advertência ao govêrno, indicando maiores cautelas na escolha dos colonos.

Não se pode negar, contudo, a preciosa colaboração prestada pelos europeus à colonização, no Estado. Com os imigrantes italianos e espanhóis foi possível fazer movimentar os Engenhos e as Fábricas instaladas nas colônias. Dar maior incremento à pro-

dução agrícola. Desenvolver a plantação. Aumentar a colheita, introduzir os processos modernos da época no amanho da terra, como fizeram os americanos em Santarém. Dar melhores bases aos núcleos, através dos conhecimentos de que se valiam os europeus para o acentuado progresso das suas propriedades.

A experiência feita para a colonização das grandes áreas, não fôra em vão.

* * *

A primeira notícia que temos da organização de meios para a introdução de imigrantes no Pará, data do ano de 1853, quando o Presidente da Provincia Sebastião do Rêgo Barros, sancionou a Resolução nº 226, de 15 de dezembro, criando no Tesouro Público Provincial, uma caixa especial com os fundos de *vinte contos* de réis, anuais, para o fim de promover e facilitar a introdução de colonos. No ano seguinte a Assembléia Legislativa aprovava o teor de uma nova Resolução que tomou o nº 263, ([161]) aumentando para 48 contos de réis, anuais, a verba destinada a promover a imigração de europeus, devendo ser preferidos os oriundos de Portugal e Espanha.

As bases para a vinda dos colonos eram estas :

1ª) Passagens e comedorias gratuitas, e sem retribuição alguma, para todos os imigrantes.

2ª) Na escolha dos colonos serão atendidos a idade, moralidade e o estado de saúde, sendo a preferência pelos moços, os morigerados e os sadios.

3ª) O Govêrno dispensaria aos imigrantes tôda a possível hospitalidade por espaço de oito dias, findos os quais estaria desobrigado da continuação dêsse favor.

4ª) Seria pedida pelo Govêrno aos agentes consulares brasileiros, todo o auxílio e coadjuvação para os imigrantes, inclusive as providências necessárias a um bom tratamento durante a viagem.

Feitas as publicações das bases do contrato para a introdução de imigrantes europeus, apresentaram-se dois concorrentes, o cidadão Silvestre José Rodrigues de Sousa, cuja proposta não foi

aceita, e o Cônsul de Portugal, no Estado, que recebeu como adiantamento a importância de *três* contos de réis, sob o compromisso de mandar vir 100 colonos portuguêses selecionados. (162)

Com os cidadãos João Augusto Corrêa, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha e José do Ó de Almeida, foram firmados, também, contratos, sendo que o primeiro comprometia-se a introduzir 250 imigrantes.

Novos contratantes apareceram a seguir, entre êles Silva & Picanço, de Belém; João Pinto de Araújo e Antônio Fernando Sodré e Silva.

Observa Palma Muniz, mui judiciosamente, que «não dispondo a Província de terras suas que pudessem ser divididas e distribuídas, por serem as terras devolutas então do domínio e govêrno do poder central e sendo parcos os recursos financeiros de então, ressentia-se o problema da ausência do importante e coeficiente da imigração e colonização — a terra —, pelo qual advém a fixação do colono.»

Usou, então, o govêrno do recurso de estabelecer os imigrantes nas colônias de Óbidos e do rio Araguarí, (163) definidas como semi-civis e semi-militares, e que não corresponderam à expectativa. Dessas colônias militares, dizia o Presidente Manuel de Frias e Vasconcelos, em 1859! (164)

> «Nenhuma delas tem apresentado progresso e nem o promete por enquanto. A mão do govêrno é quem as sustenta, e não sei se virá tempo em que possam passar sem esta tutela.
>
> Entretanto estas colônias estão situadas em riquíssimos terrenos, livres de inundações e onde se encontram os mais férteis e abundantes campos de criação e terras de plantação.»

A única colônia civil era a do Coronel José do Ó de Almeida, situada na ilha das Onças.

Com o Major Lansford Warson Hastings foi assinado contrato para a introdução de imigrantes americanos destinados ao núcleo de Santarém, onde deviam ocupar uma área de 60 léguas

quadradas de terras devolutas, à base de 0,5 de real a braça quadrada. (165) Devido o falecimento do Major Hastings, foi assinado novo contrato também com o cidadão norte-americano Robert I. Love, que não satisfez os compromissos assumidos.

Depois dos americanos, fixaram-se em Santarém 18 inglêses «trazendo instrumentos de lavoura, havendo o govêrno provincial concorrido apenas com cinco passagens de proa», para aquela vila.

Contudo, todos êsses esforços não produziram os resultados esperados.

O Dr. Pedro Vicente de Azevedo, (166) confirmando a opinião geral escrevia no documento com que passou a administração da Província ao seu substituto o Dr. Sá e Benevides, que «tôdas as esperanças estavam voltadas para a colonização estrangeira.»

Havia no entanto algo que estava prejudicando a introdução dos imigrantes europeus no Pará.

Num dos seus comentários, lidos com muito interêsse em Belém, pela oportunidade e serenidade com que eram escritos, o *Diário do Grão Pará*, de 5 de janeiro de 1868, analisava o assunto, dizendo:

> «O maior clamor dos imigrantes que realmente desejam dedicar-se à lavoura, nasce das dificuldades intoleráveis com que lutam para obterem o título da terra.»

A êste respeito o naturalista I. Agassiz, em carta dirigida ao Comendador Pimenta Bueno, (167) dizia que havia notado no Brasil, certos usos administrativos que constituíam obstáculos invenciveis para tôda a imigração em grande escala. E explicava que as delongas e as formalidades que precediam a definitiva posse da terra pretendida pelo colono, eram motivos para desânimos e desilusões. No seu modo de encarar o problema imigratório, esclarecia Agassiz, que uma das primeiras preocupações das autoridades locais era a de fazer o imigrante entrar na posse, imediatamente, da área que lhe fôsse destinada, a fim de animá-lo a estabelecer-se no terreno que ainda não estivesse ocupado, garantindo-lhe os direitos sôbre os melhoramentos que fizesse. Essa a melhor e a mais sábia política, capaz de despertar no imigrante o gôsto e o

interêsse de procurar na terra onde iria fixar-se, uma segunda pátria que havia de amar como aquela onde nascera.

Revelando essa interessante carta, o Dr. Vicente de Azevedo manifestava-se de acôrdo com os conceitos de Agassiz, de que tudo devia ser facilitado aos imigrantes para que se integrassem, nas colônias, onde pudessem trabalhar e produzir a contento.

Já na administração do Presidente Sá e Benevides, chegaram a Belém, pelo vapor *Pará*, ([168]) mais 23 colonos europeus, remetidos pelo Ministério da Agricultura, para se estabelecerem na Província. Com os 21, que haviam vindo anteriormente, perfaziam o número de 44, quase todos franceses. Êstes colonos foram recebidos convenientemente, tendo sido recolhidos a bordo de um dos paquetes da «Amazon Steam Navigation Company» por conta do Govêrno. Destinavam-se às colônias de Santarém. Mais tarde foram localizados na Estrada de Bragança, ([169]) onde lhes foram concedidos lotes de terras para trabalhos agrícolas.

Afora os núcleos coloniais fundados na zona bragantina, existiam mais, no Estado, outras colônias agrícolas. Conforme o recenseamento feito até o mês de outubro de 1900, transcrito por Palma Muniz em *Colonização e Imigração no Estado do Grão Pará — 1616-1916*», os restantes núcleos estavam localizados em Monte Alegre, Salvaterra, Santo Antônio do Maracanã, Óbidos, Acará e Outeiro, que constituía o Núcleo Modêlo. Os imigrantes ali situados eram:

Monte Alegre 310 brasileiros e 248 espanhois; Salvaterra 226 brasileiros; Santo Antônio do Maracanã 318 brasileiros, sendo 205 indígenas; Óbidos 232 brasileiros; Acará 204 brasileiros; Outeiro 10 brasileiros; 25 espanhóis; 7 italianos e 5 portuguêses.

Na atualidade o núcleo colonial de maior projeção econômica do Estado, é o de Tomé Açú, onde os japoneses, além de outras culturas, tem em grande cultivo e desenvolvimento a pimenta do reino.

V

CAMINHOS FLUVIAIS

1. O AMAZONAS

A 28 de outubro de 1637, largava das praias de Cametá a maior Bandeira fluvial do tempo. Cêrca de 50 canoas, bem aparelhadas, formavam a frota que Pedro Teixeira comandava.

Como imediatos do grande bandeirante, integravam a expedição o mestre de campo Bento Rodrigues de Oliveira, Sargento Mor Felipe Cotrim, Capitães Pedro da Costa Favela e Pedro Baião de Abreu, Piloto Bento da Costa e o religioso Frei Domingos de La Brieba, que já viajara de baixada, acossado pelos índios *Encabellados*.

A guarnição era bem numerosa. Perto de 2.500 flecheiros ([170]) e 60 soldados portuguêses. Destinava-se a Bandeira à exploração e conquista do Rio Amazonas. Conseqüência da fundação e posse do novo domínio de Portuçal em terras do Grão-Pará.

À proporção que Pedro Teixeira prosseguia na jornada, avançavam os marcos geográficos do Brasil, muito além dos limitados pelo Tratado de Tordesilas. Depois de descansar na ilha que denominou das *Areias*, desambarcou em *Payamino*, indo fazer junção com o Coronel Bento de Oliveira na aldeia de *Pupas*. Em Baeça recebera «cartas de D. Afonso Peres de Salazar, Presidente da Real Audiência de Quito, do Bispo daquela diocese e dos prelados principais das Religiões, com os parabéns da singular vitória que havia conseguido na sua jornada, e vivas expressões dos alvoroços com que o esperavam, para festejarem com as demonstrações que ela merecia.» ([171])

Depois de ouvir *Te-Deum Laudamus* no Santuário de Nossa Senhora de Guapulo, foi recebido pelo Tribunal da Câmara, que o conduziu à Real Audiência, onde recebeu as manifestações em nome do govêrno geral do Perú.

Em 1639, apronta-se Pedro Teixeira para o regresso. Vêm agora em sua companhia os Padres Cristóvão da Cunha e André de Artieda, Frei Pedro de La Rua Cirne, Frei João da Mercê, Frei Diogo da Conceição e Frei Afonso de Armejo, superior dos três últimos religiosos que pertenciam à Ordem calçada de Nossa Senhora das Mercês.

De descida funda povoações em várias percursos do rio. A 12 de dezembro de 1639, está de novo em Belém. É recebido com festas. Portugal fixara com o direito da conquista, novos limites para os seus extensos domínios da América.

* * *

Na grande embocadura do rio das Amazonas, — escrevia em 1659, o Padre Antônio Vieira ao soberano português, — «acha-se lançada em través uma ilha mais comprida e mais larga de que todo o reino de Portugal.»

Era assim que chegavam à côrte as notícias do fabuloso rio e das terras que êle banhava em tôda a sua considerável extensão.

O Professor Charles Frederic Hartt expõe a teoria da formação do vale do Amazonas, em interessante estudo, transcrito numa Memória de autoria de Orville A. Derby, publicada em 1877, no volume 2º do Arquivo Municipal do Rio de Janeiro. (172)

Orellana foi o primeiro navegador do rio. Pelos feitos que praticou, concedeu-lhe Carlos V, pela real cédula de 17 de fevereiro de 1544, o título de *Adelantado*.

Das narrativas do famoso capitão espanhol, a mais impressionante foi, sem dúvida, a do seu encontro com as belas guerreiras «*semi-nuas, robustas e varonis, com os longos cabelos trançados ao redor da cabeça, que recurvando grandes arcos, faziam chover mortíferas flechas sôbre os miseráveis soldados.* (173)

Orellana tão encantado ficou com as audazes mulheres, que tendo dado o seu nome ao rio, mudou-o para o rio das *Amazonas*, em homenagem a essa notável hoste.

Há os que negam e os que afirmam o encontro de Orellana com as Amazonas. Entre os primeiros estão: Francisco de Gomara, Antônio de Herrera, Garcilasso de La Vega, Agostinho Zarate e Padre Manoel Rodrigues. (174) Figuram entre os segundos: Frei Gaspar de Carvajal, La Condamine e Southey.

Pinzon, em 1500, esteve na foz do Amazonas, tendo dado «ao mar de águas doces, diante do qual como que haviam recuado as águas do oceano», o nome de *Santa Maria de La Mar Dulce*.

Coube porém a Pedro Teixeira a glória da conquista, depois de haver transposto, com a sua bandeira fluvial, as linhas de Tordesillas.

* * *

O Decreto Imperial nº 3.749, de 7 de dezembro de 1866, estabeleceu a «abertura dos rios Amazonas, Tocantins, Tapajós, Madeira e Negro à navegação dos navios mercantes de tôdas as nações.»

A medida já vinha sendo pleiteada de há muito. Nações européias e americanas, por intermédio das respectivas chancelarias, tentavam convencer o govêrno brasileiro da utilidade da abertura do Amazonas à livre navegação. Foi assim em 1853, por intermédio do Sr. Fronsdale, ministro plenipotenciário e enviado extraordinário dos Estados Unidos no Brasil; e em 1854, quando a Inglaterra enviou um ofício sôbre o mesmo motivo a S.M. o Senhor D. Pedro II.

Contudo, o govêrno imperial achou que o assunto era bastante grave e que só seria resolvido depois de maduro estudo e reflexão. Assim respondia o Visconde Abaeté à nota dos dois países, acrescentando ainda:

> «O oceano serve de comunicação a tôdas as nações do mundo, a sua navegação é indispensável a muitas delas que, poderosas e populosas como são, não poderiam subsistir sem o extenso comércio que por êle fazem.
>
> Nas mesmas circunstâncias não está o Amazonas. Ainda que o seu extenso vale, convenientemente povoado, possa dar vasto alimento ao comércio das nações, contudo estando êsse vale quase inteiramente deserto, nem a sua

navegação é indispensável, nem ainda pode em seu atual estado ser de interêsse e vantagem para as nações que são ribeirinhas.»

No ano de 1866, o Imperador permitia a livre navegação do Amazonas. E, a 7 de setembro do ano seguinte, promovia-se o ato solene da abertura. Era Presidente da Província o Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra Joaquim Raimundo De Lamare.

À 8 horas da manhã foi dado início ao programa comemorativo, com um *Te-Deum*, rezado na Catedral, assistido pelo presidente da Província e demais autoridades civis e militares. Finda a cerimônia religiosa, regressaram todos ao Palácio do Govêrno. Houve, a seguir, o desfile da tropa e o cortejo às augusta efígies de Suas Majestades Imperiais que adornavam uma das salas do Palácio, primorosamente decorada para êsse fim com um suntuoso e rico docél e mais ornatos vindos da côrte. (175)

Às 10 horas o Conselheiro De Lamare, acompanhado de numeroso séquito, dirigiu-se ao trapiche da Companhia do Amazonas, embarcando na corveta *Paraense*. Fêz-se esta ao largo seguida dos vapores *Pará* e *Jurupensen* de propriedade do govêrno; *Belém*, *Inca* e *Soure*, da Companhia do Amazonas, e *Odorico Mendes*, da Companhia Costeira Maranhense.

Tomando o rumo da ilha do Mosqueiro, depois de costear a de Cutijuba, e já na vasta baía do Marajó, a flotilha parou. O presidente da Província, depois de fazer referência ao Decreto nº 3.749, leu a seguinte proclamação:

> «Em nome de Sua Majestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, declaro abertos à navegação comercial de tôdas as nações amigas os rios Amazonas até a fronteira do Império, Tocantins até Cametá, Tapajós até Santarém, Madeira até Borba e Rio Negro até Manaus.»

O reverendo governador do Bispado procedeu à solenidade da bênção das águas enquanto a corveta dava uma salva de 21 tiros. Às 5 horas da tarde foi servido um lauto jantar de 300 talheres a bordo da corveta *Niterói*, havendo ainda salvas por ocasião dos brindes ao aniversário da independência nacional, à inauguração

de abertura do Amazonas à navegação estrangeira e às augustas pessoas de Suas Majestades Imperiais.

As festas prosseguiram por mais dois dias. A 8, houve no Palácio, que se achava iluminado *a giorno*, um baile de gala. E a 9, foi queimado lindo fogo de artifício, como remate às solenidades.

* * *

A decisão do govêrno imperial de conceder livre trânsito no Amazonas aos vapores estrangeiros, proporcionou à economia do vale resultados apreciáveis. Na atualidade é o grande rio navegado pelos navios dos SNAPP (Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Pôrto do Pará); pelos das emprêsas comerciais e de navegação das praças de Belém e Manaus e Iquitos. Também o Lóide Brasileiro, a Booth Line e Lamport & Holt, a segunda inglêsa e a última americana, mantêm navegação no rio.

2. O TOCANTINS

Antes dos portuguêses conquistarem o domínio da Amazônia, o Senhor de La Ravardiére, em companhia de vários compatriotas seus, havia fincado, segundo reza a tradição e registram as crônicas, a bandeira da França em terras que hoje pertencem ao município de Cametá.

É a notícia mais antiga que nos chega da passagem de civilizados pelo vale do Tocantins.

Só depois de Francisco Caldeira de Castelo Branco lançar os fundamentos da cidade de Belém, foi que se deu começo à exploração do rio. Primeiro foi Frei Cristóvão de São José, subindo-o até Santa Cruz de Cametá, localidade que fundou em 1625. Depois Frei Cristóvão de Lisboa, no mesmo ano, seguido do Padre Antônio Vieira em 1653. Gonçalo Pais e Manoel Brandão viajaram até a foz do Araguáia em 1669.

Uma bandeira comandada por Pascoal Pais de Araújo, mestre de campo paulista, desceu o Tocantins no ano de 1673, com o fim de cativar os *Guarajus*. Dois anos depois o Padre Antônio Raposo Tavares, que viera de Lisboa com o fito de estudar o rio e pesquisar metais preciosos, navegou o Tocantins onde padeceu fadigas e desilusões. O Capitão Diogo Pinto da Gáia, em 1720 e o

jesuíta Manoel da Mota, em 1721, percorreram o mesmo rio; aquêle até o Araguáia e êste até o Tacaiunas.

Em 1782, na administração do Governador do Pará, José de Nápoles Telo de Meneses, é fundado o primeiro registro militar do Tocantins, que tinha a incumbência de «evitar os extravios do ouro de Goiás, as fugas dos escravos de Cametá, desviar as agressões dos silvícolas Timbira, Carajá, Apinagés, Gavião e refocilar os viandantes.» (176)

O século XIX foi o das explorações científicas. Auguste de Saint Hilaire, em 1816; conde Francis de Castelnau, em 1843; Alfred B. Wallace, em 1848; José Vieira Couto de Magalhães e Domingos Soares Ferreira Pena, em 1864 ,subiram ou desceram o rio, escrevendo após valiosos trabalhos sôbre o vale tocantino, suas riquezas naturais e aspectos geográficos.

O naturalista Alfred Wallace classificou o rio como a parte mais bela e mais feliz do mundo. No conceito de J. Orton, o Tocantin «tem as suas nascentes na região do mais delicioso clima do Brasil, oferecendo como produção os diamantes e os rubis, o topásio e a opala, o ouro, a prata e o petróleo.» (177)

Diz o consagrado geógrafo:

> «Para se ter uma idéia exata da região do baixo Tocantins não basta ver uma vez as margens dêste rio; é preciso percorrê-las em diversas estações, estudar as suas formas durante a enchente e durante a seca e procurar conhecer e examinar as transformações por que passa esta região nessas duas quadras do ano. Nenhum rio com efeito oferece um aspecto mais diverso no verão e no inverno; e é essa dupua fisionomia que há induzido uns a enxergar nas margens do Tocantins um paraíso e outros uma terra inhóspita.»

Baena classificou as águas do rio de *claras e saborosas*, apesar de conterem «uma tão sutil porção ou qualidade petrificante que ocasiona o achaque de pedra nos que usam dela.»

Segundo ainda o mesmo historiador e geógrafo, o Tocantins tem a sua nascente «na Serra dos Veadeiros na Chapada grande

do Brasil, e corre ao Norte despenhando-se pela parte oriental da capital de Goiás não mui distante do rio Parnaíba, do qual está separado por umas campinas fendidas de muitos riachos que vão desaguar no oceano pelos campos do Maranhão, Cumá e Caeté, cujo sertão entre Parnaíba e o Tocantins pode ser atravessado em 15 dias de jornada segundo afirmam os que o têm trilhado.»

As cachoeiras, de Alcobaça para cima, têm as seguintes denominações: (179)

1ª Tapaiunacúara; 2ª Guariba; 3ª Vita Aeterna; 4ª Tucumianduba; 5ª Uerápepoaquima; 6ª Cunauá; 7ª Pitaoca; 8ª Chiqueiro; 9ª Inferno; 10ª Furo da Itaboca ou Arrependimento; 11ª Tortinho; 12ª José Correia; 13ª Cachoeira Grande; 14ª Apinage; 15ª Cajueiro; 16ª Capelinha; 17ª Valetim; 18ª Mandupixuna; 19ª Puraquecoara; 20ª Praia Alta; 21ª Boqueirão do Tauiri; 22ª Sêco Grande; 23ª Defuntinha; 24ª Tauirizinho; 25ª Mãe Maria; 26ª Serra Quebrada e 27ª Sêco do Curuá, limite Pará-Goiás.

Antes destas cachoeiras há a denominada *Cachoeirinha* que demora contígua ao rio Matacura. Em tôdas elas «nasce um arbustozinho aromático e semelhante ao alecrim, na forma, com florinhas pouco brancas. Dão-lhe o mesmo nome de alecrim.» (180)

Foi Couto de Magalhães quem pôs em prática a navegação comercial do Tocantins e Araguáia. Vencendo todos os obstáculos transportou, através de ínvio sertão, do rio Paraguai às águas do Araguaia, uma embarcação a vapor, com que deu começo à emprêsa.

E foi assim que tomou vulto, naquele tempo, o comércio entre Goiás e Pará, do qual Belém era o entreposto forçado.

O percurso encachoeirado continuou, porém, a ser o grande entrave ao intercâmbio entre as duas províncias. Foi rasgada a estrada para manter aberto o caminho, que levava ao planalto.

De considerável valor comercial e estratégico, a incúria dos antigos governantes foi a causa dessa estrada não estar servindo, hoje, aos interêsses do Brasil.

* * *

A navegação do Tocantins é feita por diversas emprêsas de navegação e comerciais com interêsses ligados à indústria extrativa do vale. O mercado de Belém é suprido, através do Tocantins, de

vários produtos nativos, alguns de consumo local e outros destinados às praças do Sul e do estrangeiro. Os principais são: borracha, castanha, sementes oleaginosas, cacau e cachaça.

3. O ARAGUAIA

O Araguaia é um rio que tem o seu destino ligado ao Tocantins. Ambos atravessam o Brasil em considerável extensão, constituindo o mais importante escoadouro fluvial, para o Norte, dos produtos de Goiás e Mato Grosso.

Falando da importância comercial do Araguaia para as praças paraenses, dizia Couto de Magalhães na segunda metade do século XIX:

> «Temos gasto muitos milhões com a navegação do Paraguai. Qual é o resultado colhido até o presente? Ùnicamente de espalharmos nossos capitais por mão das Repúblicas ribeirinhas do Prata que sentindo-nos em sua dependência por causa dêsse rio não cessam de vexar-nos. A navegação do Araguaia é mais fácil que a do Uruguai; no entanto que diferença no resultado! Aquela serve a Mato Grosso ou, por melhor dizer, a Vila Maria e a cidade de Cuiabá; esta iria abrir a indústria à Província do Pará, do Maranhão, de Goiás e Mato Grosso, isto é, daria ao Brasil uma segunda costa, tão considerável e vasta como a que lhe ofeerce o Oceano Atlântico.» (181)

A navegação conjugada do Tocantins e Araguaia, nos moldes idealizados pelo preclaro sertanista, daria, como resultado, apreciável economia no preço do transporte dos produtos originários dos Estados centrais para a praça de Belém. Chegou Couto de Magalhães a realizar, em parte, o seu grande sonho. O Araiuaia ainda não perdeu a sua importância ecorômica no comércio do vale, onde Belém se avantaja pela sua privilegiada situação geográfica.

Mas a obra singularmente patriótica de Couto de Magalhães não teve continuadores.

E o que tem sido feito pouco vai além do que deixou o grande brasileiro.

4. O GUAMÁ

Apesar de ter o rio Guamá curso muito menor que o rio Capim, quando ambas as águas se misturam e se lançam no Guajará, a cêrca de uma milha distante da cidade de Belém, o Guamá absorve a influência do Capim e passa a dar a sua própria denominação ao conjunto.

Na confluência de ambos, o Capim apresenta-se com uma largura muito mais considerável que o Guamá. Bem maior, portanto, o volume d'gua, cujo curso é mais longo duas vêzes que o outro. E é quando perde o nome. Exatamente no ponto onde melhor se pode avaliar da sua magnitude. Mas os naturais já o classificaram assim, desde a época colonial.

Baena, no seu importante estudo corográfico sôbre o Pará, põe em relêvo a importância da denominação. O barão de Marajó, no seu não menos precioso trabalho sôbre as «Regiões Amazônicas», sustenta idêntico parecer. Dizia aquele que, — «na imposição de nome dos rios da província, os antigos não se regulavam por princípios mas sim por mera vontade sem outra regra mais do que o seu capricho».

E foi dessa inadvertência que se gerou o êrro, geralmente apontado, mas francamente aceito e generalizado.

O Guamá banha o território de alguns municípios paraenses, inclusive Belém, formando com os rios Mojú e Acará importante entroncamento fluvial ao sul da Ilha das Onças. É o manancial que fornece a água potável para a cidade, existindo, para êsse fim, excelente e moderno serviço de filtragem, iniciado na primeira Interventoria do atual general Magalhães Barata.

A navegação do Guamá é feita por meio de canoas a vela e lanchas a vapor.

O produto mais importante da região é o tabaco.

Para o Guamá deitam alguns dos mais pitorescos sítios de Belém. Os religiosos da Ordem dos Carmelitas Calçados e os Jesuítas possuíram nesse rio duas importantes propriedades, sendo

uma denominada Fazenda *Pernambuco*, doada aos primeiros por Lourenço Malheiro Correia.

O Guamá proporciona aos visitantes aspectos típicos e bonitos. Na sua imperturbável trajetória, deslisa sereno e majestoso, refletindo ora a luz vermelha do Sol no ocaso, outras vêzes os raios prateados da lua em plenilúnio. É o espêlho da natureza. Frio e compacto. Envolvendo no seu o destino de outros rios.

NOTAS

(1) Documento n.º 23, número de ordem 8, do Arquivo Con. Ultramarino, transcrito por TEODORO BRAGA in *A Fundação de Belém*.

(2) BAENA — *Ensaio Corográfico sôbre o Pará*, pág. 230.

(3) BAENA, *ob. cit.*, pág. 235.

(4) BAENA, *ob. cit.*, pág. 236.

(5) Atual travessa Dr. Morais, entre as avenidas Conselheiro Furtado e Gentil Bitencourt.

(6) «Discurso recitado pelo Excelentíssimo Senhor Doutor João Antônio de Miranda — Presidente da Província do Pará, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 15 de agôsto de 1840».

(7) Hoje Avenida São Jerônimo.

(8) Correspondência dos Presidentes da Província com a Câmara municipal. Ofício manuscrito datado de 27 de março de 1854.

(9) Códice cit. Ofício manuscrito de 11 de dezembro de 1858.

(10) Relatório cit. pág. 38.

(11) Relatório cit. págs. 39 e 40.

(12) Datado de 19 de abril de 1864.

(13) Ofício datado de 11 de janeiro de 1865, cit.

(14) Cod. cit.

(15) Ofício de 10 de julho de 1865.

(16) «Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial pelo Exclentíssimo Senhor Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra Joaquim Raimundo de Lamare, Presidente da Província, em 15 de agôsto de 1867», pág. 49.

(17) Anexo ao Relatório cit., pág. 7.

(18) «Relatório com que o Presidente De Lamare passou a administração da Província do Grão Pará ao Excelentíssimo Senhor Visconde de Arary, 1.º Vice-Presidente, em 6 de agôsto de 1868».

(19) Lei n.º 251, de 23 de setembro de 1867.

(20) N.º 521, de 23 de setembro de 1867.

(21) O contrato tem a data de 30 de abril de 1869.

(22) No tempo dos aguadeiros, êstes eram obrigados a conduzir os seus carros e respectivas pipas para o local do incêndio, sob pena de multa. Cada barril ou pipa d'água potável valia 20 réis, um vintém.

(23) Antigo largo da Pólvora, hoje praça da República.

(24) Relatório do presidente da Província Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, passando a administração da mesma ao 4.º vice-presidente Dr. Abel Graça. Tipografia do «Diário do Grão Pará», 1870, pág. 49.

(25) *Ob. cit.*, pág. 38.

(26) Relatório do Dr. Abel Graça à Assembléia Legislativa provincial. 1871, pág. 44.

(27) «Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Pedro Vicente de Azevedo, por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Pará, no dia 17 de janeiro de 1875», pág. 52.

(28) Datado de 9 de março de 1878, págs. 100 e 101.

(29) Relatório cit., pág. 16.

(30) Relatório do presidente Dr. Manuel Pinto de Sousa Dantas Filho, 1882. Tipografia do «Liberal do Pará», travessa Dr. Malcher n.º 4, pág. 97.

(31) Relatório cit., pág. 108.

(32) «Relatório apresentado ao governador do Estado pelo secretário Manuel Baena, em janeiro de 1897», págs. 251 e 252.

(33) *Ob. cit.*

(34) O pote usado pelos aguadeiros era feito de fôlha, no sistema das vasilhas que os atuais leiteiros de Belém usam para distribuição do leite, sendo, então, de tamanho maior, igual às talhas de barra, porém sem a tampa.

(35) «Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1902, ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Dr. Augusto Montenegro, governador do Estado», pág. 50.

(36) *Ob. cit.*, pág. 51.

(37) «Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1904, ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Dr. Augusto Montenegro, governador do Estado», pág. 78.

(38) *Ob. cit.*, pág. 80.

(39) *Ob. cit.*, pág. 82.

(40) Datada de 7 de setembro de 1909, pág. 107.

(41) Palavras da Mensagem dirigida em 8 de maio de 1911, ao Congresso Legislativo do Pará, reunido em sessão extraordinária, pág. 76.

(42) «Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1912, ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Dr. João Antônio Luis Coelho, governador do Estado, págs. 66 e 67.

(43) «Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1913, ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Dr. Eneas Martins, governador do Estado», pág. 34.

(44) *Ob. cit.*, págs. 35 e seguintes.

(45) Ofício n.º 72, do Dr. Augusto Meira Filho, diretor do Serviço de Águas, ao Senhor Coronel Interventor Federal no Estado — «Houve também uma proposta do engenheiro Frederico Bondra sôbre o mesmo assunto, bem como uma outra de Richard C. Schmandek, encaminhada ao govêrno passado, com o mesmo fim de resolver o problema de utilização da velha e misteriosa Caixa d'Água».

(46) Ofício n.º 254, de 30 de junho de 1933, do Dr. A. Benedetto ao engenheiro Bolonha.

(47) Ofício datado de 2 de junho de 1941. Arquivo da Diretoria do Serviço de Águas do Pará.

(48) Ofício n.º 282, de 14 de outubro de 1941.

(49) Ofício n.º 72, de 9 de fevereiro de 1944.

(50) «Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Secretário Geral do Estado pelo Diretor Engenheiro Civil Raimundo Tavares Viana — Ano de 1924 e 1.º semestre de 1925». Original de propriedade do Arquivo da Diretoria do Serviço de Águas, pág. 11.

(51) «Relatório apresentado ao govêrno do Estado pela Diretoria do Serviço de Águas, ilnformando circunstanciadamente, todo o movimento técnico-administrativo e financeiro da Repartição, no periodo de janeiro a dezembro de 1943» pelo Dr. Augusto Meira Filho, pág. 2.

(52) «Tratamento d'água de Belém — Parecer hidrotécnico e técnico-econômico — do Engenheiro Civil Francisco Bolonha — D.O.P.T.V.-1936», pág. 19.

(53) Lei n.º 391, de 9 de dezembro de 1904.

Art. 1.º Fica o Intendente de Belém autorizado a permitir a transferência a C. H. Christopher Moller, emprêsa ou companhia que para êsse fim fôr organizada em Londres, os contratos celebrados com a Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense, em 26 de maio e 12 de novembro de 1894, para o serviço de iluminação da cidade e viação urbana, tudo pelo sistema de eletricidade.

Art. 2.º Além de outras cláusulas que o executivo municipal exigirá no contrato que fôr celebrado para a transferência de que trata o art. 1.º, não só no interêsse público em geral, como em particular no da municipalidade de Belém, ficarão expressamente atendidas as seguintes:

1º) Inovação completa dos contratos existentes com a Companhia Urbana, de modo a ficarem perfeitamente garantidos os interêsses reciprocos do público e da nova emprêsa.

2º) A reforma ou substituição do atual sistema de iluminação pelo misto, isto é, pelo elétrico e de gás carbônico; não podendo a nova emprêsa tomar a si o do segundo sistema.

3º) O serviço de tração elétrica será o que de mais moderno existir atualmente, sem prejuizo dos melhoramentos que a indústria possa oferecer.

Art. 3.º Será improrrogável o prazo que o contrato estabelecer para definitiva instalação do serviço de viação elétrica sob pena de multa rigorosa que o mesmo contrato imporá.

Art. 4.º O Intendente terá muito em vista as providências que julgar necessárias para garantia, não só da transferência requerida, como da execução do novo contrato.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

(54) «Ata» — aos 15 dias de agôsto de 1906, XVII da República dos Estados Unidos do Brasil, nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, às 8 horas da manhã, na praça Floriano Peixoto, com a presença dos Excelentissimos Senhores Doutor Governador do Estado; Senador Antonio José de Lemos, Intendente de Belém; autoridades civis e militares, senhoras e cavalheiros, foi declarado pelo Sr. George Leonard Andrews, em nome da Diretoria da The Pará Eletric Railway and Lighting Company Limited, que os serviços de viação urbana da cidade de Belém iam começar, de acôrdo com o contrato de 16 de dezembro de 1905, entre a Intendência municipal de Belém e a mesma Companhia, tendo o Excelentissimo Senhor Senador Antonio José de Lemos se dignado de bater o primeiro grampo, seguindo-se-lhe as demais autoridades do Estado: do que foi lavrado o presente Têrmo, que será arquivado na sede da Companhia, na cidade de Londres, capital do Reino da Inglaterra. Belém 15 de agôsto de 1906 (seguem-se as assinaturas das autoridades e pessoas presentes ao ato.

(55) «Em face da situação que atravessam os serviços de fôrça e iluminação nesta capital, a Prefeitura municipal de Belém entrou em entendimento com a Interventoria Federal na Pará Eletric Raiways & Lighting C° Ltd. ao par do qual foi pôsto o Governador do Estado, para a tomada de providências capazes de reduzir ao minimo as necessidades de consumo de nossas indústrias, das casas particulares e comerciais. O serviço de bondes vem consumindo 500 quilowatts diários, durante o dia, e 300 unidades durante a noite. Essa energia vem fazendo falta à indústria e ao consumo domiciliar. O serviço de bondes é importante, não há dúvida, mas para substituí-lo Belém conta já com elevado número de ônibus, capaz de dar conta de todos os nossos transportes urbanos.

Vai ser assim suprimido o serviço de bondes, em caráter provisório até que o reequipamento da Usina geradora possa permitir seu funcionamento sem prejuízo das outras atividades.

A Prefeitura de Belém, articulada com a Delegacia de Trânsito, está promovendo a redistribuição das linhas de ônibus, de modo a assegurar, sem aumento de preços de passagem, o escoamento em tempo oportuno de tôda a população que se movimenta diàriamente a serviço de suas atividades. As linhas suburbanas terão mais elevado número de veiculos do que atualmente.

Ficou decidido, também, instalar na vila de Icoaracy, um conjugado Diesel para a iluminação pública e particular, ficando a Usina de Belém aliviada do fornecimento de cêrca de 100 quilowatts.

Estão sendo tomadas providências para a instalação imediata de dois conjugados adquiridos à SNAPP, que somam 600 quilowatts de produção, para refôrço da Usina da Pará Electric.

Com essas providências haverá, durante o dia, em beneficio das indústrias, um aproveitamento de mais de 1.200 quilowatts, e durante a noite, em favor da iluminação pública e particular, um suprimento a mais de 1.000 quilowatts, o que possibilitará evidentemente uma situação de desafôgo.

A falta de bondes, em realidade, causará alguns transtornos ao público. Esses transtornos serão compensados fartamente com a continuidade dos trabalhos industriais, que assegurarão salário estabilizado às classes operárias e reduzirão até o custo da produção, afora as vantagens de um fornecimento normalizado de energia ao consumo domiciliar, que possivelmente não mais sofrerá as intermitências lamentáveis que vêm ocorrendo. A supressão dos bondes foi resolvida, depois de acurados estudos, atendidos a todos os interessados em causa.

A Prefeitura de Belém e a Interventoria Federal na Pará Electric, irmanadas pelo mesmo desejo de servir à coletividade, esperam que estas provi-

dências sejam bem compreendidas pela nossa população, como medidas inadiáveis e corajosas, destinadas a salvar de ruína iminente os trabalhos importantes da indústria e as atividades domésticas. Estas providências não excluem o programa em andamento de reequipamento da Usina Elétrica de Belém, cujos projetos já se encontram submetidos à apreciação e aprovação dos altos poderes federais, no Rio de Janeiro».

(56) Telegrama enviado pelo major Josué Freire ao Senhor Presidente da República, publicado no jornal «A Fôlha do Norte», de 27 de abril de 1947.

(57) PALMA MUNIZ — *Delimitação intermunicipal do Estado do Grão-Pará*. Tomo IX, dos Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, pág. 145.

(58) Veja nota final.

(59) Cit. por CAPISTRANO DE ABREU em *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, pág. 104.

(60) ERNESTO CRUZ — *O Pará dos séculos XVII e XVIII*, Anais do IV Congresso de História Nacional, 3.º volume.

(61) Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará 1.º, pág. 199.

(62) «Assegura Paulo Ribeiro ter distinguido ainda vestigios da antiga estrada em 1811, na vizinhança da vila de Viana, que passava da ilha à terra firme pela estiva Anajatuba, e depois de atravessar o Mearim, o Pindaré e o Turi, entrava na cidade do Pará» — «Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil» Capistrano de Abreu, pág. 105.

(63) *Ob. cit.*

(64) *Ob. cit.*, pág. 105.

(65) «Relatório com que o excelentíssimo senhor doutor Guilherme Francisco Cruz, 3.º Vice-Presidente, passou a administração da Província do Pará ao excelentíssimo senhor doutor Pedro Vicente de Azevedo, em 17 de janeiro de 1874», pág. 15.

(66) É o atual Boulevard Dr. Freitas, chamado antes Boulevard da Câmara.

(67) Lei n.º 779, de 9 de setembro de 1873.

(68) Lei n.º 809, de 6 de abril de 1874.

(69) Relatório de 15 de fevereiro de 1876, pág. 41.

(70) Relatório à Assembléia Legislativa Provincial, de 16 de junho de 1879, pág. 17.

(71) Relatório cit. pág. 53.

(72) Fala enviada à Assembléia Legislativa provinicial em 7 de janeiro de 1884, págs. 94 e 95.

(73) «Palácio da Presidência do Pará, Belém, 6 de junho de 1885.

Ilustríssimo Senhor Tendo examinado o parecer dessa Repartição de 18 de maio findo, sôbre a proposta feita em 27 do mês antecedente, pelo Gerente da Companhia da Estrada de Ferro de Bragança, para celebrar-se entre ela e o govêrno da Província um acôrdo no sentido de firmar-se a inteligência de algumas cláusulas de seus anteriores contratos, de suprimir-se algumas omissões nulas etc, resolvi nesta data anuir ao acôrdo proposto...» Ofício enviado pelo presidente da Província Tristão de Alencar Araripe ao Inspetor do Tesouro provincial, Sr. João Silveira de Sousa.

(74) Atual Boulevard Dr. Freitas, no *Marco da Légua*.

(75) «Os concessionários estabelecerão em tôda a extensão da estrada, telégrafo elétrico pronto a funcionar, quando a linha fôr aberta ao tráfego, podendo o govêrno utilizar-se dos pontos para colocar um ou mais fios e assentar os respectivos aparelhos, estabelecer escritórios nos edifícios das estações da Companhia sem que por isso esta receba ou possa reclamar indenização alguma».

(76) Publicada no «O Liberal do Pará», de 8 de novembro de 1884.

(77) «O Liberal do Pará».

(78) «Estrada de Ferro de Bragança — Do dia 16 de março em diante será a Estrada de Ferro de Bragança aberta ao tráfego até Santa Isabel. Os horários e tabelas de passagens para passageiros e tarifas de mercadorias poderão ser obtidas na estação central no largo de São Braz. Belém, 10 de março de 1885». Há na Fala com que o conselheiro Tristão Alencar Araripe, presidente da província do Pará, abriu a sessão extraordinária da Assembléia Legislativa provincial, no dia 5 de novembro de 1885, a informação de que a abertura do trecho Benevides-Santa Isabel, foi feita no dia 10 de março. É engano. A participação da Companhia corrige perfeitamente êsse lapso.

(79) Relatório cit. pág. 11.

(80) Essas locomotivas tinham as seguintes denominações: Siqueira Mendes, Barão de Marajó e «Bragança».

(81) Relatório cit. pág. 46.

(82) Joaquim da Costa Barradas, desembargador da Relação do Maranhão e presidente da Província do Pará. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia legislativa decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º Fica o presidente da província autorizado a encampar a estrada de Ferro de Bragança, na extensão de cinqüenta e nove e um quarto quilômetros e bem assim o ramal de São Braz a Batista Campos, contendo três quilômetros e meio metro, pagos em apólices da dívida pública da Província, ao juro de seis por cento ao ano em moeda brasileira, sendo o preço do quilômetro, incluídos os materiais existentes, calculado por uma comissão de engenheiros.

§ 1.º Efetuada a encampação, o govêrno da Província mandará continuar as obras da estrada de Batista Campos ao Jardim Público pela rua Longa, correndo essa despesa, bem como o custeio da mesma estrada pela verba «Obras Públicas», da lei do orçamento provincial que fica para êsse fim aumentada com a quantia necessária.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrário».

(83) O Jardim Público ficava na estrada de São José, hoje 16 de Novembro, e a rua Longa é a Ângelo Custódio.

(84) «Pará, 29 de janeiro de 1886. Ilustríssimo Senhor. Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência as inclusas notas, relativas aos estudos de que Vossa Excelência, se dignou encarregar-me, para a encampação da estrada de Ferro de Bragança, pela quantia de mil e oitocentos contos de réis, sob as bases seguintes: Pagamento feito em apólices da dívida pública provincial, emitidas ao par e ao juro de 6% ao ano. As apólices resgatadas dentro do prazo de 12 anos e feito o resgate anualmente dentro das fôrças que comportar o orçamento provincial, por quantia nunca inferior a duzentos contos de réis, inclusive juros e amortizações. Rogo a Vossa Excelência se digne desculpar qualquer omissão que por ventura

encontrar neste pequeno trabalho, atento ao pouco tempo de que dispus para o estudo do mesmo. Deus guarde a Vossa Excelência *Luiz Eduardo de Carvalho*».

(85) «Tendo sido por ato desta presidência de 31 do mês passado, encampada a estrada de ferro de Bragança, que desde logo ficou pertencendo à Provincia, e convindo que seja ela entregue a uma administração por parte do govêrno, escolhi a v.mce. para tomar conta da mesma estrada e geri-la provisòriamente enquanto não fôr regulamentado êste serviço. Deverá v.m.c., portanto, proceder desde logo a um inventário exato e minucioso do material fixo e rodante empregado na estrada, auxiliando-o nesse trabalho os empregados que continuam a servir, na referida estrada; feito isto estudará o que convém fazer para que se mantenha a viação com a mais severa economia, reduzindo quanto posivel o número de viagens a Santa Isabel e ao ponto terminal do Apeú, e propondo as medidas, que no seu conceito contribuíram para que a estrada se não puder custear-se com os seus únicos recursos, venha a pesar o menos possivel sôbre os cofres públicos. Chamo particularmente a sua atenção para a escrituração dos livros, que deverá ser feita com a máxima correção. Certo do seu zêlo pela causa pública, espero que v.m.c. corresponda à minha confiança e a importância do serviço que lhe fica cometido, pelo qual ser-lhe-á arbitrada uma razoável gratificação. *Joaquim da Costa Barradas*».

(86) Datada de 14 de março de 1888, pág. 40.

(87) Relatório datado de 1.º de dezembro de 1897, pág. 3.

(88) Relatório cit. pág. 6.

(89) «Mensagem dirigda em 7 de setembro de 1902 ao Congresso Legislativo do Estado, pelo Dr. Augusto Montenegro governador do Estado», pág. 54. «... a 29 de março de 1901, receberam-se 5 quilômetros, do quilômetro 118 ao 123, e mais tarde 13 quilômetros, do 123 ao 136... O atestado definitivo foi 13 quilômetros ultimamente entregues tem a data de 31 de dezembro de 1901».

(90) Mensagem de 1906, documento, cit. pág. 45.

(91) Edição de 1.º de maio de 1908.

(92) FERNANDO DE AZEVEDO — *Um trem corre para o Oeste*, pág. 32.

(93) «Cinco propostas foram apresentadas e sôbre elas pessoa competente e o Tesouro do Estado deram os seus respectivos pareceres». Mensagem dirigida ao Congresso do Estado pelo Dr. Pais de Carvalho, em 5 de fevereiro de 1900, pág. 27.

(94) Relatório apresentado ao Dr. Augusto Montenegro pelo Dr. Pais de Carvalho ao deixar a administração, em 1.º de fevereiro de 1901, pág. 92.

(95) Apresentado em sessão de 22 de outubro de 1906.

(96) Mensagem apresentada em 7 de setembro de 1921, pág. 73.

(97) «Fôlha do Norte», de 31 de agôsto de 1921.

(98) Decreto n.º 15.563, de 13 de julho de 1922: Resolve adquirir a Estrada de Ferro de Bragança, de propriedade do Estado do Pará, e dá-la em arrendamento ao govêrno do Estado do Pará.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do art. 2.º, n.º VII, da Lei n.º 4.230, de 31 de dezembro de 1921, resolve adquirir a Estrada de Ferro de Bragança, de propriedade do Estado do Pará, a fim de incorporá-la às linhas federais e, bem

assim, dar à dita Estrada em arrendamento ao govêrno do referido Estado, na conformidade das cláusulas que com êste baixam, assinadas pelo Ministro da Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 13 de julho de 1922, 100.º da Independência e 34.º da República. *Epitácio Pessôa, J. Pires do Rio, Homero Batista*».

(99) Lei n.º 2.169, de 17 de setembro de 1923.

(100) «Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, em sessão solene de abertura da terceira reunião da sua 11ª legislatura, a 7 de setembro de 1923», pág. 16.

(101) Mensagem cit. pág. 17.

(102) Mensagem apresentada ao Congresso legislativo do Estado, em 7 de setembro de 1925.

(103) Mensagem apresentada à Assembléia legislativa do Pará, em 16 de julho de 1936, pelo Governador do Estado, Dr. José Carneiro da Gama Malcher.

(104) FERNANDO DE AZEVEDO — *Um trem corre para o Oeste*, pág. 244.

(105) *O Estado do Grão Pará — Imigração e Colonização — História e Estatística — 1616-1916*», PALMA MUNIZ, págs. 33 e 34.

(106) *Ob. cit.*

(107) Lei n.º 809, de 6 de abril de 1874.

(108) PALMA MUNIZ, *ob. cit.* pág. 26.

(109) *Ob. cit.* pág. 35.

(110) *Ob. cit.* pág. 35.

(111) Relatório do presidente Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, citado.

(112) Fala à Assembléia legislativa provincial, cit.

(113) PALMA MUNIZ, *ob. cit.*

(114) Totalizavam 77:498$669 réis, inclusive o auxílio do govêrno imperial que foi de vinte contos de réis.

(115) *Ob. cit.*

(116) Relatório à Assembléia provincial, em 26 de março de 1878.

(117) Fala com que o Excelentissimo Senhor Conselheiro Tristão Alencar Araripe presidente da província do Pará, abriu a sessão extraordinária da Assembléia provincial, no dia 5 de novembro de 1885, pág. 89.

(118) «Fala com que o Excelentissimo Senhor Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, presidente da provincia do Pará, abriu a primeira sessão da 25ª legislatura da Assembléia provincial, no dia 25 de março de 1866». Pâg. 123.

(119) PALMA MUNIZ, ob. cit. pág. 44.

(120) Primeira sessão da 22ª legislatura em 15 de fevereiro de 1880.

(121) Relatório apresentado à Assembléia legislativa provincial em 15 de fevereiro de 1881, págs. 42 e 43.

(122) «Relatório com que o Excelentissimo Senhor Doutor Antonio Ferreira Braga, presidente da provincia abriu a sessão extraordinária da 26ª legislatura da Assembléia legislativa provincial do Pará, em 18 de setembro de 1889», págs. 19 e 20.

(123) «Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Pais de Carvalho, governador do Estado, em 1.º de fevereiro de 1900», pág. 70.

(124) Relatório da Sociedade Paraense de Imigração, pelo Barão de Igarapé — Miri.

(125) Fala à Assembléia legislativa provincial, em 20 de outubro de 1887.

(126) Lei n.º 712, de 2 de abril de 1900.

(127) Cit., por Palma Muniz.

(128) Lei n.º 646, sancionada pelo governador do Estado Dr. Pais de Carvalho.

(129) PALMA MUNIZ, *ob. cit.*

(130) Um dêsses engenhos foi arrendado a Jorge Latache, conforme contrato firmado em 14 de março de 1901. O arrendatário responsabilizou-se pelo pagamento dos juros de 5% anuais, sôbre o valor de 40 contos de réis, fazendo entradas semestrais de um conto de réis em 10 de julho e 10 de janeiro, até terminar o contrato que era de 3 anos. Como não cumprisse êsse dispositivo do contrato foi êste rescindido, nos têrmos do Decreto n.º 1.125, de 28 de fevereiro de 1902.

(131) Relatório apresentado ao Governador do Estado, pelo bacharel Joaquim Rodrigues de Sousa Filho, secretário em comissão, em 3 de janeiro de 1898, pág. 263.

(132) PALMA MUNIZ, *ob. cit.*, pág. 77.

(133) «Relatório apresentado ao Excelentissimo Senhor Doutor José Pais de Carvalho, governador do Estado, pelo secretário Dr. Inocencio Serzedelo Corrêa, em 28 de fevereiro de 1899».

(134) Relatório cit. pág. 298.

(135) Relatório cit. pág. 298.

(136) *Ob. cit.*

(137) *Ob. cit.*, pág. 299.

(138) «Fôlha do Norte» de 22 de janeiro de 1901.

(139) Relatório cit. pág. 299.

(140) PALMA MUNIZ, *ob. cit.* pág. 86.

(141) PALMA MUNIZ, *ob. cit.*

(142) PALMA MUNIZ, *ob. cit.*

(143) Relatório apresentado ao Dr. Pais de Carvalho, Governador da Estado, pelo Secretário Dr. Serzedelo Corrêa, ob. cit. pág. 300.

(144) Foi instalado pelo Govêrno e estêve na dependência do Estado, até o ano de 1893, quando, então, passou para a iniciativa particular. Figura, por essa circunstância, entre os núcleos colociais. O mesmo aconteceu com o burgo Anita Garibaldi, que não tendo o concessionário cumprido com os têrmos do contrato, foi incorporado ao patrimônio estadual.

(145) PALMA MUNIZ, *bc. cit.*

(146) *Ob. cit.*

(147) Recenseamento geral do Brasil — Censo demográfico (1.º de julho de 1950) I. B. G. E. Conselho Nacional de Estatística — Serviço Nacional de Recenseamento, pág. 13.

(148) Doc. cit.

(149) *Delimitação inter-municipal do Estado do Grão-Pará*, PALMA MUNIZ, pág. 277.

(150) *Ob. cit.* pág. 645.

(151) *Ob. cit.* pág. 647.

(152) Lei municipal n.º 13, de 15 de setembro de 1908; Lei estadual n.º 1.052, de 28 de outubro de 1908.

(153) Censo demográfico — Estado do Pará — Recenseamento geral de 1950 — I. B. G. E. 1952, pág. 13.

(154) Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Doutor Lauro Sodré, ao expirar o seu mandato governamental, no dia 1.º de fevereiro de 1897, pág. 25.

(155) Lei n.º 336, de 20 de março de 1896.

(156) Mensagem cit.

(157) Lei n.º 581, de 20 de junho de 1898.

(158) Lei n.º 583, de 21 de junho de 1898.

(159) Antes era feita por agentes e sub-agentes dos contratantes de imigração, cujos interêsses eram divergentes do Estado. Mensagem do Dr. Pais de Carvalho ao Congresso do Estado do Pará, 1898, pág. 14.

(160) Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Doutor José Pais de Carvalho, em 1.º de fevereiro de 1900, pág. 68.

(161) Sancionada pelo presidente Sebastião do Rego Barros, em 13 de outubro de 1854.

(162) Relatório à Assembléia legislativa provincial, em 15 de agôsto de 1854, pelo presidente Sebastião do Rego Barros, cit. por Palma Muniz.

(163) Colônia Pedro II.

(164) Fala dirigida à Assembléia da Provincia do Pará, em 1.º de outubro de 1859, pág. 55.

(165) PALMA MUNIZ, *ob. cit.* pág. 31.

(166) Relatório apresentado ao Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, em janeiro de 1875, pág. 67.

(167) Transcrito no Relatório cit. pág. 69 e datado de 27 de março de 1866.

(168) O vapor Pará ancorou na baia do Guajará, no dia 1.º de março de 1875.

(169) «... demandando o pôrto do Pará alguns imigrantes franceses, estabelecidos na referida estrada de Bragança, sendo concedidos lotes de 150 braças sôbre 300 de fundo». Relatório apresentado pelo Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, presidente da Provincia do Pará à Assembléia legislativa provincial, na sua sessão solene de instalação da 20ª legislatura, no dia 15 de feveriro de 1876, pág. 48.

(170) *História do Rio Amazonas*, H. SANTA ROSA.

(171) *Anais históricos do Estado do Maranhão*, BERNARDO PEREIRA DE BERREDO, 684, pág. 287.

(172) *As regiões amazônicas*, Barão de MARAJÓ, págs. 64, 65 e 66.

(173) *O Pará em* 1900 — *notícias históricas*, ARTUR VIANA.

(174) HENRIQUE SANTA ROSA, *ob. cit.* pág. 135.

(175) Relatório com que o presidente Joaquim Raimundo De Lamare passou a administração da província ao Visconde de Arari, em 6 de agôsto de 1868, pág. 31.

(176) *Ensaio Corográfico sôbre o Pará*, BAENA, pág. 478.

(177) *História do rio Amazonas*, HENRIQUE SANTA ROSA, pág. 87.

(178) *O Tocantins e o Anapú*, pág. 24.

(179) *Ensaio corográfico sôbre o Pará*, BAENA, pág. 472.

(180) *Ob. cit.* pág. 473.

(181) *Viagem ao Araguaia*, COUTO DE MAGALHÃES, págs. 29 e 30.

NOTAS AO CAPITULO DÉCIMO

(58) *Capitania do Gurupy*

Quando D. João III estabeleceu na primeira metade do século XVI, o regime das donatarias, pretendeu com essa medida administrativa dar impulso à colonização sistemática do Brasil, como ensina o historiador Malheiros Dias (1). Foram demarcados inicialmente, 15 lotes. O de n.° 12, coube a João de Barros e Aires da Cunha, compreendendo 50 léguas de terra, cujos limites iam «até o extremo da conquista portuguêsa na América». (2) Êsse quinhão veio constituir, mais tarde a Capitania do Pará. O Rei fixou-lhe os limites em 1640, (3) que iam do Tury-assú ao Oiapoque.

Dentro dessa extensão territorial, ou seja, nas divisas geográficas da Capitania do Pará, sugeriu Bento Maciel Parente numa Memória enviada a Felipe III, no ano de 1630, que fôssem criadas — para melhor se conservar e sustentar o novo Estado (do Maranhão), as seguintes capitanias subalternas: do Gurupy, do Marajó, de Camutá, a das ilhas do Amazonas e a do Cabo do Norte (4).

Naquela época, já a Capitania do Gurupy estava doada. Pertencia desde 25 de maio de 1622 (5) ao governador geral do Brasil Gaspar de Sousa, e os limites da doação foram traçados entre Tury-assú e Caeté, com 20 léguas de fundos para o sertão.

Nada indica que Gaspar de Sousa ou o seu filho Alvaro de Sousa tivessem nos primeiros anos da mercê régia, dado começo à colonização da Capitania. Êsse descuido foi constatado por Francisco Coelho de Carvalho, primeiro governador do Estado do Maranhão, quando decidiu visitar o Pará — «na observância das suas instruções». (6)

Tendo saído da cidade de São Luiz, a 15 de abril de 1627, num patacho a que acompanhavam mais duas embarcações, desembarcou, esclarece Berredo, no Gurupy. Deixou-se entusiasmar pela passagem. Achou o lugar propício para um fundamento. E ali estabeleceu as bases da povoação que chamou de Vera Cruz do Gurupy. Prosseguiu o governador a sua viagem para Belém, agora por terra, levando no pensamento a idéia de dar corpo ao ato simbólico que acabava de praticar com os fundamentos do povoado de Vera Cruz.

Regressando a São Luis, pelo mesmo caminho, trouxe em sua companhia os colonos de que precisava para estabelecer os princípios da conquista. É Bento Maciel quem confirma êste acontecimento na Memória que mandou ao Rei de Portugal e da Espanha. «Desde el rio Pindohytuba se sigue la Capitania del Cayté, que en la lengua de la tierra quiere dezir Mata Verdadera, puede correr hasta el rio Acotyperu, en que ay quarenta léguas de costa y tiene una poblacion de Portugueses que aora hizo el gobernador Francisco Coelho de Carvalho, com sessenta moradores que alli llevó del Pará y Marañon, da qual está en el rio Coatacapucho (Gurupy); el puerto es poco capaz, la tierra es buena, como la de Marañon».

Esse depoimento de Maciel Parente quanto á obra de colonização da Capitania do Gurupy, feita por Francisco Coelho, é confirmada pelo padre José de Morais. Diz êste historiador (7):

> «A primeira e mais antiga (Capitania) depois da do Maranhão e Pará, foi a do rio Gurupy; porque a Expensas do primeiro governador do Estado Francisco Coelho de Carvalho, se tinha uma Povoação, em que estava também a grandiosa aldea de que foram seus primeiros missionários os religiosos da Companhia que nela tinham igreja e residência com três corredores em quadra, que fechavam com a mesma igreja».

Transcreve o padre José de Morais na sua «História da Companhia de Jesus», a certidão ditada pelo cônego Maciel Teixeira, Vigário da cidade de Belém, e encaminhada ao soberano português, com a data de 5 de janeiro de 1654. Trata-se de um valioso documento, onde o Reverendo Vigário dá conta do que viu e do que fêz no Pará e Maranhão.

> «... esta minha igreja tão dilatada em distância de terra, que compreende por costa algumas duzentas léguas de comprido e nela cinco Capitanias a saber: Pará, Gurupi, Camutá, Gurupá do Norte, nas quais tôdas há povoações de portuguêses e êstes pela maior parte divididos muitas léguas uns dos outros em suas lavouras e fazendas, com muitos rios de navegação dificultosa em meio, com que é impossível serem estas ovelhas curadas por muitos Parocos, quanto mais por um só...» (8)

Tão grande foi o contentamento do governador Coelho de Carvalho que, doou ao seu filho Feliciano, a Capitania subalterna, onde havia lançado auspiciosamente as bases do povoado de Vera Cruz do Gurupi.

Chegou Francisco Coelho de Carvalho a São Luis, em 3 de setembro de 1626, tendo no ano seguinte feito a mercê dêste quinhão. Não foi aquela confirmada pela côrte. É que subsistia o direito de Gaspar de Sousa e seus descendentes sôbre a Capitania.

Caeté

O povoado de Vera Cruz do Gurupi, ficara estacionário. A terra não era propícia aos trabalhos agrícolas. Os moradores, esclarece o padre José de Morais — «pouco agradados da extensão e qualidade das terras se mudaram para o belo sítio do Cuâté, onde fundaram a nova vila, de quem aquela Capitania tomou o nome, — «extinto o antigo que antes tinha».

O padre Morais registra o acontecimento da transferência da sede da Capitania do Gurupi para Caeté, afirmando que essa mudança constituira base para a instalação da nova vila e da mudança do nome da Capitania.

Dadas as recomendações régias que regulavam o sistema da fundação das vilas e da denominação das Capitanias, não é possível aceitar, sem melhor análise, essa conclusão do notável jesuíta. A transferência da sede

foi feita em atenção à conveniência dos moradores. Anota ainda o padre Morais, outros detalhes da instalação do novo povoado.

Afirma:

«A Capitania do Cuâeté de que foi donatário o excelentissimo Porteiro mór (José de Melo e Sousa), se foi aumentando com uma grandiosa aldeia da nação Apotianga, que do Pereá passou para a dita vila com o seu missionário, que os tinha descido, o nosso padre Bento Alvares; sendo capitão mór e lóco tenente por parte do donatário João de Herrera da Fonseca e dos moradores que passaram do Gurupi se formou a vila.»

Sôbre a fertilidade do solo e a riqueza que dêle se podia extrair, dava ampla noticia o capitão Simão Estacio da Silveira (9) numa publicação aparecida no ano de 1624. Dizia o esclarecido observador:

«Principalmente he excelente posto a bahia de São João (Turyassú), e melhor que esta, é o Caité (que na lingua da terra quer dizer mata real) porque na verdade o é de grandes frutais e arvoredos.

E neste sitio se diz que há minas de prata de importancia que fundem quase metade em prata pelo menos assim fundiu uma pedra que eu vi que assim disseram ser destas minas e agora era oportuna ocasião de mandar aqui povoar; porque ainda anda o gentio da terra espalhado, e quando eu passei para o Pará, faziam fogos á caravela, que era o sinal de quererem a paz».

Êsse depoimento esclarece as razões dos moradores do Gurupi transferirem para Caeté a sede do povoado: era de grandes frutais e havia minas de prata para explorar. Motivo suficiente, ocasião oportuna, como escrevia o capitão Estácio, para a instalação do novo povoado.

E assim foi feito.

No farto e precioso documentário existente na Biblioteca e Arquivo Público do Pará, vamos encontrar informações interessantes sôbre o desenvolvimento do Caeté no seu aspecto social, econômico, religioso e politico. Sabemos dêste modo, através da correspondência do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado com a metrópole, datada de 11 de outubro de 1753, que existia naquela época um caminho de terra ligando Caeté ao Guamá, que os moradores de ambos os povoados percorriam em sete ou oito horas.

E esclarecia mais o irmão do Marquês de Pombal:

«Os moradores desta nova vila ficam situados em umas terras fertilissimas muito perto do mar oceano e mui abundante de peixes e de caça, e onde já hoje há águas marinhas e com assistência destas gentes se podem ampliar em forma que provam esta terra de sal de sorte que senão veja na grande necessidade dêste gênero em que agora se acha.» (10)

No Livro Grosso do Maranhão, (11) há uma interessante referência ao donatário dos Índios da Capitania do Caeté Dom Prior do Crato Frei Manoel de Melo, que no ano de 1693, escreveu uma Representação ao Rei contra a intromissão dos padres Missionários da Companhia de Jesus no govêrno temporal e espiritual da dita Capitania.

Esclarecendo o assunto mandou o Rei dizer ao Superior das Missões da Companhia de Jesus do Estado do Maranhão, em carta de 14 de março de 1693:

«E pareceu-me dizer-vos tenhais entendido que a jurisdição chamada temporal que se vos concedeu se não entende em forma que por virtude dela fiquem os Indios das aldeias da Capitania do Caeté, de que é donatário o dito Frei Manoel de Melo Dom Prior do Crato isentos da sua jurisdição nem para que possais de algum modo impedir seus mandados.»

Já estava findo o século XVII, e a Capitania que fôra de Gaspar de Sousa e seu filho Alvaro de Sousa, passara a ser conhecida e denominada do Caeté, em razão da transferência da sede do povoado.

Mas, não existe prova documentada de ter sido essa transferência promovida por Alvaro de Sousa. O mestre Rocha Pombo, no entanto, com aquela autoridade que todos reconhecem, informa na sua História do Brasil, (12) que o donatário Alvaro de Sousa — «Fundou a vila do Sousa do Caeté mais tarde (1753) Bragança».

Até que ponto esta informação pode ser considerada verdadeira?

Está ela em desacôrdo com o que diz o padre José de Morais, sôbre os reais motivos da transferência da sede da Capitania do Gurupi para Caeté.

Na Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão escrita em 1699, pelo padre João Felipe Betendorf (13), lemos esta interessante referência:

«Umas sete para oito jornadas para a banda do Pará, está a Capitania do Caeté em o Donatário de M... de Melo. (14) Chamava-se primeiro do Gurupi por lá estar a vila. Em meia aldeia tinham os padres da Companhia de Jesus, uma residência de taipa de pilão que parecia um conventinho, mas porque pareceu aos moradores que tinham poucas terras para mantimentos mudaram a vila para o Caeté, sítio sadio de bons ares, mantimentos, carne e peixe, mas não em aquela abundância que em Gurupi. Tem sua Igreja, Câmara e capitão mór, e como são poucos os fregueses e êstes quase todos pobres, não podem sustentar o Vigário e por isso lhes acode o Missionário da aldeia por caridade...»

É feita como se vê, alusão à Vila, como se já estivesse instalada. Mas Francisco Xavier de Mendonça Furtado, numa das suas cartas à côrte, deixa transparecer a dúvida quanto a existência legal daquela vila. E esclarece:

«Como Sua Majestade foi servido mandar-me ordenar que fôsse distribuindo os casais das ilhas que aqui se achavam pelas partes que me parecessem mais convenientes já tive a honra de participar a Vossa Excelência pelas vias que levou o Iate, que nada parecia mais útil do que mandasse logo fundar duas vilas nas margens dos rios Guamá e Caeté, ficando esta no mesmo sitio onde se achavam quatro ou cinco palhoças que constituiam a chamada vila de Sousa».

Mais adiante o governador acentua:

«Logo dei as providências que me pareceram precisas e foi mandado para os ditos sítios os novos Povoadores, apresentando-se ocasião ao Desembargador Ouvidor de ir a tal chamada vila de Sousa...» (15)

Através dessa correspondência deixa Mendonça Furtado bem clara a sua dúvida quanto à fundação da vila do Caeté, na forma ordenada pelo Rei e usança nos seus dominios.

A tal chamada vila como êle denomina a povoação do Caeté, teria tido, realmente, êste predicado?

* * *

Os documentos e informações históricos que dispomos, indicam que o sucessor de Alvaro de Sousa na donataria do Gurupi e Caeté, foi seu neto

o Porteiro mor José de Melo e Sousa. Encontramos as razões desta sucessão, na Carta régia de 11 de fevereiro de 1730, existente em original na Biblioteca e Arquivo Público do Pará, transcrita no Tomo 3.° dos Anais, págs. 284-285, documento n.° 250.

Escrevia o Rei a Alexandre de Sousa Freire, governador e capitão general do Estado do Maranhão, o seguinte:

> «Por parte do Porteiro mór José de Melo e Sousa se me representou que atendendo os Reis dêste Reino aos assinalados serviços que Gaspar de Sousa segundo avô do suplicante, o qual sendo governador e capitão general do Estado do Brasil conquistou o do Maranhão, lançando fora a fôrça de armas os Franceses que o haviam ocupado lhe fizeram mercê da Capitania do Caeté nesse mesmo Estado com as próprias prerrogateivas que se costumaram dar sempre as do Brasil...»

E esclarecia com mais êste detalhe o parentesco de José de Melo e Sousa com o governador do Brasil:

> «... já no ano de 1644, se passara um Alvará que juntava a Alvaro de Sousa avô do suplicante para que o governador e capitão mór do Pará lhe não impedisse trazer gentio e aldeias para a dita Capitania.»

Era José de Melo e Sousa filho de Manoel de Melo, que estêve naquele ano de 1730, na Capitania, ajudando na administração.

Quatro anos mais tarde o donatário queixava-se ao Rei contra o governador e capitão general do Estado do Maranhão, que recusara reconhecer Manoel de Sousa como capitão mór da Capitania do Caeté. (16) Na qualidade de donatário cabia-lhe o direito de nomear o capitão mór da sua doação.

E assim fêz.

O que nos leva a acreditar que o povoado do Caeté não teve o predicamento de vila, ao tempo, pelo menos, de Alvaro de Sousa, é não constar dos Arquivos que temos pesquisado, qualquer documento referente a essa formalidade. Também ainda não vimos citada a peça onde esteja registrada essa cerimônia.

Apenas são feitas referências à criação da Vila.

Rocha Pombo referindo-se à Capitania de Alvaro de Sousa, diz à pág. 7, do volume 5.°, da sua História do Brasil.

> «Êste donatário fundou a vila do Sousa do Caeté, mais tarde (1753) Bragança.»

Palma Muniz no Tomo 9.° dos Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, às págs. 145 e 146, aludindo ao procedimento de Alvaro de Sousa, em relação à sua Capitania, escreve:

> «Êste último procurou desenvolver e impulsionar a sua Capitania fundando o povoado do Caeté à margem direita do rio dêste nome, povoado que constitui a primeira origem da sede do município atual...»

O sucessor de Alvaro de Sousa, na doação, seu neto José de Melo e Sousa, numa petição enviada ao Rei, e por êste referida em Carta Régia de 4 de fevereiro de 1737, (17) dá a Caeté a categoria de aldeia.

Eis como escreveu o Soberano:

> «Diz o Porteiro mór Joseph de Melo e Sousa, que êle por doação que Vossa Majestade houve por bem confirmar há donatário da aldeia de Caeté Estado do Maranhão...»

Essa aldeia tinha sido muito populosa, elucida José de Melo, mas, naquele tempo, se achava quase despovoada.

A fundação da Vila obedecia a determinadas formalidades segundo o fôro e o costume do reino.

Vamos destacar essas formalidades, transcrevendo um trecho da carta de doação da Capitania de Pernambuco a Duarte Coelho por D. João III, referida no volume 3.° da História da Colonização Portuguêsa no Brasil, pág. 309:

> «Outrossim me apraz que o dito capitão Governador e todos os seus sucessores, possam por si fazer Vilas tôdas e quaisquer povoações que nessa dita terra fizerem e lhe a êles parecer que o devem ser as quais se chamarão Vilas e terão têrmo e jurisdição, liberdade e insignias de vilas segundo fôro e costume de meus reinos e isto porém se entenderá que poderão fazer tôdas as vilas que quiserem das povoações que estiverem ao longo da costa da dita terra e dos rios que se navegarem porque por dentro da terra firma pelo sertão as não poderão fazer menos espaço de seis léguas de uma a outra para que se possam ficar ao menos três léguas de terra de têrmo a cada uma das ditas vilas e ao tempo que se fizerem as tais vilas ou cada uma delas limitarão e assinarão logo têrmo para elas e depois não poderão da terra que assim tiverem dado por têrmo fazer mais outra vila sem minha licença.»

Foram estas as mesmas exigências feitas na Carta de Lei de 14 de junho de 1638, referente à doação da Capitania do Cabo do Norte a Bento Maciel Parente. Nesse documento fêz o Rei alusão à Capitania do Gurupi, doada a Alvaro de Sousa, esclarecendo que êsse quinhão se estendia «desde os Turi até o rio Caeté». As terras assim doadas podiam ter 45 até 50 léguas de distrito por costa, acrescentava o Soberano.

A denominação da vila do Sousa do Caeté, representava, informa Baena no «Compêndio das eras», uma lembrança de Gaspar de Sousa» — *cujo apelido* serviu para a denominação da mesma vila». (18) Na homenagem ia o respeito à tradição e à lembrança do primeiro donatário.

Apenas a lembrança do apelido? e porque não ao fundador da vila?

Porque a vila não fôra ereta por inspiração de Gaspar ou de Alvaro de Sousa. Se dermos crédito à tradição, na falta do Têrmo ou seja da Ata lavrada para o registro daquela cerimônia, a vila do Sousa do Caeté só podia ter sido feita, segundo as expressões usadas pelo Rei, por José de Melo e Sousa.

No tempo dêsse senhorio, informa o padre José de Morais, (19), Caeté possuia capitão mór, Senado, Vigário e Matriz. Não dá noticia da insignia da vila, exigida na carta de doação, nem esclarece a data em que teria sido fundada.

Já o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado fornece um esclarecimento digno de registro. É o que se refere à instalação da vila de Bragança. Diz o irmão do marquês de Pombal, naquele documento, que tem a data de 10 de setembro de 1754: (20)

> «... nada parecia mais útil do que mandasse logo fundar duas vilas nas margens dos dois rios Guamá e Cayté ficando esta no mesmo sitio onde se achavam quatro ou cinco palhoças que constituiam a chamada vila de Sousa».

Mendonça Furtado não reconhece nesse documento a constituição local da vila do Sousa do Caeté, tanto que, mais adiante, repete:

> «Logo dei as providências que me pareceram precisas, e foi mandado para os ditos sitios os novos povoadores e apresentando-se a ocasião do Desembargador geral ir a tal chamada vila de Sousa lhe encarreguei a acomodação daqueles novos moradores...»

Sôbre as ruínas do antigo povoado foi que o governador fundou a vila a que deu o nome de Bragança.

Era o que mandava dizer ao Rei, em correspondência assinada a 11 de outubro de 1753. (21)

Comentando êsse documento o historiador Artur Viana usa das seguintes expressões que situam de modo correto a verdadeira categoria de Sousa do Caeté:

«A esta povoação chamavam Sousa do Caeté...»

Num estudo mais amplo sôbre os «Exploradores da Amazônia» o mesmo historiador não faz alusão à vila e sim ao povoado do Caeté.

Diz Artur Viana, na obra referida:

«O donatário cuidou de desbravar e povoar as suas terras, começando por lançar na margem esquerda do Caeté, uma povoação que graças a algumas famílias de emigrantes, prosperou consideràvelmente; por longos anos foi êste núcleo colonial chamado Sousa do Caeté».

E esclareceu:

«Em 1753, o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, deu-lhe o predicamento de vila, com o nome de Bragança, e a fêz repovoar por ilhéus portuguêses».

Essa a verdade histórica, que temos de respeitar. É o que está até hoje documentadamente provado. E, sem documento que revele e esclareça os fatos de cada época, nada se pode afirmar, de modo definitivo.

Êsse o motivo de discordar do mestre Rocha Pombo na referência que fêz à vila do Sousa do Caeté, ao tempo do donatário Alvaro de Sousa.

Nada indica que o honesto e erudito historiador esteja, neste caso, com a razão. Ao tempo de Alvaro de Sousa, o que existia era a povoação de Vera Cruz do Gurupi, que Francisco Coelho de Carvalho doou a seu filho, com o nome de Capitania do Gurupi, sem imaginar que a côrte de Madri havia de desfazer a ilusão que alimentara nas primícias do seu govêrno.

---

(1) «*História da colonisação portuguêsa no Brasil*», 3.º volume — A coloniazção, pág. XIV.

(2) *Estudo sôbre a divisão territorial do Brasil*, Augusto Fausto de Sousa, pág. 37.

(3) *Monografias paraenses — Os exploradores da Amazônia*, Artur Viana, «Revista do Instituto Geográfico e Etnográfico do Pará», pág. 303.

(4) *Estudos de História colonial*, Helio Viana, pág. 275.

(5) Confirmada a 13 de fevereiro de 1634.

(6) *Anais Históricos*, de Berredo — 570, págs. 226-27.

(7) *Memória para a história do extinto Estado do Maranhão, cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão Pará e Amazonas, coligidas e anotadas por Cândido Mendes de Almeida — História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará*, pelo Padre José de Morais, da mesma Companhia, no ano de 1759», pág. 194.

(8) *Ob. cit.*, págs. 304-305.

(9) *Relação sumária das coisas do Maranhão*, escrita pelo Capitão *Simão Estácio da Silveira — Dirigida aos nobres dêste Reino de Portugal*, mandada imprimir a 8 de março de 1624, pág. 17.

(10) Documento 32, págs. 53-53, Tomo 2, Anais da Bib. Arq. Púb. do Pará.

(11) *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 66, 1ª parte, pág. 141.

(12) Volume 5.º, pág. 7.

(13) Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LXXII, Parte I, 1909, pág. 21.

(14) Trata-se de José de Melo e Sousa, bisneto de Gaspar de Sousa.

(15) Documento n.º 139, Tomo 4.º, dos Anais da Bib. Arq. Púb. do Pará, pág. 161.

(16) Tomo VI, dos Anais da Bib. Arq. do Pará, documento n.º 419, datado de 17 de fevereiro de 1734, pág. 230.

(17) Tomo VI, dos Anais da Bib. Arq. Púb. do Pará, documento n.º 411, págs. 219-20.

(18) Página 291.

(19) *História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará*, pág. 194.

(20) Anais da Bib. Arq. Púb. do Pará, documento n.º 139, páginas 161-163.

(21) *Anais* da Bib. Arq. Púb. do Pará, tomo 2.º, documento n.º 32, pág. 43.

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO

I — CRONOLOGIA DOS CAPITAES MORES.

1. Capitães mores.
2. Governadores e Capitães Generais do Estado do Maranhão, Grão-Pará e Rio Negro.
3. Presidentes da Provincia.
4. Governadores do Estado.

II — ADMINISTRADORES DO MUNICIPIO D EBELÉM — Senado da Câmara. Câmara Municipal. Intendência e Prefeitura da capital.

1. Vereações de 1628 a 1889.
2. Conselho Municipal.
3. Intendentes.
4. Prefeitos. Autonomia do municipio de Belém.

I

CRONOLOGIA DOS CAPITAES MORES

1 — CAPITÃES MORES (1)

1º) Francisco Caldeira Castelo Branco, de 1616 a 1618.

2º) Baltazar Rodrigues de Melo, de setembro de 1618 a 30 de abril de 1619.

3º) Jerônimo Fragoso de Albuquerque, assumiu em 30 de abril de 1619 e faleceu a 31 de agôsto do mesmo ano.

4º) Matias de Albuquerque, assumiu em setembro de 1619, em conseqüência da morte do seu primo Jerônimo de Albuquerque.

5º) Junta Governativa, composta de: Capitão Custódio Valente, Frei Antônio da Marciana e Capitão Pedro Teixeira.

6º) Capitão Pedro Teixeira, maio de 1620.

7º) Bento Maciel Parente, assumiu em 18 de julho de 1621.

8º) Manoel de Sousa d'Eça, assumiu em 6 de outubro de 1626.

9º) Feliciano Coelho de Carvalho, interinamente.

10º) Luis Aranha de Vasconcelos, tomou posse a 18 de outubro de 1629.

11º) Jácome Raimundo de Noronha, tomou posse a 29 de maio de 1630.

12º) Antônio Cavalcante de Albuquerque, substituto de Noronha.

13º) Luís do Rêgo Barros, assumiu a 22 de junho de 1633. Retirando-se do Pará foi substituído, interinamente, por Feliciano Coelho de Carvalho.

14º) Antônio Cavalcante de Albuquerque.

15º) Luís do Rêgo Barros.

16º) Francisco de Azevedo, chegou a Belém a 24 de dezembro de 1636, e faleceu a 3 de fevereiro do ano seguinte.

17º) Capitão Aires de Sousa Chichorro, assumiu a 17 de março de 1637.

18º) Feliciano de Sousa e Menezes, assumiu a 17 de abril de 1638, e faleceu em 8 de novembro do mesmo ano.

19º) Capitão Aires de Sousa Chichorro, assume novamente a 9 de novembro de 1638.

20º) Manoel Madeira, assumiu a 26 de abril de 1639.

21º) Administração do Senado da Câmara de Belém de 16 a 28 de fevereiro de 1640.

22º) Capitão Pedro Teixeira.

23º) Francisco Cordovil Camacho, tomou posse a 26 de maio de 1641, em conseqüência do falecimento de Pedro Teixeira.

24º) O Senado da Câmara de Belém, por motivo de grave enfermidade de Francisco Camacho.

25º) Capitão Paulo Soares de Avelar, assumiu a 28 de julho de 1646.

26º) Sebastião de Lucena de Azevedo.

27º) Capitão Aires de Sousa Chichorro, assumiu a 15 de fevereiro de 1648.

28º) Inácio do Rêgo Barreto, tomou posse a 17 de julho de 1649.

29º) Capitão Aires de Sousa Chichorro, investido no cargo de capitão mór a 19 de junho de 1650.

Govêrno do Pará Independente do Maranhão (*Rescrito de 23 de fevereiro de* 1652)

30º) Inácio do Rêgo Barreto, tomou posse a 5 de dezembro de 1652, falecendo a 25 de março de 1654.

31º) Sargento mór Pedro Corrêa, tomou posse a 30 de março de 1654.

32º) Capitão Domingos Machado, assumiu a 8 de maio de 1654.

33º) Capitão Aires de Sousa Chichorro, assumiu a 10 de setembro de 1654.

Govêrno Geral do Pará e Maranhão (*Rescrito de 25 de agôsto de* 1654)

34º) Sargento mór Luís Pimenta e Morais, tomou posse a 8 de dezembro de 1655.

35º) Feliciano Corrêa, assumiu a 16 de agôsto de 1656.

36º) Marçal Nunes da Costa, tomou posse a 10 de setembro de 1658.

37º) Francisco de Seixas Pinto, assumiu no ano de 1662.

38º) Feliciano Corrêa, tomou posse a 5 de junho de 1665.

39º) Antônio Pinto de Gaia, tomou posse a 21 de janeiro de 1666.

40º) Manoel Guedes Aranha, assumiu a 3 de setembro de 1667.

41º) Paulo Martins Garro, tomou posse a 1º de abril de 1668.

42º) Feliciano Corrêa, assumiu a 9 de junho de 1669.

43º) Antônio Pinto da Gaia, assumiu a 1º de abril de 1670.

44º) Marçal Nunes da Costa, tomou posse a 30 de julho de 1674.

45º) Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, tomou posse a 25 de julho de 1685.

46º) Hilário de Sousa de Azevedo, assumiu a 27 de agôsto de 1690. Faleceu em Gurupá a 15 de maio de 1697.

47º) João de Velasco Molina, assumiu a 20 de julho de 1698.

48º) Pedro Mendes Tomás, tomou posse a 19 de abril de 1710.

49º) João de Barros da Guerra, assumiu a 19 de abril de 1710.

50º) José Velho de Azevedo, toma posse a 11 de junho de 1716.

51º) Antônio Marreiros, tomou posse a 15 de agôsto de 1728.

52º) Antônio Duarte de Barros, assumiu a 28 de julho de 1732.

2. GOVERNADORES E CAPITÃES GENERAIS DO ESTADO DO MARANHÃO, GRÃO-PARÁ E RIO NEGRO

O Estado do Maranhão, composto do Ceará, Maranhão e Grão-Pará, foi criado pelo decreto de 13 de julho de 1621.

1º) Governador e Capitão general (2):

Francisco Coelho de Carvalho, nomeado a 23 de setembro de 1623, e empossado a 3 de setembro de 1626.

Governadores do Estado do Maranhão e Grão-Pará

2º) Raimundo Jácome de Noronha, Provedor mór da Fazenda Real, tomou posse em substituição de Francisco Coelho de Carvalho, a 9 de outubro de 1636.

3º) Bento Maciel Parente, tomou posse a 27 de janeiro de 1638.

4º) Pedro de Albuquerque, nomeado por d. João IV, a 4 de setembro de 1642.

Govêrno provisional do Pará, por falecimento de Pedro de Albuquerque: Capitão Feliciano Corrêa, e sargento mór do Estado Francisco Coelho de Carvalho.

5º) Sargento mór Francisco Coelho de Carvalho, tomou posse em S. Luís, a 17 de junho de 1646 e faleceu em Belém a 15 de fevereiro de 1648.

6º) Luís de Magalhães, capitão de Infantaria do Exército, iniciou o seu govêrno a 17 de fevereiro de 1649.

O Rescrito de 23 de fevereiro de 162 deu ao Pará govêrno independente do Maranhão.

Voltou novamente a fundir-se com o Maranhão, num govêrno geral, nos têrmos do Rescrito de 25 de agôsto de 1654.

7º) André Vidal de Negreiros, que assumiu a 11 de maio de 1655.

Governador interino: Sargento mór Agostinho Corrêa, que assumiu a 23 de setembro de 1656, sendo substituído a 16 de junho de 1658.

8º) Dom Pedro de Melo, tomou posse a 16 de junho de 1658.

9º) Rui Vaz de Siqueira, tomou posse a 16 de março de 1662.

10º) Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, tomou posse a 22 de junho de 1667.

11º) Pedro Cesar de Menezes, assumiu a 9 de janeiro de 1671.

12º) Inácio Coelho da Silva, tomou posse a 17 de fevereiro de 1678.

13º) Francisco de Sá Menezes, empossado a 27 de maio de 1682.

14º) Gomes Freire de Andrade, assumiu a 16 de maio de 1685.

15º) Artur de Sá Menezes, posse a 26 de março de 1687.

16º) Antônio de Albuquerque, assumiu a 17 de maio de 1690. Governadores interinos:

Fernão Carrilho, empossado a 30 de junho de 1701.

João de Velasco Molina, posse a 13 de setembro de 1705.

17º) Cristóvão da Costa Freire — Senhor de Pancas, tomou posse a 12 de janeiro de 1707.

18º) Bernardo Pereira de Berredo, assumiu a 18 de junho de 1718.

19º) João da Maia da Gama, assumiu em S. Luis a 19 de julho de 1722.

20º) Alexandre de Sousa Freire, tomou posse em S. Luis a 14 de abril de 1728.

21º) José da Serra, tomou posse em S. Luís a 16 de julho de 1732, tendo falecido em Belém a 20 de março de 1736.

Governador interino: Antônio Duarte de Barro, empossado a 20 de março de 1736.

22º) João de Abreu Castelo Branco, tomou posse em Belém a 12 de setembro de 1737.

23º) Francisco Pedro de Mendonça Furtado, tomou posse em Belém a 17 de agôsto de 1747.

24º) Francisco Xavier de Mendonça Furtado, tomou posse em Belém a 24 de setembro de 1751.

Governador interino: dom Frei Miguel de Bulhões.

Governadores e Capitães Generais do Estado do Maranhão, Grão-Pará e Rio Negro

25º) Manoel Bernardo de Melo e Castro, assumiu em Belém a 2 de março de 1759.

26º) Fernando da Costa Ataíde Teive, posse em Belém a 14 de setembro de 1763.

27º) João Pereira Caldas, tomou posse em Belém a 21 de novembro de 1772.

28º) José de Nápoles Telo de Menezes, assumiu em 4 de março de 1780.

29º) Martinho de Sousa Albuquerque, tomou posse em Belém a 25 de outubro de 1783.

30º) Dom Francisco de Sousa Coutinho, tomou posse em Belém a 15 de junho de 1790.

31º) Dom Marcos de Noronha e Brito, tomou posse em Belém a 22 de setembro de 1803.

32º) José Narciso de Magalhães Menezes, assumiu o Govêrno em Belém a 10 de março de 1806 e faleceu a 20 de dezembro de 1810.

Junta de Sucessão Provisional

Dom Manoel de Almeida Carvalho, Brigadeiro Manoel Marques e Desembargador e Ouvidor da Comarca do Pará Joaquim Clemente da Silva Pombo.

Esta Junta assumiu o Govêrno a 20 de dezembro de 1810, em conseqüência da morte de Magalhães de Menezes.

33º) Antônio José de Sousa Manoel de Menezes, Conde de Vila Flôr. Assumiu o Govêrno em Belém, a 10 de outubro de 1817.

Junta de Sucessão Provisional

Arcediago Antônio da Cunha, coronel Joaquim Felipe dos Reis e Desembargador Ouvidor da Comarca do Pará Antônio Maria Carneiro e Sá. Assumiu esta Junta o govêrno a 1º de julho de 1820.

Juntas Provisórias do Govêrno do Grão-Pará e Rio Negro

1ª *Junta*:

Cônego Vigário Capitular Romualdo Antônio de Seixas, Juiz de Fora Joaquim Pereira de Macedo, coronel João Pereira Vilaça, coronel Francisco José Rodrigues Barata, coronel Giraldo José de Abreu, tenente coronel Francisco José de Faria, comerciante Francisco Gonçalves Lima e agricultores João da Fonseca Freitas e José Rodrigues de Castro Góis. A Junta tomou posse a 1º de janeiro de 1821.

2ª *Junta*:

Médico Antônio Corrêa de Lacerda, proprietário João Pereira da Cunha e Queirós, chantre da Catedral Joaquim Pedro de Morais Bitencourt, Capitão de Fragata José Joaquim da Silva, Major reformado Baltazar Alves Pestana, Capitão Manoel Gomes Pinto, Lavrador José Rodrigues Lima.

Esta Junta foi eleita nos têrmos do decreto de 29 de setembro de 1821.

3ª *Junta*:

Cônego Romualdo Antônio de Seixas, coronel Giraldo José de Abreu, Juiz de Fora Joaquim Corrêa da Gama Paiva, Francisco Custódio Corrêa, Joaquim Antônio da Silva, tenente coronel

Teodósio Constantino de Chermont, João Batista Ledo. Tomou posse a Junta, no dia 1º de maio de 1823.

4ª Junta:

Coronel Giraldo José de Abreu, capitão José Ribeiro Guimarães, cônego João Batista Gonçalves Campos, Alferes Félix Antônio Clemente Malcher, Capitão João Henrique de Matos. A Junta tomou posse a 18 de agôsto de 1823, após a adesão do Pará à independência nacional.

3. PRESIDENTES DA PROVÍNCIA (3)

1º) Coronel José de Araújo Roso. Nomeação de 25 de novembro de 1823. Posse a 2 de maio de 1824.

2º) José Félix Pereira de Burgos. Nomeado em 26 de janeiro de 1825 e empossado a 28 de maio de 1825.

3º) Paulo José da Silva Gama, Barão de Bagé. Nomeado a 7 de abril de 1827, e empossado a 14 de abril de 1828.

4º) José Félix Pereira de Burgos, Barão de Itapicurú-mirim. Nomeado em 30 de novembro de 1829, e empossado a 14 de julho de 1830.

5º) Bernardo José da Gama, Visconde de Goiana. Nomeado em 17 de maio de 1831. Posse a 18 de julho do mesmo ano.

6º) Marcelino José Cardoso, vice-presidente. Tomou posse a 7 de agôsto de 1831.

7º) José Joaquim Machado de Oliveira. Nomeado em 16 de novembro de 1831. Posse a 27 de fevereiro de 1832.

8º) Desembargador José Mariani. Nomeado em 12 de dezembro de 1831. Não foi empossado.

9º) Bernardo Lobo de Sousa. Nomeado em 5 de setembro de 1833. Posse a 4 de dezembro do mesmo ano. Foi assassinado, no Palácio do Govêrno, a 7 de janeiro de 1835, pelos cabanos.

Presidentes Cabanos

10º) Félix Antônio Clemente Malcher. Posse a 7 de janeiro de 1835 (1º).

11º) Francisco Pedro Vinagre. Posse a 21 de fevereiro de 1835 (2º).

12º) Eduardo Nogueira Francisco Angelim. Posse a 24 de agôsto de 1835.

Regime Legal

13º) Ângelo Custódio Corrêa, vice-presidente. Tomou posse a 15 de maio de 1835. Não exerceu o govêrno.

14º) Marechal Manoel Jorge Rodrigues. Nomeado em 1º de abril de 1834. Tomou posse a 25 de junho de 1835. Antecedeu Eduardo Angelim no govêrno do Pará, do qual foi afastado pela invasão dos cabanos e domínio da capital, pelos rebeldes, comandados por Angelim.

15º) Brigadeiro Francisco José de Sousa Soares Andréa. Nomeado em 4 de novembro de 1835. Posse a 11 de abril de 1836, mas só desembarcou em Belém, depois desta cidade haver caído em poder das fôrças imperiais, a 13 de maio do mesmo ano.

16º) Bernardo de Sousa Franco, posteriormente Visconde de Sousa Franco. Nomeado em 1º de março de 1839, tendo assumido a 8 de abril do mesmo ano.

17º) João Antônio de Miranda. Nomeado em 19 de dezembro de 1839. Tomou posse a 20 de fevereiro de 1840.

18º) Vice-Almirante Tristão Pio dos Santos. Nomeado em 2 de agôsto de 1840. Posse a 4 de novembro seguinte.

19º) Bernardo de Sousa Franco, vice-presidente. Tomou posse a 24 de fevereiro de 1841.

20º) Desembargador Rodrigo de Sousa da Silva Pontes. Nomeado em 12 de janeiro de 1842. Tomou posse a 30 de abril seguinte.

21º) Vigário capitular Manoel Teodoro Teixeira, 2º vice-presidente. Nomeado em 1º de maio de 1843. Posse a 29 de junho seguinte.

22º) Coronel José Tomás Henriques. Nomeado em 2 de maio de 1843. Posse a 7 de agôsto do mesmo ano.

23º) Vigário capitular Manoel Teodoro Teixeira, 2º vice-presidente. Governou de 20 a 22 de maio de 1844.

24º) Desembargador Manoel Paranhos da Silva Veloso. Nomeado em 11 de abril de 1844. Tomou posse a 22 de maio do mesmo ano.

25º) João Maria de Morais, 3º vice-presidente. Nomeado em 3 de junho de 1844. Posse a 8 de fevereiro de 1845.

26º) Desembargador Manoel Paranhos da Silva Veloso. Nomeado em 11 de abril de 1844. Posse a 25 de outubro de 1845.

27º) João Maria de Morais, 3º vice-presidente. Nomeado em 3 de junho de 1844. Tomou posse a 5 de agôsto de 1846.

28º) Herculano Ferreira Pena. Nomeado em 11 de setembro e tomou posse a 12 de novembro de 1846.

29º) João Maria de Morais, 3º vice-presidente. Posse a 10 de junho de 1847.

30º) Herculano Ferreira Pena. Nomeado a 11 de setembro de 1846. Posse em 22 de outubro de 1847.

31º) João Maria de Morais, 3º vice-presidente. Posse a 28 de março de 1848.

32º) Coronel de engenheiros Jerônimo Francisco Coelho. Nomeado em 11 de março de 1848. Posse a 8 de maio seguinte.

33º) Giraldo José de Abreu, 3º vice-presidente. Nomeado em 11 de março de 1848. Posse a 3 de abril de 1850.

34º) Coronel Jerônimo Francisco Coelho, reassumiu o cargo a 1º de maio de 1850.

35º) João Maria de Morais, 1º vice-presidente. Nomeado em 1 de março de 1848. Tomou posse a 1º de junho de 1850.

36º) Manoel Gomes Corrêa de Miranda, 2º vice-presidente. Nomeado em 17 de junho e empossado a 16 de julho de 1850.

37º) Ângelo Custódio Corrêa, 1º vice-presidente. Nomeado em 17 de junho e empossado a 19 de julho de 1850.

38º) Fausto Augusto de Aguiar. Nomeado em 19 de junho, tomou posse a 13 de setembro de 1850.

39º) José Joaquim da Cunha. Nomeado em 7 de julho e empossado a 20 de agôsto de 1852.

40º) Ângelo Custódio Corrêa, 1º vice-presidente. Nomeado em 17 de junho de 1850. Posse a 14 de outubro de 1853.

41º) Sebastião do Rêgo Barros. Nomeado em 24 de setembro e empossado a 16 de novembro de 1853.

42º) Ângelo Custódio Corrêa, 1º vice-presidente. Posse a 14 de maio de 1855.

43º) João Maria de Morais, 3º vice-presidente. Posse a 25 de junho de 1855.

44º) Coronel Miguel Antônio Pinto Guimarães, 2º vice-presidente. Nomeado em 17 de junho de 1850. Posse a 31 de julho de 1855.

45º) Tenente-coronel Sebastião do Rêgo Barros. Nomeado em 24 de setembro de 1853. Posse a 16 de outubro de 1856.

46º) Tenente-coronel de Engenheiros Henrique de Beaurepaire Rohan. Nomeado em 4 de abril e empossado a 29 de maio de 1856.

47º) João da Silva Carrão. Nomeado em 3 de setembro e empossado a 27 de outubro de 1857.

48º) Ambrósio Leitão da Cunha, 1º vice-presidente. Tomou posse a 24 de maio de 1858.

49º) Major Manoel de Frias Vasconcelos. Nomeado em 28 de outubro, tomou posse a 8 de dezembro de 1858.

50º) Antônio Coelho de Sá e Albuquerque. Nomeado em 3 de setembro e empossado a 23 de outubro de 1859.

51º) Fábio Alexandrino de Carvalho Reis, 1º vice-presidente. Posse a 12 de maio de 1860.

52º) Ângelo Tomás do Amaral. Nomeado em 28 de abril e empossado a 8 de agôsto de 1860.

53º) Olinto José Meira, 2º vice-presidente. Tomou posse a 4 de maio de 1861.

54º) Francisco Carlos de Araújo Brusque. Nomeado em 26 de março e empossado a 23 de junho de 1861.

55º) João Maria de Morais, 3º vice-presidente. Tomou posse a 26 de janeiro de 1864.

56º) José Vieira Couto de Magalhães. Nomeado em 2 de julho e empossado a 29 de julho de 1864.

57º) João Maria de Morais, 1º vice-presidente. Posse a 8 de maio de 1866.

58º) Coronel Antônio de Lacerda Chermont, Barão de Arary, 1º vice-presidente. Nomeado em 4 de junho de 1860. Posse a 28 de janeiro de 1866.

59º) Pedro Leão Veloso. Nomeado em 16 de junho e empossado a 27 de outubro de 1866.

60º) Barão de Arary, 1º vice-presidente. Tomou posse a 9 de abril de 1867.

61º) Vice-almirante Joaquim Raimundo de Lamare. Nomeado em 23 de março, tendo tomado posse a 1º de junho de 1867.

62º) General Antônio de Lacerda Chermont, Visconde de Arary, 1º vice-presidente. Posse a 6 de agôsto de 1867.

63º) Cônego Manoel José de Siqueira Mendes, 1º vice-presidente. Posse a 29 de setembro de 1868.

64º) José Bento da Cunha Figueiredo. Nomeado em 22 de julho e empossado a 18 de outubro de 1868.

65º) Coronel Miguel Augusto Pinto Guimarães, 2º vice-presidente. Posse a 16 de maio de 1869.

66º) Cônego Manoel José de Siqueira Mendes, 1º vice-presidente. Posse a 8 de novembro de 1869.

67º) João Alfredo Corrêa de Oliveira. Nomeado em 20 de outubro e empossado a 2 de dezembro de 1869.

68º) Abel Graça, 4º vice-presidente. Posse a 18 de abril de 1870.

69º) Cônego Manoel José de Siqueira Mendes, 1º vice-presidente. Posse a 23 de setembro de 1870.

70º) Joaquim Pires Machado Portela. Nomeado em 30 de novembro de 1870. Tomou posse a 7 de janeiro de 1871.

71º) Coronel Miguel Antônio Pinto Guimarães, 2º vice-presidente. Posse a 22 de abril de 1871.

72º) Abel Graça. Nomeado em 23 de maio e empossado a 3 de julho de 1871.

73º) Francisco de Sousa Cirne Lima, 6º vice-presidente. Tomou posse a 19 de junho de 1872.

74º) Francisco Bonifácio de Abreu, Barão de Vila Barra. Nomeado em 27 de maio e empossado a 1º de julho de 1872.

75º) Miguel Antônio Pinto Guimarães, Barão de Santarém, 2º vice-presidente. Tomou posse a 5 de novembro de 1872.

76º) Domingos José da Cunha Júnior. Nomeado em 10 de março e empossado a 18 de abril de 1873.

77º) Engenheiro Guilherme Francisco Cruz,, 3º vice-presidente. Posse a 31 de dezembro de 1873.

78º) Pedro Vicente de Azevedo. Nomeado em 29 de novembro de 1873 e empossado a 17 de janeiro de 1874.

79º) Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides. Nomeado em 25 de novembro de 1874. Posse a 17 de janeiro de 1875.

80º) João Capistrano Bandeira de Melo. Nomeado em 26 de abril e empossado a 18 de julho de 1876.

81º) José da Gama Malcher, 1º vice-presidente. Nomeado em 16 de fevereiro e empossado a 9 de março de 1878.

82º) José Joaquim do Carmo. Nomeado em 16 de fevereiro. Tomou posse a 18 de março de 1878.

83º) José Coelho da Gama Abreu. Nomeado em 15 de março e empossado a 7 de abril de 1879.

84º) José da Gama Malcher, 1º vice-presidente. Posse a 29 de março de 1881.

85º) Manoel Pinto de Sousa Dantas Filho. Nomeado em 26 de fevereiro e empossado a 27 de abril de 1881.

86º) José da Gama Malcher, 1º vice-presidente. Posse a 4 de janeiro de 1882.

87) João José Pedrosa. Nomeado em 28 de janeiro e empossado a 27 de março de 1882.

88º) Domingos Antônio Raiol, 2º vice-presidente. Posse a 15 de maio de 1882.

89º) Conselheiro João Rodrigues Chaves, 1º vice-presidente. Nomeado em 20 de maio e empossado a 26 de junho de 1882.

90º) Justino Ferreira Carneiro. Nomeado em 23 de junho e empossado a 25 de agôsto de 1882.

91º) Conselheiro João Rodrigues Chaves, 1º vice-presidente. Posse a 6 de dezembro de 1882.

92º) Brigadeiro Rufino Eneas Gustavo Galvão, Barão de Maracajú. Nomeado em 20 de novembro e empossado a 16 de dezembro de 1882.

93º) José de Araújo Roso Danin, 2º vice-presidente. Nomeado em 27 de janeiro e empossado a 11 de maio de 1883.

94º) Conselheiro João Silveira de Sousa. Nomeado em 31 de maio e empossado a 4 de agôsto de 1884.

95º) José de Araújo Roso Danin, 2º vice-presidente. Nomeado em 27 de janeiro de 1883. Tomou posse a 14 de junho de 1885.

96º) Carlos Augusto de Carvalho. Nomeado em 2 de julho e empossado a 16 de julho de 1885.

97º) João Lourenço Pais de Sousa, 1º vice-presidente. Nomeado em 3 de agôsto e empossado a 16 de setembro de 1885.

98º) Desembargador Tristão de Alencar Araripe. Nomeado em 30 de agôsto e empossado a 5 de outubro de 1885.

99º) Desembargador João Antônio de Araújo Freitas Henriques. Nomeado em 16 de março e empossado a 15 de abril de 1886.

100º) Desembargador Joaquim da Costa Barradas. Nomeado em 4 de setembro e empossado a 6 de outubro de 1886.

101º) Conselheiro Francisco José Cardoso Júnior, 1º vice-presidente. Posse a 17 de março de 1887.

102º) Miguel Joaquim de Almeida Pernambuco. Nomeado em 24 de março e empossado a 6 de maio de 1888.

103º) João Policarpo dos Santos Campos, 2º vice-presidente. Nomeado em 12 de janeiro e empossado a 18 de maio de 1889.

104º) José de Araújo Roso Danin, 1º vice-presidente. Posse a 18 de julho de 1889.

105º) Antônio José Ferreira Braga. Nomeado em 22 de abril e empossado a 24 de julho de 1889.

106º) José de Araújo Roso Danin, 1º vice-presidente. Posse a 28 de outubro de 1889.

107º) Silvino Cavalcanti de Albuquerque. Nomeado em 26 de outubro e empossado a 14 de novembro de 1889. Foi deposto a 16 de novembro de 1889, com o movimento da adesão do Pará à República.

Junta Provisória do Govêrno Republicano

Posse a 16 de novembro de 1889: Dr. Justo Chermont, capitão de fragata José Maria do Nascimento e tenente-coronel Bento José F. Júnior.

Governadores do Estado

Nomeados pelo Govêrno da República:

1º) Dr. Justo Leite Chermont. Nomeado a 23 de novembro e empossado a 17 de dezembro de 1889. A 22 de janeiro de 1891, foi nomeado Ministro das Relações Exteriores.

2º) Dr. Gentil Augusto de Morais Bittencourt, 2º vice-governador. Prestou compromisso perante o Conselho Municipal de Belém, a 5 e assumiu no sábado, 7 de fevereiro de 1891.

3º) Capitão tenente Duarte Huet Bacelar Pinto Guedes. Chegou a Belém a 25 de março de 1891, sendo empossado no mesmo dia.

Governadores Constitucionais

1º) Dr. Lauro Sodré, 1º Governador constitucional, eleito pelo Congresso estadual a 23 e empossado a 24 de junho de 1891. Concluiu o govêrno a 1º de fevereiro de 1897. Substituído no período de 23 de setembro de 1891 a 7 de junho de 1892, pelo vice-governador dr. Gentil Bittencourt.

2º) Dr. José Pais de Carvalho. Tomou posse a 1º de fevereiro de 1897.

3º) Dr. Augusto Montenegro. Tomou posse a 1º de fevereiro de 1901. Reeleito por mais um período administrativo

de quatro anos, concluiu o seu mandato a 1º de fevereiro de 1909.

4º) Dr. João Antônio Luiz Coelho. Tomou posse a 1º de fevereiro de 1909. Concluiu o seu mandato a 1º de fevereiro de 1913.

5º) Dr. Eneas Martins. Tomou posse a 1º de fevereiro de 1913. Tendo embarcado para o Rio de Janeiro a 14 de janeiro de 1917, por motivo de grave agitação política, irrompida a 27 de dezembro do ano anterior, que forçou a sua saída do govêrno, transmitiu o cargo ao seu sucessor legal.

Desembargador Augusto Borborema. Assumiu o govêrno por transmissão legal do Dr. Eneas Martins, a 8 de janeiro de 1917.

6º) Dr. Lauro Sodré. Assumiu a 1º de fevereiro de 1917.

7º) Dr. Antônio Emiliano de Sousa Castro. Assumiu a 1º de fevereiro de 1921.

Dr. José Ciriaco Gurjão. Tomou posse em substituição ao Dr. Sousa Castro, a 29 de janeiro de 1925.

8º) Dr. Dionísio Bentes. Assumiu a 1º de fevereiro de 1925. Terminou o quatriênio administrativo a 1º de fevereiro de 1929.

9º) Dr. Eurico de Freitas Vale. Tomou posse a 1º de fevereiro de 1929. A 24 de outubro de 1930, em conseqüência da vitória do movimento revolucionário irrompido no Brasil, entregou o govêrno à Junta revolucionária que o substituiu.

Junta Provisória do Govêrno Revolucionário

Composta dos Srs. Mário Chermont, Abel Chermont e tenente Ismaelino de Castro. Assumiu a 24 de outubro de 1930.

Governador Militar do Estado

Coronel Landry Sales Gonçalves. Chegou a Belém no domingo 26 de outubro de 1930, comandando a Brigada em Operações no Norte.

Junta Governativa Provisória

Tenente coronel Otávio Ismaelino Sarmento de Castro, Capitão de Fragata Antônio Rogério Coimbra e Dr. Mário Midosi Chermont. Essa Junta tomou posse a 28 de outubro de 1930.

Interventoria Militar do Estado

1º) General Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, nomeado Interventor militar do Estado, por determinação do general Juarez Távora, comandante em Chefe das Fôrças em operações no Norte. Tomou posse a 12 de novembro de 1930.

Interventor Federal do Estado

2º) Major Carneiro de Mendonça. Nomeado em 6 de abril e empossado a 12 de abril de 1935.

Governador Constitucional

10º) Dr. José Carneiro da Gama Malcher, eleito pela Assembléia Constituinte do Estado, a 29 de abril de 1935. Tomou posse no sábado, 4 de maio do mesmo ano.

Interventores Federais do Estado

3º) Dr. José Carneiro da Gama Malcher. Não tendo sido confirmado governador, em face do golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, foi nomeado Interventor Federal do Estado, a 24 de novembro do mesmo ano. Deixou essa função a 25 de janeiro de 1943, para assumir o cargo de Presidente do Banco de Crédito da Amazônia.

4º) Dr. Miguel José de Almeida Pernambuco Filho assumiu, na qualidade de Secretário Geral, o cargo de Interventor Federal, a 25 de janeiro de 1943.

5º) Coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. Nomeado Interventor Federal, tomou posse perante o Sr. Ministro da Justiça, no Rio de Janeiro, a 9 de fevereiro de 1943. Chegou

a Belém a 18 e assumiu o govêrno no sábado 20 de fevereiro daquêle mesmo ano.

6º) Dr. João Guilherme Lameira Bittencourt. Tendo o Senhor Coronel Magalhães Barata solicitado exoneração do cargo de Interventor, para desincompatibilibar-se, a fim de disputar as eleições para governador constitucional do Pará, foi o Dr. Lameira Bitencourt nomeado para substituí-lo. Assumiu no dia 29 de outubro de 1945.

7º) General Alexandre Zacarias de Assunção. Assumiu o cargo de Interventor Federal a 30 de outubro de 1945, em virtude dos acontecimentos políticos verificados na véspera, na capital da República, dos quais resultou a renúncia do presidente Dr. Getúlio Vargas.

8º) Desembargador Manuel Maroja Neto. Nomeado pelo presidente da República Dr. José Linhares, a 3 de outubro de 1945. Prestou afirmação e tomou posse do Govêrno a 6 do mesmo mês e ano.

9º) Dr. Otávio Bastos Meira. Assumiu a 9 de fevereiro de 1946.

10º) Coronel José Faustino dos Santos e Silva. Tomou posse a 9 de dezembro de 1946.

Governador Constitucional

11º) Major Luís Geolás de Moura Carvalho. Eleito por sufrágio popular, tomou posse a 11 de março de 1947.

Dr. Antônio Teixeira Gueiros, Vice-Governador. Assumiu o govêrno durante a ausência do major Moura Carvalho, em 27 de julho de 1948. Deixou o exercício do cargo a 13 de agôsto do mesmo ano.

Major Luís Geolás de Moura Carvalho. Reassumiu a 13 de agôsto de 1948.

Em outras oportunidades foi substituído pelo vice-governador, e pelo secretário geral do Estado Dr. Armando Corrêa. Renunciou o cargo a fim de desincompatibilizar-se para disputar o cargo de Senador da República, a 29 de junho de 1950. Também renunciou o vice-governador Dr. Antônio Teixeira Gueiros.

II

ADMINISTRADORES DO MUNICÍPIO DE BELÉM. SENADO DA CÂMARA. CÂMARA MUNICIPAL. INTENDÊNCIA E PREFEITURA DA CAPITAL

1. VEREAÇÕES DE 1628 A 1889

Há nos Arquivos públicos paraenses uma sensível falha de documentos, de peças fundamentais, referentes às primeiras etapas do domínio colonial.

Quando o historiador e geógrafo Antônio Ladislau Monteiro Baena deu comêço às suas pesquisas para ajuntar os dados essenciais à feitura do importante trabalho a que deu o título de *Ensaio Corográfico*, tropeçou num grande obstáculo: a falta de documentos anteriores ao tempo em que o Pará e o Maranhão ficaram dependentes do govêrno geral. (4)

Êsses papéis, segundo a tradição, (5) tinham ido para o Arquivo de São Luís, desencaminhando-se alguns, antes de chegar a êsse destino. Assim, além daquêles preciosos documentos, desapareceram várias relações de estatísticas e as primordiais Cartas Topográficas gerais da Capitania.

Não é de estranhar, por isso, que se desconheçam os nomes do primeiro presidente ou Juiz ordinário e respectivos oficiais do Senador da Câmara de Belém. Um ano decorrido da conquista já os documentos citavam os *Arquivos da Câmara* — prova evidente do funcionamento dêsse poder no regime administrativo da Capitania.

Em 1636, dois decênios decorridos desde a fundação da cidade, o Senado da Câmara tomava parte ativa na nomeação do

Dr. Waldir Bouhid. 1º vice-presidente da Assembléia Legislativa. Assumiu o govêrno do Estado em virtude da renúncia do Major Moura Carvalho a 30 de junho de 1950.

12º) *Alberto Engelhard.* Eleito Governador constitucional, pela Assembléia Legislativa, a 16 de julho de 1950. Tomou posse a 17 do mesmo mês e ano.

Dr. Waldir Bouhid. Assumiu em substituição ao coronel Alberto Engelhard, a 25 de janeiro de 1951, na qualidade de 1º vice-presidente da Assembléia Legislativa, no exercício de presidente. No dia seguinte, em virtude de um levante da Policia Militar do Estado, chefiado pelo major Mauricio Ferreira, foi ocupado o Palácio do Govêrno, e preso o Governador. Diante da situação criada, as fôrças federais tomaram conta da cidade. O Dr. Waldir Bouhid renunciou as funções de Governador.

Desembargador Arnaldo Lobo. Tendo o 2º vice-presidente da Assembléia Legislativa, deputado Porfirio Neto, enviado ofício ao Dr. Arnaldo Valente Lobo, Presidente do Tribunal de Justiça, comunicando-lhe não poder substituir o governador deposto, o Dr. Lobo empossou-se no govêrno, por imperativo constitucional, no dia 27 de janeiro de 1951.

Dr. Abel Nunes de Figueiredo. Eleito presidente da Assembléia Legislativa a 8, assumiu o govêrno do Estado a 9 de fevereiro de 1951.

13º) General Alexandre Zacarias de Assunção. Eleito Governador no pleito eleitoral realizado a 3 de outubro de 1950, tomou posse na terça-feira, 20 de fevereiro de 1951.

Dr. Edward Catete Pinheiro. Como presidente da Assembléia Legislativa, assumiu o govêrno do Estado a 31 de janeiro de 1956. Foi reconduzido no cargo de Presidente da Assembléia, o que lhe permitiu continuar à frente da administração pública, até a posse do governador constitucional, a 10 de junho de 1956.

14º) *General Joaquim de Magalhães Cardoso Barata.* Eleito governador do Estado no pleito de 3 de outubro de 1955, tomou posse no domingo, 10 de junho de 1956.

capitão general do Pará. No ano de 1628 a Câmara de Belém tomava posse da légua de terra que lhe havia sido concedida, em nome de Sua Majestade, pelo governador Francisco Coelho de Carvalho. No Auto de posse, então lavrado, figura o nome de Gregório Pereira, como sendo o Vereador mais velho e o dos oficiais da dita Câmara: João Nunes Fragoso, Aires de Sousa Chichorro, Bernardo Pereira Serrão, Antônio de Oliveira e Francisco Guedes Aranha. E' essa, portanto, a vereação mais antiga de que temos notícia.

Outros manuscritos dão a conhecer os nomes dos vereadores, que serviram no ano de 1666. Eram êles: Bernardino de Carvalho, Manoel Alvares da Cunha, Gaspar da Rocha, Porto Carreiro, Braz da Silva e Manoel Braz. (6)

Pelos Livros de Atas do Senado da Câmara, dos quais o mais antigo data de 1713, podemos reconstituir o quadro de Juízes ordinários, que serviram desse ano até 1722; das Vereações de 1733, de 1752 a 1760 e de 1795 em diante (7)

Juizes ordinários

1713 — André de Oliveira Pinto e Pedro de Seixas Borges. Vereadores: Manoel Cardoso de Abreu, Manoel de Araujo Pestana, Joaquim Rodrigues Coelho e Francisco de Melo Palheta, procurador.
1714 — Manoel de Oliveira Pantoja e Francisco Roberto Pimentel.
1715 — Manoel de Barros e Silva e Vital Maciel Parente.
1716 — Manoel Roiz Chaves e Jacob Correia de Miranda.
1717 — José Antunes da Cunha e Joaquim Bekman Albuquerque.
1718 — André de Oliveira Pinto e José de Sousa Rozendo.
1719 — Francisco Roberto Pimentel e André Furtado de Vasconcelos.
1720 — Vital Maciel Parente e Gaspar de Siqueira.
1721 — Manoel B. e Silva e Diogo Mendes Aragão.
1722 — Joaquim Martins de Azevedo e Pedro Corrêa Seixas.

Senado da Câmara

1733 — Vital Maciel, presidente. Vereadores: Jenônimo Antônio Pimentel, Ângelo Ferreira Pinheiro, André Correia de Moura e José Alvares Gonçalves.

1752 — Antônio Maciel Frois, Luís Francisco Barbosa, João de Farias Gonçalves, Antônio Roiz Martins e Sebastião de Araujo Correia.

1753 — Bento Figueiredo Fernandes, João Batista Pereira, Inácio da Silva Maia, Manoel Machado e Raimundo de Baima.

1754 — Francisco Roiz de Rezende, Romão Loureiro de Oliveira, Antônio de Miranda, Lourenço das Neves e André Roiz Caldas.

1755 — Antônio Ferreira Ribeiro, Manoel Domingos Ferreira, Lourenço das Neves e José Nogueira.

1756 — Sebastião Pinto de Almeida, Marcelo de Alfaia, Lourenço das Neves, Matias da Silva Gaio e Domingos Ramos.

1757 — João Inácio de Berredo Abreu, Sebastião Pinto de Almeida, Marcelo de Alfaia, Matias da Silva Gaio e Domingos Ramos de Sá.

1759 — Feliciano Ramos Nobre Mourão, presidente. Vereadores: João Luís Francisco Barbosa, Feliciano Serrão e José Peres da Silva, procurador.

1760 — José Feijó de Melo e Albuquerque, Amaro Pais de Andrade, Luís Francisco Barbosa e Luís da Cunha.

1795 — Juiz Presidente o dr. Luís Joaquim Matos de Almeida.

1796 — Dr. Luís Joaquim Matos de Almeida, presidente. Vereadores: Antônio Gonçalves Ledo, João Antônio Pereira da Costa, Leandro Caetano Ribeiro, Antônio José Borges de Góis, procurador Manoel de Oliveira Santos e tesoureiro Antônio José Monteiro.

1797 — Dr. Joaquim Pinto de Almeida, presidente. Vereadores: Manoel de Siqueira Queirós, Antônio Pinto de Macedo, Joaquim de Faria Maciel, Manoel de Freitas Dantas e Carlos Francisco de Sousa.

1798 — Francisco Ferreira Ribeiro, João Pereira da Cunha Queirós, Dâmaso de Barros Pereira, Manoel Joaquim Pereira da Cunha e Caetano Jerônimo Rodrigues.

1799 — José Manoel Seabra, Manoel Pereira Lima, Manoel Duarte Gomes, Antônio José Alves Guimarães e Manoel Gomes Pinho.

1800 — Amândio José de Oliveira Pantoja, Domingos Pinheiro Lobo, João Florêncio Henriques, Ivo de Faria e Belchior Vieira de Azevedo.

1801 — Dionísio de Freitas Vasconcelos, Francisco Pedro Andrea, Luís José Serafim dos Anjos Teixeira, Luís João Sabino e Manoel Rodrigues Pendilho.

1802 — Bento de Figueiredo Tenreiro, Antônio Fernandes Álvares de Carvalho, Caetano Alberto Ribeiro, João de Araujo Roso e Francisco Ferreira de Cristo.

1803 — Paulo Fernandes Beleu, João Pereira da Cunha Queirós, Bento Garcia Galvão de Haro Farinha, Domingos José Frazão e Bernardo José Peres.

1804 — Francisco Pereira de Sousa, José Gomes do Amaral, Miguel Garcia Galvão de Haro Farinha, Jerônimo José do Vale Guimarães e Joaquim de Almeida Coelho.

1805 — Francisco Gomes do Amaral, Lourenço Antônio de Oliveira Pantoja, José Vasques da Cunha Castilho, João Batista Antunes Pereira da Serra e João Pedro Ardassa.

1806 — Antônio Bernardo Cardoso, Francisco Ferreira Ribeiro, Jerônimo José do Vale Guimarães, Belchior Luís Gomes e Joaquim Tomás Couto.

1807 — Francisco José de Faria, Manoel Gomes Pinto, Hilário Casemiro Seabra, Luís Pereira da Mota e Domingos Luís Lousada.

1808 — João Florêncio Henriques, Anastácio Domingues Pontes, João da Fonseca Freitas, Joaquim José de Figueiredo e José Joaquim dos Santos Braga.

1809 — Serafim dos Anjos Teixeira, Antônio José Monteiro, Bernardino de Oliveira Pantoja, Manoel Fernandes de Vasconcelos e Antônio Roiz dos Santos.

1810 — João de Araujo Roso, João Marcelino Roiz Martins, Joaquim Tomás Correia, Antônio da Silva Neves e Manoel Paulo de Araujo.

1811 — Antônio Bernardino Cardoso, Manoel José Cardoso, João Dâmaso de Barros, José Antônio Pereira Guimarães e Francisco J. Gomes Pinto.

1812 — Bento Garcia Galvão de Haro Farinha, Manoel Jose Roiz, Martinho de Sousa da Cunha, Manoel Martins Pereira e Manoel Luis de Paiva.

1813 — José Roiz de Castro, João Lopes da Cunha, Manoel de Freitas Dantas, Manoel Pinto de Araujo e Joaquim José Lopes Godinho, substituto do alferes Manoel Pinto de Araujo, que deixou de servir na vereação desse ano (8).

1814 — Manoel de Freitas Dantas, Manoel José de Freitas, Francisco Gonçalves Lima, Camilo José de Campos e Antônio Bernardo de Sousa.

1815 — Francisco José de Farias, Manoel Gomes Pinto, Hilário Pedro da Costa, Antônio Rodrigues dos Santos e João Vieira da Rocha. Esta vereação serviu até o dia 27 de abril de 1816.

1816 — Até 11 de maio de 1817. Francisco Ferreira Ribeiro, José Rodrigues Lima, Manoel Fernandes de Vasconcelos, Joaquim Gonçalves do Lago Viana e João Dâmaso Borralho.

1817 — Até 2 de abril de 1818. João Inácio de Oliveira Cavaleiro, João da Fonseca Freitas, José Duarte Roiz, Antônio M. Pereira e Joaquim Francisco Correia.

1818 — Até 20 de abril de 1819. Antônio Bernardo Cardoso, Antônio Pereira Lima, João José Mendes, Antônio Martins Pereira e Luiz Antônio das Neves.

1819 — Até 17 de maio de 1820. Antônio Fernandes Alves de Carvalho, João Felipe Pimenta Pedra Palácio, João Pereira da Cunha Queirós, Manoel Joaquim do Nascimento e Domingos José Martins.

1820 — Antônio José Monteiro, João Ferreira Muniz, João Paulo de Morais Bitencourt, Luis Antônio das Neves e

André José de Amorim Barbosa. De 1815 a 1820 a presidência do Senado da Câmara foi exercida pelo Juiz de Fóra dr. Ricardo da Costa Aguiar de Andrade.

1821 — De 28 de março a 6 de fevereiro de 1822. Dr. Joaquim Pereira de Macêdo, presidente. Vereadores: Antônio Martins Pereira, João Evangelista Bandeira, José Antônio Pereira Guimarães, José Joaquim de Sousa Azevedo e Antônio José Moreira Guimarães.

1822 — João de Araujo Roso, Manoel Gomes Pinto, Antônio José Monteiro, Joaquim Antônio de Sousa e Azevedo e José Inácio.

1823 — *Câmara Constitucional*, empossada a 27 de fevereiro: Pedro Rodrigues Henriques, presidente. Vereadores: José de Araujo Roso, Bento Garcia Galvão de Haro Farinha, João Paulo de Morais Bitencourt, João Antônio Corrêa Bulhão, Francisco Gonçalves Campos, Marcos da Conceição de Oliveira e Sousa, José Joaquim Ribeiro e Miguel Joaquim de Carqueira e Silva, Francisco de Pinho de Castilho, procurador.

A eleição dos vereadores da primeira Câmara constitucional de Belém não foi vista com bons olhos pelos portuguêses. Tanto que a 1º de março seguinte os oficiais lusitanos, tendo à frente o coronel João Pereira Vilaça, promoviam um motim com o fito de substituir os membros da Junta Governativa do Pará. Foram dessa forma, também, depostos os vereadores que tomaram posse a 27 de fevereiro, e seus cargos ocupados por elementos de confiança dos reinóis.

Passou então o Senado da Câmara a ter a seguinte organização:

1823 — Posse a 11 de junho. Manoel José Cardoso, presidente. Vereadores: Martinho de Sousa e Cunha, Antônio Pereira Lima, José Antônio Pereira, José Francisco de Brito, Camilo José de Campos, José Antônio Lopes e Marcelo Antônio Fernandes: procurador, Bernardino José Carneiro da Silva Reis.

A 14 de agôsto de 1823, foram reempossados os Vereadores que haviam sido depostos pelos portuguêses. Passou então o Senado da Câmara a apresentar a seguinte composição:

1823 — Pedro Rodrigues Henriques, presidente: Vereadores: José de Araujo Roso, Banto Haro Farinha, João Paulo de Morais Bitencourt, João Antônio Correia Bulhão, Francisco Gonçalves, Marcos da Conceição de Oliveira e Sousa, José Joaquim Ribeiro e Miguel Joaquim de Cerqueira e Silva, procurador, Francisco de Pinto de Pinho de Castilho.

1828 — Marcelo de Alfaia Lobato, presidente; Vereadores: José Pereira da Serra, Francisco Lobato Correia le Miranda, Manoel João Gonçalves de Figueiredo, tesoureiro; e Salvador Rodrigues do Couto e Pinho, procurador.

Câmara Municipal — Criada de acôrdo com a Lei de 1º de outubro de 1828, que deu organização aos municipios brasileiros.

Vereação de 1829/32: Comendador Ambrósio Henriques da Silva Pombo, presidente; Vereadores: coronel Manoel Sebastião de Melo Marinho Falcão, tenente-coronel Lourenço Lucidoro da Mota, capitão José Batista Camecran, capitão Joaquim Antônio da Silva, tenente João Batista Ledo, capitão Antônio Manoel de Sousa Trovão, João Florêncio Mendes Cardoso e capitão Pedro Carlos Damasceno.

1833/36 — João Antônio Corrêa Bulhão, presidente; Vereadores: João da Ponte e Sousa, Marcelino Manoel Perdigão, Salvador Rodrigues do Couto e Pinho, Vicente Antônio de Miranda, João Valente do Couto e Joaquim Gomes de Oliveira Cavalero.

Essa vereação foi a que tomou parte na sessão de 9 de março de 1835. Estava, nessa época, modificada, visto que com a revolta dos cabanos, vários vereadores haviam sido presos, tendo outros fugido para o interior da Província, alterando sensivelmente a organização primitiva. Foi necessário a chamada de vários vogais, para completar a representação da Câmara. Tanto assim

que, a 26 de julho do ano referido, a vereação apresentava-se com a seguinte composição:

Manoel Vicente de Carvalho Pena, presidente. Vereadores: João Valente do Couto, João Antônio Rodrigues Muniz, Vicente Antônio de Miranda Junior, padre Salvador Rodrigues do Couto de Castilho e José Alberto Ribeiro.

A propósito da atitude mantida pela Câmara nos dias agitados da Cabanagem, assim se expressa um erudito cronista:

> "É digno de notar-se que, apesar das faltas de garantia e das violências a que estavam todos sujeitos, no período anormal que sucedeu ao assassinato do presidente Lobo de Souza, a Câmara constituiu sempre um baluarte de opiniões francas, que não duvidavam profligar os crimes e atentados que então foram cometidos" (9).

1837/40 — Francisco Marques d'Elvas Portugal, presidente. Vereadores: José Pais de Sousa, Carlos Manoel de Sousa Trovão, Joaquim Antônio Alves, João Florêncio Mendes Cardoso e Emilio Pereira Guimarães.

1841/44 — Dr. Marcelino José Cardoso, presidente. Vereadores: dr. Francisco da Silva Castro, José de Nápoles Telo de Menezes, dr. Joaquim Frutuoso Pereira Guimarães, José da Ponte e Sousa e Paulo Maria Perdigão.

Pela Portaria datada de 24 de fevereiro de 1842, assinada pelo dr. Bernardo de Sousa Franco, presidente da Província, foram suspensos do exercício do cargo, além de serem devidamente processados, o presidente e vereadores, doutores em medicina Marcelino José Cardoso, Frutuoso Guimarães e Francisco Castro, e o cidadão João Evangelista Corrêa Chaves, suplente convocado. Assumiu a presidência da Câmara, à vista dessa circunstância, o vereador Paulo Maria Perdigão.

1845/48 — Paulo Maria Perdigão, presidente; Vereadores: Jaime Davi Bricio, Francisco Cândido de Carvalho, dr. José da Gama Malcher, Joaquim Mariano de Lemos, Antônio Manoel de Sousa Trovão, João Henriques de Matos e Francisco José da Silva.

1849/53 — Dr. José da Gama Malcher, presidente; Vereadores: Joaquim Mariano de Lemos, João Cândido Gusmão e Cristo, Antônio de Aguiar e Silva e Antônio José Campelo.

1853/56 — Dr. José da Gama Malcher, presidente; Vereadores: cônego Eugênio A. de Oliveira Pantoja, Joaquim Mariano de Lemos, João Cândido de Gusmão e Cristo, José Ferreira Lisbôa, Izidoro Lourenço de Sousa, dr. Americo de Aguiar e Silva e tenente-coronel Lourenço Lucidoro da Mota.

1857/60 — Dr. José da Gama Malcher, presidente; Vereadores: João Diogo Clemente Malcher, tenente-coronel Lourenço Lucidoro da Mota, Antônio de Souza Azevedo, José Antônio Pereira de Faria, padre Eutiquio Pereira da Rocha, Izidoro Lourenço de Sousa, Antônio Pereira da Silveira Frade e José do O' de Almeida.

1861/64 — Dr. José da Gama Malcher, presidente; Vereadores: Manoel Lourenço da Mota, tenente-coronel Lourenço Lucidoro da Mota, padre Eutiquio Pereira da Rocha, dr. Marcelo Lobato de Castro, Rodrigo da Veiga Cabral, Antônio Pereira da Silva Frade, João Diogo Clemente Malcher e José Joaquim de Lima.

1865/68 — Dr. José da Gama Malcher, presidente; Vereadores: Lourenço Lucidoro da Mota, Manoel Luiz de Azevedo, padre Eutiquio Pereira da Rocha, Raimundo José de Oliveira Pantoja, Rodrigo da Veiga Cabral, cônego Ismael de Sena Ribeiro Neri, Bernardino de Sena Pantoja e João Diogo Clemente Malcher.

Pela Portaria datada de 14 de outubro de 1868, foram pelo presidente da Província, Manoel José de Siqueira Mendes(suspensos das respectivas funções os vereadores dr. José da Gama Malcher, padre Eutiquio Pereira da Rocha, Manoel Luís de Azevedo, cônego Ismael de Sena Ribeiro Neri, Rodrigo da Veiga Cabral e padre Felix Vicente Leão, suplente convocado.

Passou, então, a Câmara a ter a seguinte constituição.

João Diogo Clemente Malcher, presidente; Vereadores: dr. Manoel Joaquim Seabra, cônego Joaquim Antônio da Silva Egnes, major José Joaquim Alves Piranço, tenente-coronel Joaquim Francisco de Araujo Danin, Feliciano de Sousa Azevedo, Lourenço Lucidoro da Mota, Raimundo José de Oliveira Pantoja e Bernardino de Sena Pantoja.

1869/71 — Dr. Camilo José do Vale Guimarães, presidente; Vereadores: dr. Marcelo Lobato de Castro, dr. Antônio Gonçalves Nunes, dr. João Lourenço Pais de Sousa, João Augusto Corrêa, capitão Francisco Henrique da Mota, João Diogo Clemente Malcher, Frederico Carlos Rhossard e Antônio Carlos de Sousa Trovão.

1872/75 — Dr. João Lourenço Pais de Sousa, presidente; Veveadores: Dr. João Raulino de Sousa Uchôa, Antônio Teodorico da Silva Pena, João Olimpio Rangel, José de Deus e Silva, João Augusto Dias Guerreiro, João Diogo Clemente Malcher, Frederico Carlos Rhossard e José Geraldo da Silva.

1876/79 — Dr. João Lourenço Pais de Souza, presidente; Vereadores: dr. João Raulino de Sousa Uchôa, Antônio Teodorico da Silva Pena, João Diogo Clemente Malcher, João Olimpio Rangel, João Augusto Dias Guerreiro, José Geraldo Barroso, Frederico Carlos Rhossard e José de Deus e Silva.

O dr. João Capistrano Bandeira de Melo, presidente da Província, em Portaria datada de 27 de abril de 1876, suspendeu do exercício das respectivas funções e do cargo de presidente da Câmara Municipal os Vereadores: João Lourenço de Sousa, João Uchôa, João O. Rangel, João A. Dias Guerreiro, José Geraldo da Silva, Frederico Rhossard e José de Deus e Silva.. Baseou-se o presidente da Provincia, para impôr a pena de suspensão a êsses sete representantes da cidade, em fatos reputados gravíssimos, averiguados em inquérito regular, e onde, segundo expressões do

govêrno, ficou provado que a Câmara "demonstrou não zelar os dinheiros municipais e concorrer para que algum ou alguns indivíduos se locupletassem com os mesmos.
Resultou, daí, mandar o dr. Bandeira de Melo responsabilizar os ditos vereadores, pela soma desviada. Conseqüentemente, foram chamados os respectivos suplentes para completar o número legal, passando a Câmara a ter esta organização:

Dr. José da Gama Malcher, padre Felix Vicente Leão, Rodrigo da Veiga Cabral, José Evangelista de Faria Maciel, José Batista Ribeiro de Sousa, Antônio Teodorico da Silva Pena, João Diogo Clemente Malcher, dr. Pedro Chermont de Miranda, Antônio Joaquim de Almeida Viana e padre Eutiquio Pereira da Rocha.

1880/83 — Dr. José da Gama Malcher, presidente; Vereadores: Vicente Chermont de Miranda, Antônio Joaquim de Almeida Viana, José Cardoso da Cunha Coimbra, Francisco Leite Chermont, José Evangelista de Faria Maciel, Maximiano Roiz da Silva, Izidoro Raimundo de Castro e Antônio José de Lima Caxias.

1883-86 — Dr. João Diogo Clemente Malcher, presidente; Vereadores: Antônio Pimenta de Magalhães, Carlos Xavier Autran, Bernardino de Sena Lameira, Felipe Augusto de Carvalho, José Aires Watrin, Dr. Joaquim Cardoso de Andrade, Manoel Cantuária Moreira e José Joaquim de Castro.

A 7 de janeiro de 1884, estando o vice-presidente coronel Antônio Pimenta Magalhães em exercício, e nas funções de vereadores os cidadãos Teófilo de Oliveira Condurú e João da Guerra Passos, o presidente da Província, visconde de Maracajú, mandou suspendê-los dos respectivos cargos e responsabilizá-los por faltas que dizia terem cometido. É bem provável, contudo, que a razão dêsse procedimento fôsse apenas de caráter partidário.

1887/89 — Comendador Alvaro Pinto de Ponte e Sousa, presidente; Vereadores: Gaspar de Macêdo Amorim, João Vicente Franco, tenente-coronel Feliciano Ramos Bentes, capitão Manoel Martiniano Caveleiro de Macêdo, Raimundo Nonato Tavares, João Batista Grana, dr. Manoel de Morais Bitencourt, dr. Felipe José de Lima e Antônio José de Lemos.

No mês de novembro de 1889, quando dos sucessos políticos, que redundaram na proclamação da adesão do Pará ao regime republicano, a Câmara Municipal estava sob a presidência do vereador Antônio José de Lemos, tendo sido convocados para substituição os suplentes: dr. Teotônio Raimundo de Brito, dr. Joaquim Vitorino de Sousa Cabral, barão da Mata Bacelar e Ângelo Xavier de Brito.

A Câmara que deferiu o juramento de praxe ao govêrno republicano provisório, a 18 de novembro de 1889, estava assim constituída:

Antônio José de Lemos, presidente; Vereadores: Feliciano Bentes, Guilherme de Miranda, João Grana, Nonato Tavares, Ângelo Xavier, Bartolomeu Menezes, Lima Barata e dr. Gentil Bitencourt.

Foi esta a última vereação da Câmara Muniicpal de Belém, que, criada pela Lei de 1º de outubro de 1828, foi dissolvida pelo Decreto nº 3, de 5 de dezembro de 1889. Durante 61 anos legislou a Câmara para o município. Por mais de meio século contribuiu com as suas modestas rendas para o embelezamento da cidade, procurando solucionar os variados problemas que estavam sob a sua alçada.

Conscientes das responsabilidades que o exercício do cargo lhes impunha, os vereadores belemenses, por mais de uma vez, tiveram de afrontar situações difíceis e perigosas.

Foi assim na fase da Cabanagem, quando a Câmara jamais deixou de legislar e de profligar as violências praticadas, sem o temor das vindictas e das paixões da época.

E, apezar da autonomia com que agiam os presidentes revolucionários, e da intolerância partidária do momento, os vereadores não foram molestados no exercício das suas funções, respeitando-lhes o govêrno o cargo, as deliberações e os protestos.

2. CONSELHO MUNICIPAL

Dissolvida a Câmara Municipal de Belém por decreto nº 3, de 5 de dezembro de 1889, da Junta provisória republicana, foi em seu lugar criado o Conselho Municipal, composto de cinco membros, sendo um dêles presidente, nomeado pelo govêrno do Estado.

A função dos novos vereadores era idêntica à daqueles do regime passado. Todos os assuntos municipais seriam deliberados em Conselho, de acôrdo com a lei de 1º de outubro de 1828, tendo o presidente voto de desempate. O primeiro Conselho municipal, empossado a 9 de dezembro daquêle ano, tinha a seguinte composição:

1889 — Presidente dr. Manoel de Melo Cardoso Barata (nomeado para êsse pôsto em 12 do mesmo mês); Vereadores: dr. Gentil Augusto de Morais Bitencourt, doutor Magno de Araujo, Gonçalo de Lima Ferreira e Inácio Gonçalves Nogueira.

Dêsses, foi mais tarde dispensado a pedido o dr. Gentil Bitencourt, eleito em 1891, vice-governador do Estado.

Em 12 de fevereiro de 1890, o decreto n.º 67, assinado pelo dr. Justo Chermont, então no govêrno, alterou o de 5 de dezembro, dando a denominação de Conselho de *Intendência Municipal* à primitiva Câmara e elevando para sete o número de *vogais*, como passariam a ser chamados os antigos vereadores. De acôrdo com essa reforma, foram nomeados, pelo mesmo decreto 67, os cidadãos:

1890 — Dr. Manoel de Melo Cardoso Barata, presidente: Vogais: dr. Virgilio da Boêmia Sampaio, dr. Antônio Joaquim da Silva Rosado, dr. José da Mata Bacelar, Filadelfo de Oliveira Condurú, Gonçalo de Lima Ferreira, Antônio Delfim da Silva Guimarães e Magno e Silva.

Tendo pedido dispensa do cargo em 22 de março seguinte, foi o dr. Manoel Barata substituído pelo capitão-tenente Artur Indio do Brasil que, em 1891, teve como sucessor o dr. José Coelho da Gama e Abreu, barão de Marajó, e antigo presidente da Província.

1891 — Dr. José Coelho da Gama e Abreu, presidente; Vogais: dr. Teodorico Cicero Ferreira Pena, Gonçalo de Lima Ferreira, Raimundo Joaquim Martins, Dr. Antônio Joaquim da Silva Rosado, Antônio Delfim da Silva Guimarães e Filadelfo de Oliveira Condurú.

3. INTENDENTES

Criada a lei orgânica dos municípios, em 28 de outubro de 1891, — "os municípios do Estado passaram a ser governados por um Intendente, com funções executivas e um Conselho Municipal com funções deliberativas" (10).

Os municípios do interior, segundo as sedes estivessem estabelecidas em cidades ou vilas, teriam os seus Conselhos compostos de seis ou quatro vogais, respectivamente.

O da capital compunha-se de oito, sendo que da primeira competição eleitoral havida a 15 de novembro de 1891, sairam eleitos os seguintes candidatos:

1891/94 — Intendente, dr. Gama e Abreu, barão de Marajó; Vogais: dr. José Antônio Pereira Guimarães, José Marques Braga, dr. Teodorico Cicero Ferreira Pena, Antônio Delfim da Silva Guimarães, Filadelfo de Oliveira Condurú, Cícero da Costa Aguiar e Ramiro da Silva Castro.

1895/97 — Intendente, dr. Antônio Joaquim da Silva Rosado; Vogais: dr. José Antônio Pereira Guimarães, José Marques Braga, coronel Bento José da Silva Santos e José Henriques Cordeiro de Castro.

1898/900 — Intendente, Antônio José de Lemos; Vogais: dr. Virgilio Martins Lopes de Mendonça, major José Antônio Nunes, coronel Sabino Henrique da Luz, dr. Virgílio da Boêmia Sampaio, dr. José Antônio Pereira Guimarães, José Marques Braga, coronel Bento José da Silva Santos e José Henriques Cordeiro de Castro.

1901/903 — Intendente, senador Antônio José de Lemos; Vogais: Dr. Virgilio Mendonça, major José Antunes Nunes, coronel Sabino da Luz, dr. Virgilio Sampaio, dr. Francisco Mariano de Aguiar, dr. Pedro Juvenal Cordeiro, coronel José Leite Chermont e dr. José Luiz Gomes.

1904/906 — Intendente, senador Antônio José de Lemos; Vogais: dr. Mariano de Aguiar, dr. Pedro Cordeiro, coronel José L. Chermont, dr. José L. Gomes, dr. Virgilio Mendonça, coronel Sabino da Luz, engenheiro Inocêncio Holanda de Lima e tenente Raimundo Dias Alberto.

No ano de 1904, em virtude de haver sido reformada a constituição politica do Estado, foi o número de vogais elevado para 12, nos têrmos da Lei n.º 922 de 10 de outubro, sendo em conseqüência dessa modificação eleitos mais 8, que foram: capitão de fragata Antônio D. S. Guimarães, dr. Virgilio Sampaio, tenente-coronel Joaquim Vieira de Miranda, tenente-coronel Joaquim Pereira de Queirós, dr. Pedro J. Cordeiro, major Alipio Lopes Tocantins, monsenhor Domingos Dias Maltez Henriques e coronel Inácio Gonçalves Nogueira.

1910/11 — Intendente, senador Antônio José de Lemos: Vogais:

Reeleitos.

A 12 de junho de 1911, estando a vida politica paraense sèriamente abalada com os acontecimentos partidários de que era figura central o Intendente Antônio José de Lemos, renunciou êste às respectivas funções, sendo substituido pelo vice-presidente do Conselho, coronel Henrique Sabino da Luz, que exerceu o mandato até 5 de dezembro seguinte, quando o dr. Virgílio de Mendonça entrou no exercício do cargo, visto haver sido eleito vice-presidente para o período imediato.

Com o Intendente Lemos, rennciaram os vogais dr. Izidoro de Azevedo Ribeiro, monsenhor Domingos Maltez, Sabino da Luz, Vieira de Miranda, Sabino Silva e Silva Santos.

1913/15 — Intendente, dr. Virgilio Mendonça; Vogais: Sabino da Luz, major Joaquim Danin dos Santos, Sabino Silva, Silva Santos, Vieira de Miranda, dr. Dionisio Bentes, Antônio L. Rodrigues de Sousa, Felipe Augusto de Carvalho (barão de Belém), Augusto Tiago de Sousa, Miguel Ledo e Marcos Antônio Nunes.

Havendo o dr. Virgilio de Mendonça renunciado em 1913, assumiu o cargo de Intendente o vice-presidente do Conselho dr. Dionisio Ausier Bentes. Novamente reformada a constituição politica do Estado, promulgada a 3 de setembro de 1914, foi nomeado pelo governador do Estado, para Intendente Municipal, o dr. Antônio Martins Pinheiro, cuja posse nesse alto pôsto teve lugar no dia 14 do mesmo mês, sendo a sua nomeação datada de 11. De acôrdo com as modificações introduzidas na constituição estadual, os vogais passariam a ser eleitos por sufrágio popular, sendo o Intendente de livre escolha do govêrno.

1916/1919 — Vogais: Dr. Dionisio Bentes, coronel Marcos Nunes, major Miguel Ledo, professor Sabino da Luz, Antônio Loiola, Tiago de Sousa, Samuel Benchimol, Domingos Soares, Felipe A. de Carvalho, Ferreira Teixeira, Marcos Hesketh e Sabino Silva.

1920/1923 — Vogais: Sabino Silva, Tiago de Sousa, Carlos Damasceno, Danin dos Santos, Carvalho Lima, Domingos Soares, Miguel Ledo, Eliezer Levy, Marcos Hesketh, Bezerra Viana e Antônio Loiola.

Êste último, que era maranhense de nascimento, faleceu no dia 16 de dezembro de 1920. Também exerceram o mandato neste período legislativo os vogais: Heráclito Pinheiro e dr. João Evaristo Silva.

1924/1930 — Vogais: Edgard Proença, João Alves Dias, Carlos Damasceno, Miguel Lêdo, Manoel Dacier Lobato e João Augusto do Amaral Menezes. Suplentes: Eliezer Levy, Joaquim Danin dos Santos, dr. Alvaro Norat e Carlos Hesketh.

Além dêstes, exerceram o mandato em vários períodos legislativos os suplentes: Luís Solheiro, Infante de Castro, Evaristo Silva, Geminiano Coelho, Matos Pereira, Carmelino Salgado, Antônio Diniz, Mata Bacelar Junior e Higino Pampolha.

No ano de 1930, um ato da Junta provisório do govêrno revolucionário do Pará dissolveu o Conselho municipal.

Volvendo o país ao regime constitucional, foi a 19 de fevereiro de 1936 instalada novamente a *Câmara Municipal de Belém*, sendo empossados os vereadores que haviam sido eleitos sob as legendas políticas: União Popular do Pará e Partido Liberal do Pará.

1936/37 — Dr. João Guilherme Lameira Bitencourt, presidente; Vereadores: João Ewerton do Amaral, 1º secretário; João Camargo, 2.º secretário; Luís Dias da Silva, José Noronha da Mota, Mário Nepomuceno de Sousa, Wladimir Alves Santana, Luís Araujo, Lusignan F. Dias e Camilo Salgado.

Com a implantação do Estado Novo, criado pelo extinto presidente Getúlio Vargas, a Câmara foi novamente dissolvida, tendo em sua última sessão, realizada a 10 de novembro de 1937, comparecido os vereadores: dr. João Guilherme Lameira Bitencourt, João Camargo, Luís Dias da Silva, João Alves Dias, José Noronha da Mota, Mario Nepomuceno de Sousa, Wladimir Alves Santana e João Ewerton do Amaral.

Foi essa a 43ª sessão da 2ª reunião ordinária da Câmara.

Depois do dr. Antônio Martins Pinheiro, exerceram o cargo de Intendente de Belém os seguintes cidadãos:

Dr. Cipriano José dos Santos,

Dr. Manoel W. Rodrigues dos Santos.

Dr. Antônio Crespo de Castro.

Coronel José Maria Camisão.

Senador Antônio Faciola.

De 28 de outubro a 12 de novembro seguinte, o cargo de Intendente foi exercido pelo dr. José Carneiro da Gama Malcher. Foi substituído pelo padre Leandro Pinheiro. De 24 a 28 de outubro a função esteve com o dr. Ismael de Castro.

O decreto n.º 19.398, de 11 de novembro de 1930, que instituiu o govêrno provisório da República, estabeleceu a dissolução das Câmaras municipais, (11) passando as Intendências à denominação de *Prefeituras*, cabendo aos Interventores a nomeação dos respectivos Prefeitos. A 19 do mesmo mês, em virtude dessa Lei, a *Intendência* passou a denominar-se *Prefeitura Municipal de Belém*.

O padre Leandro Pinheiro foi, em conseqüência dêsse ato, o derradeiro Intendente municipal e o primeiro Prefeito da cidade.

x x x

Concedida a autonomia do município de Belém, nos têrmos da Lei n.º 1.645 de 16 de julho de 1952, foi procedida a eleição para Prefeito da Capital, no dia 27 de setembro do ano seguinte.

Da competição eleitoral, então, travada, saiu vencedor o dr. Celso Malcher que é, na atualidade, o gestor da administração municipal.

NOTAS

(1) Apontamentos tomados a: ANTONIO L. M. *Baena — Compêndio das Eras;* PALMA MUNIZ — *Colonização e Imigração no Estado do Pará;* RAIMUNDO CIRÍACO ALVES DA CUNHA — *Pequena Corografia da Provincia do Pará;* ERNESTO CRUZ — *Belém* — aspectos geo-sociais do municipio.

(2) apont. cit.

(3) Apont. cit.

(4) BAENA — *Ensaio Corográfico sôbre a Provincia do Pará.*

(5) *ob. cit.*

(6) PALMA MUNIZ — *Delimitação Inter Municipal do Estado do Grão Pará.* Tomo IX, dos *Anais* da Bib. Arq. Púb. do Pará, pág. 12.

(7) *Ob. cit.*

(8) *Ob. cit.*

(9) *Ob. cit.*

(10) *Ob. cit.*

(11) A Junta Provisória do Govêrno Revolucionário do Pará, por ato datado de 31 de outubro, já havia mandado dissolver o Conselho Municipal.

CAPITULO DÉCIMO SEGUNDO

I — A EVOLUÇÃO DA MEDICINA — Na Capitania. Na Provincia e no Estado. Epidemias. Hospitais.

1. Epidemia de variola. 1721.
2. Febre amarela. 1850.
3. Cólera morbus. 1855.
4. Peste negra. 1903.
5. Influenza, gripe Espanhola. 1918.

II — SAÚDE PÚBLICA — Serviços médicos mantidos pelo Estado.

1

A EVOLUÇAO DA MEDICINA. NA CAPITANIA. NA PROVINCIA E NO ESTADO. EPIDEMIAS. HOSPITAIS.

SOMENTE no segundo quartel do século XVII, registram as crônica, foi instalada no Pará a primeira instituição destinada a socorrer os enfêrmos. Era a Santa Casa de Misericórdia, oficialmente inaugurada em Belém, a 4 de fevereiro de 1650, mas que «já vinha prestando serviços desde 1619. (1)

Até então, a medicina era — «exercida pelos jesuªtas, que procuravam adotar a prática dos países, (2) com o uso de sangrias e das aplicações térmicas», generalizadas entre os nativos e geralmente bem aceitas.

Data de 1755, a chegada ao Pará dos primeiros físicos, como eram chamados os médicos, integrantes da comissão demarcadora de limites entre Portugal e Espanha. (3) Chamavam-se Daniel Paneli, Antônio de Matos e Domingos de Sousa. (4)

Esclarece o dr. Pena de Carvalho, (5) que entre o período de 1656 a 1732, os documentos existentes nos arquivos não mencionam a existência de outros facultativos no Pará, citando a propósito a Carta da Câmara Municipal de Belém, dirigida a El-Rei d. João V, datada de 16 de agôsto de 1721 — «sôbre a grande falta que aqui se sentia por não haver quem curasse as enfermidades dos habitantes». Acrescentava a Câmara nessa representação:

> «... que se mandasse do reino um médico ciente e experimentado, havendo-se comprometido alguns cidadãos e pessôas principais desta cidade a lhe fazerem o ordenado anual de dez mil cruzados, do dinheiro da

terra (produção agrícola), e que êle começaria a vencer desde o dia em que chegasse a êste pôrto».

Foi nomeado Antônio Prates, médico na côrte, para vir ao Pará curar os doentes. Mas, o físico não veio.

Há notícia de que sòmente em 1733 chegou a Belém o primeiro médico que clinicou na capital, o dr. Antônio Caldeira Sardo Vila Lobos. (6) percebendo o ordenado anual de cem mil réis «— pagos pela Câmara —».

Os médicos que vieram a seguir, segundo os apontamentos fornecidos pelo historiador Manoel Barata, (7) foram êstes: em 1751, dr. Manoel Inácio de Andrade: em 1753, o dr. João de Almeida: em 1783, o dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, médico e naturalista.

Coube a dom Frei Caetano Brandão fundar e inaugurar, no dia 25 de julho de 1787, o Hospital do **Senhor Bom Jesus**, no largo da Sé, Cidade Velha.

AS EPIDEMIAS

1. VARIOLA. 1721

Relata Almeida Pinto, (8) que a primeira epidemia de variola, no Pará, abrangeu o período de 1721 a 1733, sendo arrebatadas milhares de vidas.

Sem meios de defesa para circunscrever o mal que se alastrava assustadoramente, através dos escravos e dos índios, o govêrno empregou todos os meios ao seu alcance para debelá-lo.

E, embora conseguindo fazer declinar a epidemia, não foi possível evitar que, periòdicamente, aparecessem mais casos e mais vítimas. Abnegado foi o trabalho do físico e do cirurgião que, nessa época, constituíam o **Serviço Médico de Assistência**, mantido pelo govêrno colonial.

Em 1796, o número de médicos e cirurgiões havia aumentado. (9) Informa Artur Viana, (10) que diante dos constantes surtos

epidêmicos que sofria a cidade, o Senado da Câmara «— representou ao Governador Martinho de Sousa e Albuquerque, sôbre a necessidade de ser estabelecido um Lazareto em uma das Ilhas da bahia de Santo Antônio, onde obrigatòriamente fizessem quarentena os navios carregados de escravos". Dava mais o Senado da Câmara a informação de que «— nos dois últimos cnotágios um de varíola e outro de sarampo, ainda recentes, haviam sucumbido cem mil pessoas». Não acreditamos em cifra tão elevada, pois, segundo as estatísticas da época, tôda a população da Província não excedia de oitenta mil habitantes. (11)

Para combater a epidemia de varíola, dom Francisco de Sousa Coutinho mandou adotar diversas providências. Entre estas estava a recomendação do uso, nas habitações, de *perfumes* **convenientes**, assim chamados os «— vapores de alcatrão e vinagre». Às pessoas ricas, pedia o governador que mandassem, nas diversas horas do dia, — «pôr nas ruas que lhe ficarem imediatas os perfumes convenientes, para o mesmo fim de corrigir o ar...» (12)

A epidemia de bexigas durou mais de cinco anos, fazendo milhares de vítimas, em tôda a colônia. (13) Anos decorridos, em 1819, reaparecia a varíola, trazida pelos negros cativos, que vinham da África para o Pará. Tomou o governador Conde de Vila Flór medidas que bem caracterizavam o seu interêsse na debelação do mal. Fêz o isolamento dos doentes e vacinou-os.

Porém a epidemia lançava os seus funestos efeitos por tôda parte. Revelam os cronistas do tempo, que dois têrços da população foram afetados pelo mal. Daí ter o govêrno abandonado o uso do lazareto, passando a usar o sistema da desinfecção das ruas. Artur Viana esclarece que as turmas incumbidas dêsse serviço «— usavam o ácido oxymuriático, com o qual produziam fumigações em todos os cantos, processo êste improficuo mas louvável, sob o ponto de vista profilático, porque representava um grande passo, o ataque à epidemia, a luta contra os germens da moléstia, a atividade enfim, ao invés da indiferença de antes». (14)

Belém possuia em 1819, segundo as estatísticas reveladas, 12.500 habitantes. Dêstes sucumbiram vitimados pelo terrível mal cêrca de 2.200.

No ano de 1840, foi a vacina tornada obrigatória. A 24 de fevereiro de 1858, o dr. Francisco da Silva Castro, Inspetor da Saúde Pública, mandou publicar a relação dos facultativos matriculados e residentes em Belém, naquele ano. Eram os seguintes: **Doutores em medicina:** José Ferreira Cantão, Augusto Tiago Pinto, Camilo José do Vale Guimarães, Joaquim Frutuoso Pereira Guimarães, José da Gama Malcher, Antônio José Pinheiro Tupinambá, Américo Marques de Santa Rosa, Joaquim Barata Góis, Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, Marcelo Lobato de Castro, Ricardino Tocantins e Francisco da Silva Castro; **Cirurgiões:** Manoel Monteiro d'Azevedo, Francisco Xavier Pereira de Morais, José Soares de Sousa e Francisco José Nunes; **Farmacêuticos:** João Lopes de Freitas, José Bernardes Rosa, Antônio da Silva Castro, Vicente Tedeschi, Joaquim Mariano de Lemos, Lourenço dos Reis Nápoles e Francisco Xavier de Paiva; **Droguistas:** Luís Bernardes Perdigão Rosa, José Antônio Rebelo, Fabrício Vieira Gomes e José Gusmão do Amaral.

* * *

Os doentes atacados de varíola eram recolhidos e tratados em enfermarias de emergência. Artur Viana relaciona-as. Havia o Lazareto Colonial da Ilha Arapiranga; enfermaria do Tocunduba; enfermaria da Santa Casa e da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e a enfermaria da Rua do Norte, estabelecida na casa de dona Maria Augusta Damasceno.

Com os imigrantes cearenses chegados entre os anos de 1877-79, veio novamente a varíola. Lançou o govêrno mão de novos recursos para debelar a epidemia. As enfermarias existentes não chegavam para as necessidads.

E, então, o govêrno adquiriu mais um prédio para montar novo recolhimento, que ficava na travessa José Bonifácio. Pediu a colaboração dos médicos da capital, para organização de um plano de combate à varíola.

A 20 de janeiro de 1883, estavam reunidos na Câmara Municipal os médicos Antônio Emiliano de Sousa Castro, Joaquim Cardoso de Andrade, Américo Santa Rosa, Jaime Pombo Brício e Joaquim Corrêa de Freitas. Foi então recomendado ao govêrno o uso das seguintes medidas:

1.º) Vacinação e revacinação obrigatória;

2.º) Nomeação de médicos vacinadores em cada distrito, além do comissário vacinador;

3.º) Visitas domiciliárias pelos agentes auxiliares e fiscais da Câmara;

4.º) Seqüestração dos indivíduos atacados da moléstia, enquanto não houvesse epidemia, e no caso de manifestar-se, criação de enfermaria em cada distrito;

5.º) Asseio, limpeza da cidade, das casas particulares e edifícios públicos."

Essas medidas não foram executadas, com o rigor necessário. Daí não terem produzido o efeito esperado.

Durante o período de 14 anos, ou seja de 1851 a 1905, quando apareceram no Pará os sete surtos, epidêmicos da varíola, morreram 5.299 pessôas, de acôrdo com a estatística oficial fornecida pelos cemitérios de Belém.

2. FEBRE AMARELA. 1850

A febre amarela apareceu em 1850, trazida pela barca dinamarquêsa» «Pollux» e a charrua brasileira «Pernambucana».

Foram atacadas 12.000 pessôas, sendo que o número de mortos, naquêle ano, atingiu a 593. Os estrangeiros figuram como os mais atingidos, principalmente os portuguêses, em maior índice.

No período de 56 anos, ou seja de 1850 a 1905, o número de vítimas foi de 5.007.

3. CÓLERA MORBUS. 1885

Apesar das medidas defensivas adotadas no Pará, contra o mal que grassava na Europa, o flagelo chegou a Belém, trazido pela galera portuguêsa «Defensor» que ancorou na bahia do Guajará a 15 de maio de 1855.

A bordo haviam sido registrados numerosos óbitos entre os colonos que vinham para a Amazônia. Não foi reconhecida pelo médico da embarcação a origem do mal que atacava e matava os passageiros de modo fulminante.

Também o médico paraense que visitou a galera concluiu que «— não se tratava de um mal epidêmico e mandou dar livre prática ao navio».

E esclareceu:

«Fui imediatamente examinar a referida galera, e reconheci na realidade que estes infelizes não faleciam de moléstia alguma de caráter maligno ou contagioso, que na viagem aparecera, mas sim morreram a fome, a sêde, e espancados pelo Capitão que, além de dar-lhes péssimo alimento, ainda chegou a tanto a malvadez dêste capitão que êsse mesmo pouco e péssimo que dava, era cozinhado com água salgada.

À vista do deplorável estado em que achei estes passageiros, cobertos de miséria, desembarquei a dita galera, dando-lhe neste pôrto a livre prática».

A revelação dos máus tratos e dos espancamentos sofridos pelos passageiros teve repercussão na provincia. O cônsul de Portugal intrometeu-se no caso, o mesmo fazendo as autoridades provinciais. E enquanto era discutido o procedimento do comandante da galera, o «— **cólera morbus** já estava desembarcado germinando no Arsenal de Marinha, e em caminho para Óbidos».

E apareceu a epidemia, fazendo entre os sete últimos meses do ano de 1855 e os dois primeiros de 1856, um total de 1.052 vítimas, das quais 884 brasileiros e 168 estrangeiros.

O número de atacados em tôda a Província, foi de 12.887 pessoas, tendo falecido 2.786.

4. PESTE NEGRA. 1903

Sabendo do aparecimento da peste em Portugal, e dada a ligação marítima entre êste país e Belém, o govêrno estadual tomou tôdas as medidas ao seu alcance para evitar a possibilidade de qualquer transmissão. Tratou, dêsse modo, de instalar na Ilha Tatuoca uma estação sanitária e colocá-la de modo a fazer proficuamente o expurgo das embarcações. O pôsto foi inaugurado no dia 28 de dezembro de 1899.

Mas a peste, apesar de tôdas as precauções, irrompeu no Pará. Eis como Artur Viana registrou o aparecimento do flagelo. (16)

«No dia 7 de novembro, (17) às 6 horas da manhã, o dr. Américo Campos, inspetor sanitário, comunicou ao dr. Francisco Miranda, diretor do serviço sanitário terrestre, um caso de moléstia suspeita, com sintomas de peste bubônica, observada na sua clínica particular, numa senhora de nome Idalina de Oliveira Cabral, cearense, branca, solteira, de 20 anos de idade, residente à rua de Santo Amaro n.º 71, que vinha de falecer, tendo apresentado no curso de uma pyrexia, um bubão extremamente doloroso, locado na região ingüinal direita».

Outros casos apareceram, sendo de 40 o número de vítimas, das quais 24 nacionais e 16 estrangeiros.

5. INFLUENZA — GRIPE ESPANHOLA. 1918

A 3 de outubro de 1918, os jornais de Belém noticiavam que a bordo do vapor «Ceará», ancorado no pôrto do Maranhão, tinham sido constatados 26 casos de gripe benigna, na tripulação. E alertavam a Saúde dos Portos, para as conseqüências do mal que vinha contaminando várias partes do mundo.

Dois dias depois o «Ceará» chegava a Belém, indo a bordo para procederem rigorosa inspeção nos passageiros e tripulantes, os médicos da Saúde dos Portos, drs. Lindolfo Campos e Acatauassú Nunes, e os do Serviço Sanitário do Estado, (18) drs. Sá Pereira, Mário Chermont, Apio, Medrado, Pernardes Rutowitz, Ciríaco Gurjão e Albino Cordeiro.

Dos passageiros visitados, 15 convalesciam; um, porém, estava em estado grave. Permitiu a Saúde dos Portos o desembarque dos passageiros — «depois de rigorosa desinfecção nos mesmos e em suas bagagens e remoção dos doentes, para o Hospital

de São Roque, onde ficaram em tratamento». O navio foi proibido de atracar no cáis, enquanto a carga constante de mercadorias vindas para Belém, era descarregada em alvarengas e desinfectada, o vapor «Bahia», chegado a 9 do mesmo mês trouxe outros doentes. Um dos passageiros de nome Manoel Monteiro de Amoroso Lima, hospedado no Hotel América, faleceu no dia 13, o que levou o Serviço Sanitário do Estado a proceder rigoroso expurgo naquêle estabelecimento.

Mas, a gripe tomou conta de Belém. Os jornais de 20 de outubro noticiavam que mais de 3.000 pessoas estavam gripadas. Todos os Hospitais, Casas de Saúde, ficaram repletos de doentes. A cidade perdeu a sua caracteristica habitaul. Tudo era desolação. Sucediam-se os enterramentos, a tôdas as horas do dia ou da noite. As Farmácias não tinham mais capacidade para atender os doentes. Uma autêntica calamidade pública. Sôbre a epidemia o dr. Lauro Sodré, então governador do Estado, transcreveu na sua Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 7 de setembro de 1919, os seguints comentários do dr. José Ciriaco Gurjão, na época Diretor Geral do Serviço Sanitário:

«Não é a primeira vez que a gripe nos visita; já em anos anteriores a nossa estatística registra casos dessa moléstia, mas não sob a forma nimiamente disseminadora e mortífera como o foi a da última epidemia que nos assolou; como essa não há registro ainda nos anais da nossa cidade. De tal modo a moléstia assume caráter tão diverso da gripe vulgar, que quase sempre existe nas grandes cidades, que muitos higienistas consideram a gripe, que denominam epidêmica, para diferenciá-la da gripe nostras, como sendo originada por um outro germen, que não o bacilo de Pleifer, geralmente admitido como seu agente patogênico. O que é fato é que o seu poder de disseminação é extraordinário e a sua mortalidade elevada. Foi em outubro do ano transato que se constatou o primeiro caso de moléstia entre nós, em um passageiro vindo do Rio de Janeiro, a bordo do vapor «Ceará». A êste seguiram-se outros, em cifras crescentes, até que a epidemia se manifestou em sua plenitude. Logo que foi dos primeiros casos, em reunião efetuada sob vossa presidência, ficaram assentadas algumas medidas, sem demora postas em prática. Assim, instalaram-se diversos postos médicos em zonas afastadas do centro urbano, nos quais eram atendidos todos os doentes que os procuraram, ficando cada médico na obrigação de visitar os doentes no domicílio. Também a êstes doentes seriam fornecidos os medicamentos de que carecessem. Cada pôsto estava sob a direção de um inspetor sanitário e auxiliares. Os nossos Hospitais de isolamento — S. Sebastião e S. Roque — foram adaptados a receber doentes acometidos do mal; e como não bastassem, foi determinada a criação de mais um hospital, que funcionou no Grupo Escolar «Benjamin Constant» e que, instalado no dia 11 de novembro, funcionou até 15 de dezembro. Nestes hospitais foram admitidos 458 gripados, sendo registrados 90 óbitos. A epidemia aumentou no mês de novembro e decresceu e extinguiu-se no mês de dezembro, atingindo nêsses três meses a 757 óbitos a cifra de mortalidade».

FACULDADES E ESCOLA

O dr. Pena de Carvalho relacionou no seu interessante estudo A *Evolução da Medicina no Pará*, as Casas de Saúde, os Hospitais, os estabelecimentos especializados de ensino de medicina, farmácia e odontologia, existentes em Belém, naquela época, dos quais ainda hoje subsistem, com acentuado relêvo na vida cultural e científica do Estado, os seguintes:

Faculdade de Medicina do Pará, que começou a funcionar no prédio onde está hoje instalada, à praça Santa Luzia, no dia 1.º de abril de 1924. Era seu diretor o conceituado médico dr. Camilo Salgado.

A Faculdade de Odontologia, situada à Praça Batista Campos, 17.

A Faculdade de Farmácia, à Avenida Generalíssimo Deodoro, ângulo com a Avenida Braz de Aguiar.

A Escola de Enfermagem «Magalhães Barata», à Travessa José Bonifácio, 527.

HOSPITAIS

Hospital da Santa Casa de Misericórdia do Pará, que teve o seu atual edifício inaugurado a 15 de agôsto de 1900.

Hospital dos Lázaros, em Tocunduba, criado em conseqüência da Lei n.º 10, de 12 de maio de 1838, que determinava fôsse o estabelecimento instalado em lugar saudável e aprazível, porém distante, a fim de que os doentes não pudessem fàcilmente vir à cidade. Estava prevista, porém, a separação dos sexos, e a divisão de tôdas as classes e condições sociais dos doentes. Os que podiam pagavam uma contribuição para o Hospital, calculada de acôrdo com o «estado de sua fortuna». De modo geral, a taxa mínima era de cinqüenta mil réis, excetuados os doentes pobres, que teriam tratamento gratuito. Essa lei foi promulgada pela Assembléia Legislativa Provincial, e sancionada pelo presidente Francisco José Soares de Andréa, que pensou instalar inicialmente o Hospital, na atual Vila de Icoaracy, chamada, então, Fazenda do Pinheiro.

Juntamente com os leprosos, no Tucunduba, viviam internados os loucos. Sòmente com a inauguração do «Hospício dos Alienados», foram separados.

Hospício de alienados «Juliano Moreira», inaugurado com a transferência dos doentes mentais, do Tocunduba, a 27 de agôsto de 1892.

Lazarópolis do Prata, inaugurado em Santo Antônio do Prata, no dia 24 de junho de 1924.

Colônia dos Lázaros de Marituba, à margem da Estrada de Ferro de Bragança, na Vila de Marituba.

Hospital São Sebastião, destinado para isolamento de doentes atacados de doenças contagiosas.

Hospital D. Luiz I, da Sociedade Beneficente Portuguêsa. Data a sua fundação de 26 de setembro de 1854, sendo em 1866, a 31 de outubro, criado o Hospital, que se instalou, inicialmente, no largo da Pólvora. Com a irrupção da febre amarela, criou a Beneficente uma Casa de Saúde especial, localizada na Rua de Santo Antônio, para atender os atacados pelo terrível mal. O atual Hospital D. Luiz I foi solenemente inaugurado a 9 de abril de 1877. Mantém a Beneficente à ilharga do Hospital um estabelecimento hidroterápico, inaugurado a 29 de abril de 1906, onde são aplicados banhos para tratamento especializado.

Hospital da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência. A fundação da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência está ligada à vinda dos capuchos da Província de Santo Antônio, que foram os primeiros religiosos que desembarcaram no Pará, no século XVII. Porém, a assistência aos doentes só teve começo em julho de 1862, com a inauguração das «enfermarias São Roque, Santa Clara e São Ivo». Está hoje transformado num grande Hospital, sob a orientação do dr. Atahualpa Fernandez.

Hospital Marítimo, à Avenida Alcindo Cacela n.º 591. Foi inicialmente denominado «Casa de Saúde Marítima do Pará», que estêve instalada na Praça Batista Campos.

Hospital São Roque.

Hospital Domingos Freire, para os tuberculosos.

Hospital Militar, localizado na Praça Brasil, na área outrora ocupada pelo Esquadrão de Cavalaria do Estado.

Hospital Belém, à Avenida Almirante Barroso, antiga Tito Franco n.º 85.

II

SAÚDE PÚBLICA.

SERVIÇOS MANTIDOS PELO ESTADO

Dois Centros de Saúde — ns. 1 e 2.

Serviços médicos:

De Hidrografia Sanitária
» Exames de saúde
» Doenças transmissíveis
» Enfermagem
» Tuberculose
» Imunisação
» Doenças venéreas
» Polícia sanitária
» Médico legal
» Pré-Natal
» Higiene infantil
» Higiene pré-escolar
» Oto-rino-laringologia
» Higiene de alimentação
» Higiene escolar
» Fiscalização da Medicina e Farmácia
» Malária e anti-culex
» Dispensário de lepra «Sousa Araujo»

Mantém os seguintes Postos médicos:

Dispensário clínico do Pôsto de Higiene do Jurunas
Pôsto Médico de Santa Lúcia

» » do Guamá
» » do Utinga
. » da Cremação
» » da Marambáia
» » de Icoaracy
Sub-pôsto Médico do Matadouro do Maguary
» » » do Outeiro
» » » do Mosqueiro
de Caranamduba.

Serviço Médico no Interior do Estado:

Postos e sub-postos médicos em: Arariuna, Acará, Americano, Anhanga, Ananindêua, Barcarena, Bragança, Benevides, Condeixa, Camará, Curaçá, Capim, Colares, Capanema, Espírito Santo do Tauá, Guaramucú, Irituia, Guamá, Igarapé-Açú, Joanes, Jambú-Açú, João Coelho, Maracanã, Matapiquara, Marapanim, Nova Timbotêua, Ourem, Peixe Boi, Primavera, Pesqueiro, Quatipurú, Santarém Novo, Santana do Bujarú, São João de Pirabas, São Caetano de Odivelas, Santo Antônio do Tauá, São Roberto, Salinópolis, Soure, Tauari, Vila Cariri, Inhangapi, Vigia.

Foram atendidas nos Postos e Sub-postos, 51.094 pessoas e distribuídas 214.918 medicações, no periodo de 1952/53, de conformidade com a estatística fornecida pela Secretaria de Saúde do Estado.

Afora os serviços de assistência médica à população, mantidos pelo govêrno federal e municipal, mantém o SESP um Hospital no município de Breves, com 12 leitos, e um em Santarém com 50 leitos.

Constituem contribuições valiosas em proveito da saúde púbica, e em colaboração com a assistência mantida, eficientemente, pelo Estado.

NOTAS

(1) **Evolução da Medicina no Pará**, Dr. PENA DE CARVALHO. "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará", Fasc. III, 1920, pág. 238.
(2) **Ob. cit.**, pág. 238.
(3) **Ob. cit.**

(4) **Pará Médico**, MANOEL BARATA.
(5) Evolução da Medicina no Pará, obt. cit.
(6) **Ob. cit.**, pág. 239.
(7) MANOEL BARATA, **ob. cit.**
(8) **O Bispado do Pará,** Vol. 5. dos Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará.
(9) Dr. PENA DE CARVALHO, **ob. cit.**
(10) **As epidemias no Pará**, pág. 11.
(11) ARTUR VIANA, **ob. cit.**, pág. 11.
(12) Bando mandado apregoar por dom Francico de Sousa Coutinho.
(13) **doc. cit.**
(14) ARTUR VIANA, **ob. cit.**, pág. 25.
(15) Ob. cit., pág. 25.
(16) **As epidemias no Pará, obt. cit.**, páginas 134/35.
(17) Do ano de 1903.
(18) **"Folha do Norte"** de 5 de outubro de 1918.
(19) **Ob. cit.**, pág. 260.

CAPÍTULO DÉCIMO TERCEIRO

I — ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA — Sociedades emancipadoras.

II — ADESÃO DO PARÁ A REPÚBLICA — Constituição política de 22 de junho de 1891. Eleição do Governador.

III — MUNICÍPIOS PARAENSES — Denominação e instalação.

IV — DISTÚRBIOS PARTIDÁRIOS E MOTINS MILITARES HAVIDOS DEPOIS DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA.

1. Revolta de 11 de junho de 1891.
2. Revolta contra o Senador Antônio Lemos. 29 de agôsto de 1912.
3. Revolta contra o Governador Enéas Martins. 27 de dezembro de 1916.
4. Revolta do 26.º Batalhão de Caçadores, 26 de julho de 1924.
5. Revolta do 26.º Batalhão de Caçadores. 5 de outubro de 1930.
6. Revolta constitucionalista de 6 de setembro de 1932.
7. Acontecimentos políticos de 5 de abril de 1935.

I

ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA. SOCIEDADES EMANCIPADORAS

A emancipação dos escravos foi idéia que agitou os espíritos no Pará, muitos anos antes de sua transformação em lei, pela princesa Izabel.

Relatam as crônicas que na noite de 7 de agôsto de 1869, reuniram-se no Teatro Providência, que ficava no largo das Mercês, 150 pessoas, componentes da *Associação Filantrópica de Emancipação de Escravos*, embora o quadro social contasse na época com 340 adesões.

O autor da idéia da criação da humanitária sociedade foi o dr. Carlos Seidl, que pretendia alcançar o seu objetivo por «meios pacíficos e úteis aos escravos e aos senhores», sem prejuízo ao direito de propriedade.

Naquela noite foi eleita a diretoria da Associação, composta dos abolicionistas: Dr. Marcelo Lobato de Castro, presidente; dr. João Ernesto Paraassú, 1.º secretário; sr. João do O' de Almeida Lima, 2.º secretário. Para a comissão de redação dos Estatutos foram aclamados: dr. Samuel Wallace Mac-Dowell, Henrique Roberto Rodrigues, capitão João de Deus e Silva, Felix José Pereira e Carlos Seidl.

A liberdade dos escravos ficaria dependendo dos fundos econômicos que a Associação obtivesse. Para isso, lembrou o doutor Seidl a criação de uma caixa, onde os escravos depositassem aos domingos, o produto do seu trabalho. Êsse dinheiro, quando fôsse conveniente, seria guardado em estabelecimento bancário, sendo os juros contados em benefício da Associação. Assim que obtivesse

a liberdade, o escravo entrava na posse das suas economias. As mulheres ficava estabelecido o direito da preferência, quando a sociedade tivesse de pagar as Cartas de alforria. Essas as decisões tomadas na primeira reunião.

A segunda, efetuada no dia 31 do mesmo mês, teve diminuta concorrência. Os senhores de escravos não andavam satisfeitos com as atividades do dr. Seidl, e alguns dos seus devotados companheiros de ideal.

O jornal «Diário de Belém» comentando a ocorrência que já estava na bôca do povo, alertava os componentes da Associação, dêste modo:

> «Avante obreiros do verdadeiro progresso. Não arrepieis carreiras se achar o caminho escabroso; não há vitória sem luta. Tereis de combater o interêsse sórdido de uns, o espírito rotineiro de outros e mesmo falta de educação daquêles por cujos interêsses pugnais; porém, com coragem e perseverança a vitória será essa, porque é impossível lutar contra a tendência do vosso século.»

A idéia foi tendo éco nos corações generosos.

No dia 11 de setembro de 1869, na audiência do dr. Juiz Municipal, comparecia um cidadão de nome Baltazar Antônio Ferreira, pretendendo falar ao magistrado. Na véspera, havia sido vendido em hasta pública, pela quantia de seiscentos mil réis, um escravo de nome Pedro. Estivera Baltazar no leilão. E, como lhe facultava a lei, foi levar ao juiz a oferta de mais um mil réis, sôbre a avaliação. Obtida a preferência, concedeu no mesmo momento a liberdade ao escravo, gesto que a todos comoveu. Baltazar Antônio Ferreira pertencia à *Associação Filantrópica de Emancipação de Escravos*.

Geralmente os cronistas que se têm ocupado do movimento abolicionista no Pará, não fazem referências às atividades do dr. Carlos Seidl, e à Sociedade que fundou. No entanto, ambos agitaram o ambiente da época, de tal modo e com tanta dedicação que lembravam a campanha cívica promovida em 1858, pela sociedade libertadora Ipiranga, fundada e dirigida por Antônio Vasconcelos Canabarro. Essa associação costumava reunir-se em

casa de João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, situada à praça d. Pedro II, n.º 50. Os seus sócios escolhiam para isso as proximidades das datas históricas da Província e do Império, a fim de organizarem os programas dos festejos cívicos, com os quais movimentavam a cidade, despertando o entusiasmo e o patriotismo do povo.

Cuidou também essa sociedade, que tinha como secretário o cidadão Manoel Antônio Rodrigues, da libertação dos escravos, idéia que não passou, contudo, do campo das cogitações.

O «Diário do Grão Pará», periódico de propriedade e direção de Frederico Rhossard, costumava publicar interessantes editoriais anunciando fugas de escravos, cujos senhores prometiam tentadoras recompensas a quem os entregassem.

Numa dessas publicações, Raimundo Roiz da Costa, rico proprietário de Engenho, estabelecido no distrito de Muaná, comunicava às autoridades e ao público em geral, que seu escravo de nome Manuel Domingos fugira da sua residência, «— *onde desfrutava da estima da família*», podendo ser identificado pelas «— *profundas cicatrizes que lhe marcavam as nádegas e as pernas*, produzidas por açoites». E como gratificação pela captura oferecia a importância de duzentos mil réis, prova cabal das aptidões do negro ou do ódio do Senhor.

Costumavam também os proprietários oferecer os seus escravos por aluguel a quem os desejassem, publicados no «Diário do Grão Pará» repetidos e atraentes anúncios, onde eram apregoadas as habilidades domésticas e as condições físicas dos cativos, que podiam ser examinados pelos pretendentes antes da conclusão do negócio.

Com a queda do ministério presidido pelo barão de Cotegipe, e a conseqüente ascensão ao poder do gabinete João Alfredo, redobravam de atividades os abolicionistas paraenses, sendo a 5 de abril de 1888, fundada na séde do Grêmio Literário Português a *Liga Redentora dos Cativos da Provincia do Pará*.

A uma hora da tarde dêsse dia, perante os cidadãos que haviam aderido às patrióticas finalidades da Liga, foi eleita a primeira diretoria, composta dos cidadãos: Conselheiro Tito Franco,

presidente; dr. José Cordeiro de Castro, 1.º secretário; sr. João Gualberto da Costa Cunha, 2.º Secretário; drs. José Joaquim de Assis, Américo Santa Rosa, Campos Santos, Manoel Barata, Teotônio de Brito, Nina Ribeiro, Antônio Bezerra, comendador Domingos José Dias e capitão de fragata A. Nunes, conselheiros.

Discutido o programa de ação dos abolicionistas, ficou desde logo deliberado que o dia 13 de maio seguinte seria o escolhido para a extinção completa da escravatura na Província. Uma das primeiras medidas tomadas pelos sócios da Liga, foi a de declararem livres, desde êsse dia, os seus próprios escravos. E, na mesma ocasião, os srs. Lauriano Gil, Antônio Bezerra, Camilo Nobre, Guilherme Cruz, comendador Domingos José Dias e Henrique Santa Rosa assinaram as cartas de libertação de todos os seus cativos.

Êsse nobre gesto calou magnìficamente no coração das famílias paraenses. E, todos os dias a «Província do Pará» publicava extensas relações contendo os nomes dos escravos redimidos expontâneamente pelos seus senhores.

A 11 de abril, prosseguindo os sócios da Liga a sua meritória campanha, era declarada livre da nódoa da escravidão a travessa 7 de setembro, antiga do *Pelourinho*, sendo marcaad a data de 15 para a festa da redenção na referida artéria.

Na mesmo data a Liga Redentora tornava público que, nas travessas João Augusto Corrêa, do Marquês de Pombal e Praça da Independência, não havia mais escravos. Dois dias depois a Sociedade Reação Contra a Escravidão declarava redimida a travessa dr. Morais.

A 15, na praça Saldanha Marinho, hoje da Bandeira, foi colocado festivamente um escudete com a seguinte inscrição:

> «15 de abril de 1888 — A Confederação Abolicionista 17 de janeiro declara livre de hoje em diante esta praça.»

Essa Sociedade era composta de estudantes, muito tendo se esforçado para a redenção dos escravos no Pará.

Continuando a sua patriótica campanha a *Liga Redentora* embarcava a 29 de abril para a vila do Pinheiro atual **Icoaracy,**

a bordo dos *gaiolas* «Marajó», «Tocantins», «Vizeu», «Águia» e várias outras embarcações menores, a fim de declarar livre aquela povoação. Grandes festas foram promovidas pelos excursionistas, desfilando um grande cortejo cívico pelas ruas da localidade, em homenagem aos amigos dos escravos.

A 1.º de maio as Sociedades redentoras declaravam redimidas as ruas da Trindade, Bailique, dos 48, Caetano Rufino, do Alecrim, Carlos Gomes, General Gurjão, Riachuelo, Pedreira, Henrique Gurjão, do Passinho, das Mercês, Santo Antônio, Estrêla, Piedade, São Vicente de Fora, São Braz, da Constituição, da Princeza e da Glória.

O movimento cívico dos paraenses a favor da abolição dos escravos, em sua expontaneidade e vibração, só pode ser comparado ao de São Paulo, que foi o mais intenso e vibrante do Brasil.

Bem cêdo foi iniciada no Pará a campanha contra a nódoa que aviltava a civilisação brasileira. Já em janeiro de 1888, o poeta Ezequiel Freire publicava na «A Provincia do Pará», êstes sugestivos versos, sob o titulo ESCRAVOS:

> «Hoje que os livres irmanam-se
> de luz as almas são ávidas
> guiai as hostes impávidas
> dos «batedores da idéia».
>
> Tendes o mundo, ostentai-vos,
> bradai aos livres: — O espaço...
> Ao crâneo: — Liberta o braço!...
> Ao braço: — Quebra a cadeia!...»

A 18 de fevereiro seguinte, o mesmo jornal noticiava que o barão e a baronesa do Guajará, solenizando mais um aniversário do seu consórcio, restituiam à liberdade todos os escravos que possuiam.

Êsse nobilitante gesto de confraternidade teve, na capital e no interior da provincia, larga repercussão. Daí em diante, muitas famílias, aproveitando a passagem de datas intimas, passaram a festejá-las redimindo os seus cativos.

A atuação de Lauro Sodré nessa fase foi notável. Os seus discursos agitavam os abolicionistas. As suas palavras calavam profundamente no espírito público, agitando-o em favor da redenção dos escravos.

Tão integrado estava o paraense na patriótica campanha abolicionista que, a vitória do Gabinete João Alfredo veio encontrá-lo no término dessa jornada redentora. E, assim que o telégrafo anunciou que a sereníssima princesa dona Izabel havia promulgado às 3 horas e quinze minutos da tarde o decreto número 3.353 declarando livres os escravos do Brasil, o entusiasmo popular não teve mais limites. Imediatamente o presidente da Província, doutor Miguel de Almeida Pernambuco, mandou publicar na imprensa o seguinte edital:

«*Não há mais escravos* — O Exmo. sr. dr. Miguel José de Almeida Pernambuco, presidente desta Província, manda fazer público, para todos os efeitos legais que, segundo comunicação do govêrno imperial, em telegrama de hoje, foi ontem sancionada a lei que declarou extinta a escravidão no Brasil, devendo desde já ser executada. Secretaria da presidência do Pará, 14 de maio de 1888. — **Julio de Melo Filho.**»

A êsse ato oficial seguiram-se os grandes festejos populares

A «Liga Redentora» reuniu-se às 10 horas da manhã, no salão de honra da Câmara Municipal, sob a presidência de honra do dr. Miguel Pernambuco, que estava ladeado pelo governador do Bispado, dr. Siqueira Mendes presidente da Assembléia Legislativa, presidente e secretário da Liga, e da Câmara Municipal de Belém. Formou nessa ocasião uma guarda de honra, discursando os drs. Justo Chermont em nome das Associações beneficentes; dom Macêdo Costa, em nome do clero; e o engenheiro José Agostinho dos Reis, pelo Centro Abolicionista da côrte.

No dia 16 o comércio organisou uma grande passeata cívica, tendo formado em alas 200 trabalhadores negros, que conduziam vistosos e patrióticos cartazes. Encerrando o programa das festas houve, a 20, na calçada da estrada de Nazaré, uma grande e movimentada batalha de flôres, à qual compareceu a sociedade elegante de Belém. Os paraenses haviam, com justiça, correspondido aos anseios da alma nacional, libertando muito antes do áureo decreto os escravos existentes na Província. E, por uma curiosa coincidência, que não é demais repetir, a data de 13 de maio de 1888 tinha sido precisamente a escolhida pelos sócios da Liga Redentora, para ser proclamada definitiva e solenemente a extinção geral da escravatura no Pará. Escolhido êsse dia, os paraenses como quese antecipavam à data que havia de perpetuar, no calendário cívico da pátria, uma das grandes conquistas sociais do século XIX.

II

A ADESÃO DO PARÁ À REPÚBLICA. A CONSTITUIÇÃO POLITICA DE 22 DE JUNHO DE 1891. ELEIÇÃO DO GOVERNADOR.

A campanha abolicionista deu ensejo a que se desenvolvesse na Provincia a propaganda republicana. Das Sociedades redentoras faziam parte muitos cidadãos que não escondiam os seus pendôres democráticos e, que, apenas esperavam melhor oportunidade para combater com maior energia, até o triunfo final, o trono e a senzala.

República e escravidão — no conceito de Lauro Sodré, que nêsse tempo era uma das figuras de maior projeção entre os reformadores, «— eram têrmos antitéticos, fôrças opostas, elementos que se repeliam».

Fazendo alarde de seus propósitos politicos, prometendo livrar o Brasil da nódoa do elemento servil, os republicanos iam ganhando prosélitos, impressionando o espirito público, embora a Provincia estivesse sob o dominio politico de dois poderosos partidos monárquicos: o Liberal e o Conservador. No dia 10 de abril de 1886, o «Diário de Noticias» de propriedade de João Campbell, estampava em suas colunas a seguinte nota:

> «Alguns cavalheiros da nossa sociedade, pretendendo fundar um Clube Republicano nesta capital, reunir-se-ão no próximo domingo à uma hora da tarde na casa n.º 16, sita no arraial de Nazaré e convidam tôdas as pessoas que comunguem dos mesmos principios republicanos a comparecerem a essa primeira reunião».

No domingo 11 de abril, cêrca de duzentos cidadãos enchiam literalmente a residência indicada. A fluência de tantas pessoas gradas ao conclave republicano animou os idealizadores. Foi aclamado o dr. Benvindo Gurgel do Amaral, para presidir essa primeira assembléia democrática. O dr. Justo Chermont, pertencente a tradicional familia paraense e um dos entusiastas do movimento reformador, foi o primeiro a falar. Dissertou sôbre a democracia, pondo em evidência o sistema de govêrno do povo pelo povo. Houve, porém quem propusesse, logo a seguir, a adesão dos republicanos a qualquer dos partidos provinciais que estivesse na oposição, para combater o govêrno. Essa proposta surpreendeu grande parte da assistência. Suscitou comentários, discussão. Porém tudo cessou quando, do meio da assembléia levantou-se um jovem e ardoroso militar, muito conhecido na Provincia pelas suas idéias democráticas, abolicionistas, e pelo arrôjo com que as defendia e propagava entre a sua classe e os seus conterrâneos. Era o tenente Lauro Sodré quem ia falar. As atenções, voltaram-se para êle. De maneira elegante e persuasiva, começou combatendo a proposta. Os republicanos, disse, «— deviam surgir como francos e leais adversários», fora da dependência dos conservadores e liberais. Aplausos ruidosos abafavam os trechos mais eloqüentes da sua oração. Empolgou. Venceu. E o *Clube Republicano* iniciou a sua vida partidária com a sobranceria que era de esperar.

Assinaram o Têrmo de fundação 128 pessôas. No domingo seguinte, já na residência do dr. Pais de Carvalho, à rua S. Vicente n.º 14, foi eleita a primeira diretoria do Clube. O dr. Pais de Carvalho foi o presidente: dr. Gentil Bitencourt, vice presidente; dr. Justo Chermont, 1.º secretário; dr. Borjona de Miranda, 2.º secretário e o sr. José Duarte Bentes, tesoureiro. Nesse mesmo dia foram discutidos e aprovados os Estatutos sociais. O artigo 6.º obrigava a todos os associados uma mensalidade de dois mil réis. A principal reunião porém, foi a 31 demaio. Nessa noite ia ser lido o Manifesto Politico dos republicanos ao povo paraense. Reinava grande curiosidade em tôrno dêsse documento, cuja redação fôra confiada ao tenente Lauro Sodré.

Na hora aprazada, perante grande número de associados, o dr. Pais de Carvalho deu início à sessão. O dr. Justo Chermont levanta-se e procede a leitura dêsse empolgante Manifesto político. Em certos trechos a assembléia interrompia o orador com aplausos calorosos. O dr. Chermont, profundamente emocionado, continuou a lêr:

> «No lugar onde outrora se mantinha ereto o símbolo da monarquia hereditária, há de surgir o estandarte da República eletiva.»

E prosseguia, debaixo de palmas frenéticas:

> «A República, que é o reinado da luz, não pode deixar de ser a aurora da libertação dos nossos concidadãos. Para quebrar o trono do Rei é necessário quebrar o trono dos algozes. Assim, nós opomos a uma monarquia de escravos, a República dos homens livres.»

Quando o dr. Justo Chermont terminou a leitura do Manifesto, o auditório fremia de entusiasmo. Os diretores do Clube, cessada a tormenta de aplausos, apresentaram a proposta da criação de um jornal, órgão dos republicanos, para a propaganda da idéia, na Província. Ficou assentada a emissão de duzentas apólices no valor de cinqüenta mil réis cada uma, para as despesas da instalação. Imediatamente, grande parte dêsse empréstimo ficou subscrito. Quatro meses depois, a 1.º de setembro de 1886, circulava «A República», com redação e oficinas à rua Nova de Santana n.º 32. Trazia a seguinte declaração à guiza de esclarecimento ou programa partidário:

> «Esta fôlha tem por missão principal discutir e sustentar a legitimidade e oportunidade do sistema republicano federativo no Brasil; pugnar dentro da legalidade monárquica, por tôdas as reformas que facilitem o advento da democracia. A linguagem da fôlha será invariàvelmente moderada, cortês, nunca sendo permitido à redação tratar de assuntos individuais. Na parte inedito-

> rial não serão admitidos artigos assinados ou anônimos, quando escritos em linguagem virulenta e insultuosa.»

O preço da venda d'«A República» era de 40 réis. Nas suas páginas vinham diàriamente estampados artigos de propaganda, de orientação política, tudo em linguagem serena, moderada, o que levou certo político provinciano a afirmar que o Clube Republicano Paraense, parecia mais uma agremiação platônica do que mesmo uma sociedade de combate ao regime dominante.

Nas eleições gerais de 1.º de julho de 1886, o Clube apresentou candidato a Vereador o dr. Gentil Bitencourt. Foi distribuído um manifesto ao eleitorado. Porém os liberais e conservadores venceram o pleito.

O revés não arrefeceu, contudo, o ânimo dos republicanos. E, em sessão realizada a 8 do mesmo mês, foi escolhido o dr. Pais de Carvalho para candidato ao lugar vago de deputado.

Na segunda-feira, 9 de agôsto, realizaram-se na Província as eleições gerais. Liberais e Conservadores foram à liça, mais uma vez, sob grande expectativa pública. Havia prognósticos de motim. Os liberais andavam exaltados. E, no dia do pleito, verificaram-se desordens de suma gravidade. A urna da 2.ª Seção, da Sé, foi violada. Os conservadores apontaram como autor da façanha o patriota Francisco Xavier da Veiga Cabral — o Cabralzinho — liberal exaltado. O presidente da Província, dr. João de Araujo Freitas Henriques, em ofício datado de 12 de agôsto, solicitou do Chefe de Polícia amplas informações acêrca do atentado. Queria punir os seus autores.

Mais uma vez os republicanos foram derrotados. Nos anos de 1887 a 1889, o máu fado continuou a perseguir os denodados democratas, nas eleições provinciais. Nas primeiras, os drs. Gentil Bitencourt e Pais de Carvalho, 5 e 4 votos cada um. Nas últimas, tanto o dr. Pais de Carvalho como o dr. Justo Chermont, não alcançaram melhores resultados.

O Clube Republicano continuava, porém, na sua patriótica jornada. Os resultados eleitorais não impressionaram os seus diretores. Prosseguiram na sua propaganda com entusiasmo e fé.

A 14 de novembro de 1889, às 11 horas da manhã, no Paço Municipal, o sr. Antônio José de Lemos, como presidente da Câmara, dava posse ao novo presidente da Província dr. Silvino Cavalcanti de Albuquerque, nomeado por Carta Imperial de 26 de outubro do mesmo ano.

Depois da cerimônia civil, houve na igreja de Santo Alexandre o costumeiro ato religioso. Ainda não haviam cessado as manifestações de regosijo, pela posse do novo delegado da Côrte, quando, no dia 15, às duas horas da tarde, começaram a chegar as primeiras notícias telegráficas da proclamação da República, no Rio de Janeiro. Os boatos tomavam vulto. Dizia-se que vários proeminentes membros do Gabinete Ouro Preto tinham perecido na luta com os republicanos. A cidade ficou em alvorôço.

À noite, o Clube Republicano reuniu-se para tomar providências de caráter político. Nas imediações da séde social, o povo, aglomerado, tecia os mais desencontrados comentários.

O dr. Pais de Carvalho leu em voz alta o texto do telegrama recebido do Rio, com a notícia alvissareira.

Na manhã de 16, os drs. Justo Chermont e Pais de Carvalho conferenciaram com os comandantes das Fôrças militares de terra e mar. Combinaram a atitude a ser tomada, em face da mudança do regime.

Ao meio dia, no quartel do 15º de Infantaria, sediado no arraial de Nazaré (hoje praça Justo Chermont), o Clube Republicano, por seus diretores, assentava com a oficialidade da guarnição militar os meios de estabelecer-se o nôvo sistema político na província paraense.

Ficou deliberado que uma comissão iria ao Palácio, entender-se com o presidente Silvino de Albuquerque.

Efetivamente, cêrca das duas horas da tarde, os drs. Justo Chermont e Pais de Carvalho, e o capitão fiscal do 15.º de Infantaria Marcos Antônio Rodrigues, eram recebidos por aquela autoridade, com quem passaram a conferenciar. Os parlamentares fizeram ver ao representante imperial a impraticabilidade de qualquer resistência, visto os fatos já estarem consumados, e vitorioso o movimento em todo o país.

O dr. Silvino respondeu:

«A minha posição e dignidade mandam-me aguardar outros pormenores sôbre os acontecimentos, que possam acentuar positivamente o estado de coisas atual. Entretanto — concluiu —, serei coagido a ceder à fôrça, esperando contudo que os bons conselhos da prudência inspirem todos os senhores diretores do movimento republicano nesta Província!»

O dr. Pais de Carvalho replicou, imediatamente:

«Os intuitos dos republicanos, senhor presidente, são todos pacíficos. Eu e meus companheiros da diretoria do Clube Republicano continuaremos a envidar esforços para que a sociedade paraense nenhuma comoção sofra com a transição que ora se processa!»

E dito isto, retiraram-se os parlamentares. Na rua, o movimento ganhava ràpidamente grande impulso e entusiasmo. No quartel do 15.º a tropa esperava o regresso da Comissão. A resposta do presidente Silvino correu célere pela multidão. Não era possível ficar à espera de novos pormenores da Côrte, quando a República já era um fato consumado. E, dessa forma, os republicanos tomaram a resolução de forçar a renúncia do presidente lharia e o Corpo Policial iam à frente, com as bandas marciais sôbre o Palácio do Govêrno. O 15.º de Infantaria, o 4.º de Artilharia e o Corpo Policial, iam à frente, com as bandas marciais e peças de campanha. Integrando o imponente préstito militar, marchavam, também, entre os soldados, os diretores do Clube Republicano e, logo atrás, grande multidão, que gritava vivando a República e os próceres do movimento no Pará.

As 3,20 chegava a tropa ao seu destino. O 4.º tomou posição no lado oriental do Palácio. Um oficial republicano intimou o comandante do Corpo de Bombeiros, estendido em linha na parte externa do Quartel, a se render, no que foi atendido.

O dr. Silvino, pálido e nervoso, recebeu os parlamentares. O dr. Pais de Carvalho em rápidas palavras deu-lhe conhecimento da resolução da tropa e povo confraternisados. O presidente mandou redigir um protesto.

Sobe a uma das mesas do salão do dr. Pais de Carvalho e, no meio da maior agitação, entre palmas e vivas, proclama a adesão do Pará à República.

O entusiasmo dos republicanos atinge o delírio. Foi organiazdo um govêrno provisório composto dos cidadãos: dr. Justo Chermont, presidente do Clube Republicano: tenente-coronel Bento José Fernandes, comandante do 4.º de Artilharia; capitão de Fragata José Maria do Nascimento, Inspetor do Arsenal de Marinha.

Na rua o povo aclamava o major João Manuel da Costa, do 15.º de Infantaria, comandante das armas da Província. Em seguida os vencedores saíram em passeata. Percorreram a travessa João Augusto Corrêa, rua Conselheiro João Alfredo e travessa do Passinho até à redação da «A Província do Pará», onde em nome dos manifestantes falou o capitão fiscal do 4.º dr. Antônio Maria de Albuquerque O' Connel Jersey, tendo agradecido o sr. Antônio José de Lemos. Após o seu efêmero govêrno de 53 horas, o dr. Silvino de Albuquerque transferiu-se do Palácio para a casa do seu amigo dr. Sousa Cabral, à praça Dom Pedro II, onde passou a residir.

As primeiras nomeações do govêrno provisório foram estas: para Comandante das Armas, major do 15.º João Maciel da Costa; Chefe de Polícia, 1.º tenente da Armada, Artur Índio do Brasil e Silva; para Comandante do 4.º, capitão de engenheiros Antônio Maria de Albuquerque O' Connel Jersey; comandante do 15.º, capitão Marcos Antônio Rodrigues; secretário do Govêrno, jornalista João Marques de Carvalho, que era secretário da redação da «A Província do Pará».

O Corpo de Polícia foi convertido em Corpo Provisório de Linha, sob o comando do tenente-coronel Raimund Antônio de Miranda, seu antigo comandante. Faltava preencher, porém, a formalidade do juramento. A Junta oficiou à Câmara Municipal de Belém, nêsse sentido. E, no dia 18, à uma hora da tarde, estavam reunidos extraordinàriamente, no Paço da cidade, os seguintes Vereadores: Feliciano Bentes, Guilherme Miranda, João Grana, Nonato Tavares, Ângelo Xavier, Bartolomeu Menezes, Lima Barata e dr. Gentil Bitencourt, sob a presidência do sr. Antônio José de Lemos. Preliminarmente discutiram os Vereadores a atitude que deveria ser tomada ante os sucessos de que fôra teatro a capital, no dia 16. O Vereador Ângelo Xavier manifestou-se pela adesão ao novo regime. Os demais acompanharam-no. Dessa forma, preenchida a formalidade legal, pôde a Câmara não só tomar conhecimento do ofício do govêrno provisório, como nomear uma Comissão composta dos Vereadores Lima Barata, Ângelo Xavier, Feliciano Bentes, Nonato Tavares e Guilherme Miranda, para ir a Palácio, convidar os Membros da Junta a virem prestar juramento.

No largo fronteiro, os batalhões de linha estavam formados para prestar as honras militares. Daí a minutos o Paço municipal regurgitava. O govêrno provisório prestava perante os delegados do povo o juramento republicano:

> «Juro aos Santos Evangelhos e prometo por minha honra, defender o Estado Federal do Pará e a República Federal Brasileira, cumprir e fazer cumprir tôdas as Leis e Decretos do govêrno nomeado por unânime aclamação do povo, Exército e Armada e promover o bem público de acôrdo com os princípios da Democracia, do Direito e da Liberdade quanto a mim couber.»

O dr. Gentil Bitencourt propôs que, em homenagem ao regime vitorioso, fôsse a rua do Imperador denominada República, e a rua da Imperatriz passasse a denominar-se 15 de Novembro. A aprovação foi unânime.

Em seguida desceram todos. Ia ser celebrada na igreja de Santana uma cerimônia religiosa. Os membros do govêrno, Vereadores e demais autoridades compareceram ao ato.

O Clube Republicano, que nesse tempo funcionava à travessa 7 de Setembro n.º 15, foi dissolvido. Antes, porém, dessa deliberação suprema, resolveram os seus componentes encarregar o dr.

Justo Chermont, seu último presidente, da organisação do Partido Republicano. Já o Clube Militar, em sessão de 4 de dezembro de 1889, por proposta do 2.º tenente João Gualberto de Matos, havia deliberado, igualmente, a fundação de um Partido politico no Estado, sob aquela denominação, dando de tudo conhecimento ao govêrno provisório.

E foi como surgiu o Partido Republicano, cujo primeiro diretório compunha-se dos cidadãos: drs. Lauro Sodré, Gentil Bitencourt, Silva Rosado, Manoel Barata, Henrique Santa Rosa, Magno de Araújo e dos militares O'Connel Jersey, Indio do Brasil, Fernandes Panema, Gualberto de Matos, Calheiros da Graça e Sr. Gonçalo Ferreira.

Para a vitória definitiva dos republicanos nada mais era preciso fazer. Estava consolidado o regime no Pará.

III

MUNICIPIOS PARAENSES. DENOMINAÇÃO E INSTALAÇÃO

1. Abaetetuba — Teve origem na aldeia Mortiguara, cujos fundamentos datam, aproximadamente, do ano de 1653. Pela lei n.º 973, de 23 de março de 1880, obteve o predicamento de Vila, sendo instalada, solenemente a 7 de janeiro de 1881.

2. Acará — Freguesia ereta sob a invocação de São José, em 1758. Foi elevada à categoria de Vila, pela lei n.º 839, de 19 de abril de 1875, sendo instalada em 23 de março do ano seguinte.

3. Afuá — Foi primitivamente chamada Ilha Grande de Joanes, capitania concedida a Antônio de Sousa Azevedo, por doação régia de 23 de dezembro de 1665. Passou à categoria de Vila, nos têrmos do decreto n.º 170, de 2 de agôsto de 1890, sendo instalada a 23 do mesmo mês e ano.

4. Alenquer — Primitiva aldeia de Surubiú, missionada pelos capuchos da Piedade. Foi elevada à categoria de Vila em 1758, com a denominação que tem atualmente.

5. Almerim — Antiga aldeia do Parú, fundada e missionada pelo frades capuchos de Santo Antônio, os primeiros religiosos que desembarcaram em Belém, na época da conquista. O Governador e capitão general Francisco Xavier de Mendonça Furtado deu à aldeia o predicado de Vila, com o nome de Almeirim, em 22 de fevereiro de 1758.

6. Altamira — Coube aos jesuitas o trabalho espiritual na área onde se erigiu mais tarde o atual municipio de Altamira, instalado oficialmente a 1.º de janeiro de 1912. A criação do

município data de 6 de novembro de 1915, de acôrdo com a lei n.º 1.234.

7. **Anajás** — Segundo esclarecimentos do dr. Antônio Fernandes Figueira. (1) «Coube ao padre Souto Maior penetrar a aldeia dos Anajás». Teve, originàriamente, o nome de *Mocoões*. A lei n.º 1.216 de 26 de novembro de 1885, deu ao povoado de *Menino Deus de Anajás* a categoria de Freguesia. Foi elevado ao predicado de Vila, pela lei n.º 1.252 de 25 de novembro de 1886.

8. **Ananindeua** — Município criado nos têrmos do Decreto lei n.º 4.405 de 30 de dezembro de 1943, e instalado no ano seguinte. Pertencia, anteriormente, à área patrimonial do município de Belém.

9. **Anhanga** — Foi criado município em face da lei n.º 4.405 de 30 de dezembro de 1943. Instalado no ano seguinte.

10. **Arariuna** — Antigo município de Cachoeira, cujas origens datam do século XVIII. Foi o topónimo mudado para **Arariuna**, pelo decreto n.º 4.405 de 30 de dezembro de 1943.

11. **Araticú** — Com a denominação de Oeiras foi ereto em Vila a 20 de Janeiro de 1758. Passou à denominação atual por determinação do decreto n.º 4.405 de 30 de dezembro de 1943.

12. **Baião** — Teve origem, esclarece Palma Muniz, em 1694, cujas terras foram habilidosamente tratadas e exploradas por Antônio Baião, a mando de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, governador e capitão general do Estado do Maranhão e Grão Pará. A 17 de maio de 1833, foi o lugar elevado à categoria de Vila, com a denominação de *Nova Vila de Santo Antônio do Tocantins*, sendo instalada a 17 de outubro do mesmo ano.

13. *Barcarena* — Município criado nos têrmos do Decreto lei n.º 4.405, de 30 de dezembro de 1943, e instalado no ano seguinte.

14. **Belém** — Fundado por Francisco Caldeira de Castelo Branco a 12 de janeiro de 1616. É a capital do Estado.

15. **Bragança** — Teve origem na Capitania do Gurupí, doada a Gaspar de Sousa e depois a seu filho Alvaro de Sousa.

Do povoado do **Sousa do Caeté**, surgiu a atual cidade de Bragança, a mais importante da zona bragantina.

16. **Breves** — Surgiu da sesmaria concedida a 19 de novembro de 1738, a Manuel Breves Fernandes, pelo capitão general João de Abreu Castelo Branco, e confirmada pelo Rei, a 30 de março de 1740. Obteve o predicamento de Freguesia sob a invocação de N. S. de Santana dos Breves, a 30 de novembro de 1850, sendo a 25 de outubro do ano seguinte, elevada a Vila.

17. **Bujarú** — Criado o município nos têrmos do decreto lei n.º 4.405, de 30 de dezembro de 1943, e instalado no ano seguinte.

18. *Cametá* — Coube ao religioso da Ordem da Província de Santo Antônio, Frei Cristóvão de São José, lançar os fundamentos do atual município de Cametá, no ano de 1625. Sendo erigida em Capitania, por Carta de data de 14 de dezembro de 1634, em favor de Feliciano Coelho de Carvalho, foi a doação confirmada em 1635. Nêsse mesmo ano o donatário deu à vila a denominação de *Vila Viçosa de Santa Cruz de Camutá*. Constitui o mais próspero município do Tocantins.

19. **Capanema** — Tem as suas origens nas terras patrimoniais do extinto município de Quatipurú, na Estrada de Ferro de Bragança. Teve a denominação de **Siqueira Campos**, por fôrça do decreto n.º 68 de 27 de dezembro de 1930. A 31 de março de 1938, voltou à sua primitiva denominação com a qual figurou na divisão territorial do Estado, feita de conformidade com o Decreto n.º 4.405 de 30 de dezembro de 1943.

20. **Capim** — Era o antigo município de **São Domingos do Capim**, assim designado pelo Decreto n.º 236 de 9 de dezembro de 1890, instalado em 1891. Passou à denominação singela de *Capim*, por exigência do Decreto-lei n.º 4.405 de 30 de dezembro de 1943.

21. **Castanhal** — Município criado em virtude da Lei número 600 de 28 de janeiro de 1932. Integrava, anteriormente, a área patrimonial do município de Belém. Sediado na Estrada de Ferro de Bragança.

22. **Chaves** — Antiga aldeia dos **Aruans,** catequisados pelos religiosos da Ordem de Santo Antônio. Teve o predicamento de Vila em 6 de junho de 1755.

23. **Conceição do Araguaia** — Coube ao grande apóstolo Frei Gil de Vila Nova, dar ao povoado o predicado de Vila, em 14 de abril de 1900.

24. *Curralinho* — Povoado ereto em freguesia pela Lei n.º 172 de 30 de novembro de 1850, com a denominação de **São João Batista de Curralinho.** Foi elevado à categoria de Vila pela lei n.º 707 de 5 de abril de 1872.

25. **Curuçá** — Aldeia missionada originàriamente pelos padres da Companhia de Jesus, e elevada à categoria de Vila em 1757, sob a denominação de **Vila Nova d'El Rei.**

26. **Faro** — Aos padres de Nossa Senhora da Piedade coube o trabalho da Missão da aldeia onde moravam os índios Jarundás. Foi elevada à condição de Vila a 27 de dezembro de 1769.

27. **Guamá** — Teve antes a denominação de **São Miguel do Guamá,** sendo elevado à categoria de Vila pela lei n.º 663, de 31 de outubro de 1873.

28. **Gurupá** — Foi Vila em 1639, tendo sido séde do forte de Mariocay, construído pelos holandeses, nos idos da conquista. Atualmente a fortaleza tem o nome de Santo Antônio de Gurupa, constituindo autêntico monumento ligado à formação histórica do Pará.

29. **Igarapé-Açú** — Município criado pela Lei n.º 985 de 26 de outubro de 1906, na antiga séde do núcleo colonial de Jambuaçú. A sua instalação data de 15 de janeiro de 1907.

30. *Igarapé Miri* — Refere o tenente coronel Agostinho M. Gonçalves de Oliveira, no seu interessante trabalho intitulado **Crônica de Igarapé Miri** que êsse município teve fundamento «numa fábrica nacional para aparelhamento e extração de madeiras de construção». Obteve a categoria de Vila pelo Decreto n.º 113 de 16 de outubro de 1843.

31. **Inhangapi** — Com a categoria de povoado constituía parte integrante do município de Belém. Foi transformado em

município por determinação do Decreto estadual n.º 4.405 de 30 de dezembro de 1943.

32. **Irituia** — Ensina Palma Muniz que — «data a origem da séde dêste município da concessão de sesmaria, feita em Carta de data de 16 de dezembro de 1725, a Lourenço Ferreira Gonçalves, antecessor de Lourenço de Sousa Pereira, que no sítio de sua propriedade fundou uma capela com a invocação de N. S. da Piedade, capela que o Bispo dom Frei Miguel de Bulhões erigiu em freguesia em 1754». Foi elevada à categoria de Vila pela lei provincial n.º 534 de 12 de outubro de 1867.

33. **Itaituba** — Informa Domingos Soares Ferreira Pena — «que em 1836, Itaituba era um aldeamento de índios». A lei provincial n.º 290 de 15 de dezembro de 1856, transferiu para Itaituba a categoria de Vila, anteriormente concedida à povoação de **Brasília Legal** .Em conseqüência foi a Câmara Municipal instalada solenemente a 3 de novembro do ano seguinte.

34. **Itupiranga** — Criado o município pela lei n.º 158 de 30 de dezembro de 1948, e instalado no ano seguinte.

35. *João Coelho* — Com o nome de *Santa Izabel,* integrou, anteriormente, a área patrimonial do município de Belém. Foi elevado à categoria de Vila, pela Lei n.º 646 de 6 de junho de 1899. O Decreto estadual n.º 565 de 30 de dezembro de 1931, deu-lhe o predicamento de Vila, sendo instalado solenemente a 2 de janeiro do ano seguinte. Extinto o município nêsse mesmo ano, foi restaurado em 1933. Em face do disposto no Decreto estadual n.º 4.405 de 30 de dezembro de 1943, perdeu o nome primitivo, substituído por **João Coelho.**

36. *Juruti* — Antiga aldeia dos índios *Mundurucús.* Obteve a categoria de Freguesia — «sob a invocação de Nossa Senhora da Saúde, dada pelo govêrno provincial do Pará». Nos têrmos da lei n.º 1.152 de 9 de abril de 1883, foi elevada à condição de Vila.

37. **Marabá** — O município foi instalado a 5 de abril de 1913.

38. **Maracanã** — Aldeia missionada pelos jesuítas com a denominação de *Maracanã.* Deu-lhe Francisco Xavier de Men-

donça Furtado a denominação de *Cintra*, em 1755. Obteve a categoria de cidade por determinação da lei n.º 1.209 de 11 de novembro de 1885. Voltou à primitiva denominação de **Maracanã**, em face da lei n.º 518 de 28 de maio de 1897.

39. **Marapanim** — A lei n.º 802 de 4 de março de 1874, elevou à categoria de Vila a antiga freguesia de Marapanim.

40. **Mocajuba** — Teve como povoado a denominação de **Maxi.** Foi a origem do município de Mocajuba, instalado, depois num sitio de propriedade de João Machado da Silva. A lei n.º 707 de 5 de abril de 1872, deu-lhe o predicamento de Vila, conservando-lhe a denominação atual.

41. **Mojú** — Obteve nos têrmos da lei n.º 14 de 9 de setembro de 1839, a mercê de freguesia, sendo em 1856, em virtude do disposto na lei n.º 279 de 28 de agôsto, elevado à categoria de Vila.

42. **Monte Alegre** — Antiga aldeia missionada pelos padres da Piedade, no século XVII, com o nome de **Gurupatuba.** Foi elevada à categoria de Vila, pelo governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que lhe mudou a primitiva denominação para **Monte Alegre.**

43. **Muaná** — Nos têrmos da Lei n.º 85 de 5 de agôsto de 1895, foi marcado o dia 7 de setembro seguinte para a instalação solene da cidade de Muaná.

44. **Nova Timboteua** — Municipio da zona bragantina, situado no quilômetro 147 da Estrada de Ferro de Bragança. Pertencia à área patrimonial do município de Santarém Novo, depois município de Igarapé-açu. A instalação da povoação de Timboteua foi feita a 1.º de dezembro de 1895. O município atual foi criado em conseqüência do Decreto lei n.º 4.405 de 30 de dezembro de 1943.

45. **Óbidos** — Teve a sua origem na aldeia dos **Pauxis** missionada pelos frades capuchos da Ordem de N. S. da Piedade. Foi ali erguida a fortaleza dos Pauxis. Em 1758, foi a aldeia ereta em Vila, pelo governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, com a atual denominação.

46. *Oriximiná* — Município criado pelo Decreto n.º 1.442 de 24 de dezembro de 1934.

47. **Ourem** — Teve origem na Casa Forte que Luís de Moura edificou no ano de 1727. Ao povoado deu Mendonça Furtado, em 1757, a categoria de Vila sob o orago do Divino Espírito Santo, com a denominação de Ourem, constituindo-a «aquêle ilustre governador com 150 indios, tomados a contrabandistas, e com famílias vindas das ilhas dos Açores, para colonisar o Pará». (2)) O atuai município foi solenemente instalado a 29 de maio de 1762.

48. **Ponta de Pedras** — Esclarece Palma Muniz que êste município teve, primitivamente, o nome de **Mangabeiras,** adquirindo o atual devido — «as pedras que existem no local». Foi fundado em 1737, com a categoria de freguesia, sob a invocação de N. S. da Conceição. A lei n.º 886 de 18 de abril de 1877, deu-lhe o predicamento de Vila.

49. *Portel* — Registram as crônicas quea origem de Portel está ligada a uma aldeia de índios missionada pelos jesuítas, em 1653, com o nome de **Arucará:** Foi elevada à categoria de Vila, em 1758, por Mendonça Furtado, que lhe mudou o nome para Portel.

50. **Pôrto de Mós** — Era a antiga aldeia **Maturú,** missionada pelos capuchos de São José em 1639. A lei de 6 de junho de 1755, deu-lhe o predicado de Vila. Com a denominação de **Pôrto de Mós,** foi a Vila instalada solenemente a 16 de julho de 1758.

51. **Prainha** — Teve antes a denominação de **Outeiro.** Francisco Xavier de Mendonça Furtado deu-lhe em 1758, o predicado de freguesia. A lei n.º 941 de 14 de agôsto de 1879, elevou-a à categoria de Vila.

52. **Salinópolis** — Tinha a denominação de **Salinas** e «data a sua existência do govêrno do capitão general do Maranhão e Pará, André Vidal de Negreiros, que em 1656, mandou estabelecer pelo capitão mór do Pará, Feliciano Corrêa uma atalaia que, por meio de tiros de canhão, avisasse a direção da entrada da Barra de Belém, a fim de evitar os sinistros que tão dificultosa

navegação ocasionava». Obteve a categoria de freguesia em 1871; e, em 2 de novembro de 1882, nos têrmos da lei n.º 1.081, foi elevada a Vila.

53. **Santarém** — Antiga aldeia dos índios **Tapajós**, missionada pelos jesuítas, no século XVII. A fortaleza existente na época da conquista foi mandada construir por Francisco da Costa Falcão. A 6 de junho de 1755, obteve o predicamento de Vila sob o nome de **Santarém.** É um dos mais importantes municípios paraenses.

54. **S. Caetano de Odivelas** — Está êste município em terra onde os esuitas erigiram no século XVII uma Fazenda, a que deram o nome de **São Caetano.** Foi elevada à categoria de Vila por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nos têrmos da lei de 6 de junho de 1755.

55. **S. Sebastião da Bôa Vista** — Município criado pela lei n.º 4.405 de 30 de dezembro de 1943, e instalada no ano seguinte.

56. Soure — Aldeia dos índios **Maruanazes**, obteve o predicamento de Vila no ano de 1757, confirmado pela lei n.º 138 de 9 de novembro de 1847. Foi elavada à categoria de cidade, nos têrmos do Decreto n.º 194 de 19 de setembro de 1890.

57. *Tucurui* — Município criado pela lei n.º 158 de 30 de dezembro de 1948, e instalado no ano imediato. Antiga **Alcobaça.**

58. **Vigia** — Primitiva aldeia, chamada **Uruitá**, foi ali instalado um pôsto fiscal. Daí a denominação de *Vigia*, que ainda tem. Obteve em 1693 o predicado de Vila. Os jesuítas montaram na Vigia o segundo Colégio da Companhia, e edificaram uma suntuosa igreja denominada Nossa Senhora Mãe dos Homens que é, indiscutìvelmente, um dos monumentos religiosos, históricos e artísticos, mais notáveis do Estado.

59. *Viveu* — Elucida Palma Muniz que os franceses «foram os primeiros europeus que pisaram no atual município de Vizeu, quando no século XVII, estabeleceram-se no Maranhão».

Foi elevado à categoria de Vila pela lei n.º 301 de 22 de dezembro de 1856.

IV

DISTÚRBIOS PARTIDÁRIOS E MOTINS MILITARES HAVIDOS DEPOIS DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

1. REVOLTA DE 11 DE JUNHO DE 1891

DEPOIS da proclamação da República, registraram-se no Pará diversas agitações partidárias e alguns motins militares, que perturbaram, por vêzes, a vida pacata da capital.

A rivalidade entre as agremiações politicas que, nos primeiros dias do regime republicano se defrontaram nas lides eleitorais, deixava antever a crise que se esboçava nos horizontes partidários. A competição não era de idéias, de programas, de solução dos problemas sociais e econômicos que afligiam a população; mas, de ódios recalcados, da vontade de galgar as posições administrativas de qualquer modo e por qualquer preço.

Analisando os conflitos politicos que conturbaram o sossêgo da Província, no tempo do Império, vamos encontrar exemplos análogos, entre os grupos partidários que se defrontaram naquela época, e os que iniciavam no Pará a sua existência política, nos primeiros dias da República.

Dentre os acontecimentos de maior repercussão no espírito público, merecem destaque os seguintes:

Estava no govêrno do Estado o capitão-tenente Duarte Huet de Bacelar, em substituição ao dr. Justo Chermont, nomeado Ministro do Exterior, quando irrompeu a 11 de junho de 1891, uma revolta na capital, chefiada por Francisco Xavier da Veiga Cabral — o Cabralzinho —, como era conhecido.

Nêsse dia instalava-se, às 9 horas da manhã, o Congresso constituinte do Pará. Também era comemorado o dia da batalha naval do Riachuelo. A data era, pois, de festa cívica.

Na véspera o govêrno recebera denúncia de que se preparava um motim na cidade, visando a deposição do capitão-tenente Huet de Bacelar e a dissolução da Câmara. Era o que diziam os jornais situacionistas.

Devido as notícias alarmantes que circulavam na cidade, o Corpo de Polícia foi mantido em prontidão. Não obstante essa providência «pouco depois da meia noite o quartel foi assaltado e invadido por um grupo considerável de amotinados sob a chefia do Cabralzinho. Iam armados de terçados, facas e baionetas encabadas em hastes de madeira».

Os soldados da Polícia não ofereceram resistência. Dos depósitos de armamentos e munições foram retirados os necessários. A seguir, os revoltosos, agora em maior número, com a adesão dos policiais, e tendo à frente a banda de música do Corpo, tomaram rumo da estrada de Nazaré, passando pela casa de residência do dr. Vicente Chermont de Miranda, chefe do Partido Democrata, que fazia oposição ao govêrno, prosseguindo na sua vitoriosa marcha até o sítio denominado **Cacaualhinho**, onde iam aguardar a chegada de reforços, do interior. Assim amanheceu o dia 11, com a população em sobressaltos diante dos boatos que davam o movimento como vitorioso.

O Congresso, contudo, foi instalado, na hora estabelecida, apenas guardando o edifício onde ia funcionar, por fôrças federais armadas de metralhadoras. Piquetes de cavalaria partiram para o lugar onde os revoltosos estavam entrincheirados, para o reconhecimento do terreno. Os rebeldes receberam os emissários do govêrno a bala. Das duas às quatro horas da tarde, o combate estêve vivo. Em seguida o 15.º Batalhão de Infantaria, o 4.º de Artilharia, um parque de metralhadoras sob a escolta de 40 marinheiros nacionais, um contingente de bombeiros e o esquadrão de Cavalaria reuniram-se para atacar os amotinados.

O Cacaualinho serviu de campo de batalha para os adversários. A canhoneira **Guarany** atacou os insurretos pelo lado do mar. O combate generalizou-se. Tomou vulto. Batiam-se os democratas e os governistas republicanos, com galhardia e heroísmo. As oito horas da noite, sob uma chuva torrencial, cessava o fôgo. Começaram a aparecer na cidade as fôrças que voltavam da refrega. Trazendo prisioneiros. Vários contingentes foram postos no encalço dos rebeldes, destroçados e vencidos, que se haviam internado no mato.

Como conseqüência imediata da revolta, que tinha como responsáveis os correligionários do Partido Democrata, o Chefe de Polícia mandou suspender até segunda ordem a publicação dos jornais «O Democrata» e «Diário do Grão-Pará», ficando as suas oficinas cerradas, sob as vistas das autoridades policiais. No dia 12, o «Diário Oficial» publicava o seguinte Boletim:

> «Paraenses!
>
> A ordem pública acha-se restabelecida. Os revoltosos batidos pelas tropas legais, fugiram abandonando armas e munições.
>
> Honra aos bravos soldados do 15.º de Infantaria, ao 4.º de Artilharia, à Marinha, ao Corpo de Bombeiros e ao Esquadrão de Cavalaria de polícia.
>
> Viva o Povo Paraense que, em lealdade e valor, colocou-se ao lado do Govêrno e das tropas de mar e terra.
>
> Paraenses! Unâmo-nos pela Pátria, pela Ordem, pela família e pela liberdade».

Num editorial enérgico e veemente «A Província do Pará» de 15 do mesmo mês, pedia ao govêrno a dissolução do Corpo de Polícia, que havia aderido aos revoltosos. E concluía, dêste modo:

> «Fazemos um apêlo supremo à administração do Estado. São graves as nossas frases, porque o assunto impõe-se com solenidade.

Pela ordem, pela dignidade do Povo, pela correta austeridade da farda militar, a bem do sossêgo de tôdas as famílias desta cidade, pedimos ao Exmo. Sr. Governador a dissolução do Corpo de Polícia.

Não ampliamos a fórmula material desta solicitação: englobamos apenas em uma frase as milhares de aspirações criteriosas dos homens honestos:

— A dissolução do Corpo Militar de Polícia é medida inadiável».

O govêrno atendeu o apêlo: e o Corpo de Polícia foi dissolvido no dia 16 de junho. Assim findava a malograda rebelião democrata, chefiada pelo Cabralzinho.

2. REVOLTA CONTRA O SENADOR ANTÔNIO LEMOS. 29 DE AGÔSTO DE 1912.

Ainda não chegou a época para ser analisada com a serenidade precisa a personalidade de Antônio José de Lemos, no cenário político e administrativo de Belém. Como chefe ostensivo de uma agremiação partidária, o seu domínio na esfera política do Estado foi algo de impressionante. Como Intendente Municipal a sua obra foi de um artista, que se esmerava no manejo do buril, com que cinzelava o monumento que atestava a sua capacidade criadora: Belém. Deixou-se seduzir pelas lantejoulas do poder. Os seus áulicos sopravam-lhe nos ouvidos os ditirambos com que se acostumara a viver. Montou no Pará a maior máquina eleitoral da sua época, vencendo as eleições, apontando os representantes do povo, escolhendo os governadores, conduzindo os seus eleitos pela estrada larga do poder e da fortuna.

Os adversários, os lauristas, nunca lhe perdoaram essa supremacia. A sua queda foi o produto dessa luta sem tréguas, sem descanso, que fêz do Pará campo de uma tremenda batalha partidária.

A 29 de agôsto de 1912, deu-se o inevitável. Irrompeu a revolta contra o senador Antônio Lemos, o velho Lemos, como era habitualmente chamado.

Os fatos desenrolaram-se dêste modo:

Para as quatro horas da tarde de 29 de agôsto, estava programado um comício da classe marítima, nas imediações da estátua da República, no tradicional largo da Pólvora. Os discursos pronunciados naquela oportunidade foram inflamados. Os oradores profligavam o procedimento de Lemos, mandando espancar e matar adversários, que tentavam libertar a terra paraense do jugo da oligarquia que o chefe conservador mantinha em suas mãos. Estas eram as palavras usadas pelos dirigentes do comício.

Após a reunião os manifestantes dirigiram-se ao *Café da Paz*, onde outros e numerosos lauristas aguardavam a hora de outro meeting. Saíram, após, em direção à casa de residência do dr. Lauro Sodré, para expressar-lhe a sua solidariedade política.

Foi quando começou o tiroteio entre as pessôas que estavam na redação do diário «A Província do Pará» de propriedade de Lemos, e os manifestantes. Caíram os primeiros feridos, levados a braços, pelo povo, para a Farmácia Demol, hoje Central, onde estavam os drs. Antônio Peryaçú e Pôrto de Oliveira, que socorreram os recolhidos. Fora o combate tomava proporções sérias. Os contingentes de fôrças federal e estadual, mandados ao lugar da luta, para o restabelecimento da ordem, acabaram confraternizando com o povo.

O edifício d'«A Província do Pará», foi incendiado. Alguns membros da Brigada de Defesa, organização formada para combater o lemismo, caíram feridos. Ateado fôgo no jornal, o povo dirigiu-se para a residência de Lemos, à avenida Gentil Bitencourt. Os que lá se achavam dispostos a defendê-la a todo preço, romperam cerrado tiroteio contra os assaltantes. Êstes responderam, estabelecendo-se tremendo combate. Ao fim de algumas horas, os amigos do Senador abandorama a casa que também foi incendiada. Até as carruagens e objetos de uso pessoal do velho Lemos, foram destruídos pelos populares enfurecidos.

Prêso, humilhado, abandonado pelos amigos e lisongeadores de véspera, o outrora poderoso político aortista renunciou a todos os cargos que ocupava. E foi assim que deixou o Pará.

3. REVOLTA CONTRA O GOVERNADOR ENÉAS MARTINS. 27 DE DEZEMBRO DE 1916

O procedimento politico do dr. Enéas Martins, no cargo de Governador do Estado, desagradou a maior parte daqueles que contribuíram para a sua eleição. Êsse descontentamento criou raizes, tomou vulto, inclusive entre a fôrça policial que sob a influência de oficiais de prestígio no seio da tropa, gerou a discórdia politica, que ocasionou a revolta militar de 27 de dezembro de 1916.

O dr. Enéas Martins, sem possibilidade de resistir os que lhe combatiam, refugiou-se no Arsenal de Marinha, de onde renunciou o cargo de Governador. A «Fôlha do Norte» de 16 de janeiro de 1917, publicou uma lista que teria sido encontrada na noite de 27 de dezembro, onde estavam relacionados os nomes de 110 pessôas, que deviam ser **espancadas** e **deportadas**, a mando do governador. Era como tentava vingar-se daquêles que divergiam das suas normas administrativas e partidárias.

De um Boletim espalhado profusamente em Belém, no dia 31 de dezembro de 1916, constava o seguinte:

> «As fôrças revolucionárias, quer as de caráter militar, quer as de caráter civil, asseguram à população que pode continuar tranqüila no exercício da sua vida ordinária. Expulso o dr. Enéas Martins do cargo que enxovalhava e do qual estava indignamente se utilisando para fins de improbidade e para fins de violência contra cidadãos inermes e familias indefesas, ao lado de assassinos e espoliadores conhecidos, que se aparelhavam de nôvo para dominar e oprimir o povo e as fôrças que iniciaram a obra de salvação comum, tem como principal dos seus deveres manter a ordem em tôda a sua plenitude, garatindo aos habitantes da cidade, sem exceção, o gôzo da tranqüilidade de que já estavam privados dentro e fora de seus lares.»

Banido do govêrno pela revolução vitoriosa, o dr. Enéas Martins embarcou com destino à capital da República a bordo do vapor «Minas Gerais», que deixou a habia do Guajará na madrugada de 14 de janeiro de 1917.

4. REVOLTA DO 26.º BATALHÃO DE CAÇADORES. 26 de JULHO DE 1924.

Na noite de 26 de julho de 1924, o 26.º Batalhão de Caçadores sublevou-se em seu quartel situado à praça Justo Chermont, ao lado da Basílica de Nossa Senhora de Nazaré.

Desde o dia 5, em São Paulo, que as fôrças militares daquêle Estado, sob o comando do general Izidoro Dias Lopes, estavam revoltadas, dominando o govêrno e aguardando o pronunciamento das fôrças federais sediadas nas demais unidades da federação.

Não se pode dizer que o 26.º B.C. de Belém estivesse nessa conjuração. Mas, o movimento paulista e o sergipano, êste com domínio total da administração pública, tinha relativa importância com os fatos que se desenrolaram na capital paraense. A simpatia pela causa revolucionária era patente na população. Tôdas as fases da luta eram acompanhadas e discutids na cidade com indisferçável interêsse. Não era de estranhar que êsses fatos também tivessem a sua repercussão simpática no quartel do 26.º B. C. Não existia, contudo, um plano adrede preparado de solidaridade e colaboração com os revolucionários paulistas e sergipanos.

Tanto que os acontecimentos se desenrolaram sem aquela interferência. Naquela noite de 26 de julho, devia embarcar com destino a Óbidos, pelo vapor «Rodrigues Alves», um contingente do referido Batalhão. Corria pela capital o boato de que essa fôrça não seguiria o seu destino. Por que? Ninguém sabia explicar. À hora marcada para o embarque, as famílias das praças destacadas e grande massa popular enchiam as imediações do quartel.

Um soldado em estado de embriaguês atravessa o portão. É admoestado e a seguir recolhido ao xadrez. Contra essa ati-

tude manifestaram-se diversos companheiros do detido, ouvindo-se exclamações generalizadas de:

— «Não pode! Não pode!»

Era a indisciplina que surgia. Logo depois, ouve-se o toque de reunir para o contingente que tinha de seguir para Óbidos. Nesse momento, alguns soldados bradaram:

— «Não embarca ninguém! Ninguém sai daqui!

A indisciplina deu origem à balbúrdia. O Comandante do Batalhão tenente coronel Sousa Castro tentou controlar a situação. Mas, não agiu com pulso forte. Subiu no estrado da engraxataria, e de lá falou aos soldados, pedindo-lhes calma. Foi desrespeitado. Os oficiais presentes, presos. Dominaram os amotinados a situação. No dia seguinte, um domingo, já a Polícia do Estado, preparada para enfrentar os rebeldes, e estes com reduzida munição de guerra, enfrentaram-se. Houve o combate. A fôrça estadual tentou cercar o quartel do 26.º B. C. Teve a iniciativa do ataque. Mas, foi repelida nessa primeira tentativa de contáto.

O 26.º B. C. veio para a rua e com as suas parcas munições enfrentou a fôrça adversa, levando-a de rojão, pela estrada de Nazaré a baixo, até as imediações do quartel de Polícia, situada à rua Gaspar Viana, no Reduto.

Em outros pontos da cidade registravam-se encontros entre legalistas e revoltosos. Êstes, comandados pelo capitão de engenheiros Augusto Assis de Vasconcelos, que aparecera no Batalhão e assumiu o seu comando. Foi um herói autêntico, marchando à frente dos seus comandados, estimulando-os com o seu exemplo, contagiando-os com a sua bravura, indo tombar ferido na avenida Índio do Brasil, e que hoje, numa justa homenagem ao destemido chefe rebelde, tem o seu nome.

A cidade acompanhou emocionada o combate entre a Polícia e o Exército. A falta de munição fêz com que o 26.º B. C. ficasse paralisado, na sua ação ofensiva. Recuou. Dispersou, por fim.

Pagou o capitão Assis de Vasconcelos a sua audácia e bravura, com a própria vida. O local onde tombou ferido está assinalado com uma pedra, tendo ao redor uma corrente de ferro. Na pedra foi esculpida esta legenda:

«Homenagem da Marinha
Nacional ao heróico
Augusto Assis de
Vasconcelos
Comandante do 26.º B. C.
Na Memorável Jornada de 26-7-924».

Outros mortos e feridos teve o Batalhão revoltado. Os que foram presos estiveram recolhidos nos quartéis da fôrça policial, sendo em seguida transferidos para bordo do navio «Itajubá» de onde passaram para bordo do vapor «Rodrigues Alves». Por esse tempo chegou à capital paraense o Destacamento do Norte sob o comando do general João de Deus Mena Barreto, trazendo além de grande fôrça militar, alguns hidro-aviões. Iam ser empregados no combate aos revoltosos do Amazonas, que melhor aparelhados e conduzidos, tinham assumido o contrôle administrativo do vizinho Estado. A expedição Mena Barreto levou a cabo a sua missão, conseguindo restabelecer a ordem e reimplantar a disciplina nas unidades revoltadas.

5. REVOLTA DO 26.º BATALHÃO DE CAÇADORES. 5 DE OUTUBRO DE 1930

No domingo, 5 de outubro de 1930, os jornais matutinos circularam em Belém trazendo farto noticiário sôbre os acontecimentos políticos que se haviam verificado na véspera. Segundo o depoimento dêsses órgãos, pouco antes das 11 horas da noite, foram avistadas no cáis do pôrto algumas pessôas suspeitas que tomaram o rebocador «Wanda». Entre essas estava o 1.º tenente da Fôrça Pública Olímpio Pinto Pampolha. O rebocador pôs-se ao largo, tomando o rumo da fortaleza da Barra, onde estavam depositadas munições e produtos inflamáveis. Atracnado à esca-

dinha da Fortaleza, saltaram os passageiros do rebocador, intimando o soldado do Exército que lá se achava destacado, a entregar-lhes o forte e o material bélico que lá se achava. Como o militar tentasse resistir foi prêso e conduzido para bordo.

A munição foi trazida para a cidade e descarregada na ponte chamada dos imigrantes japoneses, no Curro Velho. Ali foi confiscada pela Polícia, que estava de sobreaviso e acompanhava a ação dos assaltantes. Entre êstes se achavam os senhores drs. Mario e Abel Chermont, e João Jorge Corrêa. Mais tarde foram presos outros suspeitos: o capataz de estiva José Avelino e o desportista Guilherme Costa.

Na noite dêsse domingo, cheio de imprevistos, sensações e sobressaltos, correu a notícia de que grande incêndio lavrava na chácara de propriedade do Intendente Municipal de Belém, senador Antônio Faciola. Era, apenas, um ardil dos interessados, para afugentar as autoridades dos seus postos e mantê-las longe dos acontecimentos que se iriam verificar dai a pouco.

Levantou-se, então, o 26.º Batalhão de Caçadores, de armas em punho. Tomaram os rebeldes a iniciativa do ataque. Mas foram contidos por fôrças policiais e tiveram de retroceder. Quando tentava entrar no quartel da fôrça amotinada, para comungar dos mesmos princípios revolucionários que começavam a agitar o país, foi morto o capitão tenente Eurico de Castilhos França. Fracassando na tentativa de ocupar a cidade e reter a administração pública, os amotinados tomaram o rumo da Estrada de Ferro de Bragança. Para tranqüilizar a população, o Chefe de Polícia mandou distribuir aos jornais esta nota:

«O Chefe de Polícia pede à população que se mantenha calma, pois que a revolução que estalou aqui foi compleatmente dominada. O troço de revoltosos que seguiu pela Estrada de Ferro de Bragança, já chegou a Bragança, não podendo regressar devido a depredação das linhas que êstes mesmos praticaram.

Telegramas recebidos agora informam que a totalidade das Fôrças do Exército, no Distrito Federal, mantem-se fiel ao Govêrno da República, e a Marinha em

todo o território nacional está firme ao lado das autoridades constituídas.

Não há motivo, portanto, para a exploração dos boatos alarmantes espalhados criminosamente, por espíritos facciosos. O Govêrno Federal, apoiado pelo Exército e Marinha, subjugará dentro em breve os pontos do território nacional assolados pelos revoltosos.

Em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul as fôrças federais heròicamente conta as polícias locais.

No Rio Grande do Sul os drs. Getúlio Vargas, Borges de Medeiros e General Paim Filho organizaram fortes fôrças para auxiliarem o Exército Nacional.

Essas informações são absolutamente verdadeiras, provenientes de telegramas recebidos hoje.

A Associação Comercial da Capital Federal, em nome das Associações Comerciais de todos os Estados, acaba de protestar solidariedade ao Presidente da República no Palácio do Catete.

Belém, 7 de outubro de 1930.»

O movimento revolucionário no Sul do Brasil caminhava a passos largos. No dia 11 de outubro, seguinte, chegava a Belém a bordo do vapor «Itapecurú», da Companhia Costeira, o dr. José Pires Sexto, Governador do Maranhão. Naquêle Estado havia irrompido um movimento revolucionário, que tinha alcançado seus objetivos.

Na segunda-feira 20 de outubro, chegavam presos o 1.º tenente Otávio Ismaelino Sarmento de Castro, comandante dos sediciosos do 26.º B.C., sargento Gonçalo Castelo Branco Leão, comissionado no pôsto de tenente, e o poeta Abguar Bastos, afora outros vinte rebeldes, capturados pela Fôrça Pública, comandada pelo 2.º tenente João Evangelista Filho. Vinham de Bragança. Outros rebeldes tinham tomado o rumo de Maranhão.

Com a vitória da revolução a 24 de outubro, o Govêrno do Estado passou às mãos dos revolucionários paraenses. A frente estava o tenente Ismaelino de Castro, que dias antes chegara a Belém, sob escolta, prêso.

6. REVOLTA CONSTITUCIONALISTA DE 6 DE SETEMBRO DE 1932

Na tarde de 6 de setembro de 1932, as autoridades civis e militares e grande massa de povo aguardavam no cáis do pôsto a chegada do vapor «Poconé» que conduzia os rebeldes de Óbidos. Às seis e meia da tarde, foi ouvido um estampido disparado das imediações do Quartel da Guarda Civil, situado na rua Gaspar Viana. Ao primeiro sucederam-se outros disparos. Cêrca de duzentos homens entre estudantes, operários e comerciários, tomavam de assalto, nesse momento, o edifício da Guarda Civil, enquanto outros grupos passavam a agir em diferentes pontos da cidade. Foi tomado o prédio da Estação Central de Polícia, e iniciados ataques ao Corpo de Bombeiros, Cadeia de São José e Quartel General. Êsse movimento era de caráter constitucionalista, de apoio, portanto, aos revolucionários de São Paulo.

De posse de pontos estratégicos, e contando com a adesão de numerosos civis e de alguns elementos do contingente que estava em organização no 26.º B.C. para seguir para o sul da República, os revolucionários trataram de organizar a defesa dos pontos conquistados nos primeiros momentos da luta.

Por êsse tempo o major Magalhães Barata, Interventor Federal, recebia em sua residência a adesão de numerosos amigos e correligionários, que se ofereciam para combater os rebeldes. Êstes tinham como principais organizadores do movimento os estudantes Eldorf Moreira, Solerno Moreira Filho e João da Costa Botelho. Vários contingentes foram organizados pelo Govêrno para o restabelecimento da ordem. A luta, porém, entre as duas facções foi árdua, longa e heróica.

E só cessou às 9 horas da manhã do dia 7, quando o quartel da Guarda Civil foi tomado de assalto.

Morreram em conseqüência do combate havido os guardas civis João Navarro Estoril, Acilino Corrêa de Araújo, comerciante Antônio Lopes Fernandes, o comerciário Fernando Peres e o estudante Paulo Cícero de Azevedo Teixeira. A propósito dêsses sucessos que tanto alarmaram a população da capital, o gabinete da Interventoria Federal forneceu à imprensa a nota seguinte:

> «Ontem, às primeiras horas da noite, quando a população belemense se preparava para asesistir ao desembarque dos rebeldes de Óbidos, que viajavam presos no vapor «Poconé», foram detonados vários tiros partidos das cercanias do antigo quartel do Batalhão de Infantaria. As autoridades de Polícia, acorrendo ao local de onde partiram os disparos, não mais conseguiram ali chegar, pois ao que se sabe, um sargento da antiga Fôrça Policial, secundado por um grupo de paisanos, tinha penetrado de chofre na sede da Corporação da Guarda Civil, e, aproveitando-se da ausência do respectivo comandante, bem assim do espírito desprevenido dos guardas, implantou a indisciplina, e, com esta, a sublevação da referida guarda.
>
> Ato contínuo, os amotinados atacaram a Estação Central de Polícia, dando soltura a diversos presos, entre outros a dois sargentos do Exército, que ali se encontravam detidos.
>
> A êsse tempo, o sr. Interventor Federal, major Magalhães Barata, tomava em pessoa as providências que o momento exigia, por forma a não permitir que os sublevados pudessem alcançar os seus objetivos, como efetivamente sucedeu quando pretenderam atacar a Cadeia pública de São José, cuja guarda os repeliu com vigor, sendo os atacantes, com o acadêmico João Botelho à frente, mais tarde presos pela fôrça do Govêrno que guarnecia a rua Gaspar Viana.
>
> Prestigiado pela população, que afluiu em massa à sua residência, e com o apoio unânime das fôrças do Exército, Marinha, Corpo Municipal de Bombeiros e 1.º

Batalhão de Polícia, em organização. S. Excia., estabeleceu o cêrco dos amotinados na Guarda Civil, para determinar a rendição incondicional dêstes ou a sua submissão pelas armas caso aquela não se verificasse em curto prazo.

O Govêrno expede a presente Nota no intuito de informar de pronto a população que pode ficar tranqüila e certa de que a ordem será assegurada e dominado o movimento sedicioso de ontem à noite, sem expressão nem finalidade.»

2. ACONTECIMENTOS POLÍTICOS DE 5 DE ABRIL DE 1935

Sete deputados eleitos pela legenda política do Partido Liberal do Pará, de que era Chefe o então major Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, abandonaram essa agremiação, indo aliar-se com os nove eleitos pela Frente Única Paraense, constituindo dêsse modo a maioria da Assembléia Constituinte, a quem cabia eleger o Governador do Estado e os Senadores que representariam o Pará, no Senado da República.

Em conseqüência dessa atitude, e para evitar as represálias dos liberais, os deputados dissidentes e os da Frente Única pediram asilo no Quartel da 8.ª Região Militar, o que não lhes foi negado.

A Assembléia Constituinte fôra convocada para uma reunião à tarde de 5 de abril de 1935, quando seriam eleitos o Governador e os Senadores. A cidade vivia horas de intensa expectativa. Um Boletim espalhado profusamente dizia o seguinte:

«Povo Paraense! Hoje às 13 horas (uma hora da tade), todo mundo em frente ao Palácio do Govêrno. Povo, o teu ídolo está eleito para honra e glória do Pará. Ninguém poderá dizer o contrário, o Exm.º Sr. Major Magalhães Barata é e será Governador do Estado, custe o que custar, e os traidores bandidos ajustarão contas conosco. O Govêrno Federal acaba de se congratular

com S. Excia. o major Magalhães Barata, pela sua eleição e posse no Govêrno constitucional. Agora, vamos nós, paraenses dignos prestar a grande guarda de honra ao amigo do povo e mostrar aos cabotinos Sousa Filho, Chermont, Camarão, Maranhão, etc., que acima de tudo está a soberania popular e a honra do paraense digno. Castiguemos os miseráveis.

Viva o major Barata.

Viva o Brasil revolucionário! — O Diretório do Comité Acadêmico Liberal.»

A frente do edifício do Quartel General, na Praça da Bandeira, estava postada uma Companhia do 26.º Batalhão de Caçadores. Destinava-se à proteção dos deputados asilados, que iam anular, na Assembléia, a eleição anteriormente feita do major Magalhães Barata para Governador do Estado, alegando a ilegalidade da convocação e da reunião.

As 3,40 da tarde, agitou-se o povo aglomerado na área fronteira ao Quartel General. É que iam sair os nove deputados dissidentes do Partido Liberal e os sete da Frente Única. O comandante da 8.ª Região, general Melo Portela, havia solicitado o comparecimento do desembargador Dantas Cavalcante, presidente do Tribunal Regional Eleitoral, para acompanhar os deputados à Câmara. O dr. Cavalcante atendeu à solicitação, e dispôs a acompanhá-los, tentando com o prestígio do seu cargo de magistrado livrá-los de qualquer atentado. Porém, assim que os deputados iniciaram a marcha para o edifício onde funcionava a Assembléia, o povo prorrompeu em váias, generalisando-se um grande conflito, com disparos de armas, de lado a lado. Momentos de pânico foram então, registrados. Diversos deputados e populares e soldados caíram feridos. A fôrça fêz uso das baionetas. Foi então, logo após estas cenas lamentáveis, distribuído na cidade um Boletim firmado pelo major Magalhães Barata, explicando e definindo o seu procedimento, diante do que ocorrera:

«Povo Paraense! Levado pelo imenso amor que voto ao meu Pará e ao seu querido povo, a fim de evitar

derramamento de sangue e atendendo as patrióticas sugestões do Exmo.º Sr. General Comandante da Região Militar, apresentei como candidato de conciliação, para o cargo de Governador constitucional, primeiramente o nome do dr. João Lameira Bitencourt. Meus adversários recusaram. Lembrei ainda o nome do caiptão Luiz Geolas de Moura Carvalho. Recusaram. Assegurei que respeitaria entrada dos deputados dissidentes, do que resultaria a dualidade de Assembléias, no propósito de aguardar a solução da Justiça Eleitoral. Recusaram novamente forçando assim o Exm.º Sr. General, pelo império do seu dever, a dar-lhes fôrças necessárjas para garanti-los Então, pessoas adrede preparadas atiraram contra o povo, que reagiu visando loucos traidores, responsáveis pela situação que nossa cidade atravessa, havendo feridos de um e outro lado.

Rogo calma aos meus concidadãos!

Como soldado tenho de obedecer as ordens do Exmo. Sr. Presidente da República, do qual S. Excia. o sr. General é o esclarecido cumpridor. Calma, meus concidadãos! Calma! Viva o Pará! Viva o Povo Paraense! Major Magalhães Barata, Governador constitucional do Pará.»

Em conseqüência dêsses graves acontecimentos, foi nomeado pelo Sr. Presidente da República, Interventor Federal, o major Carneiro de Mendonça, que conseguiu pacificar os ânimos. A maioria da Assembléia Constituinte elegeu, então, Governador do Estado o dr. José Malcher, e senadores o dr. Abel Chermont e professor Abelardo Condurú.

NOTAS

(1) O PADRE ANTONIO VIEIRA — *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* — Tomo especial, 1915.

(2) PALMA MUNIZ — *Delimitação nternacional do Estado do Grã Pará* — Tomo IX dos Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará.

SUMÁRIO

CAPITULO PRIMEIRO

I — Chegada dos portuguêses no Maranhão. Derrota dos francêses.
II — A Capitania do Pará e as capitanias subalternas.
III — Presença dos francêses, inglêses e holandêses no Amazonas.
IV — Fundação de Belém. A conquista da terra.
V — Desbravamento. Evolução da colônia.
VI — Usos e costumes.
VII — A Bandeira de Pedro Teixeira.
VIII — Pedro Teixeira. Notas biográficas.
IX — O Pará dependente do Govêrno do Maranhão. Sua separação. Transformação da Capitania em Provincia.
X — Os Fortes. Sistema defensivo da Capitania.
Nota ao capítulo primeiro:
A data certa da fundação de Belém.

CAPITULO SEGUNDO

I — Sesmeios e colonos.
II — A evolução da vida econômica.
III — O ciclo do açúcar.
1. Século XVII. Chegada dos holandeses, inglêses e francêses ao Amazonas. Os engenhos e a fabricação do açúcar.
2. Século XVII. O dominio português. Os canaviais e os engenhos que se montaram após a expulsão dos invasores.
3. Séculos XVII e XVIII. Construção de novos engenhos. O açúcar como moeda corrente na Capitania. A Casa de Inspeção.
4. Os Senhores de engenho.
5. Costumes e tradições.
6. Os engenhos.
7. Os engenhos e seus proprietários.
8. Engenhos, usinas e fabricantes de aguardente, mel, açúcar e rapadura.

9. A influência do açúcar na História econômica do Pará.
Notas ao capítulo segundo:

(80) O engenho Murucutú.

(97) Memórias de Frei João de São José Queirós — Bispo do Pará.

CAPÍTULO TERCEIRO

I — Construções dos séculos XVII e XVIII.
II — A tomada de Caiena. O Brigadeiro Manoel Marques.
III — O Hôrto Botânico. Plantas e jardineiros de Caiena para Belém.
IV — A revolução constitucionalista de 1º de janeiro de 1821. Pródromos de independência.
V — A Imprensa e a sua evolução no Pará. Traços biográficos de Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente.
VI — A revolta nacionalista de 14 de abril de 1823. Revolução em Muaná.
Nota ao capítulo terceiro:

(5) O Ver-o-pêso.

CAPÍTULO QUARTO

I — Missões religiosas. A catequese dos índios. As aldeias e seu missionários.

1. Religiosos da Província de Santo Antônio.
2. Carmelitas calçados.
3. Religiosos da Companhia de Jesus.
4. Capuchos de São José.
5. Mercedários calçados.
6. Capuchos de Nossa Senhora da Piedade.
7. Religiosos da Conceição da Beira e Minho.

II — A influência religiosa na toponímia das localidades paraenses. Influência portuguêsa na denominação dos municípios.

III — Igrejas de Belém. Da Cidade Velha e da Campina.

1. Igrejas de Nossa Senhora do Carmo.
2. Igreja de aSnto Alexandre.
3. Igreja de São João.
4. Cadteral.
5. Igreja de Nossa Senhora das Mercês.
6. Igreja de Santo Antônio.
7. Igreja de Nossa Senhora do oRsário dos Homens pretos.
8. Igreja de Nossa Senhora de Santana.
9. Igreja da Santíssima Trindade.
10. Igreja de Nossa Senhora de Nazaré.

IV — A criação do Bispado e do Arcebispado do Pará.
V — Reação contra as Missões religiosas. Dos colonos. Da côrte. A ordem de expulsão.
Notas ao capítulo quarto:

(21) Cidade de Santa Maria ou de Nossa Senhora de Belém do Grão Pará.

(33) O Círio de Nossa Senhora de Nazaré. O Círio visto por Daniel Kidder. A Berlinda de Nossa Senhora.

CAPÍTULO QUINTO

I — Adesão do Pará à independência. Fim do domínio português.
II — Agitações políticas de 1823 a 1834.

1. Revolta de outubro. Prisão do cônego Batista Campos.
2. A tragédia do brigue «PALHAÇO». John Pascoe Grenfell — Traços biográficos.
3. Revolta de Cametá. Chegada e posse do presidente Araújo Roso. Fatos ocorridos durante a sua administração.
4. O govêrno de Pereira Burgos. A tomada de Cametá pelos correligionários do soldado Barbosa.
5. O govêrno do Barão de Itapecurú-mirim.
6. Posse e deposição do Visconde de Goiana. Revolta na capital. Prisão do cônego Batista Campos.
7. Os sucessos que agitaram a Província durante a presidência do Coronel Machado de Oliveira. Cônego Batista Campos — Traços biográficos.
8. O presidente Lôbo de Sousa.
9. A chegada de Lavor Papagaio à Belém. Destruição da aFzenda de Clemente Malcher. Morte do cônego Batista Campos.

Notas ao capítulo quinto:

(10) Influência do clero na pacificação da Província do Pará.

(11) O presidente Burgos e os portuguêses.

CAPÍTULO SEXTO

A Cabanagem

I — O sentido social e político da Cabanagem.
II — A Cabanagem na versão dos historiadores.
III — A Cabanagem no conceito dos cabanos.

A Grande Revolução

IV — Causas.

Presidentes Cabanos

1. Felix Antônio Clemente Malcher.
2. Francisco Pedro Vinagre.
3. Eduardo Nogueira Angelim.
4. O cabano Manoel Nogueira.
5. O assassinato de Lôbo de Sousa.
6. O padre Prudêncio.
7. Francisco José de Sousa Soares de Andréa.
8. Conseqüências e término da Cabanagem.

CAPITULO SÉTIMO

I — A Polícia Militar. Histórico da sua criação. Denominação que tem tido.

II — A evolução da instrução pública no Pará. Vida cultural.

III — Organização judiciária. Na Capitania. No Império e na República.

CAPITULO OITAVO

I — Patrimônio municipal.

1ª Concessão.
2ª Concessão.
3ª Concessão.
4ª a 11ª Concessões.

II — As Ruas de Belém. Significado histórico e as denominações primitivas das velhas ruas da capital.

1. Ruas da Cidade Velha.
2. Ruas da Campina.

III — Rocinhas, sobrados e solares. O Palácio do eRi.

IV — Código de Posturas.

V — Conceitos e impressões da Cidade de Belém.

1. De Antônio Ladislau Monteiro Baena.
2. De Francisco José de Sousa Soares de Andréa.
3. Do Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho.
4. De Manoel de Frias e Vasconcelos.
5. De Pedro Vicente de Azevedo.
6. De Alfredo Marc.

VI — Os enforcamentos na capital.

VII — Monumentos históricos e artísticos. Inscrições comemorativas.

CAPITULO NONO

I — A evolução dos Partidos políticos regionais. Os de âmbito nacional.

O Clube Republicano. Origens do Partido Republicano do Pará.
Partido Republicano Democrático.
Clube Paraense e Partido Nacional Católico.
Partido Republicano Federal.
Partido Republicano Conservador. Partido de Operários Nacional.
Partido Liberal do Pará.
Clube Político Beneficente 24 de Outubro.
Liga Eleitoral Católica.
Partido Constitucionalista do Pará.
Partido Trabalhista do Pará.
União Democrática Brasileira.
Partido Social Democrata do Pará.
Ação Integralista Libertadora do Pará.
Ação Integralista Brasileira.
Aliança Nacional Libertadora do Pará.
Partido Popular do Pará.
Frente Única Paraense.
Dissolução e fechamento dos Partidos políticos.
Volta à atividade dos Partidos políticos.
União Democrática Nacional.
Partido Social Democrático.
Partido Popular Sindicalista.
Partido Social Trabalhista, Partido Social Progressista, Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Libertador, Partido Socialista Brasileiro, Partido Democrata Cristão.
Coligação Democrática Paraense.

II — Representação parlamentar. Nas Côrtes portuguêsas. No Império e na República, Deputados e Senadores.

1. Deputados.
2. eSnadores.

III — Brazão d'armas da Cidade de Belém. Do Estado do Pará. Bandeira Republicana.

CAPITULO DÉCIMO

I — Sistemas de abastecimento dágua potável à população.

1. Os poços publicos. A fonte das Pepes. O Pau dágua.
2. Contrato Mediclott & Cia. Os mananciais do Una. Aguadeiros de Belém. Contrato João Augusto Corrêa. Contrato Cordeiro —

Vila Flôr. A Companhia das Águas do Grão Pará. Reservatório do Largo de São Braz.

3. Desapropriação da Companhia das Águas do Grão Pará. Modificações no sistema de abastecimento. O Reservatório "Pais de Carvalho". O canal do Yuna. Estação de tratamento da água. Relatório de Byington & Cia.

II — Sistemas de transporte e de iluminação.

1. Séges e serpentinas. Os bondes.
2. Os candeeiros de azeite. De gás. A luz elétrica.

III — A Estrada de Ferro de Bragança. Colonisação. Imigração nacional e estrangeira. Núcleos coloniais como origem dos municípios bragantinos.

1. As origens da Vila de Bragança. A primeira estrada aberta pelos colonisadores no Pará. A viagem de Pedro Teixeira ao Maranhão.
2. A Estrada de Ferro de Bragança. Projetos e contratos. O assentamento dos primeiros trilhos. 1870-1883.
3. De Belém a Benevides. 1884-1885.
4. De Benevides ao Apéu. 1885.
5. A encampação da Estrada de Ferro de Bragança pelo Govêrno da Província. 1886.
6. Prolongamento da Estrada até o Jardim público. A estação de Belém. 1887-1889.
7. Prolongamento da Estrada até o Jambú-açú. Contrato com o empreiteiro Afonso d'Albuquerque Maranhão. 1890-1897.
8. Conclusão da Estrada. Ramais do Pinheiro e do Prata. Contrato Pereira Barbosa & Cia. 1898-1908.
9. Alienação ao govêrno federal da Estrada de Ferro de Bragança. 1909-1936.

NÚCLEOS COLONIAIS

1. A colônia de Benevides.
2. Apéu.
3. Castanhal.
4. Jambú-açú.
5. Benjamin Constant.
6. Marapanim.
7. José de Alencar.
8. Santa Rosa.
9. Ferreira Pena.
10. Anita Garibaldi.
11. Ianetama.
12. Inhangapi.

BURGOS AGRICOLAS

1. Santa Rita do Caraná.
2. Granja Américo.

MUNICIPIOS BRAGANTINOS

1. Ananindeua.
2. João Coelho.
3. Castanhal.
4. Inhangapi.
5. Anhanga.
6. Igarapé-açú.
7. Nova Timboteua.
8. Capanema.
9. Bragança.

IV — Processos de colonisação no Estado. Criação de colônias agrícolas.

V — Caminhos fluviais.

1. O Amazonas. Abertura do Rio Amazonas à navegação.
2. O Tocantins.
3. O Araguaia.
4. O Guamá.

CAPITULO DÉCIMO PRIMEIRO

I — Cronologia dos Capitães móres. Governadores do Estado do Maranhão e Grão Pará e Rio Negro. Presidentes da Província. Governadores do Estado. 1616-1956.

1. Capitães móres.
2. Governadores e Capitães Generais do Estado do Maranhão, Grão Pará e Rio Negro.
3. Presidentes da Provincia.
4. Governadores do Estado.

II — Administradores do município de Belém. Senado da Câmara. Câmara Municipal. Intendência e Prefeitura da capital.

1. Vereações de 1628 a 1889.
2. Conselho municipal.
3. Intendentes.
4. Prefeitos. Autonomia do município de Belém.

CAPITULO DÉCIMO SEGUNDO

I — A evolução da medicina. Na Capitania. Na Provincia e no Estado. Epidemias. Hospitais.

1. Epidemia de Variola. 1721.
2. Febre amarela. 1850.
3. Cólera morbus. 1855.
4. Peste negra. 1903.
5. Influenza, gripe Espanhola. 1918.

II — Saúde pública. Serviços médicos mantidos pelo Estado.

CAPITULO DÉCIMO TERCEIRO

I — Abolição da escravatura. Sociedades emancipadoras.
II — Adesão do Pará à República. Constituição politica de 22 de junho de 1891. Eleição do Governador.
III — Municipios paraenses. Denominação e instalação.
IV — Distúrbios partidários e motins militares havidos depois da proclamação da República.

1. Revolta de 11 de junho de 1891.
2. Revolta contra o Senador Antônio Lemos. 29 de agôsto de 1912.
3. Revolta contra o Governador Enéas Martins. 27 de dezembro de 1916.
4. Revolta do 26.º Batalhão de Caçadores. 26 de julho de 1924.
5. Revolta do 26.º de Caçadores. 5 de outubro de 1930.
6. Revolta constitucionalista de 6 de setembro de 1932.
7. Acontecimentos políticos de 5 de abril de 1935.

OBRAS DO AUTOR

FOLCLORE E CONTOS INDÍGENAS:

Da roça...

Na terra das igaçabas.

HISTÓRIA

Noções de História do Pará

Nos Bastidores da Cabanagem.

A água de Belém

Belém — aspectos geo-sociais do município.

O Pará dos séculos 17 e 18 — Contribuição ao IV Congresso de História Nacional.

Cametá — panoramas geo-humanos — Contribuição ao 10.º Congresso Brasileiro de Geografia.

Baião — aspectos da sua formação — Contribuição ao 10.º Congresso Brasileiro de Geografia.

Igarapé-Miry

O Município de Belém — Contribuição ao 3.º Congresso Histórico Municipal Inter-Americano.

Igrejas e sobrados do Maranhão.

Pequeno guia histórico de Belém.

Belém através do seu traçado e das suas construções coloniais — Contribuição ao 5.º Congresso Histórico Municipal Inter-Americano.

Procissão dos séculos — Prêmio Barão de Guajará, concedido pelo Govêrno do Estado do Pará. 1953.

A Estrada de Ferro de Bragança — Prêmio da SPVEA. Concurso de monografia. 1955.

História do Pará.

BIBLIOGRAFIA

ANDRÉ PEREIRA — Relação do que há no grande rio das Amazonas novamente descoberto. Ano de 1616 (1. volume dos Anais da B. A. P.).

ARTUR VIANA — As epidemias no Pará. O Pará em 1900. Os exploradores da Amazônia. Pontos de História do Pará. Festas populares do Pará.

ARTUR CEZAR PEREIRA REIS — Síntese da História do Pará. História do Amazonas. Limites e demarcações na Amazônia brasileira.

AUGUSTO FAUSTO DE SOUSA — Estudo sôbre a divisão territorial do Brasil.

ALFRED R. WALLACE — Viagens pelo Amazonas e Rio Negro.

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA — Expedição Filosófica do Pará.

ANTÔNIO RODRIGUES DE ALMEIDA — O Bispado do Pará.

ALBERTO G. RAMOS (Dom) — Cronologia eclesiástica da Amazônia.

ANTÔNIO DE A. LUSTOSA (Dom) — Dom Macedo Costa — Bispo do Pará.

ANTÔNIO L. M. BAENA — Compêndio das Eras. Ensaio corográfico sôbre o Pará.

ANTÔNIO VIEIRA (padre) — Cartas. Sermões.

AFONSO DE E. TAUNAY — O Senado do Império. A Câmara dos Deputados sob o Império (Anais do Museu Paulista. Tomo XIV).

ALMEIDA GENÚ — Dois brazões.

ANTÔNIO JOSÉ DE LEMOS — O município de Belém (Relatórios).

ANTÔNIO FERNANDES FIGUEIRA — O Padre Antônio Vieira.

ANTÔNIO DE SOUSA MARTINS — Organisação judiciária e policial da República dos Estados Unidos do Brasil.

ARAUJO LIMA — Amazônia, a terra e o homem.

AGOSTINHO M. P. MALHEIROS — Índice cronológico dos fatos mais notáveis da Histório do Brasil.

ANDRÉ JOÃO ANTONIL — Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas.

BARÃO DE MARAJÓ — As regiões Amazônicas.

BASILIO DE MAGALHAES — Estudos de História do Brasil.

BATISTA PEREIRA — Vultos e episódios do Brasil.

BARÃO DO RIO BRANCO — Efemérides Brasileiras.

BERNARDO PEREIRA DE BERREDO — Anais históricos do Estado do Maranhão.

COUTO DE MAGALHAES — Viagem ao Araguaia.

CRISTOVÃO DE LISBÔA (Frei) — Razões das cousas do Estado do Maranhão.

CAIO PRADO JUNIOR — Evolução politica do Brasil.

CAPISTRANO DE ABREU — Caminhos antigos e povoamentos do Brasil.

DOMINGOS ANTÓNIO RAIOL (Barão de Guajará) — História colonial do Pará. Motins políticos.

DANIEL P. KIDDER — Reminiscências de viagens e permanência no Brasil.

DANIEL P. KIDDER e J. C. FLETCHER — O Brasil e os brasileiros.

ERNESTO CRUZ — O Pará dos séculos 17 e 18. Procissão dos séculos. Monumentos de Belém. Noções de História do Pará. A Estrada de Ferro de Bragança. Belém — aspectos geo-sociais do município. O município de Belém. Cametá — aspectos da sua formação. A água de Belém. As igrejas de Belém. Belém através do seu traçado e das suas construções coloniais.

EUSTAQUIO DE AZEVEDO — Antologia Amazônica.

EUCLIDES DA CUNHA — À margem da história. Os sertões.

FLORENCIO DUBOIS (padre) — Nossa Senhora de Nazaré.

FIDELIS M. DE PRIMÉRIO (Frei) e M. CAPPUC (Frei) — Capuchinhos em terras de Santa Cruz.

FERNANDO DE AZEVEDO — Um trem corre para Oeste.

GABRIEL SOARES DE SOUSA — Tratado discritivo do Brasil em 1587.

GILBERTO FREIRE — Sobrados e mucambos.

HÉLIO VIANA — Estudos de História Colonial.

HENRIQUE SANTA ROSA — História do Rio Amazonas.

HECTOR PEREZ MARTINEZ — Juarez.

H. HANDELMANN — História do Brasil.

H. W. BATES — O naturalista no rio Amazonas.

J. LUCIO D'AZEVEDO — Os jesuitas no Grão Pará.

JOSÉ DE MORAIS (padre) — História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão.

JOÃO VITOR G. CAMPOS — Uma execução capital.

JOSÉ PEDRO X. PINHEIRO — Epitome da História do Brasil.

J. I. DE ABREU E LIMA — Compêndio de História do Brasil.

JORGE HURLEY — A Cabanagem. Traços cabanos. Belém do Pará sob o dominio português.

JOÃO F. BETENDORF (padre) — Crônica das Missões dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão.

JAIME CORTEZÃO — O significado da expedição de Pedro Teixeira à luz de novos documentos (Volume 3º dos Anais do IV Congresso de História Nacional.

J. F. OLIVEIRA VIANA — Evolução do povo brasileiro.

JOÃO BRIGIDO — Ceará — Homens e fatos.

JOAQUIM MANOEL DE MACEDO — Lições de História do Brasil.

LAURÊNCIO LAGO (coronel) — Brigadeiros e Generais de d. João V e d. Pedro I, no Brasil.

MANOEL BARATA — Pará médico. As ruas de Belém. A jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco. Efemérides paraenses. A antiga produção e exportação do Pará. Jornais, Revistas e outras publicações periódicas de 1822 a 1908.

MOREIRA DE AZEVEDO — História pátria — O Brasil de 1836 a 1840.

M. SAINT ADOLPHE — Dicionário Geográfico, Histórico e descritivo do Império do Brasil.

MARIO DA VEIGA CABRAL — Pequena História do Brasil.

MANOEL BARBOSA (Cônego) — Igreja no Brasil.

MALHEIROS DIAS — A Colonização — História da colonização portuguêsa no Brasil — 3.º volume.

ORVACIO D. DA CUNHA MARRECA — História da Policia Militar do Pará.

PALMA MUNIZ — O Estado do Grão Pará — Imigração e colonização — História e Estatistica — 1616-1916. Adesão do Grão Pará à Independência. Delimitação internacional do Estado do Grão Pará.

PENA DE CARVALHO — Evolução da medicina no Pará.

PEDRO CALMON — História do Brasil.

PANDIÁ CALOGERAS — Formação histórica do Brasil.

RAIMUNDO C. ALVES DA CUNHA — Pequena corografia da Província do Pará. Paraenses ilustres.

ROBERTO C. SIMONSEN — História econômica do Brasil.
ROCHA POMBO — História do Brasil.

RICARDO ROCHA (padre) — Jesuitas e a civilisação no Brasil.

ROBERTO SOUTHEY — História do Brasil.

SIMÃO ESTÁCIO DA SILVEIRA — Relação sumária das coisas do Maranhão.

SANTA NERY (Barão) — Biblioteca científica sôbre o Amazonas — O Estado do Pará em 1900.

SERAFIM LEITE (padre) — História da Companhia de Jesus no Brasil.

TEODORO BRAGA — História do Pará — Resumo didático.

VICENTE DO SALVADOR (Frei) — História do Brasil.

CÓDICES MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DA BIBLIOTECA E ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ: ns. 2. 4, 263, 504. 505, 506, 507, 508, 509, 510. 511. 512, 513. 514, 515. 516. 517. 518. 519. 520. 521. 522. 523. 524, 525. 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 535 539, 650. 661. 660. 661. 665. 667. 668, 669. 683. 687. 714. 719. 739. 740. 750, 770, 790, 862, 875, 876, 877, 880, 882, 883, 885, 887.

Decretos, Leis, Mensagens, Relatórios, Discursos, Falas, Ofícios, Anuários, Estatísticas, Anais da B. A. P., Anais da Biblioteca Nacional, Anais do Museu Paulista.

Correspondências, Cartas de Data e Sesmaria, Cartas Régias, Provisões Reais, Bandos e Proclamações, da coleção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Público do Pará.

Correspondências, Livros de Atas, Códigos de Posturas municipais, Relatórios, Resoluções, da coleção de manuscritos do Arquivo Municipal de Belém.

CAPA DE
LUIZ DE MIRANDA CORRÊA

Departamento de Imprensa Nacional
1963